



MINISTÉRIO DO ESPORTE

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE EDUCACIONAL

Relatório de Gestão

Exercício de 2011

Março de 2012

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ	4
2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SNEED	5
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	5
I. <i>Competência Institucional</i>	5
II. <i>Objetivos Estratégicos</i>	7
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	8
I. <i>Análise do Plano Estratégico da SNEED</i>	9
II. <i>Análise do plano de ação da SNEED</i>	14
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SNEED	172
2.3.1. <i>Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SNEED</i>	172
2.3.2. <i>Execução Física das Ações Realizadas pela SNEED</i>	174
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	177
2.4.1 <i>Programação Orçamentária da Despesa</i>	177
2.4.2 <i>Programação de Despesas Correntes</i>	177
2.4.3 <i>Programação das Despesas de Capital</i>	178
2.4.4 <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	181
2.4.5 <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	184
2.4.6 <i>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	184
2.4.7. <i>Indicadores Institucionais</i>	184
3 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	187
4 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	187
4.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	188
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	188
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	189
5.1.1 <i>Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da UJ</i>	189
5.1.2 <i>Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ</i>	189
5.1.3 <i>Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada</i>	191
5.1.4 <i>Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade</i>	192
5.1.5 <i>Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade</i>	193
5.2 <i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	193
5.2.1 <i>Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria</i>	194
5.2.2 <i>Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ</i>	194
5.4 <i>DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA</i>	195
5.5. <i>Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada</i>	196
5.5.1 <i>Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão</i>	196
5.5.2 <i>Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados</i>	196

5.5.3 *Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade* 196

5.5.4 *Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão*..... 196

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA. 196

6.1. INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO 196

6.1.1 *Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011*..... 196

6.1.2 *Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios* 197

6.1.3 *Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes*..... 201

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE ... 202

6.2.1 *Informações sobre a análise da prestação de contas de convênios e contratos de repasse*..... 202

4.3 ANÁLISE CRÍTICA 206

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.EM ELABORAÇÃO..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993 RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS 207

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SNEED 208

9.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS..... 208

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS..... 210

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 210

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO..... 210

11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL..... 210

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SNEED 210

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL 211

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SNEED 211

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO..... 211

15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 219

15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO..... 220

15.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 221

15.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO 222

16	INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	222
17.	INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO	224

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte		Código SIORG: 50459
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Secretaria Nacional de Esporte Educacional		
Denominação abreviada: Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo		
Código SIORG: 50459	Código LOA: 51000	Código SIAFI: 180007
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais		Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax de contato:	(061) 3217-9452	(061) 3217-9451
(061) 3217-9417		
Endereço eletrônico: central_segundotempo@esporte.gov.br		
Página da Internet: www.esporte.gov.br/snelis		
Endereço Postal: SEPN Quadra. 511 Edifício Bittar, 2º Andar - CEP: 70.758-900 Brasília/DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº. 6.379, de 20 de fevereiro de 2008, publicado em 20.2.2008 que altera a Estrutura Regimental do Ministério do Esporte, aprovada pelo Decreto nº. 4.668, de 9 de abril de 2003 (publicado no DOU de 10 de abril de 2003), e a Portaria nº. 92, de 17 de julho de 2003, que aprova o Regimento Interno do Ministério do Esporte (publicada no DOU de 21 de julho de 2003). Decreto 7.629 de 21 de julho de 2011 (publicada no DOU de 22 de julho de 2011) que altera a Estrutura Regimental do antiga SNEED para SNELIS.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Livros 1 - Ensinando e Aprendendo Esporte no Programa Segundo Tempo - Volumes 1 e 2 Amauri Bássoli, Claudio Kravchychyn, Evando Moreira e Raquel Pereira Diretrizes 1 - Programa Segundo Tempo Padrão - Alteração das Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 2 - Programa Segundo Tempo Universitário - Alteração das Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 3 - Programa Segundo Tempo Deficientes - Alteração das Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias 4 - Programa Segundo Tempo Navegar - Alteração das Diretrizes e Orientações para Estabelecimentos de Parcerias		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
180002	SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
180002	SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
180002	00001

2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SNEED

2.1 Responsabilidades Institucionais

I. Competência Institucional

Com base no Decreto nº. 4.668, de 09 de abril de 2003 e suas alterações, à Secretaria Nacional de Esporte Educacional SNEED compete:

- I. fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor o Plano Nacional de Esporte;
- II. implantar as decisões relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos programas de desenvolvimento do esporte educacional;
- III. realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar:
 - a. o desenvolvimento do esporte educacional; e
 - b. a execução das ações de promoção de eventos;
- IV. zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação;
- V. prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não-governamentais sem fins lucrativos, em empreendimentos ligados ao esporte educacional;
- VI. manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento do esporte educacional;
- VII. articular-se com os demais segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do esporte educacional;
- VIII. prestar apoio técnico e administrativo ao CNE; e
- IX. coordenar, formular e implementar políticas relativas aos esportes educacionais, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações.

Entretanto, ocorreu uma alteração estrutural na operação da SNEED tendo em vista o aprimoramento da gestão do Ministério do Esporte, devidamente descrito nos relatórios de gestão anteriores.

Diante destas novas características, a SNEED, órgão singular específico subordinado ao Ministro de Estado do Esporte tem por finalidade:

- democratizar e universalizar o acesso ao esporte educacional, na perspectiva da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens;
- descentralizar e tornar transparente a gestão das políticas públicas de esporte educacional;

- assegurar o acesso às práticas esportivas educacionais e ao conhecimento científico-tecnológico inerente a elas;
- dispor sobre a Política Setorial de Esporte Educacional que compõe a Política Nacional de Esporte;
- propor temas e ações de seu âmbito de atuação para integrar o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte;
- coordenar a implantação das decisões relativas ao Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional;
- dirigir e coordenar o Programa Estratégico do Ministério do Esporte “Vivência e Iniciação Esportiva do Esporte Educacional – Segundo Tempo”;
- zelar pelo cumprimento da legislação esportiva relativa à sua área de atuação e abrangência;
- integrar os programas e as ações das Secretarias Nacionais finalísticas do Ministério do Esporte, orientados ao público escolar e juventude, nos diferentes níveis do ensino (básico e superior);
- articular-se com os demais segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do esporte educacional;
- estudar e propor a integração dos Programas e ações do Governo Federal, orientados ao público escolar e juventude, nos diferentes níveis do ensino (básico e superior);
- manter intercâmbio e interlocução com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento do esporte educacional;
- articular de forma a contribuir com a Política de Intercâmbio de Governo Federal, apresentando proposta de troca de conhecimento e experiência – transferência de tecnologia – com países que manifestarem interesse no Segundo Tempo e demais ações voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional;
- promover a integração de Políticas de Governo orientadas a crianças, adolescentes e jovens, por meio da participação e representação em Conselhos Específicos e demais ações necessárias à sua efetivação;
- planejar, coordenar e avaliar ações voltadas à proteção, ao resgate e ao incentivo do esporte escolar e de identidade cultural;
- ampliar ações intersetoriais do Programa Segundo Tempo e da SNEED visando reforçar e potencializar as ações voltadas ao desenvolvimento humano e à inclusão social;
- prestar apoio técnico ao Ministro de Estado do Esporte e ao Conselho Nacional de Esporte, sobretudo nas questões relativas à sua área de atuação;
- emitir relatórios técnicos específicos das ações orçamentárias de competência da sua gestão;
- promover a participação e o controle social no processo de elaboração e reestruturação dos programas e ações de esporte educacional;
- atuar e fazer-se representar, em conjunto com a Secretaria Executiva, no processo de desenvolvimento das Conferências Nacionais de Esporte, de forma a garantir o debate em torno do esporte nacional, em específico, do esporte educacional;
- estudar, elaborar, implantar e avaliar projetos especiais que venham a abordar temas transversais como: gênero, etnias e/ou públicos diferenciados, entre outros relacionados ao fomento de modalidades específicas como aquáticas, gímnicas, etc., no sentido de comprovar a sua relevância para o desenvolvimento da Política de Esporte Educacional;

- definir, por meio de planejamento específico, as ações estratégicas plurianuais e os planos de ação anuais que deverão orientar o processo de gestão estratégica da Secretaria, com base na legislação e normatização vigente e nos documentos já elaborados anteriormente;
- fortalecer as parcerias com as Confederações que têm papel fundamental no processo de garantia da participação de crianças, adolescentes e jovens em eventos de esporte educacional, nacionais e internacionais, em representação no país;
- estudar e analisar o calendário anual e plurianual de eventos esportivos da Secretaria, bem como a viabilização dos recursos logísticos para a sua realização;
- planejar, coordenar, apoiar, avaliar e promover a realização de eventos nacionais e internacionais de caráter educacional;
- apoiar a participação de crianças, adolescentes e jovens, escolares, em eventos de cunho educacional, nacionais e internacionais;
- articular com parceiros e patrocinadores, visando à realização de eventos de esporte educacional;
- manter a documentação e base de dados relativa às ações efetivadas pela SNEED;
- garantir e qualificar o processo de capacitação (continuada) dos recursos humanos internos da Secretaria e externos que atuam junto ao programa e demais ações sob sua gestão;
- coordenar, formular e implementar mecanismos de controle, monitoramento e avaliação do programa e ações sob sua gestão;
- coordenar e acompanhar as atividades de controle e fiscalização dos convênios firmados pela SNEED no âmbito do Programa Segundo Tempo.

II. Objetivos Estratégicos

O Planejamento Estratégico da Secretaria foi estruturado a partir de ações estratégicas e resultados esperados estabelecidos para o biênio 2007 - 2008, e foi revisado em 2009 redimensionando ações para o biênio 2009 – 2010, conforme apresentado no Relatório de Gestão 2010. O Planejamento foi realizado com a participação de gestores e representantes dos diversos setores, tomando por base o Plano Plurianual – PPA 2007 – 2011.

No início de 2011, com a nomeação do novo secretário, começou a ser preparada a realização do Seminário de Planejamento Estratégico com o objetivo de revisar o Plano de Ação em curso, estabelecendo novas prioridades para 2011. Definiu-se que o ponto de partida seria o balanço do governo anterior, referente ao quadriênio 2006 – 2010, e que deveria ser confrontado com as metas e ações previstas no Plano de Ação, sem a pretensão de promover grandes mudanças no curso da estratégia, haja vista o cenário em que se configurava.

Embora se iniciasse uma nova gestão, questões importantes ainda estavam indefinidas visto que a Secretaria-Executiva finalizava a proposta a ser apresentada ao Ministério do Planejamento para reestruturar o Ministério do Esporte, promovendo alterações substanciais na composição das Secretarias finalísticas de modo a criar estrutura para a realização da copa do mundo de futebol e para a Lei de Incentivo ao Esporte, além de realocar programas e projetos.

Esse cenário, associado ao fato de 2011 ter sido o último ano do PPA vigente, levou a gestão a redimensionar o papel do planejamento estratégico naquele momento, entendendo que seria mais prudente aguardar as definições da nova estrutura e, enquanto isso, aprofundar-se na discussão do novo PPA 2012 – 2015, o que, com certeza, traria impactos para a Secretaria.

Sendo assim, foram mantidas as ações estratégicas do Plano de Ação do biênio anterior, de forma a possibilitar a conclusão de um ciclo de desenvolvimento do Programa Segundo Tempo. Em face dessa visão, estabeleceu-se 5 (cinco) objetivos estratégicos que reforçaram as linhas de atuação da Secretaria para o ano de 2011, consubstanciando as prioridades no desenvolvimento da Política de Esporte Educacional:

1. Aprimoramento do processo de seleção das entidades parceiras e priorização das parcerias públicas, fortalecendo a Política de Esporte Educacional;
2. Ampliação do número de beneficiados com vistas a dar escala à Política Pública e ampliar o acesso ao esporte;
3. Qualificação do atendimento aos beneficiados com a revisão constante e o fortalecimento da Proposta Pedagógica do Programa, tornando-a inclusiva e emancipadora, contribuindo com o desenvolvimento integral das crianças e jovens e sua formação como cidadãos;
4. Revisão e fortalecimento do Sistema de Controle e Monitoramento do Programa para garantir o acompanhamento e a fiscalização da execução dos convênios desde a celebração até a Prestação de Contas, diminuindo os riscos e dando mais efetividade à aplicação dos recursos públicos.
5. Ampliar e qualificar a participação de crianças, adolescentes e jovens nos jogos estudantis brasileiros por meio da revisão das normas que regem sua organização, visando articular a política de esporte na escola e na universidade com as competições realizadas pelas entidades nacionais de administração do desporto escolar e universitário.

2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

O Programa Segundo Tempo operacionaliza-se por meio do estabelecimento de alianças e parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para governos estaduais, municipais, organizações não-governamentais e entidades nacionais públicas ou privadas sem fins lucrativos e ainda para entidades nacionais de administração do desporto estudantil. Por meio da celebração de convênios com o Ministério do Esporte, essas entidades se tornam responsáveis pela execução do programa. No caso da sua principal ação orçamentária, funcionamento de núcleos, a execução tem objeto padronizado e se dá por meio da implementação de núcleos de esporte educacional.

Os núcleos de esporte educacional visam ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens e oferecem, no contra-turno escolar (no mínimo 6 horas por semana, duas horas por dia em 3 dias em seu modelo padrão), atividades esportivas sob orientação de coordenadores e monitores de educação física e/ou esporte.

O Programa Segundo Tempo – funcionamento de núcleos – preserva uma visão de totalidade do esporte e da formação esportiva, entendendo que é dever do estado oferecer a todas as crianças, adolescentes e jovens, condições de acesso às diversas modalidades esportivas para que aprendam, pratiquem e vivam o esporte, demonstrando a satisfação por meio da adesão e frequência espontâneas. Essa vivência poderá, inclusive, despertar o interesse pela continuidade da formação esportiva em razão do conhecimento adquirido, entretanto, a essência da proposta está na universalização do acesso à prática esportiva.

As demais ações orçamentárias estão voltadas para a promoção de eventos de esporte educacional e para o apoio à participação de crianças, adolescentes e jovens em competições

esportivas nacionais e internacionais. Considerando os escassos investimentos nessas ações, para potencializá-las, dada sua importância no desenvolvimento da Política de Esporte Educacional, a estratégia de atuação da Secretaria é a revisão da normativa que rege a organização e o financiamento dos jogos estudantis brasileiros, de forma que o Ministério do Esporte possa ter maior participação nas decisões e, assim, estabelecer a articulação entre a política de esporte desenvolvida nos estabelecimentos de ensino, seja na educação básica ou no ensino superior, com as competições municipais, estaduais e nacionais.

Considerando que a maior responsabilidade institucional da Secretaria é a ampliação do acesso ao esporte às crianças e jovens brasileiros, vislumbra-se o fortalecimento da ação intersetorial do governo federal, integrando a Política de Esporte com a Política de Educação, por meio da qual, com o mesmo orçamento, foi possível duplicar o atendimento do Programa e inserir definitivamente uma proposta de esporte na escola.

Essa articulação, iniciada em 2009, se deu por meio da integração dos Programas Segundo Tempo e Mais Educação, que juntos, viabilizaram as condições mínimas necessárias para garantir a oferta do esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico, na perspectiva da educação em tempo integral. Esta parceria tem como meta a universalização da prática esportiva para as crianças, adolescentes e jovens da educação básica, das redes municipal e estadual, e objetiva romper o afunilamento do sistema nacional de esporte, atualmente direcionado à formação de atletas de alto rendimento, multiplicando o número de praticantes que buscam na participação esportiva, contínua e sistemática, a satisfação e o gosto de interesses pessoais, de necessidades lúdicas e de formação e manutenção de hábitos salutares promotores de qualidade de vida.

A integração entre os dois programas amplia possibilidades à medida que não é necessário que a escola disponha de infra-estrutura esportiva, já que o Mais Educação se vale de espaços alternativos, ou de parcerias locais para viabilizar o desenvolvimento das atividades e, além disso, não é necessário que o Programa Segundo Tempo ofereça o reforço alimentar, já que os alunos recebem a merenda escolar complementada pelo MEC, para permanecer na escola em tempo integral. Com isso foi possível potencializar o número de beneficiados, em função da redução de custos, e garantir o acesso ao esporte de forma qualificada, desenvolvendo a proposta pedagógica do PST, articulada com o projeto pedagógico da escola.

Com a otimização dos recursos e a possibilidade de crescimento anual da parceria, pretende-se disponibilizar o programa a todas as escolas do Mais Educação, que em 2012 já serão 25.000, podendo atender mais de 5 milhões de beneficiados. Desse modo, torna-se possível assegurar a ampliação da participação de estudantes, de todos os níveis de ensino, em atividades e eventos esportivos, e assim, tornar o esporte uma política pública efetiva.

I. Análise do Plano Estratégico da SNEED

Considerando que 2011 é o ano em que se encerra o Plano Plurianual do último quadriênio, no presente exercício, a Secretaria deu continuidade ao seu Plano Estratégico, conforme já informado.

Entendendo como principal desafio a ampliação do acesso ao esporte, e tendo como foco a qualificação de suas ações, a Secretaria procurou fortalecer sua estratégia de atuação, priorizando mais uma vez a ação de funcionamento de núcleos no processo de aprimoramento do Programa Segundo Tempo.

Além das razões já apresentadas para não realizar um novo planejamento em 2011, a avaliação da gestão considerou que embora previstas para o biênio 2009-2010, as ações continuam atuais e retratam a preocupação com a manutenção dos resultados almejados, muitos dos quais têm caráter permanente, garantindo perenidade à Política. A única alteração se deu na Ação I, no item relativo à validação dos projetos especiais, visto que em 2010 foram desenvolvidos e validados os projetos piloto, sendo que em 2011 a meta passou a ser a sua implementação.

Apresenta-se, a seguir, as Ações Estratégicas mantidas e desenvolvidas pela gestão:

Ação Estratégica I: qualificar e ampliar a abrangência do Programa Segundo Tempo:

- atualizar e aperfeiçoar o atual modelo do Programa Segundo Tempo (metodologia, modelo de conveniamento, forma de execução, parâmetros de RH e beneficiados etc.) agregando valor aos núcleos de esporte educacional;
- fortalecer as parcerias institucionais com órgãos públicos nas três esferas;
- assegurar o atendimento médio anual de 1.500.000 beneficiados;
- implementar os Projetos Especiais Universitário, Pessoa com Deficiência e Navegar por meio da celebração de parcerias com universidades públicas, institutos federais, e governos municipais e estaduais;
- atender aos beneficiados do Programa Segundo Tempo no período de férias escolares de janeiro e julho, consolidando o Recreio nas Férias como estratégia de inclusão da dimensão de lazer nos programas e ações do esporte educacional;
- fortalecer e estruturar a parceria com o Ministério da Educação – MEC, de forma a ampliar o atendimento, mantendo a identidade do Programa Segundo Tempo;
- articular políticas e ações intersetoriais para o esporte educacional;
- divulgar ações e projetos de esporte educacional para a sociedade.

Ação Estratégica II: qualificar e aprimorar a gestão da SNEED:

- organizar estratégias de gestão e implantar nova estrutura organizacional, com novos processos gerenciais, através do pleno mapeamento do fluxo processual da SNEED e descrição pontual das diversas funções dos seus recursos humanos e departamentos;
- assegurar os recursos materiais e a infra-estrutura física necessários ao pleno funcionamento da SNEED;
- ampliar e qualificar a equipe da SNEED;
- construir referenciais teóricos que contribuam para a documentação e qualificação do Programa Segundo Tempo;
- capacitar e qualificar todos os recursos humanos (gestores, professores e monitores) dos convênios, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa Segundo Tempo em todas as suas vertentes;

Ação Estratégica III: consolidar a avaliação de impacto e o controle social do PST, fomentando a produção do conhecimento no âmbito do esporte educacional:

- construir sistema de monitoramento e avaliação de resultado e impacto, de forma a assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade de seus objetivos e ações;
- consolidar e ampliar os mecanismos de controle social;

- manter a articulação com a Rede de Instituições de Ensino Superior para estimular a produção de conhecimento relacionado ao PST.

Ação Estratégica IV: fortalecer o Esporte Educacional brasileiro:

- contribuir para a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- fortalecer as parcerias com gestores e entidades no âmbito do esporte educacional;
- apoiar a realização de eventos e atividades diferenciadas de esporte educacional, fortalecendo a participação de crianças, adolescentes e jovens;

Cabe registrar que o desenvolvimento do Plano Estratégico ficou comprometido em decorrência da instabilidade causada pelas denúncias na mídia envolvendo diretamente o Programa Segundo Tempo. Embora os indícios de irregularidades veiculados fossem relacionados a convênios celebrados nos primeiros anos do Programa, e já tivessem sido identificados e tratados por esta Secretaria no tempo devido, com a adoção de todas as medidas cabíveis para que fossem apuradas as responsabilidades no desvio dos recursos públicos com a punição dos responsáveis - o que pode ser comprovado pela documentação processual - nada disso foi considerado pela opinião pública, ou melhor, nem chegou a ser divulgado.

O esforço empreendido nos últimos anos para aprimorar a gestão do Programa foi colocado em xeque, e a repercussão das denúncias fez com que a avaliação sobre o Segundo Tempo fosse contaminada, como se as irregularidades cometidas por alguns, estivessem presentes em todas as parcerias. Esse movimento ganhou repercussão, motivado mais por questões político-partidárias do que propriamente pela comprovação das denúncias, a despeito de ter impactado significativamente a gestão do Programa.

Após alguns anos tentando dar respostas às fragilidades na gestão do Programa, o ano de 2010 havia apresentado resultados muito positivos, não apenas na avaliação da Secretaria, mas também reconhecidos pelos Órgãos de Controle, após análise do Relatório da Tomada de Contas Anual de 2010, conforme registrado no Relatório de Auditoria da CGU nº 201108586, onde restou uma única recomendação a ser implementada pela Secretaria. Recomendação voltada especificamente para viabilizar os recursos necessários ao aprimoramento do fluxo de informações, visando dar celeridade ao acompanhamento das transferências voluntárias realizadas no âmbito do Segundo Tempo.

Para a gestão do Programa, a avaliação das Contas de 2010 recebida em julho de 2011, fortaleceu a compreensão de que as medidas corretivas implementadas nos últimos anos começavam a dar resultados. Isso não significava que o trabalho estava concluído, pelo contrário, apenas indicava que o caminho escolhido estava correto, o que motivou a gestão a fortalecer o Plano Estratégico e a implantar as medidas complementares que estavam sendo gestadas.

No entanto, com a crescente repercussão das matérias negativas na mídia, o volume de demandas recebidas de Órgãos de Controle, tais como Câmaras Legislativas e Ministério Público, em todas as esferas do governo, referentes ao passivo dos convênios expirados, impediu que algumas Coordenações dessem prosseguimento ao Plano de Ação estabelecido, prejudicando a efetivação de outras mudanças previstas.

O impacto foi tão significativo, que as demandas externas, onde foram questionados muitos dos procedimentos adotados pela gestão do programa nos últimos anos, praticamente paralisaram a força de trabalho da Secretaria durante boa parte do ano.

Outro fator importante foi a desmotivação das pessoas, que além do significativo aumento do volume de trabalho, sofreram com a descontinuidade das ações positivas em curso e com as consequências das constantes alterações na estrutura da Secretaria, causadas pela reestruturação do Ministério e por mudanças na titularidade da pasta.

Ainda assim, foi possível avançar em muitos aspectos, conforme detalhado na análise do Plano de Ação. **Registre-se que o desenvolvimento do Plano se deu de forma continuada, no entanto, a responsabilidade de sua execução foi dividida entre a extinta Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED e a nova Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS, conforme poderá ser verificado no detalhamento das ações estratégicas que compõem o Plano de Ação.** Apresenta-se a seguir uma síntese dos resultados alcançados em 2011.

Resumo das principais decisões, sucessos e resultados positivos.

Entre as principais decisões da gestão em 2011 estão: a) a reestruturação interna da Secretaria, equilibrando as funções dos Departamentos e Coordenações com vistas ao aprimoramento dos processos gerenciais, b) a alteração nas diretrizes do PST núcleos, e c) celebração de convênios para o desenvolvimento do PST núcleos apenas com entidades públicas.

A decisão tomada em 2011 de reestruturar a Secretaria, possibilitou a realização de um diagnóstico mais preciso da sua estrutura organizacional a partir de 3 estudos: 1) análise dos níveis de responsabilidade estratégica, gerencial e operacional e suas respectivas atribuições; 2) mapeamento e análise dos processos e fluxos de trabalho; e 3) redimensionamento da força de trabalho, cargos e salários. A reestruturação interna permitiu a distribuição mais equilibrada das responsabilidades das ações em curso entre os dois departamentos, promovendo o envolvimento de todas as áreas da Secretaria no aprimoramento dos processos gerenciais da Ação de Funcionamento de Núcleos - englobando desde a formalização dos convênios, o acompanhamento operacional, pedagógico e administrativo do Programa e a análise técnica da prestação de contas, e, ainda a revisão dos processos das demais ações orçamentárias mantidas na Secretaria.

Em relação à alteração das diretrizes, o debate já havia sido iniciado em 2010. Após realizar diversos estudos tomando por base a experiência dos anos anteriores, levando em conta principalmente as auditorias dos órgãos de controle, no final de 2010 a gestão enfrentou o debate sobre a questão que considerava mais crítica na execução do Programa, particularmente na Ação de Funcionamento de Núcleos: a oferta do Reforço Alimentar.

Não era um debate simples, visto tratar-se de um programa esportivo social, que prioriza o atendimento de crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, onde a alimentação oferecida tem forte apelo e a sua retirada poderia comprometer o desenvolvimento da Política. No entanto, considerando os dados dos convênios celebrados desde 2003, relativos à qualidade nutricional do lanche oferecido; às condições de higiene e armazenamento; aos problemas de logística; ao descuido com as sobras relativas ao baixo quantitativo de beneficiados de muitos convênios; e, fundamentalmente, ao alto índice de irregularidades nos processos licitatórios, tanto de entidades públicas quanto privadas; decidiu-se por não mais financiar a ação de Reforço Alimentar nos convênios celebrados para desenvolver o Segundo Tempo.

Essa decisão reduz significativamente o valor repassado às entidades e possibilita a ampliação imediata do número de beneficiados, além de estar associada a outras mudanças importantes como a instituição de chamada pública com o estabelecimento de novos critérios de seleção que impõem mais

rigor na avaliação da capacidade técnica e operacional das entidades proponentes e de integrar as medidas de enfrentamento da maior dificuldade da administração pública, qual seja, atuar de forma preventiva no controle e na fiscalização dos recursos públicos repassados, reduzindo o risco de prejuízos ao erário e melhor do que isso, garantindo eficácia à política pública.

Quanto à decisão sobre a celebração de convênios, embora possibilitado pela norma, no ano de 2011 a gestão do Ministério decidiu não mais formalizar convênios com organizações não governamentais - ONGs. É fato que existem muitas instituições sérias do terceiro setor que desenvolvem trabalhos sociais de grande relevância, principalmente naqueles onde o Estado tem dificuldades de se inserir, mas também é sabido que em muitos casos o repasse de recursos para ONGs prejudica a boa execução da política pública em função da grande incidência de práticas irregulares na aplicação dos recursos.

Infelizmente os resultados da avaliação dos convênios nos últimos anos nos a levou a constatar que essa não é uma prática adstrita às entidades privadas, bastando comparar os resultados relativos ao alcance das metas dos convênios, sejam celebrados com entidades públicas ou privadas, ou acompanhar as denúncias constantes divulgadas pela mídia que registram problemas graves em todas as esferas de governo. No entanto, a decisão da gestão não foi motivada apenas pelo risco no desvio dos recursos, mas também pela descontinuidade da política em função da impossibilidade de manutenção das ações com recursos próprios.

O crescimento do programa é uma realidade, no entanto, tem-se consciência dos limites na busca da universalização do acesso ao esporte, especialmente em função do orçamento federal nem sempre compatível com a magnitude da demanda. Dessa forma não há como financiar de forma permanente os projetos que não suportam uma perspectiva de auto-sustentabilidade, o que inviabiliza a renovação constante de parcerias com uma mesma instituição, situação em que se enquadram a grande maioria das ONGs.

É importante registrar que essa decisão já vinha sendo materializada nos critérios de seleção dos parceiros, visto que há alguns anos a gestão tem reduzido as parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, priorizando de forma efetiva as parcerias públicas, tendo em vista a preocupação com a continuidade das ações.

Apesar de ter qualificado o processo seletivo dos parceiros e instituído um sistema de acompanhamento regular, que busca prevenir e minimizar os riscos na aplicação dos recursos e que permite a identificação das irregularidades durante a vigência dos convênios, ainda assim não impede que entidades inidôneas se habilitem a executar o programa e cometam imprudências administrativas, quando não atos ilícitos que causam enormes prejuízos ao erário, haja vista o resultado das fiscalizações realizadas pela CGU no segundo semestre de 2011, em atendimento ao Decreto 7592/2011, onde se encontra registro de inúmeros indicativos de má versação de recursos e poucos resultados.

Por esses motivos, associados à preocupação com a institucionalização da prática esportiva, dois caminhos foram fortalecidos em 2011: o estabelecimento da chamada pública e a celebração de convênios apenas com governos estaduais, municipais e universidades públicas. Os resultados dessas mudanças somente serão observados quando os convênios celebrados no final de 2011 estiverem em pleno funcionamento, mas foram passos importantes na qualificação do Programa Segundo Tempo.

Em relação aos resultados do programa, cabe registrar os números da chamada pública pela qual foi possível celebrar 117 parcerias com governos municipais e estaduais, prevendo o atendimento

de 222.300 beneficiados, e a abertura de editais para formalização de parcerias visando à implantação e ampliação dos projetos especiais, tais como o PST Universitário e o PST adaptado para pessoas com deficiência, resultando na parceria com 35 universidades federais. Também foi aberto edital específico para o PST Navegar que oferece modalidades náuticas e permitirá o reaproveitamento dos equipamentos já disponibilizados pelo programa a governos estaduais e municipais por meio de 11 convênios.

Além dessas iniciativas, para o alcance dos resultados do Programa Segundo Tempo em 2011 deve ser destacada a cooperação com o MEC que permitiu a ampliação da inserção do Segundo Tempo no Programa Mais Educação, integrando a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas. Em 2011 o Programa foi inserido em 4.947 escolas públicas de 789 municípios do país, alcançando cerca de 1 milhão de alunos da educação básica. Para a Secretaria, a parceria com o MEC é a possibilidade mais concreta de democratização do acesso ao esporte.

Enfim, em 2011 o Programa Segundo Tempo (PST), fortaleceu a política de esporte educacional ampliando significativamente o número de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social com acesso à prática esportiva no contra turno escolar. Os núcleos de esporte educacional implantados em todos os Estados da Federação, em mais de 1.500 municípios, se caracterizaram pela adequação da proposta pedagógica desenvolvida por profissionais e estudantes de educação física e esporte que recebem formação continuada em busca do compromisso com a inclusão e com a democratização do acesso ao esporte, contribuindo para o desenvolvimento integral dos beneficiados. Hoje são 14.449 núcleos que empregam 34.256 professores e monitores atendendo aproximadamente 2 milhões de crianças, adolescentes e jovens em todo o país.

Para 2012, o PST buscará elevar o atendimento médio anual para 3 milhões de beneficiados, dando continuidade às parcerias com governos municipais, estaduais e universidades e por meio da inserção do esporte educacional em 10.000 Escolas do Programa Mais Educação, com a expectativa de atender 2 milhões de alunos da educação básica na perspectiva da educação integral. Pretende-se ainda diversificar a atuação do programa por meio da implantação de projetos especiais e ampliação ao apoio à participação de escolares em jogos e eventos nacionais e internacionais e à realização de eventos e ações nacionais e internacionais de caráter educacional, por meio das parcerias com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) e com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), fortalecendo a Política de Esporte Educacional em todas as suas vertentes.

II. Análise do plano de ação da SNEED

Ação Estratégica I: qualificar e ampliar a abrangência do Programa Segundo Tempo
<ol style="list-style-type: none"> 1. atualizar e aperfeiçoar o atual modelo do Programa Segundo Tempo (metodologia, modelo de conveniamento, forma de execução, parâmetros de RH e beneficiados etc.) agregando valor aos núcleos de esporte educacional; 2. assegurar o atendimento médio anual de 1.500.000 beneficiados; 3. fortalecer as parcerias institucionais com órgãos públicos nas três esferas; 4. implementar os Projetos Especiais Universitário, Pessoa com Deficiência e Navegar por meio da celebração de parcerias com universidades públicas, institutos federais, e governos municipais e estaduais; 5. atender aos beneficiados do Programa Segundo Tempo no período de férias escolares de janeiro e julho, consolidando o Recreio nas Férias como estratégia de inclusão da dimensão de lazer nos programas e ações do esporte educacional; 6. fortalecer e estruturar a parceria com o Ministério da Educação – MEC, de forma a ampliar o atendimento, mantendo a identidade do Programa Segundo Tempo;

7. articular políticas e ações intersetoriais para o esporte educacional;
8. divulgar ações e projetos de esporte educacional para a sociedade.

1. Atualizar e aperfeiçoar o atual modelo do Programa Segundo Tempo (metodologia, modelo de conveniamento, forma de execução, parâmetros de RH e beneficiados, etc.) agregando valor aos núcleos de esporte educacional

- publicar os manuais de diretrizes do PST;
- agilizar o processo de formalização de convênios;
- assegurar os suprimentos para os núcleos do PST.

A Coordenação-Geral de Formalização, setor competente pela formalização de parcerias da Secretaria, alcançou os seguintes resultados, com base nas metas definidas no Relatório de Gestão 2010, quais sejam:

atualizar e aperfeiçoar o atual modelo do Programa Segundo Tempo (metodologia, modelo de conveniamento, forma de execução, parâmetros de RH e beneficiados, etc.) agregando valor aos núcleos de Esporte Educacional

- *publicar os manuais de diretrizes do PST;*
- *agilizar o processo de formalização de convênios;*
- *assegurar os suprimentos para os núcleos do PST.*

Publicação do Manual de Diretrizes do Segundo Tempo Padrão

Em 2011, foi publicado documento que reformula e atualiza as diretrizes do Programa Segundo Tempo, no âmbito da ação “Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Projeto Padrão” (Anexo 1).

Cabe enfatizar, que a reformulação das Diretrizes do Programa Segundo Tempo, trará impactos positivos importantes na execução dos convênios formalizados em 2011, especialmente quanto aos aspectos operacionais, tais como: (1) a escola como ponto central dos núcleos do PST; (2) foco exclusivo nas múltiplas vivências esportivas; (3) mudança no perfil do Coordenador Setorial (abrangendo as questões comunitárias), bem como a inclusão de 1 (um) Técnico Administrativo por convênio, para tratar dos assuntos operacionais; e (4) ampliação do período de vigência da parceria para 26 meses.

Ademais, a principal mudança nas Diretrizes do PST está relacionada à ação Reforço Alimentar, a qual foi retirada como objeto de conveniamento, seja ela responsabilidade do Ministério ou contrapartida do parceiro, configurando assim uma ação secundária desde a concepção do programa sendo possível e recomendada como ação a ser executada pelo parceiro como contrapartida social, sem que figure nos convênios ou instrumentos congêneres.

A decisão foi tomada, após estudos e debates (inclusive com entidades convenientes do PST), os quais foram considerados as seguintes perspectivas:

- a) a concepção inicial do programa previa a permanência do alunado em tempo integral na escola, significando a necessidade do reforço alimentar, perspective que alterou-se ao longo do tempo
- b) que o Programa Segundo Tempo foi implementado também fora do ambiente escolar, com uma atuação diferenciada;

- c) a parceria com o Ministério da Educação, através da proposta de inter-setorialidade ministerial, e inserção do Programa Segundo Tempo no Programa Mais Educação, garantindo que a oferta do reforço alimentar será de responsabilidade do MEC;
- d) o fortalecimento dos fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo, nas suas ações, qualificação dos recursos humanos e dos materiais esportivos disponibilizados;
- e) as dificuldades dos problemas encontrados e vivenciados até o momento com os convênios em execução, quais sejam dificuldades na licitação, cardápios sem valores nutricionais, as logísticas de distribuição e armazenamento;
- f) os impactos orçamentários nos convênios como um todo, e que o valor deste recurso é representativo, correspondente a cerca de 40% do valor total conveniado pelo ME no ano de 2010;
- g) que este valor, se suprimido, significaria a possibilidade de ampliação do atendimento e da qualificação a um número maior de beneficiados; e
- h) que tratam se de parcerias onde cabe ao parceiro assumir responsabilidades financeiras e operacionais, para a execução correta do convênio.

Desta feita, tanto para a operacionalização do novo modelo de convênio para o PST, inclusive com esteio nos módulos operacionais do Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV), tanto para o Ministério do Esporte, as alterações das Diretrizes do PST, configura avanço na construção da política pública proposta, no que concerne, principalmente, à melhoria dos processos administrativos, dando agilidade e transparência aos atos de gestão dos recursos públicos.

Ainda no que tange aos documentos informativos da Chamada Pública em comento, foi dada publicidade às orientações e procedimentos necessários à elaboração dos projetos, tais como: (1) Roteiro de Elaboração do Projeto Técnico (Anexo 2); (2) Roteiro de Elaboração do Projeto Pedagógico do Convênio (Preliminar) (Anexo 3); (3) Orientações para Preenchimento da Proposta no SICONV (Anexo 4); e (4) demais modelos de documentação pertinente, conforme legislação vigente, buscando, assim, nortear a iniciativa das entidades que apresentem interesse em formalizar parceria com o Ministério do Esporte, uniformizando e otimizando os trabalhos. Estes documentos foram publicizados e disponibilizados à época da abertura do Processo Seletivo PST/2011, por meio do sítio eletrônico do Ministério do Esporte, assim como nos Programas/SICONV inerentes. Cumpre destacar que tais informações continuam disponíveis.

Agilidade no processo de formalização de Convênios

Programa Segundo Tempo

Desde a sua instituição, no ano de 2003, por força da Portaria Interministerial nº 3.497, de 24 de novembro de 2003, o Programa Segundo Tempo avançou significativamente, no sentido de tornar seus procedimentos de formalização de parcerias, acompanhamento e análise de prestação de contas dos ajustes firmados, efetivos e transparentes.

Especialmente, quanto ao processo de seleção de parcerias para a celebração de convênios e parcerias, o Programa teve em 2011, a Chamada Pública SNEED/ME/2011 (Anexo 5), que sintetiza o quadro evolutivo das melhores práticas, medidas e procedimentos acerca da matéria.

A Chamada Pública PST – Núcleos/2011

Seguindo a constante qualificação do Programa Segundo Tempo, tendo em vista seus aspectos pedagógicos e administrativos, a formalização de parcerias do Programa apresentou, em 2011, um

significativo avanço no que concerne à seleção de entidades parceiras.

a) Apresentação de Pleitos

A Chamada Pública SNEED/ME/2011, publicada no Diário Oficial da União em 12 de julho de 2011, por força da Portaria/ME nº 80/2011, assegurou a ampla participação de entes públicos e privados no que tange à apresentação de pleitos para a execução do PST. As entidades pleiteantes tiveram 52 (cinquenta e dois) dias, de 12/7/2011 a 1/9/2011, para o cadastramento de propostas, nos moldes estabelecidos pelo presente Edital.

Ademais cumpre destacar que o processo seletivo foi direcionado, exclusivamente, para a apresentação de propostas (pleitos) no Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV, no sentido de uniformizar os procedimentos de formalização da Secretaria com as orientações advindas dos controles internos e externos, assim como atender ao estabelecido nas normativas vigentes acerca do tema.

Para as entidades públicas federais que não encaminham suas propostas via SICONV, foi aplicada a normativa interna para a celebração de Termos de Parceria, instituída pela Portaria/ME 183/2006 (Anexo 6).

b) Prioridades

Percebe-se ainda, no presente processo seletivo, na priorização de parcerias, a motivação em firmar parcerias com entidades públicas (Estados, Prefeituras Municipais, Entidades Federais e Consórcios Públicos), perspectiva que coaduna com as orientações dos órgãos de controle.

Dessa maneira, no âmbito da presente Chamada Pública, foram formalizadas em sua totalidade parcerias com órgão públicos das esferas federais, estaduais e municipais, dando ao programa condições de sustentabilidade maiores, assim como transparência na condução do programa por órgãos públicos.

Não houve formalização de convênios do Programa Segundo Tempo com entidades privadas sem fins lucrativos.

c) Propostas

A Chamada Pública em comento exigiu dos entes pleiteantes a apresentação de elementos técnicos e administrativos, bem como pedagógicos, com o objetivo de qualificar a proposta apresentada, visando assim, o amplo entendimento dos aspectos que permeiam o PST, bem como das obrigações das entidades proponentes/convenientes, minimizando eventuais disfunções no processo de execução.

As propostas apresentadas (para entidades públicas das esferas estadual e municipal, assim como entidades privadas sem fins lucrativos) foram obrigatoriamente cadastradas no Sistema de Gestão de Convênio do Governo Federal – SICONV, obedecendo assim os dispositivos legais, para a formalização de convênios.

Entre encaminhamentos de propostas via correspondência a pleitos inscritos em Sistema específico do PST, nos anos de 2003 à 2010, a Chamada Pública PST/2011 contribui para o processo

de transparência, com a utilização integral do SICONV, corroborando com as iniciativas do Governo Federal acerca do tema.

d) Critérios de Seleção

Os critérios de seleção estabelecidos na presente Chamada Pública foram abordados de forma objetiva, privilegiando: (1) o atendimento aos beneficiados de áreas assoladas pela vulnerabilidade social (IDH e IDEB); e (2) propostas elaboradas de formas consistentes, respeitando as Diretrizes e normativas estabelecidas pelo Programa (Projeto Técnico e Plano Pedagógico do Convênio Preliminar). Desta forma, para o percentual (peso) dos critérios para a pontuação das propostas foram: Projeto Técnico (43%), Plano Pedagógico do Convênio Preliminar (25%), IDEB (16%) e IDH (16%).

O Edital da Chamada Pública PST/2011, previa que as propostas consideradas Renovações (parcerias a serem firmadas com o Ministério do Esporte para a execução do Programa Segundo Tempo, com entidades que já executaram o PST, através de ajustes, cuja vigência expirou entre 01/01/2010 e 31/05/2011), somente seriam formalizadas, desde que atendessem aos critérios classificatórios, com base no atingimento dos objetivos pactuados no convênio anterior (Prestação de Contas Técnica – Relatório de Cumprimento do Objeto), fato que evidencia o justo critério de formalização de nova parceria, com base nas experiências anteriores.

e) Validação e Formalização de Parcerias

Após o período de cadastramento das propostas por parte dos entre proponentes, a Coordenação Geral de Formalização realizou o processo de análise das propostas encaminhadas, com base nos critérios eliminatórios e classificatórios trazidos do Edital da presente Chamada Pública. O rol de entidades pré-classificadas, e posteriormente após prazo para a interposição de recursos, a Lista de Propostas Classificadas (Anexo 7) foram amplamente divulgadas.

Obedecendo aos critérios de priorização estabelecidos no presente Edital, foi iniciada a Fase de Validação que visou à apresentação de documentos e informações por parte das entidades classificadas e priorizadas no sentido de alinhar a proposta às normativas que disciplinam a formalização de convênios e demais parcerias.

Diante das propostas que em tempo hábil cumpriram as exigências da Fase de Validação, houve, enfim, a formalização das parcerias, conforme as normativas vigentes.

f) Carteira de Projetos

As demais entidades classificadas e não formalizadas compuseram a Carteira de Projetos do PST (Anexo 8), com validade até 31/12/2011, podendo ser prorrogada por até 12 meses. Sua formalização dependerá de disponibilidade orçamentária desta Pasta Ministerial.

Por fim, vale reiterar que, além da publicação do Edital no Diário Oficial da União, foram amplamente disponibilizadas no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, bem como do próprio SICONV, todas as informações pertinentes (datas do processo seletivo, manuais, modelos de documentação a serem apensadas nas propostas e demais elementos) para a participação das entidades no referido processo seletivo.

Principais Resultados – Formalização Chamada Pública PST - Núcleos/2011

a) Cadastramento de Propostas

A Primeira Fase da Chamada Pública (cadastramento e envio de propostas) obteve os seguintes números:

<i>Categoria</i>	<i>Cadastradas</i>	<i>Desclassificadas</i>	<i>Habilitadas</i>
Implantação	1.969	500	1.469
Renovação	160	134	26
TOTAL	2.129	634	1.495

As propostas que foram habilitadas, cumpriram uma das exigências do Edital, que era a obrigatoriedade de encaminhamento da Proposta/SICONV para a análise (funcionalidade do SICONV).

As propostas apenas Cadastradas, em Duplicidade, Canceladas pelo próprio proponente ou em Rascunho foram Desclassificadas.

b) Análise das Propostas Habilitadas

As 1.495 (mil, quatrocentas e noventa e cinco) propostas Habilitadas, que seguiram as exigências do Edital da Chamada Pública, avançaram para a próxima fase do processo seletivo (Análise das Propostas) e foram analisadas com base no Projeto Técnico, Plano Pedagógico do Convênio, IDEB e IDH, e conseqüentemente Classificadas por Prioridade e Pontuação.

As propostas que, nesta fase, não apresentaram o Projeto Técnico ou Plano Pedagógico do Convênio, e demais documentos exigidos no Edital, não procederam à outras normativas do Edital, ou ainda que tiveram pontuação menor que 50 (cinquenta) pontos foram Desabilitadas e conseqüentemente Desclassificadas.

Houve, ainda, a análise de recursos interpostos, a qual motivou, quanto do deferimento ou indeferimento, ajustes na Lista de Propostas Classificadas.

Desta forma, a Fase de Análise e Classificação de Propostas teve o seguinte panorama final sendo sua publicação disponibilizada por meio da Lista Final de Classificação:

<i>Categoria</i>	<i>Habilitadas</i>	<i>Desclassificadas</i>	<i>Classificadas</i>
Implantação	1.469	852	617
Renovação	26	2	24
TOTAL	1.495	854	641

c) Fase de Validação

Em decorrência das normas estabelecidas no Edital da Chamada Pública, esta Secretaria tornou pública a Lista de Entidades Habilitadas para a Fase de Validação. As entidades proponentes classificadas e habilitadas para a Fase de Validação, conforme critérios estabelecidos na Chamada Pública em questão (Categorias, Pontuações e Limite Orçamentário), foram informadas por meio da Proposta classificada no SICONV, assim como por e-mail (nos casos das entidades federais), acerca dos procedimentos a serem adotados, dentro do prazo estabelecido, na Terceira Fase do Processo Seletivo (Validação e Priorização de Propostas).

Cabe reiterar que a formalização de parcerias decorrentes da presente seleção, observada a ordem da classificação, ocorreu segundo a disponibilidade de recursos orçamentários desta Pasta Ministerial, não havendo compromisso do Ministério do Esporte com a formalização dos pleitos classificados.

As propostas que cumpriram às exigências desta Fase, avançaram à Fase de Formalização de Parcerias. Já as entidades que não atenderam aos procedimentos previstos no Edital, nesta Fase, passaram à compor a Carteira de Projetos.

As Listas da Fase de Validação (Anexo 9) e Carteira de Projetos forma devidamente publicadas no sítio eletrônico do Ministério do Esporte. Desta forma, a Fase de Validação obteve os seguintes resultados:

<i>Categoria</i>	<i>Habilitadas</i>	<i>Carteira de Projetos</i>	<i>Formalização</i>
Implantação	617	456	161
Renovação	24	3	21
TOTAL	641	459	182

d) Fase de Formalização de Parcerias

As Propostas que avançaram da Fase de Validação, passaram à Fase de Formalização de Parcerias. Esta Fase, refere-se aos procedimentos internos da Secretaria e do Ministério (Pareceres Técnicos, Jurídicos, Orçamentários e demais processos administrativos), no intuito de celebração do convênio ou Termo de Cooperação.

Cabe destacar que as entidades, cujas propostas encontravam-se na Fase de Formalização, deveriam estar, no ato da assinatura do ajuste, com seus registros adimplentes junto aos órgãos de regularidade fiscal e para-fiscal (CAUC/SIAFI, INSS, FGTS, PGFN, CEDIN, Fazenda Estadual e Municipal, entre outros), inclusive no próprio Ministério do Esporte no que tange à Prestação de Contas de convênios anteriores.

Insta salientar que todos os convênios firmados para Programa Segundo Tempo Padrão no ano de 2011 foram efetivadas com **órgãos públicos** das esferas Federal (Universidades e Institutos Federais), Estadual e Municipal.

Dessa maneira, algumas propostas não foram formalizadas, devido à inadimplência junto aos órgãos supracitados, passando desta forma a compor a Carteira de Projetos. Assim, a Fase de Formalização traz os seguintes resultados:

<i>Categoria</i>	<i>Fase de Formalização</i>	<i>Carteira de Projetos</i>	<i>Formalizados</i>
Implantação	161	57	104
Renovação	21	4	17
TOTAL	182	61	121

e) Carteira de Projetos

Pelo exposto, a Carteira de Projetos passou a ter a seguinte composição de Propostas, após os resultados finais das Fases do Processo Seletivo PST/2011:

<i>Categoria</i>	<i>Carteira de Projetos</i>
Implantação	488
Renovação	4
TOTAL	492

Principais Problemas – Formalização PST/2011:

- a) ausência de qualificação do corpo técnico das entidades proponentes no que respeita à elaboração do projeto e de seus elementos complementares, relativo ao pleito do Programa Segundo Tempo;
- b) insuficiência de qualificação ao corpo técnico da Coordenação Geral de Formalização CGFOR/SNEED, no que tange às atualizações do Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV);
- c) alto índice de inadimplência efetiva das entidades proponentes, junto ao Governo Federal, bem como disfunções nas Prestações de Contas de convênios anteriores das entidades pleiteantes, embargando possíveis formalizações de convênios;
- d) necessidade de ajustes nas propostas cadastradas no SICONV, por parte das entidades proponentes, gerando atrasos na formalização; e
- e) inclusão de Propostas no SICONV diferente dos objetivos instituídos nas diretrizes dos Programas específicos, assim como com elementos insuficientes para análise técnica.

Demais Ações Orçamentárias da Secretaria

Por seu turno, as ações de Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais, Promoção de Eventos de Esporte Educacional e de Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais foram desenvolvidas por meio de formalização de parcerias de propostas cadastradas no SICONV, ou encaminhadas fisicamente, quando pleito de entidades federais, que propuseram projetos dentro da qualificação das ações em comento, por força de eventos.

Para a Formalização de Parcerias para as ações em comento esta Secretaria procedeu dois processos seletivos distintos.

a) Primeiro Ciclo Eventos PST/2011

O Primeiro Ciclo de Formalização de Eventos utilizou as bases de seleção de propostas instituída pela Portaria/ME nº 167, de 29 de agosto de 2006 (Anexo 10). Este Ciclo obteve os seguintes resultados:

<i>Ações</i>	<i>Convênios/Parcerias Formalizadas</i>		
	<i>Entes Públicos</i>	<i>Entes Privados</i>	<i>Total</i>
Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais	3	0	3
Promoção de Eventos de Esporte Educacional	1	2	3
Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais	0	0	0
TOTAL	4	2	6

b) Segundo Ciclo Eventos PST/2011

O Segundo Ciclo de Formalização de Eventos teve duas fases específicas para a Formalização de convênios:

b.1) Chamada Pública nº 004/2011

Por força do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Governo Federal, para a formalização de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, deveriam obrigatoriamente utilizar-se de Chamamento Público para a seleção de projetos. Desta forma, com base na normativa citada, esta Secretaria instituiu a Chamada Pública (Anexo 11), com o objetivo de selecionar propostas que visassem o apoio e o desenvolvimento de eventos esportivos educacionais.

Vale lembrar que o Processo Seletivo em tela, utiliza-se das mesmas premissas da Chamada Pública do Programa Segundo Tempo – Projeto Padrão/2011, no que tange às Classificação, Desclassificação e a composição de Carteira de Projetos.

Com critérios objetivos, para averiguar, em especial a capacidade técnica da entidade pleiteante, assim como a coerência da proposta, a Chamada Pública em questão, atingiu os seguintes resultados (Anexo 12):

<i>Propostas Cadastradas</i>	<i>Propostas Desclassificadas</i>	<i>Propostas Classificadas</i>	<i>Carteira de Projetos</i>	<i>Propostas Formalizadas</i>
13	8	5	3	2

A Chamada Pública, no que tange às ações orçamentárias em análise, obteve os seguintes resultados:

<i>Ações</i>	<i>Convênios/Parcerias Formalizadas</i>
Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais	0
Promoção de Eventos de Esporte Educacional	2
Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais	0
TOTAL	2

b.2) Emendas Parlamentares

As Emendas Parlamentares que tiveram suas devidas liberações de recursos, por parte do Governo Federal, que normalmente tende a acontecer ao final do exercício, tiveram seus convênios formalizados por esta Secretaria e obtiveram os seguintes resultados:

<i>Ações</i>	<i>Convênios/Parcerias Formalizadas</i>		
	<i>Entes Públicos</i>	<i>Entes Privados</i>	<i>Total</i>
Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais	0	0	0
Promoção de Eventos de Esporte Educacional	2	0	2
Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais	0	0	0
TOTAL	2	0	2

Principais Problemas - Ações de Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais, Promoção de Eventos de Esporte Educacional e de Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais

Destacam-se como dificuldades encontradas na Formalização de Parcerias para as ações em destaque:

- ausência de qualificação do corpo técnico das entidades proponentes no que respeita à elaboração do projeto e de seus elementos complementares, relativo ao pleito do Programa Segundo Tempo;
- insuficiência de qualificação ao corpo técnico da Coordenação Geral de Formalização CGFOR/SNEED, no que tange às atualizações do Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV);
- demora na indicação e conformação da liberação da Emendas Parlamentares;
- alto índice de inadimplência efetiva das entidades proponentes, junto ao Governo Federal, bem como disfunções nas Prestações de Contas de convênios anteriores das entidades pleiteantes, embargando possíveis formalizações de convênios;
- necessidade de ajustes nas propostas cadastradas no SICONV, por parte das entidades proponentes, gerando atrasos na formalização; e
- inclusão de Propostas no SICONV diferente dos objetivos instituídos nas diretrizes dos Programas específicos, assim como com elementos insuficientes para análise técnica.

Considerações Gerais

Em que pese o esforço desta Secretaria em implantar um processo seletivo e qualificar a escolha dos parceiros, algumas questões merecem ser equacionadas:

- percebe-se uma grande dificuldade em integrar as ações do ME, em especial, a análise da prestação de contas financeira dos convênios anteriores, para que possa possibilitar a avaliação das propostas de renovação, sob uma perspectiva global de aplicação dos recursos públicos, questão que nem sempre se torna possível sob pena de grande descontinuidade no atendimento, tendo em vista o tempo que o processo de análise da prestação de contas (do cumprimento do objeto e financeira) demanda.
- muitas instituições públicas que tem interesse em implantar núcleos de esporte educacional encontram-se em permanente inadimplência, impossibilitando que o convênio

seja firmado.

c) além disso, dificuldades internas advindas da tramitação de documentos (entre o proponente, a Secretaria e o ME), do próprio processo de formalização (ocasionado pelo desequilíbrio entre demanda e corpo-técnico qualificado para análise), bem como da disponibilidade orçamentária, fazem com que muitas propostas recebam parecer favorável, porém não chegam a ser formalizadas.

d) não necessariamente os melhores projetos ou as instituições com as melhores pontuações chegam a celebrar convênios em função de não vencerem todas as exigências normativas, assim como o preenchimento adequado da proposta no SICONV, mesmo com o apoio técnico, que disponibiliza mecanismos de auxílio (manuais, modelos e instrumentos congêneres) para a apresentação completa da proposta.

Desta maneira, esta Secretaria possibilitou, de forma aberta e transparente, condições para que as entidades apresentassem seus pleitos, nas medidas estabelecidas nos critérios avaliativos, fazendo com que o processo de seleção, mesmo com alguns percalços, fosse conduzido dentro das perspectivas normativas vigentes.

Suprimentos dos Núcleos do PST

A Coordenação-Geral de Suprimentos e Logística foi criada em 2009 com o nome Coordenação Geral de Eventos e Suprimentos para implementar um projeto de substituição dos materiais esportivos e uniformes do programa Pintando a Liberdade, por materiais comprados pela própria Secretaria, em virtude da grande demanda gerada pelo Programa Segundo Tempo.

A CGES tem como principais atribuições a entrega dos Kits de material esportivo, uniformes e PROESP/BR; Administração dos contratos dos materiais; Controle do estoque dos materiais, Elaboração do Projeto Básico para procedimentos licitatórios de aquisição de materiais e acompanhamento do processo licitatório; coordenação do recebimento de pedidos de doações advindos de prefeituras e escolas; realização, triagem e posterior encaminhamento dos pedidos a CGMAT.

Foram estipuladas as seguintes metas para o ano de 2011:

METAS

- acompanhar junto à empresa de logística a execução da programação de recebimento, armazenagem e distribuição dos kits de materiais esportivos do PST, dando prioridade para a entrega às entidades que já receberam Ordem de Início;
- entregar ao MEC os kits de Uniformes e Materiais Esportivos do PST/Mais Educação;
- concluir a distribuição do quantitativo de uniformes solicitados para as entidades formalizadas em 2009;
- solicitar a aquisição de Uniformes, kits PROESP e Materiais Esportivos, para suprir a demanda remanescente dos convênios formalizados em 2009, como também para os formalizados em 2010;
- utilizar o saldo em estoque dos kits de Uniformes, Recreativo e Esportivo do Recreio nas Férias para atender demanda das entidades que poderão ser selecionadas para a realização do Projeto Recreio nas Férias- Edição julho de 2011;
- programar, de acordo com a demanda do Programa Segundo Tempo, a entrega de suprimentos às entidades que formalizaram convênio em 2009, 2010 e 2011 a partir do momento em que estiverem aptas ao recebimento dos materiais.

DOS CONTRATOS

A CGES administrou oito contratos de fornecimentos de materiais esportivos, uniformes e transporte e logística de materiais, conforme abaixo especificado:

	DESCRIÇÃO	EMPRESA FORNECEDORA	Nº ATA/ CONTRATO
1	UNIFORMES - PST	Olafashion Ind. E Com. de Roupas*	05/2010
2	KIT. MAT. RECREAT. RECREIO	ALM – Áudio e vídeo*	15/2010
3	MAT. ESPORTIVOS-RECREIO	V.R. Comércio de Calçados *	02/2010
4	UNIFORMES - RECREIO	Janbonés Ind. Com. LTDA *	04/2010
5	KIT – PROESP/BR	Comercial São Fidélis Papelaria*	09/2010
6	MAT. ESPORTIVO PST	V.R. Comércio de Calçados*	20/2010
7	TRANSP. E LOGÍSTICA DE MATERIAIS	Transp. Encomendas de cargas Pontual**	33/2010
8	MATERIAL ESPORTVIO PST	V.R. Comércio de Calçados**	09/2011

A Ata de Registro de Preço nº 09/2011 foi assinada em 28/12/2011 para o fornecimento de materiais esportivos do Programa Segundo Tempo, visando atender os convênios formalizados em 2011.

UNIFORMES DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO – PST

A empresa Olafashion Ind. E Com. de Roupas, foi fornecedora dos uniformes do Programa Segundo Tempo, pela Ata de Registro de Preço nº 05/2010, encerrada em 22 de fevereiro de 2011. Forneceu em 2010, 5.600 (cinco mil e seiscentos) kits para atender a demanda dos convênios formalizados em 2009 e 2.500 kits para o PST/Mais Educação.

Em 2011 foi solicitada a compra de 1.250 kits de uniformes do PST para atender a demanda dos convênios formalizados por esta Secretaria na primeira etapa de formalização em 2010, como também a aquisição de 160 kits de uniformes para suprir a demanda Programa Segundo Tempo/Mais Educação, conforme meta pactuada.

Da aquisição, distribuição e estoque dos uniformes do PST:

Para atender toda a demanda dos convênios firmados em 2009 e 2010, no âmbito do Programa Segundo Tempo e ainda a parceria com o Mais Educação/MEC, foi necessária a aquisição de 7.909 kits, sendo que desse quantitativo foram adquiridos 7.010 kits de uniformes, abaixo especificado:

DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE KITS RECEBIDOS FORNECEDOR	QUANTIDADE KITS ENTREGUES/ AOS CONVENIOS	QUANTIDADE DE KITS EM ESTOQUE	DEMANDA TOTAL PST	QUANTIDADE DE KITS FALTAM COMPRAR
UNIFORMES - PST/MAIS EDUCAÇÃO	2.660	2.660	0	2.660	0
UNIFORMES - PST	4.350	4.182	168	5.249	899
TOTAL	7.010	6.842	168	7.909	899

Dos 10.000 kits previstos na Ata de Registro de Preço nº 05/2010, foram empenhados 7.010 kits, sendo 1.410 em fevereiro de 2011.

No período de 2010 foram distribuídos aos convênios formalizados em 2009, 1.540 kits de uniformes do Programa Segundo Tempo. Já em 2011 foram distribuídos aos convênios formalizados em 2010 e formalizados em 2009 (que não haviam recebido os uniformes), 2.642 kits de uniformes do PST, restando um estoque de 168 kits.

Foram entregues ainda 160 kits adquiridos para o complemento da demanda do Programa Segundo Tempo/Mais Educação/MEC, de acordo com a meta estabelecida.

Vale ressaltar que a quantidade de kits adquirida pela Ata de Registro de Preço nº 05/2010, não atendeu a totalidade da demanda dos convênios formalizados em 2009 e 2010, faltando a aquisição de 899 kits de Uniformes.

Da licitação de uniformes do Programa Segundo Tempo:

A CGES é o setor responsável pela elaboração do Projeto Básico contendo, especificações técnicas, quantitativos e demais itens necessários para a compra de materiais para o Programa Segundo Tempo.

Desta forma, no início do ano de 2011, foi elaborado o Projeto Básico para a compra de uniformes com o intuito de atender o restante da demanda dos convênios formalizados em 2010 e 2011, bem como atender a demanda prevista de 10.000 escolas do Programa Mais Educação/ME.

Para tanto, foi encaminhado em fevereiro de 2011 para Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração o Projeto Básico solicitando a compra de uniformes. Considerando a solicitação, foi aberto o processo licitatório (Pregão Eletrônico SRP nº 24/2011).

A sessão do pregão foi aberta em 06 de setembro de 2011, tendo como vencedora do certame a empresa Capricórnio S/A.

As empresas concorrentes entraram com pedido de impugnação da licitação com os seguintes questionamentos, que não foram aceitos por parte deste Ministério;

- a exigência de comprovação de experiência correspondente a 50% da execução do objeto do Pregão Eletrônico;

- o fornecimento dos uniformes do programa Segundo Tempo em escala nacional por um único contratado, em detrimento de outras formas de adjudicação, como o fornecimento por região;
- a vedação da participação de consórcio no Pregão Eletrônico.

Devido às denúncias feitas pelas empresas concorrentes ao Tribunal de Contas da União, foi determinada a suspensão da licitação para análise de todo o processo.

A licitação para aquisição de uniformes até o final de mês de dezembro encontrava-se em fase de finalização, no entanto, seguindo manifestação do TCU, o Ministério do Esporte, por bem do interesse público, decidiu revogar o Pregão Eletrônico SRP nº 24/2011.

Desta forma, uma das metas para 2012 é elaborar um novo Projeto Básico para a compra de uniformes, encaminhando-o do mesmo para a formalização de um novo processo licitatório.

Uma maneira de suprir de forma paliativa, minimizando o impacto da ausência de uniformes, foi enviar uma camiseta, do “Recreio nas Férias” para todos os beneficiados dos convênios firmados em 2011.

MATERIAIS ESPORTIVOS – PST

O material esportivo encaminhado aos convênios era fornecido pelo Programa Pintando a Liberdade/Cidadania do Ministério do Esporte, no entanto, devido à baixa qualidade dos materiais e diversas reclamações das entidades parceiras esta Secretaria decidiu por realizar licitação para adquirir os materiais esportivos.

A empresa V.R. Comércio de Calçados Ltda., foi a fornecedora dos materiais esportivos do Programa Segundo Tempo, pela Ata de Registro de Preço nº 20/2010, encerrada em 24 de novembro de 2011.

Destaca-se que com a decisão de adquirir novos materiais esportivos observou-se um avanço significativo na qualidade dos materiais fornecidos aos núcleos do Programa Segundo Tempo, reconhecido também por diversas entidades parceiras do programa.

Da aquisição, distribuição e estoque dos Kits Esportivos do PST:

Em 2010 foi solicitada a aquisição de 3.270 (três mil duzentos e setenta) kits de Materiais Esportivos do Segundo Tempo para suprir parte das demandas dos convênios formalizados em 2009 e atender a primeira etapa das escolas do PST/Mais Educação.

Já no período de 2011 foi adquirido o quantitativo restante na Ata de Registro de Preço, no total de 6.730 kits de materiais esportivos, divididos em três empenhos, para atender o restante da demanda dos convênios formalizados em 2009, aos convênios de 2010 e à segunda etapa das escolas do PST/Mais Educação (vide tabela abaixo), de acordo com a meta pactuada.

Demanda	Número de kits
PST – Restante dos Convênios formalizados em 2009	1.273
PST – Convênios formalizados até julho em 2010	1.447
PST – Convênios formalizados até Dezembro 2010	875
Ministério da Defesa e Equipe de colaboradores	140
PST – Mais Educação 2011	2.995
TOTAL	6.730

No entanto, o quantitativo adquirido para PST – Mais Educação 2011, não foi suficiente para atender a demanda das 4.142 escolas, sendo solicitado no mês de junho o aditamento em 25% da Ata de Registro de Preço.

Com a aprovação do aditamento na Ata de Registro de Preço, foi solicitada a aquisição de 2.500 kits para atender o restante da demanda PST – Mais Educação 2011.

Os kits esportivos adquiridos foram suficientes para atender a demanda dos convênios firmados em 2009 e 2010, no âmbito do Programa Segundo Tempo e ainda a parceria com o Mais Educação/MEC, distribuídos conforme tabela abaixo:

DEMANDAS	QUANTIDADE DE KITS DEMANDA	QUANT. DE KIS DISTRIBUIDA	QUANT. FALTA DISTRIBUIR
Convênios 2009 e 2010	5.272	3.128	2.144
PST/Mais Educação 1ª Etapa	1.541	1.541	0
PST/Mais Educação 2ª Etapa	4.142	4.142	0
Paraná Esporte	208	208	0
Equipes Colaboradoras	19	19	0
Institutos Federais	48	0	48
Ministério da Defesa	121	121	0
Secretaria de Esporte de Pernambuco conv. 2008	105	105	0
TOTAL COMPROMETIDO	11.456	9.264	2.192

Os 12.500 kits previstos na Ata de Registro de Preço nº 20/2010 foram empenhados, e entregues pelo fornecedor no Centro de distribuição da empresa de logística.

Da quantidade adquirida, foram distribuídos aos convênios do PST 9.264 kits. Em dezembro de 2011 tínhamos 3.236 kits em estoque, para serem distribuídos aos convênios quando estiverem aptos a receber o material.

Vale ressaltar que houve atraso na entrega dos kits, considerando o prazo de entrega dos materiais adquiridos no primeiro Empenho nº. 2010NE901880, emitida no dia 10 de dezembro de 2010, que havia encerrado no dia 24 de janeiro de 2011. Tais atrasos, porém, não impactaram no desenvolvimento do Programa, uma vez que os convênios que tiveram ordem de início no período, receberam materiais esportivos produzidos pelo Ministério.

Em virtude do atraso na entrega dos Kits, foram tomadas providências no sentido de informar ao gestor do contrato o ocorrido.

Em 08 de fevereiro de 2011, por meio do Memorando nº 49/2011/ CGES/DEEIC/SNEED/ME, esta Secretaria comunicou a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração deste Ministério a respeito do atraso.

Posteriormente, em de março de 2011, por intermédio do Ofício nº 438/2011/SPOA/SE/ME, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração notificou a contratada acerca do descumprimento do prazo de entrega do material, para apresentação de defesa, sob pena das sanções de Advertência e Multa.

Em decorrência, a contratada encaminhou defesa que foi apreciada e concluindo-se pela regularização da situação.

Ata de Registro de Preço para aquisição de Materiais Esportivos

Tendo em vista a previsão da formalização do convênio do PST em 2011, em junho foi encaminhado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Projeto Básico visando à abertura de processo licitatório para aquisição de kits de Materiais Esportivos.

A vencedora do certame (Pregão Eletrônico SRP nº 30/2011) foi a empresa V.R. Comércio de Calçados Ltda, com a qual foi assinada em dezembro de 2011 a Ata de Registro de Preço nº 09/2011, para o fornecimento dos kits.

Visando atender a demanda dos convênios formalizados em 2011, foi solicitado empenho de 2.947 kits de Materiais esportivos.

KIT DE AVALIAÇÃO PROESP/PST

A empresa **Comercial São Fidélis Papelaria Ltda.**, foi à fornecedora dos kits de avaliação do PROESP/ Programa Segundo Tempo, pela a Ata de Registro de Preço nº 09/2010, encerrada em 15/05/2011. A ata foi assinada para o fornecimento de 25.000 kits.

Da aquisição, distribuição e estoque dos Kits PROESP/PST: para avaliação de descobertas de talentos esportivos

Para atender toda a demanda dos convênios firmados em 2009 e 2010, no âmbito do Programa Segundo Tempo, foi necessária a aquisição de 4.407 Kits de acordo com a meta pactuada.

Entretanto, em 31/05/2011, a partir de uma proposta de ação encaminhada pela coordenação do projeto desta Secretaria, definiu-se direcionar o foco do PROESP para a parceria do Segundo Tempo com o Mais Educação.

Cabe registrar que em função do contingenciamento orçamentário, foi adquirido apenas parte do quantitativo inicialmente previsto na licitação, que possibilitaria o envio para todos os núcleos do PST. Com a opção de direcionar os Kits para as 5000 Escolas do Mais Educação que aderiram ao PST em 2010, como critério optou-se por dar direito ao Kit do PROESP, inicialmente às escolas cadastradas que concluírem o processo de capacitação do total de 4.949 escolas aptas. O entendimento da necessidade de desenvolver-se primeiramente o processo de capacitação dos monitores, parte da premissa de que esta é essencial para uma melhor utilização e aproveitamento dos Kits. Devido a uma série de problemas intervenientes não se pôde contar com a participação efetiva de profissionais de Educação Física para o desenvolvimento do PST junto ao Programa Mais Educação o que dificultou a capacitação. Realizar a distribuição simplesmente apenas para cumprir um cronograma seria uma irresponsabilidade administrativa.

Todos os kits foram recebidos e encontram-se armazenados em estoque no Centro de Distribuição da empresa Pontual.

Os kits PROESP serão distribuídos para 4.400 escolas das 4.949 aptas a desenvolverem o Segundo Tempo no Mais Educação, mediante a confirmação do cadastro no Sistema do PST para o desenvolvimento das ações em 2012.

Pretende-se distribuir os Kits PROESP tão logo seja concluído o cadastramento das escolas aptas a desenvolver o Segundo Tempo no Mais Educação e realizado o processo de capacitação dos monitores, garantindo mais efetividade e qualidade ao processo de avaliação.

TRANSPORTE E LOGISTICA DOS MATERIAIS

A empresa Encomendas e Transporte de cargas Pontual Ltda., é a empresa responsável por toda a logística de recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais do Programa Segundo Tempo, pelo contrato administrativo 33/2010.

O contrato encontra-se em seu primeiro aditamento com vigência até 29/04/2012. No entanto foi manifestada ao gestor do contrato a intenção da renovação do mesmo.

Em 2011 a empresa Encomendas e Transporte de Cargas Pontual Ltda, atendeu a 5.889 solicitações desta secretaria. Sendo que 4.142 foram feitas para escolas do Programa Mais Educação.

No fim de 2011 encontravam se armazenados em seu Centro de Distribuição os seguintes materiais conforme tabela abaixo.

MATERIAIS EM ESTOQUE			
DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE KITS RECEBIDOS	QUANTIDADE KITS ENTREGUES	QUANTIDADE DE KITS EM ESTOQUE
UNIFORMES - PST/MAIS EDUCAÇÃO	2.660	2.660	0
UNIFORMES - PST	4.350	4.182	168
KIT - MAT. RECREAT.	1.100	961	139

RECREIO NAS FÉRIAS			
KIT – MAT. ESPORTIVO RECREIO NAS FÉRIAS	1.165	1.026	139
UNIFORMES-RECREIO NAS FÉRIAS	6.000	3.758	2.242
KIT – PROESP/BR	4.407	0	4.407
KIT – MAT. ESPORTIVO PST	12.500	9.264	3.236
TOTAL GERAL	32.182	21.821	10.331

DOAÇÃO DE MATERIAL

A partir de agosto de 2011 foi repassada a esta Coordenação a tarefa de realizar uma análise preliminar a respeito de solicitações de doações de materiais esportivos oriundos de escolas e prefeituras. Cabendo apenas a realização de triagem e análise preliminar dos pedidos, encaminhando os pedidos selecionados a Coordenação Geral de Material Esportivo para posterior envio do material esportivo.

FRAGILIDADES

- demora/Cancelamento da Licitação para aquisição dos uniformes;
- melhorar integração/comunicação entre as áreas;
- redução da equipe no processo de Estruturação da Secretaria.

RESULTADOS OBTIDOS EM 2011

- aquisição de 7.010 kits de uniformes para o Programa Segundo Tempo e Segundo Tempo/Mais Educação/MEC;
- distribuição de 2.642 kits de uniformes do PST aos convênios de 2009 e 2010;
- distribuição de 160 kits de uniformes adquiridos para o complemento da demanda do Programa Segundo Tempo/Mais Educação/MEC;
- aquisição de 6.730 kits de materiais esportivos, atendendo a demanda dos convênios formalizados em 2009, aos convênios de 2010 e a segunda etapa das escolas do PST/Mais Educação;
- aquisição de 2.500 kits para atender o restante da demanda PST – Mais Educação 2011; referente ao aditamento do contrato
- distribuição de 9.264 kits do material esportivo convênios do PST;
- aquisição de 4.407 Kits PROESP para os convênios de 2009 e 2010;
- distribuição de 2.534 kits de uniformes do Recreio nas Férias
- doação de 21 kits esportivos do Projeto Recreio nas Férias;

PERSPECTIVAS PARA 2012

- acompanhar junto ao setor de compras e contratações a licitação dos uniformes para atender a demanda do Programa Segundo Tempo;

- acompanhar junto à empresa de logística a execução da programação de recebimento, armazenagem e distribuição dos kits de materiais esportivos do PST;
- solicitar a aquisição de Materiais Esportivos, para atender a demanda as escolas do selecionadas para realizarem o PST junto a Programa Mais Educação;
- realizar a entregas dos kits de materiais esportivos as escolas selecionadas para realizarem o PST junto ao Programa Mais Educação;
- distribuir os kits do PROESP/BR;
- concluir a distribuição do quantitativo de uniformes solicitados para as entidades formalizadas em 2009;
- utilizar o saldo em estoque dos kits de Uniformes, Recreativo e Esportivo do Recreio nas Férias para atender aos convênios formalizados em 2011.
- planejar de acordo com a demanda do Programa Segundo Tempo, a entrega de suprimentos às entidades que formalizaram convênio em 2009, 2010 e 2011 a partir do momento em que estiverem aptas ao recebimento dos materiais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de 2011 buscou realizar as metas apresentadas, visando atender com maior apreciação e acompanhamento as entregas de suprimentos necessários aos desenvolvimentos dos núcleos do Programa Segundo Tempo.

Desta forma podemos ressaltar que as metas de 2011 foram cumpridas, principalmente no que se refere à distribuição dos suprimentos aos convênios formalizados de 2009 e 2010, executando todas as entregas aos convênios que receberam Ordem de Início.

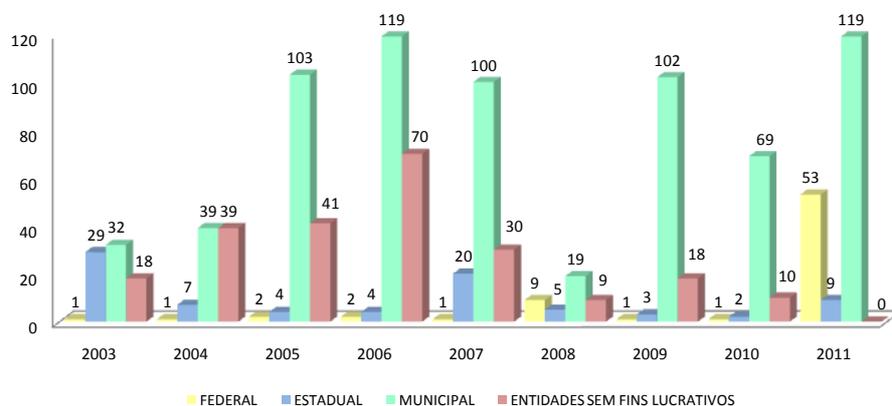
2. fortalecer as parcerias institucionais com órgãos públicos nas três esferas

- priorizar as parcerias municipais;
- priorizar as renovações das parcerias públicas (estados e municípios);
- realizar estudo para estabelecer critérios de conveniamento com entidades privadas sem fins lucrativos.

Como se verifica do processo de formalização realizado em 2011 apresentado acima, em particular na Ação 4377, PST – Núcleos, o fortalecimento das parcerias públicas se deu de forma inequívoca, já que todo o orçamento foi destinado para a celebração de convênios com entes públicos. Dessa forma, as parcerias com estados e municípios, fossem implantações ou renovações de convênios, foram integralmente priorizadas.

Embora a gestão tenha desenvolvido os estudos para estabelecer critérios de conveniamento com entidades privadas sem fins lucrativos, incluídos na Chamada Pública realizada, pelas razões já apresentadas não foi celebrada nenhuma parceria com entidades privadas sem fins lucrativos no ano de 2011. Os gráfico a seguir ilustram a evolução da destinação orçamentária considerando a natureza jurídica das Insituições parceiras.

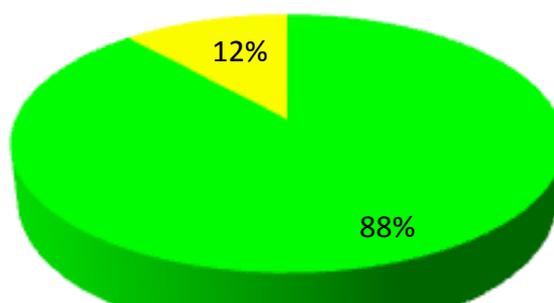
**COMPARATIVOS DE CONVÊNIOS FORMALIZADOS POR NATUREZA JURIDICA
2003 A 2011**



No gráfico a seguir, considerando a totalidade de parcerias celebradas com entidades públicas em 2011, por força das Chamada Pública ME/SNEED/2011, demonstra-se o percentual de implantação (parcerias firmadas com o Ministério do Esporte para a execução do Programa Segundo Tempo, com entidades: (1) que não firmaram parcerias para a execução dos Programas em comento; (2) que já executaram o PST, através de ajustes, cuja vigência expirou-se em período igual ou anterior à 31/12/2009; e (3) que firmaram parcerias para a execução dos Programas em comento, porém tais parcerias foram rescindidas ou canceladas, sem que houvesse atendimento efetivo ao público beneficiado) e de renovações (parcerias firmadas com o Ministério do Esporte para a execução do Programa Segundo Tempo, com entidades que já executaram o PST, através de ajustes, cuja vigência expirou-se entre 01/01/2010 e 31/05/2011, e que tenham as respectivas Prestações de Contas (Análise do Relatório do Cumprimento do Objeto) aprovadas total ou parcialmente).

Formalizados 2011

■ Implantação ■ Renovação



3. Assegurar o atendimento médio anual de 1.500.000 beneficiados

- aprimorar a relação da SNEED com os convenentes;
- pleitear a ampliação dos recursos orçamentários destinados à formalização de novos convênios;
- assegurar a liberação dos recursos necessários ao funcionamento dos núcleos do PST.

Várias ações foram implementadas na gestão para aprimorar a relação da Secretaria com os convenentes, com vistas a assegurar a finalidade máxima do Programa que é o atendimento dos beneficiados, as quais podemos destacar:

- definição no ato da formalização de estratégias de proporcionalidade e abrangências das parcerias com vistas a evitar proposta que não correspondam a capacidade operacional e de abrangência territorial e populacional;
- a utilização do Sistema de Convênios – SICONV, como qualificação da inserção de informações em tempo real da execução física e financeira conforme o pactuado, sendo possível atuar por dentro desse sistema com as orientações e diligências para os ajustes necessários quando identificado execução das ações em desacordo ou demanda de alterações do pactuado, na perspectiva de qualificar o atendimento em permanente diálogo com as condições reais de execução;
- implantação da Capacitação Gerencial, na perspectiva de qualificar a gestão das parcerias no que diz respeito ao entendimento das normas e procedimentos a serem seguidos e efetivados;
- implantação das Equipes Colaboradoras para acompanhamento *in loco*, no sentido da orientação pedagógica e coleta das informações sobre a execução com vistas a sanear possíveis pendências e/ou situações em desacordo;
- implantação da Visita Técnica da CGAO, para orientação operacional *in loco*, fazendo a relação direta das ações pactuadas com a efetiva execução da parceria de forma a garantir o cumprimento das metas e o bom atendimento aos beneficiados e o alcance dos objetivos propostos pelo Programa;
- implantação da Equipe de Fiscalização para vistoria *in loco* com vistas a apuração de denúncias e aplicação de medidas corretivas em tempo hábil, ou seja, dentro da vigência, bem como promover as respostas aos órgãos de controle;
- implantação dos Sistemas Informatizados para registro de informações e otimização das análises e providências;
- ampliação das agendas de atendimento presencial, de forma a estreitar a comunicação e identificação das dificuldades enfrentadas pelos parceiros na execução e tem caráter orientativo e saneador;
- otimização do canal de comunicação por meio dos e-mail's corporativos, agilizando o repasse de informações e orientações necessárias;
- ampliação da Equipe CGAO para acompanhamento operacional, com distribuição de no máximo 10 convênios por técnico, o que possibilitou um monitoramento mais efetivo e conseqüentemente agilidade nos processos de análises, orientações e deliberações sobre os pleitos dos convênios;
- aprimoramento da proposta pedagógica por meio do monitoramento dos planejamentos pedagógicos dos convênios e dos núcleos, os quais devem traduzir as estratégias definidas para o atendimento das metas pactuadas com atividades que correspondam à realidade local;
- ações intersetoriais com vista a ampliação da abrangência do Programa, em destaque a parceria com o Programa Mais Educação;

Portanto, diante de todas ações listadas acima, a Gestão da SNEED acredita no avanço do aprimoramento da relação da SNEED com os convenentes.

Quanto aos recursos orçamentários mais os créditos do Programa “Vivência e Iniciação Esportiva Educacional”, está distante de alcançar o patamar que permita a universalização do atendimento a todo o público alvo do Programa. Diante da grande demanda de solicitação de pleitos e das limitações orçamentárias, a Gestão da Secretaria todos os anos aponta a insuficiência dos referidos recursos em diversos momentos. O orçamento de 2011 foi aprovado nos mesmos valores aprovados desde 2008, quando o orçamento do Programa teve um aumento significativo, mas ainda insuficiente para todo o atendimento. Os recursos disponibilizados no referido exercício foram destinados ao empenho de todas as demandas listadas abaixo. A Gestão do PST, além da celebração de novas parcerias, aquisição de material esportivo e uniforme, capacitação e acompanhamento, também optou por garantir o empenho de todo o passivo adimplente (CAUC) pendente de empenho de segunda parcela de convênios celebrados em anos anteriores, de forma a não carregar pendências orçamentárias para o próximo exercício, e ainda algumas segundas parcelas das novas celebrações realizados em 2011, considerando a liberação de mais limites orçamentários para empenho na última semana do exercício.

- 81 convênios celebrados em exercício anteriores - segundas parcelas – 169.500 beneficiados;
- 128 convênios novos celebrados em 2011 – primeiras parcelas – 223.800 beneficiados;
- 53 Termos de Parceria 2011 - Descentralização – 31.600 beneficiados;
- 04 Suplementações de convênios – 13.600 beneficiados;
- Capacitação e acompanhamento dos convênios do PST;
- Material esportivo, uniforme e logística;
- 12 Eventos esportivos – 29.816 beneficiados.

Observa-se que apesar dos valores aprovados na LOA e Créditos suplementares no decorrer do exercício, os limites para empenho são menores do que os valores aprovados. Porém cabe destacar que no ano de 2011, o Programa obteve a maior liberação de limites para empenho desde sua criação. Do exercício de 2010 para 2011, registra-se um aumento de aproximadamente 20% sob o valor do exercício anterior. Tal aumento contribuiu com a ampliação significativa do número de beneficiados apontado no item 2.3.2.

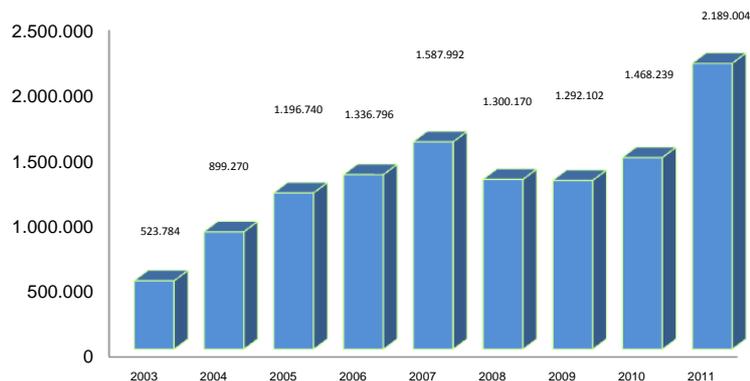
Quanto aos recursos financeiros, não são liberados na mesma totalidade dos recursos para empenho, ocasionando em muitos momentos uma insuficiência de recursos, que inviabiliza a elaboração de um planejamento na tentativa de atender as demandas das parcerias no momento adequado, e consequentemente proporcionando impacto negativo na execução do convênio por parte dos convenentes. Os limites liberados em 2011 foram garantidos para liquidação das despesas apontadas abaixo:

- 4 parcelas de convênios celebrados em exercício anteriores – 10.200 beneficiados;
- 10 parcelas de Termo de Parceria – Descentralização – 14.800 beneficiados;
- 02 parcelas de suplementação de convênios – 11.200 beneficiados;
- Capacitação e acompanhamento dos convênios;
- Material Esportivo, uniforme e logística;

- 08 convênios de evento esportivo – 21.696.

Diante de todos os compromissos firmados acima, foi possível ultrapassar a meta estratégica prevista de assegurar 1.500.000 atendimento ao ano, atingindo o patamar de apontados no gráfico abaixo.

Segue quadro com evolução do atendimento desde a criação do Programa.



4. Implementar os Projetos Especiais Universitário, Pessoa com Deficiência e Navegar por meio da celebração de parcerias com universidades públicas, institutos federais, e governos municipais e estaduais;

- implantar núcleos do “PST Navegar” com o novo modelo;
- implantar núcleos do “PST Universitário e PST adaptado para deficientes nas Universidades Públicas;
- definir o modelo e implantar núcleos do PST nos Institutos Federais;
- qualificar as relações com os parceiros dos Projetos Especiais;

PROJETOS ESPECIAIS NO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Os Projetos Especiais PST Navegar, PST Universitário e PST Pessoa com Deficiência são destinados a comunidades não atendidas diretamente pelo Programa Segundo Tempo padrão e têm o objetivo de qualificar e ampliar a abrangência do programa, assegurando a oferta a públicos distintos, tais como universitários e pessoas com deficiência.

Nos anos de 2009 e 2010 foram desenvolvidos projetos piloto para validar as propostas do “PST Universitário” e “PST Pessoas com Deficiência”. Como refletem os relatórios específicos apresentados, estes atenderam plenamente aos objetivos propostos. Contudo, em 2010, devido ao contingenciamento de recursos sofrido pela pasta, não houve oferta destes projetos.

Em 2011, essas propostas de desenvolvimento do PST foram oferecidas por meio de Chamada Pública para as Universidades Federais de todo o país com os novos modelos de conveniamento, a partir das novas diretrizes validadas pelos projetos pilotos.

Foi instituída a Chamada Pública 002/2011 (Anexo 13) para os projetos relacionados à Pessoa com Deficiência e ao Universitário, no âmbito do Programa Segundo Tempo, visando democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, contribuindo para a efetivação dos direitos e construção da cidadania.

A presente Chamada Pública teve por objeto a análise e seleção de propostas com vistas à implantação de Núcleos do Programa Segundo Tempo/ Pessoa com Deficiência e/ou do Programa Segundo Tempo/ Universitário.

O Edital foi elaborado para entidades que apresentassem às seguintes qualificações:

- a) Universidades Públicas Federais;
- b) Que possuam infraestrutura física apropriada (conforme especificado nas Diretrizes) para implementação do projeto pedagógico proposto; e
- c) Que disponibilizem profissionais graduados com experiência na área para atuarem nas funções de Coordenador Geral Pedagógico (quando for o caso).

Os critérios de seleção estabelecidos na presente Chamada Pública foram abordados de forma objetiva, vejamos:

- a) adequação: grau de aderência da proposta às diretrizes do Projeto;
- b) relevância: importância estratégica de implantação do Núcleo de Esporte Educacional para a comunidade envolvida;
- c) consistência: clareza da estratégia para o envolvimento do proponente com a comunidade que será atendida;
- d) sustentabilidade: demonstração da capacidade imediata do proponente de alocar os recursos humanos exigidos pelo Programa e de assegurar o funcionamento regular e permanente do Núcleo, bem como de se responsabilizar pela recuperação e manutenção de todos os locais necessários ao funcionamento do(s) Núcleo(s) durante todo o período de execução do convênio.

Vale destacar a publicação das Diretrizes do Programa Segundo Tempo/Pessoa com Deficiência e do Programa Segundo Tempo/ Universitário, no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, dando subsídios para a apresentação de propostas coerentes com as finalidades do Programas em comento (Anexos 14 e 15).

A presente Chamada Pública obteve os seguintes resultados (Anexo 16):

<i>Propostas Encaminhadas</i>	<i>Propostas Desclassificadas</i>	<i>Propostas Classificadas</i>	<i>Propostas não Formalizadas</i>	<i>Propostas Formalizadas</i>
37	2	35	2	33

PST Universitário

O Programa Segundo Tempo Universitário, destinado à comunidade universitária, segue os princípios do esporte educacional, especialmente os de não seletividade, hipercompetitividade e universalidade, visando democratizar o acesso a prática esportiva da comunidade acadêmica das

Universidades públicas, prioritariamente do corpo discente, promovendo a constituição de Núcleos Universitários do Programa Segundo Tempo.

Segue quadro com as propostas que foram formalizadas em 2011:

Nº	UF	Convenente	Beneficiados
1	AL	Universidade Federal de Alagoas	300
2	AM	Universidade Federal do Amazonas	300
3	BA	Universidade Federal do Recôncavo Baiano	300
4	DF	Universidade de Brasília	300
5	ES	Universidade Federal do Espírito Santo	300
6	MG	Universidade Federal de São João Del Rei	300
7	MG	Universidade Federal de Minas Gerais	300
8	MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	300
9	PA	Universidade Federal do Pará	300
10	PB	Universidade Federal do Paraíba	300
11	PB	Universidade Federal de Campina Grande	300
12	PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	300
13	PR	Universidade Federal do Paraná	300
14	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	300
15	RN	Universidade Federal do Semi-Árido	300
16	RS	Universidade Federal do Pampa	300
17	SE	Universidade Federal de Sergipe	300
18	SP	Universidade Federal Do ABC	300
TOTAL			5.400

PST Adaptado para Pessoas com Deficiência

O PST Adaptado a Pessoas com Deficiência visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, contribuindo para a efetivação dos direitos e construção da cidadania das crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente, com deficiência e/ou necessidades especiais, em situação de vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, capacitar o futuro profissional (monitores) da área da educação física para desenvolver o ensino das atividades físicas para pessoas com necessidades especiais e/ou deficiência, por meio da vivência de situações concretas de ensino-aprendizagem.

Foram apresentadas e formalizadas 02 propostas, conforme planilha abaixo:

Nº	UF	Convenente	Beneficiados
1	MT	Universidade Federal de Mato Grosso	100
2	RS	Universidade Federal de Pelotas	100
TOTAL			200

Também foram apresentadas 14 propostas com ambos os projetos, **PST Universitário e PST Pessoa com Deficiência**, sendo formalizadas 13 propostas, conforme se observa na planilha a seguir:

Nº	UF	Conveniente	Beneficiados
01	GO	Universidade Federal de Goiás	400
02	MA	Universidade Federal do Maranhão	400
03	MG	Universidade Federal de Lavras	400
04	MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	400
05	MG	Universidade Federal de Viçosa	400
06	MG	Universidade Federal de Alfenas	400
07	PE	Universidade Federal de Pernambuco	400
08	PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	400
09	RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	400
10	RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	400
11	RS	Universidade Federal de Santa Maria	400
12	RS	Universidade Federal do Pampa	400
13	CE	Universidade Federal do Ceará	400
		TOTAL	5.200

PST Navegar

O Programa Segundo Tempo Navegar é destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte náutico assim como oferecer práticas esportivas educacionais náuticas, estimulando os jovens a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral, condições adequadas para a prática esportiva educacional náutica de qualidade contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde). Ano passado, foi instituída a Chamada Pública 003/2011 (Anexo 17), que objetivou a seleção de propostas para a implantação de núcleos de esporte educacionais náuticos.

O Edital foi elaborado para entidades que apresentassem às seguintes qualificações:

- a) que se comprometam, através de declaração, com a compra de todo o equipamento mínimo necessário ou ainda com a reposição, recuperação, manutenção de todos os equipamentos adquiridos com recursos do Ministério do Esporte, necessários ao desenvolvimento do Programa. Estes equipamentos deverão estar recuperados antes da Ordem de Início para o desenvolvimento das atividades do convênio;
- b) que possuam infraestrutura física apropriada (conforme especificado no Manual de Diretrizes para a oferta imediata de um mínimo de duas modalidades esportivas náuticas, comprovada através de declaração e registro fotográfico).

Os critérios de seleção estabelecidos na presente Chamada Pública foram abordados de forma objetiva, vejamos:

- a) adequação: grau de aderência da proposta às diretrizes do Projeto;

- b) relevância: importância estratégica de implantação do Núcleo de Esporte Educacional/PST/Navegar para a inclusão social de grupos em situação de vulnerabilidade social na comunidade em questão;
- c) consistência: clareza da estratégia para o envolvimento do proponente com a comunidade que será atendida;
- d) sustentabilidade: demonstração da capacidade imediata do proponente de alocar os recursos humanos exigidos pelo Programa e de assegurar o funcionamento regular e permanente do Núcleo, bem como de se responsabilizar pela recuperação e manutenção de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do(s) Núcleo(s) durante todo o período de execução do convênio;
- e) capacidade Técnica Operativa: demonstrarem capacidade técnica operativa para desenvolver as atividades propostas.

Ressalta-se a publicação das Diretrizes do Programa Segundo Tempo/Navegar, auxiliando a apresentação das propostas (Anexo 18).

As propostas Classificadas que cumpriram às exigências do Edital específico, avançaram para a Formalização de Parcerias. Já as entidades que não atenderam aos procedimentos previstos para a formalização de convênios, com base na normativa vigente, passaram à compor a Carteira de Projetos.

A presente Chamada Pública obteve os seguintes resultados (Anexo 19):

<i>Propostas Encaminhadas</i>	<i>Propostas Desclassificadas</i>	<i>Propostas Classificadas</i>	<i>Carteira de Projetos</i>	<i>Propostas Formalizadas</i>
25	5	20	9	11

Dessa forma, em 2011 foram formalizadas 11 propostas, conforme quadro abaixo:

Nº	UF	Parcerias	Beneficiados
1	GO	Agência Goiana de Esporte e Lazer - AGEL	300
2	MG	Prefeitura Municipal de Capitólio	100
3	PA	Prefeitura Municipal de Ananindeua	100
4	PR	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	100
5	PR	Paraná Esporte	300
6	RJ	Prefeitura Municipal de Maricá	100
7	RS	Prefeitura Municipal de Estrela	100
8	SC	Prefeitura Municipal de Imaruí	100
9	SP	Prefeitura Municipal de Guarujá	100
10	SP	Prefeitura Municipal de Ilha Bela	100
11	TO	Secretaria da Juventude e Esportes	100
		TOTAL	1.500

Outra ação proposta para 2011 foi a finalização do livro PST Navegar. Esta ação não foi concluída devido à dificuldade de se obter autorização para uso das imagens capturadas da internet. Decidiu-se então, que para estas imagens se utilizaria desenhos técnicos. Este trabalho deverá ser concluído em 2012 com a publicação do livro.

Fragilidades

- ausência de qualificação do corpo técnico das entidades proponentes no que respeita à elaboração do projeto e de seus elementos complementares, relativo ao pleito do Programa Segundo Tempo (para os casos do PST/Navegar);
- necessidade de ajustes nas propostas cadastradas no SICONV, por parte das entidades proponentes, gerando atrasos na Formalização (para os casos do PST/Navegar);
- inclusão de Propostas no SICONV diferente dos objetivos instituídos nas diretrizes dos Programas específicos, assim como com elementos insuficientes para análise Técnica (para os casos do PST/Navegar);
- demora ou não encaminhamento de documentação para a formalização de Parceria; (para os casos do PST/Universitário, PST/Pessoa com Deficiência e PST Institutos Federais).

Resultados obtidos em 2011

No total, foram formalizados 33 parcerias dos Projetos Especiais PST Universitário e Pessoa com Deficiência. Este quantitativo é significativo tendo em vista que a Chamada Pública foi direcionada para as Universidades Federais. Considera-se que devido ao ineditismo da proposta, talvez algumas Universidades ainda precisem se organizar internamente para desenvolverem tais projetos.

Quanto ao PST Navegar, também foi formalizado um número significativo de convênios que totalizou em 15 Núcleos, considerando-se que a Chamada Pública estava limitada a 20 núcleos.

No geral, considera-se exitosa esta primeira tentativa da Secretaria de implantação dos Projetos Especiais para o atendimento de comunidades não atendidas pelo PST Padrão, bem como da retomada do PST Navegar.

Perspectivas para 2012

- retomar o processo de formalização e descentralização de recursos com IES que não se concretizaram a em 2011;
- ampliar o número de universidades parceiras ampliando a abrangência da proposta bem como o quantitativo de núcleos por universidade;
- finalizar a produção do Livro PST Navegar.
- aumentar a abrangência do Projeto Navegar, com a ampliação de ações que reforcem o seu caráter inclusivo e proporcionem alcançar um público diferenciado;
- identificar novas parcerias com vistas a potencializar as ações dos projetos especiais.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NOS INSTITUTOS FEDERAIS TECNOLÓGICOS

A proposta de implantação de Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo, junto aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs vem oportunizar o acesso à prática esportiva de crianças, adolescentes e jovens nas estruturas físicas esportivas existentes nos Institutos selecionados, contribuindo para o fortalecimento dos demais alicerces balizadores dos IFs. Estruturado a partir do potencial instalado nos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas, os novos Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia, juntamente com as iniciativas que priorizam o jovem na política pública contemporânea, são considerados como ações estratégicas na agenda do Governo Federal.

Nesse sentido, a Rede Federal de Educação Profissional está vivenciando a maior expansão da sua história, considerando o crescimento dos investimentos aplicados nas mais de 354 escolas de Educação Profissional e Tecnológica em todo país, gerando 500 mil vagas a estudantes, bem como pelo fato de estar distribuída em todas as mesorregiões do território nacional, com infraestruturas favoráveis, elevada qualidade do parque esportivo e alta qualificação do corpo docente — presentes na maior parte dos *campi* —, favorecendo a promoção da prática esportiva educacional por intermédio dos IFs.

A implantação de Núcleos do Programa Segundo Tempo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, portanto, tem um caráter de atividade de extensão acadêmica, destinado ao atendimento da comunidade externa ao campus, preferencialmente constituída de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Com isto, espera-se despertar na comunidade o sentimento de pertencimento.

Histórico

Para execução deste piloto, foi realizada em 28/03/2008 a “1ª Oficina de Implantação do Programa Segundo Tempo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”. Foram indicados vários institutos para possibilitar a construção das diretrizes do PST nos Institutos, porém a implementação só foi iniciada em 2010, por meio da Chamada Pública SNEED/SETEC n.º 01/2010 (Anexo 20).

Cumprir esclarecer que as responsabilidades foram distribuídas da seguinte forma: os Institutos disponibilizariam, os recursos humanos (Coordenador Geral/Administrativo e Coordenador de Núcleo); o MEC forneceria o acesso à infraestrutura; e o ME seria responsável pelo ressarcimento dos monitores, do reforço alimentar e pela doação do kit de materiais esportivos.

Vale lembrar, por oportuno, que foi realizada entre os dias 30 de agosto a 01 de setembro de 2010, em Brasília/DF, a capacitação dos Coordenadores Gerais e Coordenadores de Núcleo dos Institutos Federais. Durante o evento, surgiram questionamentos por parte dos participantes, a respeito do entendimento no que se refere ao papel do Coordenador de Núcleo (professor), o que gerou um abaixo assinado encaminhado ao Ministério do Esporte. Este, por sua vez, formalizou o acontecimento ao MEC, o qual solicitou a todos os Institutos previstos na parceria com o Segundo Tempo que confirmassem a participação.

O ano de 2011

Em dezembro, a parceria foi formalizada com 16 Institutos Federais, que atenderam a Chamada Pública de 2010 e concluíram todos os processos necessários, dentre os 50 IFs inicialmente interessados. Desse universo, 9 (nove) Institutos, que correspondem a 16 *campi* em cidades distintas (núcleos), totalizaram 1.600 beneficiados. Estes empenharam o recurso, tendo como previsão de início das atividades, o 1º semestre de 2012, conforme tabela a seguir:

UF	Institutos Federais Formalizados	Beneficiados
BA	Instituto Fed. Educação, Ciência e Tec. Baiano	200
MG	Instituto Fed. Educação, Ciência e Tec. do Norte de Minas Gerais	100

PI	Instituto Fed. Educação, Ciência e Tec. Do Piauí	200
PE	Instituto Fed. Educação, Ciência e Tec. Do Sertão Pernambucano	200
MG	Instituto Fed. Educação, Ciência e Tec. Do Sul de Minas Gerais	200
BA	Instituto Fed. Educação, Ciência e Tec. da Bahia	200
RS	Instituto Fed. Educação, Ciência e Tec. Farroupilha	100
CE	Instituto Fed. Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	300
MG	Instituto Fed. Educação, Ciências e Tecnologia da Minas Gerais	100

Os procedimentos de estruturação, capacitação e acompanhamento operacional, pedagógico e administrativo do PST no IFs deverão seguir os modelos aplicados atualmente, com as adequações necessárias em cada processo, a fim de atender às especificidades da parceria, como por exemplo:

- adequação do Manual de Orientações: Este manual é destinado aos gestores da parceria e contém as orientações administrativas necessárias para sua estruturação. Considerando que se trata de Termo de Cooperação, este manual foi adaptado, contemplando informações específicas (Anexo 21 – Manual de Orientações – IFs);
- adequação do Formulário do Primeiro Relatório, referente a fase de implementação (Anexo 22 – 1º Relatório de Acompanhamento - IFs): os procedimentos de implementação serão simplificados por se tratar de Termo de Cooperação entre órgãos federais, bem como o acompanhamento operacional;
- capacitação: Deverá estar integrado ao processo de capacitação do PST Padrão e oferecido para os profissionais que não participaram do módulo realizado nos dias 30 de agosto a 01 de setembro de 2010;
- acompanhamento Pedagógico: Será integrado ao processo de acompanhamento realizado pela Rede de Equipes Colaboradoras do PST, respeitando o fluxo de procedimentos atualmente utilizado.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, parceira da Secretaria neste programa, propôs a integração com os demais projetos que já desenvolvem (Mulheres Mil, CERTIFIC, PROEJA, PRONATEC), no que diz respeito à seleção dos beneficiados, buscando potencializar os resultados das políticas públicas em execução.

O início do desenvolvimento das atividades está previsto para 2012, assim que os IFs concluírem o atendimento aos quesitos exigidos para recebimento da Ordem de Início.

A concretização da parceria com os Institutos Federais reforça a necessidade de se fortalecer as ações de intersetorialidade e integração das políticas públicas, o que resulta em maior qualidade nos programas oferecidos e benefícios a comunidade.

5. Atender aos beneficiados do Programa Segundo Tempo no período de férias escolares de janeiro e julho, consolidando o Recreio nas Férias como estratégia de inclusão da dimensão de lazer nos programas e ações do esporte educacional;

- fortalecer as relações institucionais visando o apoio ao Recreio nas Férias;
- realizar as edições de janeiro e julho 2010, ampliando o atendimento;
- adotar medidas para garantir a realização em 2011.

RECREIO NAS FÉRIAS

O Recreio nas Férias é um projeto vinculado ao Programa Segundo Tempo/PST, que também contribuiu com a qualificação e com o alinhamento pedagógico do Programa com o calendário escolar.

Com o objetivo de oferecer aos beneficiados do Programa Segundo Tempo, no período de férias escolares de janeiro e de julho, opções de lazer que preencham o seu tempo livre de forma prazerosa, através do desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer a autoestima das crianças, adolescentes e jovens, além de promover o envolvimento da comunidade e das famílias e, ainda, atender a ação estratégica desta Secretaria de oferecer eventos e atividades diferenciadas aos beneficiados do PST, planejou-se a realização das edições de Janeiro e Julho de 2011.

O processo de seleção das parcerias para o Recreio nas Férias iniciou-se com a definição dos critérios de participação e a publicação da Chamada Pública. A resposta ao chamamento por parte das convenientes deu-se, por meio da assinatura de Termo de Adesão.

O planejamento da edição de janeiro de 2011 foi iniciado logo após a análise dos primeiros formulários de avaliação da edição de julho de 2010.

Para tanto, foi elaborado um planejamento detalhado do Projeto, no sentido de programar as ações que devem ser desenvolvidas no período pré-execução, o acompanhamento do Projeto, bem como a forma de levantamento e processamento de todas as informações após o seu término.

Este planejamento se desenvolveu no sentido de identificar os processos, tarefas, duração, início e término. Parte das tarefas foi realizada como, por exemplo, a revisão de todo o material gráfico (divulgação e inscrição), pedagógicos e dos modelos de documentos e formulários a serem enviados aos parceiros, mas principalmente as tarefas relacionadas às compras.

Ademais, em 25 de outubro de 2010 foi publicada a Portaria nº 198 Portaria 198, de 25 de outubro de 2010 com o intuito de instituir a Chamada Pública nº 2 destinada a selecionar órgãos ou entidades, para a execução do Projeto Recreio nas Férias nos períodos de 17 a 21 e 24 a 28 de janeiro de 2011.

Diante disso, em princípio foram habilitadas, para a execução do Projeto Recreio nas Férias, 7 (sete) entidades:

ENTIDADE	UF
ONG BOLA PRA FRENTE	SP
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÁCARA	MG
PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA	SP
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS	MG
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE	RJ
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO	CE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO	RS

Cabe destacar que como na edição de janeiro de 2010, o Ministério do Esporte ficou impedido de transferir recursos para as entidades habilitadas a participarem da edição de janeiro de 2011 do Projeto Recreio nas Férias, por conta do contingenciamento financeiro.

Contudo, o Serviço Social do Comércio de Fortaleza/CE e a Prefeitura Municipal de Hortolândia/SP já haviam recebido os valores referentes às ações de RH e Reforço Alimentar quando da formalização do Convênio para desenvolvimento do Programa Segundo Tempo e, por isso, realizaram o evento normalmente.

Já as entidades Prefeitura Municipal de Resende/RJ e Prefeitura Municipal de Santo Ângelo/RS, habilitadas pelo Resultado Final da Chamada Pública, em face do contingenciamento e da impossibilidade de repasse financeiro por parte desta pasta, manifestaram o interesse em executar o Projeto com recursos próprios, sendo que o Ministério do Esporte encaminhou, na forma de doação, os materiais necessários ao desenvolvimento das atividades (materiais esportivos, recreativos, gráficos e de divulgação).

Quanto aos procedimentos operacionais de responsabilidade da Coordenação Geral de Eventos e Suprimentos – CGES, cumpre destacar que, após a divulgação dos resultados, foi encaminhado um ofício para as duas entidades que já possuíam valores previstos para o Recreio nas Férias no Plano de Trabalho do convênio formalizado para o Programa Segundo Tempo, no sentido de comunicar sua habilitação, bem como informar os procedimentos que se seguiriam após a divulgação do resultado. Para as demais entidades, encaminhou-se também um ofício que comunicava a impossibilidade de transferência de recursos por parte do Ministério do Esporte, bem como informando da hipótese de realizarem o evento utilizando rendimentos do convênio PST em vigência ou mediante recursos próprios.

UNIFORME DO PROJETO RECREIO NAS FÉRIAS/ PST

A empresa Janbonés Ind. Com. LTDA foi à fornecedora dos uniformes do Projeto Recreio nas Férias/PST, pela a Ata de Registro de Preço nº 04/2010, encerrada em 26/01/2011. A ata foi assinada para o fornecimento de 25.000 kits.

Da aquisição, distribuição e estoque dos uniformes do Projeto Recreio nas Férias:

Para atender o Projeto Recreio nas Férias em 2010 e 2011, com previsão de atendimento a 300.000 beneficiados em junho de 2010 e 300.000 beneficiados em Janeiro de 2011, foram adquiridos 6.000 kits de uniformes.

Durante o ano de 2010 foram distribuídos 1.165 kits, para as edições do projeto realizadas e julho de 2010, e janeiro de 2011.

A meta prevista para 2011 era utilizar o saldo em estoque dos kits de Uniformes do Recreio nas Férias para atender a demanda das entidades que poderiam ser selecionadas para a realização do Projeto Recreio nas Férias- Edição julho de 2011, entretanto, devido ao contingenciamento, as edições do Recreio de julho 2010 e janeiro de 2011 não foram realizadas em sua totalidade como previsto, portanto, não atingiu o quantitativo de beneficiados inicialmente previsto.

Restou no estoque 4.835 (quatro mil, oitocentos e trinta e cinco) kits de uniformes, e que a pactuação da ação visou os convênios em vigência até 2011, assim como a suspensão temporária da licitação (Pregão Eletrônico SRP nº 24/2011) para aquisição dos Uniformes do PST e devido a um custo elevado para o seu armazenamento, esta Secretaria visando o principio da economicidade, decidiu distribuir a sua totalidade uma vez que não havia previsão para ocorrer novas edições do projeto Recreio nas Férias.

Neste sentido foi realizada a distribuição dos uniformes do recreio a todos os convênios formalizados em 2011, (conforme lista em anexo – Anexo 23), de forma paliativa para que os beneficiados não ficassem sem uniforme durante as atividades, o restante foi distribuído para uma parte dos convênios de 2009 e 2010, conforme tabela abaixo:

Envio de Uniforme - Recreio nas Férias			
Item	Destino do Material	Data Solicitação	Quant. Kits Solicitados
1	Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer-AM - Município de Manaus	08/11/11	624
2	Prefeitura Municipal de Juazeiro	08/11/11	150
3	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé	08/11/11	90
4	Prefeitura Municipal de Maranguape - Secretaria de Educação	08/11/11	60
5	Prefeitura Municipal de Sobral - Secretaria do Esporte e Juventude	08/11/11	210
6	Prefeitura Municipal de Montes Claros	08/11/11	60
7	Prefeitura Municipal de Sabará - Secretaria de Esporte	08/11/11	60

8	Prefeitura Municipal de Santa Luzia	08/11/11	100
9	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	08/11/11	111
10	Prefeitura Municipal Maricá	08/11/11	100
11	Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo	08/11/11	120
12	Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte	08/11/11	200
13	Prefeitura Municipal de Crateús	08/11/11	24
14	Prefeitura Municipal de Resende	08/11/11	30
15	Prefeitura Municipal de Pains	08/11/11	20
16	Prefeitura Municipal de Olinda - Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude	08/11/11	27
17	Prefeitura Municipal de Ibiá	08/11/11	20
18	Governo do Estado do Ceará – Secretaria de Esporte	08/11/11	466
19	Prefeitura Municipal Mongi das Cruzes	25/11/11	60
20	Ministério da Defesa	27/12/11	2
		TOTAL	2.534

MATERIAIS ESPORTIVOS DO PROJETO RECREIO NAS FÉRIAS/ PST

A empresa V.R. Comércio de Calçados Ltda., foi à fornecedora dos materiais esportivos do Projeto Recreio nas Férias/PST, pela a Ata de Registro de Preço nº 02/2010, encerrada em 14/01/2011. A ata foi assinada para o fornecimento de 4.000 kits.

Da aquisição, distribuição e estoque dos materiais esportivos do Projeto Recreio nas Férias:

Para atender o Projeto Recreio nas Férias nas edições de 2010 e janeiro de 2011, foram adquiridos 1.165 kits de materiais esportivos. Em 2010 foram distribuídos 1.005 Kits, para as edições do projeto realizadas em janeiro e julho de 2010 e a edição de janeiro de 2011.

Em 2011 atendendo a solicitação da Prefeitura Municipal de Resende/RJ foram doados 21 kits esportivos do Projeto Recreio nas Férias, para desenvolvimento do projeto no município. Sendo 11 Kits doados em junho e 10 kits doados em dezembro, ao final de dezembro restavam em estoque 139 kits.

MATERIAIS RECREATIVOS DO PROJETO RECREIO NAS FÉRIAS/ PST

A empresa ALM – Áudio e vídeo Ltda., foi à fornecedora dos materiais recreativos do Projeto Recreio nas Férias/PST, pela a Ata de Registro de Preço nº 001/2010, encerrada em 01/06/2011. A ata foi assinada para o fornecimento de 25.000 kits.

Da aquisição, distribuição e estoque dos materiais recreativos do Projeto Recreio nas Férias:

Para atender o Projeto Recreio nas Férias em 2010/11, foram adquiridos 1.100 kits de materiais recreativos. Em 2010 foram distribuídos 949 kits, para as edições do projeto realizadas em janeiro e julho de 2010 e a edição de janeiro de 2011.

Em 2011 foi doado a Prefeitura Municipal de Resende/RJ, 12 kits recreativos do Projeto Recreio nas Férias, atendo a solicitação da mesma para desenvolver o projeto em seu município. No final de dezembro restavam em estoque 139 kits.

Destaca-se que essa experiência serviu de base para realização nos convênios padrões do PST o chamado atendimento concentrado, onde as entidades conveniadas seguindo a proposta pedagógica do Recreio nas Férias apresentaram para CGAO projeto básico com o cronograma das atividades a serem realizadas com todos os beneficiados envolvendo todos os núcleos pactuados, durante o período de férias escolares com atividades diversificadas, mesmo sem nenhum custo adicional, ou mesmo em alguns casos com solicitação de uso de rendimentos nos convênios em vigência.

Entende-se que a proposta do Recreio nas Férias precisa ser incorporada na proposta pedagógica do PST em suas mais diversas experiências, pois dialoga diretamente com a realidade do período de férias escolares e se apresenta como um diferencial para esse período combatendo a evasão dos beneficiados nessa época, muito comum em todos os convênios.

I. Fortalecer e estruturar a parceria com o Ministério da Educação – MEC, de forma a ampliar o atendimento, mantendo a identidade do Programa Segundo Tempo

- implantar o PST nas escolas por meio da parceria com o MEC (Mais Educação);
- destinar parte do orçamento para a parceria com o MEC;
- institucionalizar a parceria com o MEC;
- definir o modelo de execução do PST no Mais Educação;
- sensibilizar os gestores para a inserção do esporte nas escolas por meio do PST.

O PROGRAMASEGUNDO TEMPO NO MAIS EDUCAÇÃO

Com o intuito de avançar na universalização do acesso ao esporte como direito social, e cada vez mais compreendendo que o melhor caminho é a escola, em 2011 buscou-se fortalecer a parceria desenvolvida com o Ministério da Educação, por meio da integração entre os Programas Mais Educação e Segundo Tempo.

Como já apresentado no Relatório de Gestão de 2010, o objetivo desta iniciativa é associar a política esportiva educacional com a política de educação no processo de aprimoramento do projeto pedagógico das escolas que constituem a rede de educação integral, de forma a incentivar a prática esportiva escolar na perspectiva da ampliação da jornada escolar.

A proposta se materializa pela inserção do Programa Segundo Tempo nas escolas do Programa Mais Educação que já prevê o esporte como um macro campo, no entanto a inserção do PST qualifica a ação em função da sua proposta pedagógica e do processo de capacitação e acompanhamento agregados a esta. Além de incentivar a prática, oferecendo atividades esportivas educacionais para crianças e adolescentes, esse é um passo significativo para implantar uma política esportiva nas escolas brasileiras.

A integração entre os dois Programas amplia possibilidades à medida que não é necessário que a escola disponha de infra-estrutura esportiva, já que o Mais Educação se vale de espaços alternativos, ou de parcerias locais para viabilizar o desenvolvimento das atividades e, além disso, não foi necessário que o Programa Segundo Tempo oferecesse o reforço alimentar, já que os alunos recebem a merenda escolar complementada pelo MEC para permanecer na escola em tempo integral. Com isso foi possível potencializar o número de beneficiados, em função da redução de custos, e garantir o acesso ao esporte de forma qualificada, desenvolvendo a proposta pedagógica do PST, articulada com o projeto pedagógico da escola.

Um outro ponto a ser ressaltado é que a parceria entre os dois Ministérios possibilita a execução do programa diretamente pela escola, não havendo a necessidade de formalização de convênio. Esse mecanismo agiliza o desenvolvimento das ações e pode evitar a descontinuidade do atendimento aos beneficiados já que não depende da adimplência dos órgãos públicos, aos quais a escola está vinculada.

Para desenvolver as ações do Programa, o MEC repassa diretamente às escolas os recursos para complementação da Merenda Escolar, e para a disponibilização de Monitores Esportivos. O Ministério do Esporte faz a doação dos Materiais Esportivos e Uniformes, e disponibiliza ainda, Material de Apoio Pedagógico, Capacitação para os Recursos Humanos envolvidos e Acompanhamento Pedagógico realizado por professores de Educação Física e Esporte das Universidades Públicas do país que integram a Rede do Programa Segundo Tempo, qualificando a ação pedagógica desenvolvida.

Em 2010, foi desenvolvido o Projeto Piloto que contou com a adesão de 1.149 escolas, atendendo 328 mil beneficiados. Com os resultados do projeto piloto, destacando-se a diminuição dos riscos na aplicação dos recursos públicos, e a significativa potencialização do atendimento em função da redução dos custos, em 2011 a parceria foi ampliada para 5007 Escolas Públicas da Educação Básica passando a atender mais de um milhão de beneficiados, em 792 municípios de todos os Estados da Federação.

O ANO DE 2011

No ano de 2011, foram realizadas constantes ações com o intuito de fortalecer a presença do Programa Segundo Tempo nas escolas contempladas com o Programa no Mais Educação. Embora já tivéssemos desenvolvido o piloto, com a ampliação do número de escolas foi necessário um período de adaptação dos gestores escolares envolvidos, como também dos próprios Coordenadores do Mais Educação nos estados e municípios, para que conhecessem as especificidades da execução do PST, que difere dos demais macrocampos ofertados no Mais Educação. Foi preciso orientar os gestores e investir muito na mobilização das pessoas que apoiaram as ações do Segundo Tempo desenvolvidas em 2011, conforme apresentado a seguir:

Tendo em vista esse contexto, em 2011, principalmente no primeiro semestre, foram organizadas 4 videoconferências (ver item 1.3); visitas de acompanhamento pedagógico às escolas contempladas (ver item 1.4); como também entrega de materiais esportivos, didáticos e uniformes para as 1149 escolas da adesão de 2010 que estavam desenvolvendo o programa em 2011. De fato, definiu-se o processo de adesão para 2011 em julho, pois foi nesse período que o Ministério da Educação nos encaminhou uma lista com 14.995 escolas que aderiram ao Programa Mais Educação.

Adesão 2011

No final de 2010, o Programa Mais Educação iniciou o processo de adesão para o ano de 2011. Cerca de 15 mil escolas aderiram ao Mais Educação. Em função de mudanças na gestão do MEC, o Mais Educação foi transferido da SECAD para a SEB – Secretaria de Educação Básica, o que resultou em alterações na forma de condução do programa. Por decisão da nova gestão do programa no MEC, o Segundo Tempo não configurou como opção de escolha dentro do macrocampo Esporte e Lazer, conforme estruturado no ano anterior, dentre as opções dos diversos macrocampos. Dessa forma, o processo de adesão ao Mais Educação, já havia sido iniciado, quando definiu-se pela continuidade e ampliação da parceria permitindo a oferta do Programa Segundo Tempo para 5 mil escolas públicas da Educação Básica.

Sendo assim, critérios específicos de seleção foram estudados para o atendimento da meta estabelecida para 2011:

- adesão da escola no ano de 2010 ao Segundo Tempo no Macrocampo Esporte e Lazer;
- opção da escola pelo Macrocampo Esporte e Lazer;
- ter cadastrado no Macrocampo Esporte e Lazer entre 150 a 370 alunos;

A inserção da Escola no Programa Segundo Tempo se deu por meio de envio de Carta Conjunta assinada pelos Secretários da SEB e da Secretaria (item 1.1.1).

Inicialmente 5.007 escolas, de 792 municípios do país foram selecionadas e contempladas para desenvolver o Segundo Tempo no Mais Educação, totalizando o atendimento a 1.085.177 alunos. No entanto, devido a problemas estruturais nas escolas, como espaço físico e disponibilidade para desenvolver o programa, ocorreram desistências. Além disso, foram excluídas 32 escolas dos municípios de Belo Horizonte-MG e Maracanaú-CE, que já participam do Projeto Piloto Segundo Tempo no Mais Educação. Dessa forma, resultaram, ao final de 2011, 1.079.824 de alunos atendidos, 4.986 escolas contempladas, em 792 municípios, conforme quadro abaixo:

Resumo por Estados			
UF	Município	Quantidade de Escolas	Alunado
AC	3	24	4116
AL	7	34	7169
AM	19	167	34098
AP	4	99	18454
BA	116	433	98107
CE	45	198	38893
DF	1	45	10695
ES	7	42	7907
GO	22	164	35406
MA	57	254	60915
MG	39	193	46951
MS	17	60	13477
MT	23	188	41380
PA	65	462	112211
PB	30	225	40421
PE	53	443	98016

PI	13	63	11257
PR	24	40	8358
RJ	56	925	184708
RN	22	167	37793
RO	11	87	21890
RR	2	35	14006
RS	67	307	59953
SC	22	43	8503
SE	5	40	6672
SP	50	193	47205
TO	12	55	11263
TOTAL	792	4986	1079824

Carta Conjunta

Após a definição das escolas contempladas foi encaminhada uma Carta Conjunta (Anexo 24 – Carta Conjunta) - Ofício nº 50/2011, datado de 23/08/11, assinada pela Secretária de Educação Básica/MEC e pelo Secretário Nacional de Esporte Educacional/ME. Nesta Carta, as escolas foram informadas que haviam sido contempladas com o Segundo Tempo no Mais Educação.

Neste documento constaram esclarecimentos sobre o processo de implementação do Segundo Tempo no Mais Educação na Escola, os critérios utilizados para seleção, os benefícios e as ações do Programa. Além disso, os gestores foram orientados a respeito dos procedimentos a serem tomados para confirmar a participação e a aceitação da proposta pedagógica do Programa.

Ações 2011

Sistema de Cadastro para Escolas e Diretores

Foi desenvolvido um Sistema de Cadastro específico para o Segundo Tempo no Mais Educação (www.pst.uem.br/maiseduca). As escolas que aceitaram desenvolver o programa deveriam preencher os dados relativos à Escola e ao Diretor.

Esse sistema foi estruturado com o intuito de atualização dos dados da escola, para minimizar os problemas de comunicação e mobilização, visando o processo de entrega dos kits de materiais nas escolas e também o processo de capacitação dos monitores.

O cadastramento das escolas foi liberado para preenchimento no início de setembro e em dezembro/11, ainda estavam pendentes 1460, dentre escolas que não cadastraram ou não concluíram o cadastro.

Pelo fato do Sistema ter sido implantado fora do ambiente do SIMEC e ser um sistema novo, muitos gestores tiveram dificuldades para realizar todos os procedimentos orientados. A ação de cadastramento continua no início de 2012, no intuito de concluir o planejado.

Sistema de Cadastro para Coordenadores

Em novembro/2011, o Sistema de Cadastro para os Coordenadores Estaduais e Municipais, bem como para os Facilitadores e Pólos de Capacitação, começou a ser estruturado e desenvolvido

também para subsidiar as ações do programa, tendo em vista que os coordenadores se constituem como um dos elos de acesso às escolas contempladas.

Dessa forma, por meio do Sistema, podem-se ter atualizações dos dados dos coordenadores, contar com o auxílio destes para cadastrar os facilitadores necessários para a capacitação, como também disponibilizar para estes, um controle das ações solicitadas às escolas, possibilitando inclusive, a intervenção junto aos gestores. A finalização deste cadastramento está previsto para março de 2012.

Encontros Regionais e Estaduais

Para otimizar as ações relacionadas ao Segundo Tempo no Mais Educação e, principalmente, esclarecer os coordenadores sobre a implementação do Programa Segundo Tempo na Escola foram organizados, com o apoio das Secretarias de Educação, a partir de agosto de 2011, Encontros Estaduais e/ou Regionais com participação dos atores do Mais Educação.

Os Encontros aconteceram do dia 1º/08/2011 a 26/10/2011 contemplando os 26 estados e o DF. Em cada Encontro foi apresentada a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo no Mais Educação e divulgada a lista de escolas contempladas no Estado. Além disso, foram esclarecidas dúvidas sobre a implantação do Programa, sobre o processo de cadastro para confirmação da participação e os envolvidos também foram orientados a respeito da capacitação dos monitores que vão atuar no desenvolvimento da proposta pedagógica na Escola.

A avaliação dos resultados desses encontros junto aos atores envolvidos na proposta do Mais Educação foi bastante positiva. Essa ação promoveu uma aproximação do público que esta vinculado a execução do programa, como também o esclarecimento de dúvidas sobre a implantação e execução do Segundo Tempo no âmbito escolar, que são freqüentes no momento da inserção do PST no Mais Educação. Muitos pedidos de reuniões regionais e estaduais foram solicitados para o Ministério do Esporte.

No quadro abaixo estão especificados os locais e as datas dos Encontros realizados:

Encontros dos Coordenadores do Mais Educação		
UF	Local de realização	Data de realização
BA	Santo Amaro	25 e 26/10/2011
PI	Terezina	5/10/2011
TO		
RR		
AL		
AC	Manaus	12/9/2011
AM		
RO	Porto Velho	12/9/2011
PB	Recife	13/9/2011
PE		
SE		
PR	Curitiba	13/9/2011
MS	Campo Grande	31/8/2011
MA	São Luis	30/8/2011
MG	Belo Horizonte	30/8/2011
GO	Goiânia	30/8/2011

AP	Macapá	30/8/2011
PA	Belém	26/8/2011
MT	Cuiabá	29/8/2011
CE	Fortaleza	26/8/2011
RS	Arroio dos Ratos	25/8/2011
DF	Brasília	18/8/2011
RN	Natal	16/8/2011
SC	Florianópolis	12/8/2011
ES	Vila Velha	11/8/2011
RJ	Rio de Janeiro	9/8/2011
SP	São Carlos	1/8/2011

Total de encontros realizados: 21

Além disso, para viabilizar o processo de capacitação dos monitores que vão atuar nas Escolas foi solicitado aos coordenadores do Mais Educação nestas ocasiões, a indicação de um Facilitador para cada município.

Facilitadores

O processo de identificação dos Facilitadores ocorreu durante os Encontros e por meio de contato telefônico, com todos os municípios os quais tiveram escolas contempladas com o Mais Educação.

O Facilitador será o interlocutor do Segundo Tempo no momento da capacitação dos monitores. Eles serão os responsáveis pelo contato entre o Ministério do Esporte e o local onde ocorrerá a capacitação. Ele passará por um processo de Capacitação, durante o qual receberá orientação a respeito das funções que deverá desempenhar.

O Facilitador exercerá um papel fundamental nos Cursos de Capacitação do programa, como mediador das atividades, promovendo articulação entre as partes e contribuindo para o aprofundamento das discussões. Por esse motivo, indica-se que o Facilitador seja o Coordenador Regional/Estadual/Municipal, que já exerce esse papel junto ao Mais Educação. Segue o quadro resumo dos Facilitadores já identificados até dezembro/2011.

Quadro Resumos – Facilitadores

Regiões	Municípios	Facilitadores	Municípios sem facilitadores
Norte	108	108	0
Nordeste	336	293	43
Centro-oeste	77	73	4
Sudeste	148	147	1
Sul	109	109	0

TOTAL	778	730	48
-------	-----	-----	----

Capacitação e Videoconferências

A Secretaria possui a rede do Programa Segundo Tempo (PST) com as Equipes Colaboradoras, que atendem ao programa em todas as regiões nacionais e tem a função de acompanhar pedagogicamente e administrativamente os convênios do Programa.

Dessa forma, em parceria com o ME, MEC, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e de Esporte, Universidades públicas e outras instituições voltadas para este fim, as Equipes Colaboradoras, que já se responsabilizam pela formação continuada dos atores do Programa Segundo Tempo, assumem a responsabilidade de também trabalhar a proposta do Programa junto aos monitores que estão vinculados ao Segundo Tempo no Mais Educação.

Além desse suporte das ECs, em 2011 foram realizadas 4 videoconferências, conforme especificado no quadro a seguir, com o intuito de trabalhar temas tanto de cunho pedagógico, de forma a orientar e capacitar os monitores no desenvolvimento das atividades, como também com o intuito de esclarecer os gestores e coordenadores no que se refere a essas questões administrativas relativas ao programa.

Videoconferência		Data	Assunto	Presentes
2011	Marcamos a videoconferência, porém o MEC requisitou o espaço	17/3/2011	Atuamos como participantes - Dúvidas	Dado não fornecido
	1ª	7/4/2011	a) Organização e desenvolvimento das aulas com o uso dos CAPs; b) CAP e sua estrutura;	13 salas e cerca de 197 acessos on-line
	2ª	19/5/2011	a) O esporte no Segundo Tempo: estímulo e prática prazerosa para um futuro esportivo emancipado; b) CAP e sua estrutura;	7 salas e cerca de 115 acessos on-line
	3ª	28/6/2011	a) Questões relacionadas à deficiência b) CAP e sua estrutura	12 salas e cerca de 150 acessos on-line
	4ª	14/9/2011	a) Organização do processo de formação continuada: modelo, facilitadores, pólos; b) Carta Conjunta e cadastro das escolas contempladas	15 salas e cerca de 300 acessos on-line

Os pontos positivos alcançados por meio desse modelo consistem no baixo custo para a organização e a possibilidade de mobilizar os participantes em um curto espaço de tempo. Embora as videoconferências tenham sido satisfatórias para o esclarecimento de dúvidas relativas às ações administrativas relacionadas à implantação e ao desenvolvimento da proposta, este modelo não foi efetivo para as orientações pedagógicas e para o aprofundamento das temáticas desenvolvidas.

Para o ano de 2012 estima-se o desenvolvimento de um processo de capacitação que consiga atender de forma mais pontual e eficiente a todos os Monitores envolvidos com o Programa. Nesse sentido, a CGDEP está organizando um processo de Ensino a Distância (EaD) como forma de atender

a escala de envolvidos atingida nesta parceria e, simultaneamente, manter a qualidade dos conhecimentos básicos e a facilidade do acesso. As condições de acesso têm se colocado com um desafio na escolha e organização do processo de capacitação para o PST/Mais Educação. O ano de 2012 será o ano da experimentação para que consigamos obter dados que possam fortalecer a ação interministerial como um processo continuado.

Acompanhamento

As Equipes Colaboradoras acompanharam *in loco* aproximadamente 17% das escolas contempladas. Dessa forma, no segundo trimestre de 2011, foi iniciado um processo de definição de um integrante de cada Equipe Colaboradora, para ficar responsável por mediar e acompanhar as informações e ações entre Escolas, PST/Mais Educação e Equipe Gestora, pois as demandas do acompanhamento do Segundo Tempo padrão são recorrentes e o processo de execução dos dois programas tem características diferenciadas.

Dessa forma, esses representantes participam de encontros do Segundo Tempo no Mais Educação juntamente com os integrantes da Equipe Gestora. Nesse sentido, cada vez mais busca-se mecanismos para inseri-los no ambiente de discussão voltado especificamente a questões relativas ao programa.

A proposta inicial de acompanhamento previa que 197 escolas da adesão 2010 (Projeto Piloto) fossem visitadas, de maio a julho de 2011 (17% do total) em 60 municípios (69% dos 87 municípios contemplados). Em virtude da falta de um registro com os horários de funcionamento das atividades do Mais Educação e a garantia de começo das atividades, cada Equipe Colaboradora entrou em contato com as escolas que foram estratificadas para saber os dias e horários de funcionamento das atividades do PST.

As ECs programaram as visitas do Mais Educação, preferencialmente junto com as visitas do Segundo Tempo Padrão para otimizar o deslocamento dos avaliadores. Quando este processo não era viável, por algum motivo, as visitas do Mais Educação eram realizadas individualmente. Para a execução desse acompanhamento, o Formulário de Coleta foi adaptado (Anexo 25 – Instrumento de Coleta – Segundo Tempo no Mais Educação), de acordo com a realidade e características do Segundo Tempo no Mais Educação.

Resultados do Acompanhamento

O acompanhamento do Segundo Tempo nas escolas foi muito relevante para fazermos um diagnóstico do desenvolvimento das atividades pelos monitores e do engajamento das escolas com a nova proposta de parceria junto ao Mais Educação. Também possibilitou a identificação de algumas fragilidades já percebidas no decorrer da realização de ações do programa, como a dificuldade de obtenção de dados atualizados e consistentes das escolas, impossibilitando inclusive a realização de visitas em 33% das escolas estratificadas. Em contrapartida, a CGIPI reforçou práticas e a elaboração de estratégias que visam minimizar essas fragilidades detectadas, tendo em vista a aplicação efetiva dos fundamentos e metodologias difundidas pelo Programa Segundo Tempo.

Por meio desta ação, pudemos ainda fazer um levantamento de indicadores que impactam diretamente na efetiva execução do programa, como exemplo, a reprogramação do início das atividades, que interfere no cronograma de capacitação e visitas de acompanhamento.

Para proporcionar um panorama ampliado dos resultados alcançados com o acompanhamento de 2011, segue relatório integral no Anexo 26 – Relatório dos resultados do Acompanhamento do Piloto – Segundo Tempo no Mais Educação.

Entrega dos Materiais e Uniformes

Em 2011 foram entregues os materiais esportivos, didáticos e os uniformes tanto para as escolas do Projeto Piloto, que aderiram ao programa em 2010, como também foi iniciada a entregues destes materiais para as escolas que foram contempladas com o Segundo Tempo no Mais Educação em 2011.

Material Esportivo

A distribuição foi iniciada pelas escolas que participaram da proposta Piloto (adesão 2010). Todos os kits foram adquiridos e distribuídos pelo ME. De acordo com que foi firmado inicialmente, o MEC seria o responsável pela distribuição do kit. No entanto, devido a entendimentos entre os ministérios, para agilizar o processo, o ME assumiu a distribuição dos kits, sendo que o MEC arcou com os custos, realizando o repasse de recursos.

- Total de kits distribuídos na Proposta Piloto: 1.544
- Início da distribuição: junho de 2011

Em agosto de 2011 iniciou-se o processo de distribuição dos kits para cerca de 5.000 escolas que foram contempladas com o programa na adesão 2011. Todos os custos foram arcados pelo Ministério do Esporte.

Total de kits distribuídos: 5.684, 98% concluído em dezembro de 2011.

Demonstrativo da Composição do Kit de Materiais Esportivos

KIT DE MATERIAIS ESPORTIVOS – PST/Mais Educação		
QTDE.	UNID.	MATERIAL
6	Un.	Bola de Basquete Adulto
6	Un.	Bola de Basquete Infantil
10	Un.	Bola de Futebol de Campo Adulto
10	Un.	Bola de Futebol de Campo Infantil
6	Un.	Bola de Futebol de Salão Adulto
6	Un.	Bola de Futebol de Salão Infantil
6	Un.	Bola de Handebol Adulto
6	Un.	Bola de Handebol Infantil
6	Un.	Bola de Vôlei – Oficial
6	Un.	Bola de Vôlei – Oficial Infantil
10	Un.	Bola de borracha
1	Par	Rede de Basquete
1	Par	Rede de Futebol de Campo
1	Par	Rede de Futebol de Salão/Handebol
1	Un.	Rede de Vôlei
10	Un.	Cone Médio (25 cm)
10	Un.	Cone Grande (50 cm)
2	Un.	Bomba de encher bola
8	Un.	Bico para bomba de encher bola
4	Un.	Apito para arbitragem de plástico com cordão
15	Un.	Bambolê
2	Un.	Saco para transportar material esportivo

2	Un.	Corda de pular coletiva c/ manoplas
15	Un.	Corda de pular Individual c/ manoplas
15	Un.	Jogos de dominó
1	Un.	Jogo de taco completo de madeira c/ bolinha de borracha
1	Un.	Jogos de frescobol
10	Un.	Peteca
1	Un.	Kit mini-traves de futebol
4	JG	Colete de Identificação c/ 12 unidades
2	Un.	Cadeado 20mm (para trancar a caixa)
3	Un.	Caixa plástica com tampa para acondicionar o material

Material Pedagógico – Adesão 2010

A produção do material pedagógico foi realizada pelo ME e a distribuição pelo MEC para as escolas da proposta Piloto (adesão 2010). No processo de distribuição houve devolução de livros pelo próprio Correio, devido a endereços incorretos.

- Material Pedagógico – composição: Livro Fundamentos Pedagógicos do PST e Caderno de Apoio Pedagógico (CAP)
- Início da distribuição: 11/04/2011
- Total de livros Fundamentos Pedagógicos e CAPS: 3798 unidades de cada.

Em novembro iniciou-se o processo de distribuição para cerca de 4.000 escolas contempladas com o programa referentes à adesão 2011.

Neste ano, os gestores da parceria – ME e MEC – decidiram distribuir o kit de material pedagógico (Livro de Fundamentos Pedagógicos – PST e o Caderno de Apoio Pedagógico) para as demais 10 mil escolas que desenvolvem o Mais Educação e, no entanto, não foram contempladas com o Segundo Tempo, a fim de subsidiar o desenvolvimento das atividades do Macrocampo Esporte e Lazer de acordo com a proposta pedagógica do Esporte Educacional. O processo de distribuição iniciou-se também em dezembro de 2011, após a finalização da entrega para as escolas contempladas. Até dezembro de 2011 foram distribuídos 4007 kits. Ficou acordado na parceria, que a responsabilidade dos custos da produção e distribuição desse material será do MEC e realizado por meio de descentralização. Até o momento, todos os custos foram arcados pelo ME, que aguarda o repasse do recurso.

Uniformes – Adesão 2010

O item uniforme é composto de 2 camisetas e 1 bermuda para cada aluno, além de 2 camisetas por monitor. A distribuição foi iniciada pelas escolas participantes da proposta Piloto (adesão 2010). Um dos problemas encontrados na distribuição, realizada pelo MEC, foi o tamanho inadequado dos uniformes, além de endereços incorretos. Durante a distribuição verificou-se que os tamanhos não atenderam satisfatoriamente as necessidades das escolas. Considerando que seria inviável para o ME promover a troca destes uniformes, sugeriu-se por orientação do próprio MEC, que os coordenadores Estaduais e Municipais viabilizassem junto as Escolas de sua região, a permuta entre as escolas, a fim de agilizar o uso, de acordo com o tamanho correto dos uniformes.

- Kits de uniformes entregues na totalidade ao MEC: 2.660
- Início da distribuição: 11/04/2011

A distribuição dos uniformes para as escolas que aderiram ao programa em 2011 (cerca de 5 mil) não foi realizada, devido à demora na conclusão do novo processo licitatório. No entanto isso não prejudicou o desenvolvimento das atividades visto que os alunos dispõem do uniforme escolar.

AÇÕES INTERNAS

Fortalecimento da Gestão

Considerando a ampliação da parceria para 5 mil escolas e as ações administrativas e organizacionais que envolveram esse gerenciamento, houve a necessidade de fortalecer a equipe interna responsável. Para isso, organizou-se uma Equipe Gestora do PST no Mais Educação, vinculada à Secretaria para gerenciar o desenvolvimento das ações do Segundo Tempo no Mais Educação.

Nesse sentido foi necessário adequar o quadro de pessoal técnico, assim como o suporte de infraestrutura necessária para uma boa condição de trabalho.

Todas as ações referentes aos processos de Capacitação e Acompanhamento do Programa Segundo Tempo estão amparados pelo Projeto de “Capacitação e Acompanhamento Pedagógico dos Núcleos de Esporte Educacional do Programa Segundo Tempo”, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para atender as novas demandas de Capacitação e Acompanhamento previstas nesta parceria, bem como com a ampliação do PST no Mais Educação, foi necessário realizar ajustes neste projeto, no que diz respeito à ampliação da Equipe Técnica, Equipes Colaboradoras e inclusão de novas modalidades de capacitação.

Da mesma forma, pelo caráter estratégico da integração das Políticas de Esporte e Educação, levou-se em conta a necessidade de criar uma Coordenação-Geral específica que pudesse tratar da parceria com o MEC e das ações intersetoriais com outras áreas do governo. Em função da crescente demanda de atendimento e das novas ações voltadas para o desenvolvimento do PST nas escolas públicas da Educação Básica, e ainda em virtude do cenário de ampliação anual das escolas contempladas e, conseqüentemente, do quantitativo de alunos beneficiados, tornou-se necessária a ampliação da estrutura física e do número de integrantes das equipes interna e externa.

FRAGILIDADES

- inviabilização da contratação do profissional graduado em Educação Física para desenvolver as atividades junto aos alunos, por falta de mecanismo legal;
- grande dificuldade de contato direto com as escolas e Secretarias de Educação, devido à ausência de dados ou a dados incorretos recebidos via SIMEC e MEC (CNPJs, endereços eletrônicos, telefones e endereços das escolas, gestores escolares e CPFs desatualizados, assim como dados de coordenadores estaduais e municipais), acarretando diversos problemas, que geram retrabalho, tais como:
 - ✓ retorno de e-mail e desinformação por parte de Coordenadores do Mais Educação (estaduais e municipais);
 - ✓ dificuldade para garantir o recebimento de informações referentes às ações do programa;
 - ✓ dificuldade na entrega dos materiais, pois devido aos endereços incorretos, eles retornam e é realizada nova ação de identificação do endereço da escola, para posterior entrega do material, gerando custos à Administração.

- baixo valor de ressarcimento ao monitor para desenvolver as atividades do Programa Segundo tempo, resultando em alta rotatividade desses atores;
- atraso na entrega dos materiais das escolas da Adesão 2010, realizada em 2011, devido a problemas no processo licitatório;
- falta de entendimento dos usuários do sistema, o que trouxe lentidão para o processo de cadastramento e execução de ações junto às escolas;
- processo de adesão de 2011, por meio de critérios estabelecidos e não por opção da escola, gerando casos de desistência de escolas.
- dificuldades na identificação de facilitadores para o processo de capacitação;
- agravamento do índice de envio indevido de materiais em função da falta de informação sobre as escolas desistentes do Mais Educação e demora na informação sobre as escolas inadimplentes (não desenvolvem o programa por não poderem receber os recursos do MEC).

RESULTADOS OBTIDOS EM 2011

- ampliação do atendimento de beneficiários do Segundo Tempo no Mais Educação em aproximadamente 324% em 2011.
- consolidação e reconhecimento do programa nas escolas e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.
- aumento do número de escolas, monitores e municípios contemplados.
- fortalecimento do canal de comunicação entre o PST, o Programa Mais Educação e os gestores parceiros
- publicação das orientações do Segundo Tempo no Manual do Mais Educação 2011;
- produção e impressão de Cadernos de Apoio Pedagógico – tecnologia TOPs, para todas as escolas que participam do Programa Mais Educação (cerca de 15 mil);
- distribuição de material de apoio pedagógico para cerca de 10 mil escolas do Mais Educação que não foram contempladas com o Segundo Tempo;
- realização de 21 Encontros Regionais com o objetivo de orientar e esclarecer as ações necessárias à implementação da parceria nas escolas.
- realização de videoconferências (e webconferências), como nova estratégia para orientar os atores do PST/ Mais Educação;
- criação de Sistema de Cadastro das Escolas, Diretores, Coordenadores do Mais Educação e Facilitadores para possibilitar a atualização dos dados da unidade escolar e promover a distribuição dos materiais esportivos, pedagógicos e uniformes, bem como para a identificar e registrar os dados dos interlocutores do PST junto às escolas parceiras;
- elaboração de manual de orientação - Passo a Passo PST/MAIS EDUCAÇÃO – com informações de orientação e normatização aos atores envolvidos e respectivas funções;

PERSPECTIVAS PARA 2012

- contribuição da proposta do Esporte Educacional na efetiva construção e desenvolvimento da Política de Educação Integral no âmbito da Escola;
- ampliação da parceria para o atendimento de 10 mil escolas para o ano de 2012, com o intuito de superar o atual modelo de conveniamento, ampliando as possibilidades de inserção do PST em todas as regiões;
- aprovação de aparato legal para o desenvolvimento das atividades na escola, por meio do Professor de Educação Física;
- fortalecimento do Sistema de Cadastro das Escolas e Diretores do Segundo Tempo no Mais Educação.
- qualificação do atendimento aos beneficiados, em função do desenvolvimento de capacitações, integradas ao Projeto Pedagógico da Escola, na perspectiva da educação integral;
- implantação de Sistema de Cadastro para coordenadores do Programa Mais Educação, facilitadores e pólos de capacitação;
- definição de novo processo de Capacitação de ampla abrangência.

PROJETO PILOTO MAIS EDUCAÇÃO (ESPORTE NA ESCOLA) – MARACANAÚ (CE)

A proposta do Projeto Piloto de Maracanaú/CE foi estruturada em 2009, e consiste na vinculação do Segundo Tempo ao Sistema Educacional da localidade. O objetivo é alcançar uma proposta adaptada do Programa Segundo Tempo padrão que se adeque ao ambiente escolar, no âmbito da educação integral, onde atua o programa Mais Educação/MEC. Dessa forma, o projeto reúne características do modelo padrão do PST, onde as parcerias são firmadas por meio de convênios e da parceria com o Mais Educação.

Dados do Piloto - Maracanaú	
Ordem de início	12/05/2011
Vigência	01/07/2012
Quantidade de núcleos	54
Quantidade de beneficiados	8.100
Quantidade de beneficiados por Núcleo	150
Período Recesso/Férias	01/02/2012 a 02/03/2012
Planejamento pedagógico	02/03/2012 a 10/03/2012
Capacitação dos Coordenadores	20 a 22/07/2011

Essa experiência é valiosa para a parceria entre os programas, pois todas as atividades dos núcleos serão desenvolvidas a partir da mesma proposta pedagógica e administrativa, entendendo-se que a integração dos programas, inseridos no projeto político da escola, vem ao encontro da proposta de intersectorialidade, bem como na perspectiva de escola em tempo integral.

Por sua característica de piloto, o acompanhamento pedagógico do convênio de Maracanaú, teve 52% de seus núcleos visitados, entre 20/09/11 a 06/10/2011, e com o objetivo de se obter um maior número de informações sobre seu desenvolvimento e foram acrescentadas questões específicas ao Instrumento de Coleta que orientaram as visitas e a construção do RC, tendo em vista que esse projeto se caracteriza como parâmetro para as futuras adequações da parceria com o Programa Mais Educação.

Verificou-se que nas escolas onde há o Mais Educação e houve a inserção do PST houve maior interação do Programa com a escola. Outra constatação foi que a parceria provocou alterações e estimulou as instituições na melhoria e/ou aplicação dos espaços para as práticas propostas, visto que a presença do PST na Escola provocou reflexões sobre a necessidade de melhorias.

Quanto à capacitação oferecida pelo PST, foi verificado que conseguiu atender as necessidades do Projeto Piloto (além da proposta do Esporte Educacional, interações com a Proposta do Mais Educação), quando durante as práticas, percebeu-se o uso de atividades do Caderno de Apoio Pedagógico apresentado na capacitação, bem como a metodologia verificada também *in loco*, onde o jogo passou a ser utilizado com outros interesses e outras perspectivas, numa abordagem mais humanista, desenvolvimentista e não competitivista, sendo possível ressaltar a capacidade de utilização de conteúdos significantes, com a utilização de filmes, seguido de discussões temáticas.

Destaca-se também o comprometimento de todos os coordenadores, de acordo com a formação exigida na área de Educação Física, considerando de fundamental importância para o desenvolvimento e planejamento pedagógico das ações pactuadas neste convênio.

Dessa forma, entende-se que o Piloto Maracanaú/CE coloca-se como imprescindível às respostas dos aspectos salientados e aos avanços projetados com a inserção e validação do Programa Segundo Tempo na escola.

FRAGILIDADES

- Em virtude das dificuldades de estruturação encontradas pela Prefeitura de Maracanaú, principalmente no que se refere à contratação dos recursos humanos e ainda, devido ao período de Defeso Eleitoral e aos entraves dos processos licitatórios que impossibilitou a distribuição do material esportivo aos parceiros, além de outras ações de estruturação, houve atraso no início das atividades, recebendo a Ordem e Início apenas em maio de 2011.

PERSPECTIVAS PARA 2012

- Por meio do Piloto Maracanaú/CE tem-se o propósito de fornecer indicadores ideais para o aprimoramento do PST na Escola, no que se refere aos seguintes aspectos:
 - ✓ Pessoal envolvido;
 - ✓ Estrutura física e material;
 - ✓ Tempo para o desenvolvimento das ações integradas;
 - ✓ Forma de remuneração e valor atribuído;
 - ✓ Quantitativo de beneficiados por núcleo;
 - ✓ Processo de formação continuada;
 - ✓ Processo de acompanhamento necessário;
 - ✓ Avaliações possíveis para o PST no Mais Educação.

PILOTO SEGUNDO TEMPO NO MAIS EDUCAÇÃO – PM BELO HORIZONTE

O Projeto Piloto da PM de Belo Horizonte surgiu com a parceria entre o Programa Segundo Tempo, por meio da Secretaria Municipal Adjunta de Esportes, e o Programa Escola Integrada, por meio da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 2008. A parceria observa as diretrizes e finalidades do Programa Segundo Tempo – Escola Integrada para atendimento de 15.100 crianças, adolescentes e jovens, por meio da oferta de práticas esportivas educacionais.

A matriz curricular da Escola Integrada subdivide-se em macrocampos que contemplam atividades de múltiplas áreas do conhecimento com o intuito de promover a integração do aluno com os diversos espaços da comunidade e potencializar experiências educativas por meio do compartilhamento destas com profissionais, famílias e demais atores sociais. Dessa forma, o Programa Segundo Tempo teve que se adequar aos espaços e tempos das escolas e da comunidade como parceiro para atender ao macrocampo esporte e lazer.

Este projeto, assim como o Projeto Piloto realizado junto a Prefeitura de Maracanaú (descrito no item anterior), visa estabelecer uma proposta piloto que qualifique devidamente às ações de esporte no âmbito do ensino de tempo integral, com a diferença de que em Belo Horizonte, a proposta de Escola Integrada encontra-se em adiantado processo de desenvolvimento, podendo apresentar resultados mais próximos para esta proposta de integração. Busca-se, portanto, a reconstrução do modelo de esporte educacional com base nesta nova realidade das políticas educacionais no país.

Nesta linha de ação, os projetos piloto e seus resultados assumem papel importante no processo decisório de ajustes e adequações na validação do Programa Segundo Tempo na escola.

Dados do Piloto de BH	
Ordem de início	28/11/2011
Vigência	28/02/2013
Quantidade de núcleos	151
Quantidade de beneficiados	15.100
Quantidade de beneficiados por Núcleo	100
Período Recesso/Férias	15/12/2011 a 13/01/2012;

FRAGILIDADES

- Em virtude de dificuldades administrativas encontradas pela Prefeitura de Belo Horizonte/MG, nas ações de estruturação, houve atraso no início das atividades, recebendo a Ordem e Início apenas em Novembro de 2011. Neste sentido, o processo de capacitação pedagógica está previsto para janeiro de 2012 e na sequência, respeitando o fluxo estabelecido, será realizado o acompanhamento in loco dos núcleos deste convênio piloto pelas Equipes Colaboradoras.

PERSPECTIVAS PARA 2012

- Pela solidez da Escola Integral em Belo Horizonte/MG tem-se nesse piloto, o propósito de fornecer indicadores diferenciados, que possam juntamente com os resultados

obtidos no Piloto de Maracanaú promover o aprimoramento do PST na Escola, no que se refere aos seguintes aspectos:

- ✓ Pessoal envolvido;
- ✓ Estrutura física e material;
- ✓ Tempo para o desenvolvimento das ações integradas;
- ✓ Forma de remuneração e valor atribuído;
- ✓ Quantitativo de beneficiados por núcleo;
- ✓ Processo de formação continuada;
- ✓ Processo de acompanhamento necessário;
- ✓ Avaliações possíveis para o PST no Mais Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PARCERIA ME/MEC

A implantação de projetos sociais e as ferramentas que envolvem o processo de capacitação dos atores e o acompanhamento dos resultados nesse contexto exigem um esforço constante na busca de estratégias e mecanismos para garantir eficácia e eficiência ao programa.

Ao inserir o Segundo Tempo no Mais Educação, aceita-se o desafio de implantar o Segundo Tempo em um ambiente já consolidado na busca de, cada vez mais, seguir um caminho de universalização do acesso ao esporte no país, de forma qualificada, que atenda satisfatoriamente aos diversos aspectos envolvidos na formação dos jovens brasileiros, que é um direito fundamental de todos os cidadãos.

Nesse período de funcionamento do programa, já foram alcançados muitos avanços buscando sempre o aprimoramento do trabalho desenvolvido. Com as ações de capacitação e estratégias de comunicação utilizadas no programa e por meio das Equipes Colaboradoras, parceiras do Ministério neste trabalho, os vínculos com as Secretarias de Educação e com os respectivos representantes do Programa Mais Educação foram fortalecidos, possibilitando maior alcance as informações necessárias e fazendo com que se consiga alcançar por diversos meios, as escolas que desenvolvem o programa.

A opção por desenvolver projetos piloto, a exemplo dos pactuados com as cidades de Maracanaú e Belo Horizontes, junto a escolas, refletem essa busca, realizada por meio de diferentes propostas e experimentações, sempre com o objetivo de aperfeiçoar as ações ofertadas.

Utilizando a experiência adquirida com a parceria, pretende-se avançar no desenvolvimento do esporte educacional no ambiente escolar, promovendo um esforço no sentido de aprovar um projeto de lei, caso necessário, que possibilite o desenvolvimento das atividades na escola pelo Professor de Educação Física, seja por meio da parceria com o MEC ou de forma independente. Essa ação permitiria o alinhamento às Diretrizes do PST e ainda, possibilitaria maior controle das ações e de seu desenvolvimento, visando sempre à universalização do acesso ao esporte e lazer com satisfação e qualidade.

II. Articular políticas e ações intersetoriais para o esporte educacional

- articular ações com a área de saúde.
- sensibilizar a inclusão da temática “esporte” nos planos e políticas nacionais de outras áreas;
- garantir representatividade da SNEED/ME junto aos conselhos e grupos de trabalho que apresentem relação com o público alvo, projetos e ações da SNEED;
- desenvolver ações de gênero;

PARCERIA MINISTÉRIO DO ESPORTE E MINISTÉRIO DA SAÚDE

A parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Saúde foi firmada com o objetivo de integrar os programas e ações das duas pastas, tendo em vista a proximidade do fundamento de atuação dos dois órgãos da administração direta, que consiste na promoção da qualidade de vida, seja pelo incentivo à prática de hábitos saudáveis – como, por exemplo, a atividade física regular – seja pela prevenção de doenças.

- A abrangência da parceria, atualmente, envolve os seguintes eixos:
- Prevenção e o Controle das Doenças e Agravos Crônicos não Transmissíveis (DCNT);
- Prevenção e Controle da Obesidade;
- Determinantes Sociais da Saúde.

Vale ressaltar que, inicialmente, contribuiu-se para a elaboração do Plano de Ações Estratégicas, considerando o eixo de enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT, bem como na participação em reuniões de discussão do Plano Intersetorial para Prevenção e Controle da Obesidade e da Conferência Mundial dos Determinantes Sociais de Saúde.

1. Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade

O Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da obesidade: promovendo modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira é parte integrante e está em sintonia com o Plano Plurianual 2012-2015, Plano Brasil Sem Miséria, Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano de Doenças Crônicas não Transmissíveis 2011- 2022. Tem como propósito eleger estratégias e medidas que apoiem os modos de vida saudável (Promoção da Alimentação Adequada e Saudável e Promoção da Atividade Física) de forma mais operativa para os próximos quatro anos.

Cumprir salientar que, no ano de 2011, o Ministério do Esporte passou a integrar o Grupo de Trabalho formado por representantes dos órgãos envolvidos no Plano, onde participou-se de reuniões agendadas para discussão dos seus termos e da matriz integrante ao documento, que consiste na delimitação dos eixos estratégicos, das ações/atividades previstas pelo Grupo de Trabalho e dos responsáveis pela execução de cada uma.

2. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT)

O objetivo do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) consiste em promover o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas efetivas, integradas, sustentáveis e baseadas em evidências para a prevenção e o controle das DCNTs e seus fatores de risco, bem como fortalecer articulações intersetoriais que promovam a construção de estilos de vida menos sedentários, de forma a implantar ações de promoção de práticas corporais/atividade física e modos de vida saudáveis para a população e, principalmente, para crianças e jovens, ampliando as ações de atividade física no contraturno e em espaços públicos de lazer existentes e a serem construídos.

O Ministério do Esporte, vale ressaltar, colaborou para o fortalecimento da parceria, encaminhando contribuições para o Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT).

3. Determinantes Sociais da Saúde

Realizou-se nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência Mundial sobre os Determinantes Sociais da Saúde, cujo objetivo foi promover o encontro de governos e da sociedade civil para debater estratégias e metodologias e assumir o compromisso coletivo de combate às iniquidades em saúde, através da ação sobre seus determinantes sociais.

Nesse eixo, o Ministério do Esporte colaborou com a indicação de representantes, para garantir a participação desta Pasta na Conferência Mundial, constituída pela Organização Mundial da Saúde.

Perspectivas

Fortalecimento da parceria por meio da integração de ações e projetos direcionados para públicos específicos, alcançando maior efetividade nos resultados das políticas públicas das respectivas pastas, como exemplo: aproximação dos Programas Segundo Tempo e Saúde na Escola, bem como dos Programas Vida Saudável e Academia da Saúde.

Demais Parcerias e Ações

A Secretaria representou o Ministério do Esporte nos seguintes espaços de articulação institucional: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e na Conferência Mundial sobre os Determinantes Sociais da Saúde.

O Ministério do Esporte também estreitou relações junto aos setores do governo, nas ações voltadas ao Esporte Educacional, contribuindo na elaboração do Plano Brasil Criativo e Plano Brasil Protege suas Crianças e Adolescentes, do Ministério da Cultura e da Secretaria de Direitos Humanos, respectivamente.

Em 2010, foi desenvolvido o projeto piloto AERÓBICA NO PST, em 6 (seis) convênios do PST com o intuito de possibilitar aos beneficiados maior diversidade de modalidades rítmicas na proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, estimulando assim o aumento do número de beneficiados do sexo feminino e a permanência destes, como também que meninos e meninas participassem das mesmas atividades ao mesmo tempo.

A partir das experiências e resultados adquiridos com o projeto decidiu-se, em 2011, oportunizar a Ginástica Aeróbica Esportiva como uma das modalidades presentes no Segundo Tempo Padrão de forma a consolidar os objetivos almejados inicialmente com a proposta do piloto, possibilitando o aumento da adesão dos beneficiados do público feminino no atendimento sistemático.

Além disso, nos processos de Capacitação do Segundo Tempo consta como um dos conteúdos o Tema “Questões de gênero e deficiência”, buscando auxiliar os professores em suas ações e estimular a discussão sobre gênero, bem como a participação de meninas nas práticas esportivas.

Para isso materiais específicos foram desenvolvidos e incluídos como capítulo do Livro “Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo, intitulado “Inclusão, gênero e deficiência”. Posteriormente, diante da importância do tema, este foi tratado em capítulo específico: “Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade”, no Livro “Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo – Da reflexão à prática”.

Ainda em 2011, produziu-se o Livro “Ensinando e Aprendendo Esportes no Programa Segundo Tempo” – volumes 1 e 2, que será distribuído em 2012, e oferece subsídios e uma variedade

de opções para a organização e desenvolvimento das atividades. Busca servir de estímulo e valorização ao trabalho desenvolvido junto a este público, nas diversas modalidades de Ginástica (Geral, Aeróbica, Acrobática, Rítmica, Artística) e Dança.

A Secretaria também realiza o acompanhamento da execução do Segundo Tempo no que se refere às relações de gênero, por meio das visitas in loco realizadas pelos integrantes das Equipes Colaboradoras. Os instrumentos de coleta de dados utilizados no momento das visitas favorecem a análise e o monitoramento do número de meninos e meninas que participam de atividades específicas, por meio da verificação de turmas mistas ou compostas por alunos de um só gênero e ainda, se esse tema está sendo bem trabalhado pelos professores do programa. A análise do acompanhamento fornece subsídio para o planejamento e organização de futuras ações na busca de aprimoramento e sensibilização considerando a relevância do tema.

III. Divulgar ações e projetos de esporte educacional para a sociedade

- documentar e divulgar as ações da SNEED;
- potencializar o site da SNEED/ME como instrumento de divulgação das ações do PST;
- participar de concursos de inovação da gestão pública;
- realizar campanhas publicitárias.

8. Divulgar ações e projetos de esporte educacional para a sociedade

No primeiro semestre de 2011, as estratégias de atuação da SNEED foram expandidas para dar visibilidade às atividades do Programa Segundo Tempo, a sua missão, principais linhas de atuação e parcerias de sucesso, principalmente as estabelecidas com os órgãos público federais, a exemplo do Segundo Tempo/Mais Educação, firmado entre os Ministérios do Esporte e da Educação. Para que isso pudesse ocorrer, foi necessário desassociar as atividades administrativas da então coordenadora, criando uma nova área, com foco em comunicação, publicidade e eventos.

As novas diretrizes para o Programa Segundo Tempo sedimentaram a criação e atualização de material de divulgação, com conseqüente produção de material gráfico: cartazes informativos, folders, banners e certificados de capacitação (anexo 27). Esse material vem sendo utilizado para identificar núcleos de esporte, subsidiar o trabalho das equipes colaboradoras nos Estados e promover o Programa em feiras, congressos e exposições.

Nesse sentido, vale destacar o papel do Site do Ministério na internet, onde foi possível postar várias ações realizadas no âmbito do Programa Segundo Tempo, a exemplo do Edital de Convocação para novas parcerias, sendo este, de certa forma, um importante canal de comunicação com a sociedade.

Entre as prioridades estabelecidas para a divulgação do Programa, destacou-se a articulação com o Comitê Organizador dos Jogos Mundiais Militares - Evento do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) que reuniu aproximadamente 6 mil atletas e 2 mil delegados de 100 países, em 20 modalidades esportivas, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ (16 e 24 de julho de 2011). A fim de potencializar a parceria entre o Ministério do Esporte e da Defesa, a SNEED entregou camisetas e certificados de participação às 1300 crianças, integrantes do Projeto Segundo Tempo/Forças no Esporte, que apresentaram as coreografias nas Cerimônias de Abertura e Encerramento aos participantes dos “Jogos da Paz”; presenteou os 100 Chefes das Delegações com um KIT composto de: camisetas, bolsas, livros, vídeos e folders informativos; aplicou placas e banners em diversos locais de competição, conseguindo, assim, várias inserções na mídia local e nacional; uniformizou as

crianças que acompanharam os jogadores nas arenas de competição; e, conseguiu espaço para apresentação do Programa durante o Congresso de Abertura direcionado aos Chefes de Delegação dos países participantes, o que resultou em vários pedidos de esclarecimentos e possíveis termos de cooperação técnica internacional.

O Encontro do movimento estudantil brasileiro que aconteceu de 13 a 17 de julho de 2011, em Goiânia/GO também foi identificado como um importante momento para dar transparências às ações do Programa Segundo Tempo e seus projetos. O Congresso que reuniu, aproximadamente, 10 mil jovens estudantes recebeu uma Exposição de Fotos, retratando o cotidiano dos núcleos e as atividades desenvolvidas. A estrutura foi montada na área de convivência e refeição do evento, lugar de intensa circulação dos jovens participantes. Como resultado, a ação foi considerada positiva, pelo grande interesse do público presente.

Ainda em julho de 2011 deu-se início a uma importante parceria para impulsionar as ações complementares de lazer dos integrantes do Programa Segundo Tempo. O Programa Petrobras Esporte Motor apoia o automobilismo brasileiro como fonte de pesquisa e desenvolvimento de produtos e, dentro dessa iniciativa destaca-se o patrocínio da categoria de caminhões (Fórmula Truck) e, a esta ação desdobra-se no “*Truck Kids*”, que tem como objetivo levar crianças carentes de creches e escolas para visitar os autódromos e dirigir miniaturas dos caminhões, acompanhadas de instrutores. Além do *test drive*, as crianças recebem almoço, presentes com material reciclável/ecológico e um dia de brincadeiras numa pista de caminhorama, um autorama de caminhões que acompanha o evento.

Integrantes do Segundo Tempo, 100 crianças da Prefeitura de São Bernardo do Campo, 50 da Prefeitura de Suzano e 50 do 22º Batalhão de Logística Leve - Ministério da Defesa de Barueri/SP visitaram o treino da 5ª Etapa Brasileira da Fórmula Truck realizada no autódromo de Interlagos/SP no dia 2 de julho.

A visita de 100 crianças beneficiadas pelo Segundo Tempo em parceria com a Prefeitura de Nova Prata no autódromo de Guaporé/RS, dia 9 de outubro de 2011, foi destaque nos jornais locais e regionais. Na ocasião, a piloto Débora Rodrigues distribuiu autógrafo e posou para fotos com as crianças.

Na etapa brasileira realizada em Curitiba/PR, dia 5 de novembro, a visita ficou a cargo da Prefeitura de Paranaguá/PR. As 100 crianças integrantes do Segundo Tempo, com idades entre 4 e 12 anos tiveram acesso aos bastidores do treino, conversaram com os pilotos e dirigiram os minicaminhões do projeto “*Truck Kids*”.

Para finalizar o circuito brasileiro, 200 crianças do Programa Segundo Tempo atendidas pela Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás visitaram o autódromo internacional de Brasília, no dia 3 de dezembro de 2011.

Esta ação possibilitou estreitamento na parceria com a Petrobras, com conseqüente probabilidade de novas ações em conjunto, diversificar a atuação dos núcleos, fortalecerem a cooperação entre as instituições conveniadas com o Ministério do Esporte, propiciar as trocar experiências, contribuir com o conhecimento, estimular a realização de atividades complementares e a interação entre alunos, professores, monitores e as instituições, resultando na melhoria do processo educativo dos participantes, além da divulgação dos feitos do Programa Segundo Tempo na mídia, como estratégia de “agenda positiva”.

Outra ação de divulgação que merece destaque no PST é o Projeto Memória que integra o projeto de Capacitação e Acompanhamento do PST desenvolvido em parceria com a UFRGS.

Memória do Programa Segundo Tempo

2.1.1.1

O projeto **Memória do Programa Segundo Tempo** foi iniciado em 2009 e é desenvolvido em parceria com o Centro de Processamento de dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e com o Centro de Memória do Esporte (CEME-UFRGS). Trata-se de um portal de acesso que reúne os documentos digitais gerados no âmbito das políticas públicas de esporte, que tem como objetivo principal registrar e preservar a história do Programa bem como abrigar seu acervo documental (livros, folders, materiais de capacitação), iconográfico (desenhos, fotografias, cartazes, etc.), audiovisual (vídeos, cdroms, etc.), tridimensional (artefatos tais como camisetas, bonés, materiais esportivos, canetas, entre outros.), bem como materiais relacionados à interface entre o *Programa Segundo Tempo* e o *Programa Mais Educação*, por meio da criação de uma coleção de informações de diferentes naturezas: acadêmicas, de divulgação, históricas, entre outras, sempre tendo em vista o desenvolvimento de estratégias de preservação da memória do programa

A gestão do projeto foi desenvolvida segundo as etapas previstas na proposta básica, não havendo alterações nas atividades inicialmente previstas, cujo objetivo principal é a criação de registro de **Memória do Programa Segundo Tempo**.

Ações desenvolvidas:

- Criação e alimentação do **Repositório Digital do Programa Segundo Tempo**, um portal de informações que contém os documentos digitais do Programa. Foi desenvolvido em parceria com o Centro de Processamentos de Dados da UFRGS e disponibiliza o acervo do PST a partir de 5 coleções: a) Audiovisual; b) Depoimentos; c) Documental; d) Iconográfica; e) Tridimensional.

Este Repositório caracteriza-se como a ação mais importante do Projeto Memória, pois tem caráter permanente e é constantemente alimentado e atualizado através da coleta de informações e materiais sobre o *Programa Segundo Tempo* bem como sua imediata disponibilização no formato digital. Além dos documentos, fotografias, vídeos, publicações os objetos tridimensionais (camisetas, bonés, materiais pedagógicos, pastas, canetas, entre outros) são fotografados e registrados no Repositório, que pode ser acessado através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.repositorioceme.ufrgs.br/handle/123456789/2>

- Criação e alimentação da página **Memória do Programa Segundo Tempo** cujo link encontra-se disponível no item **Memória**, da *home page* oficial do *Programa Segundo Tempo*. Neste sítio podem ser acessadas informações sobre: Linha do Tempo do PST; Capacitações; Exposições; Exposições Virtuais; Tutorais sobre registros de Memória, notícias sobre as etapas do Projeto Memória. A *home page* pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.esef.ufrgs.br/ceme/pst/>
- Levantamento nas bases de dados de produção acadêmica de periódicos, teses e dissertações de artigos científicos, monografias, teses e dissertações produzidas sobre o *Programa Segundo Tempo* e pelo *Programa Segundo Tempo* objetivando a alimentação do Repositório;
- Levantamentos no *site Youtube* de vídeos relacionados ao *Programa Segundo Tempo* (reportagens do Ministro do Esporte, equipe gestora do Programa, atividades realizadas nos núcleos, reportagens em matérias para programas televisivos, entre outros) objetivando a alimentação do Repositório;

- Recolhimento, catalogação, higienização e restauração do acervo físico, respeitando suas diferentes classificações (documentos, matérias de jornais, camisetas, fotografias, vídeos, etc.);
- Guarda desses acervos em espaço específico, resguardando os cuidados necessários a sua manutenção (pastas específicas para fotografias, acondicionamento de vídeos, ambiente com temperatura adequada, pastas horizontais para documentos, armários específicos para objetos tridimensionais, entre outros);
- Realização, processamento e disponibilização para consulta de entrevistas com gestores, coordenadores de núcleo, membros das equipes de capacitação, monitores e usuários do *Programa Segundo Tempo* visando alimentar a Coleção Depoimentos do Repositório Digital;
- Transcrição das 25 palestras proferidas no *Encontro Anual das Equipes Colaboradoras*, realizado nos dias 09 e 10 de dezembro de 2010, na cidade de São Paulo, cuja temática central intitulava-se *Avaliações e Perspectivas Futuras*.
- Organização do livro *Programa Segundo Tempo: Avaliações e Perspectivas Futuras*, contendo as palestras do evento acima relacionado. O livro encontra-se em fase de editoração junto a Editora da Universidade Estadual de Maringá;

Resultados quantitativos e qualitativos:

O trabalho desenvolvido pode ser avaliado pela qualidade das condições de abrigo, preservação e disponibilização dos diferentes acervos do *Programa Segundo Tempo*, em especial, o seu **Repositório Digital**. Tais informações podem ser utilizadas para mecanismos de preservação da sua memória, bem como para pesquisas a serem realizadas sobre o *Programa Segundo Tempo*, bem como para materiais e divulgação. Em termos quantitativos foram atingidos os seguintes resultados:

- Catalogação e guarda de mais de 1.000 itens de acervo (livros, documentos, vídeos, materiais pedagógicos e de divulgação);
- Digitalização de mais de 200 documentos e disponibilização dos mesmos no Repositório Digital;
- Catalogação e disponibilização para consulta de mais de 60 publicações sobre o *Programa Segundo Tempo*: artigos, teses, dissertações, monografias e trabalhos apresentados em congressos científicos;
- Realização e processamento de 37 entrevistas;
- Realização de duas exposições virtuais;
- Organização de dois Tutoriais para fundamentar a realização de ações de preservação da memória, tais como: guarda de acervos e organização e realização de exposições.

Dificuldades Encontradas:

- Dada a dimensão do *Programa Segundo Tempo* e sua interface com o *Programa Mais Educação*, bem como as várias atividades que desenvolve e o grande contingente de recursos humanos, encontramos, por vezes, dificuldades na comunicação com os coordenadores de núcleos, no sentido de buscarmos ampliar o acervo na *Coleção Programa Segundo Tempo* junto ao Centro de Memória do Esporte.

Perspectivas para 2012:

- Visando dar continuidade às ações de recolhimento, guarda e disponibilização de acervo, foi projetado para 2012 um grande investimento na alimentação do **Repositório Digital do Programa Segundo Tempo**, por entender que se caracteriza como uma das ferramentas mais avançadas em termos de documentação e informação sobre registros de um programa como o *Segundo Tempo*. Vale ressaltar, ainda, que o *Programa Segundo Tempo* inaugura, no âmbito dos programas sociais, a utilização dessa ferramenta, o que o torna, também, exemplo para outras ações dessa natureza.
- Direcionamento de esforços para a constante qualificação do **Repositório Digital do Programa Segundo Tempo**, tendo em vista o ineditismo e importância deste projeto para a preservação da memória do Programa;

Em continuidade às ações de divulgação, no segundo semestre de 2011 a Secretaria Nacional de Esporte Educacional incorporou os Programas Esporte e Lazer da Cidade e Pintando a Cidadania, logo, ampliando suas estratégias para divulgação dos Programas agregados.

Nesse sentido, relata-se a articulação e parceria com o Ministério da Saúde, durante as comemorações do “Dia da Pátria”. A tenda “Viver Bem é Viver com Saúde” contou com a mobilização do núcleo PELC-Vida Saudável implantado em parceria com a Universidade Católica de Brasília para o desenvolvimento de atividades físicas e ginástica laboral com o público presente na Esplanada dos Ministérios

Cabe evidenciar também a parceria entre a Secretaria, o Governo do Estado do Tocantins e a Superintendência Regional da Infraero para organizar uma exposição de fotografia, em homenagem aos Jogos dos Povos Indígenas. A exposição aconteceu no aeroporto de Tocantins, com o objetivo de receber os turistas que chegavam para assistir a 11ª edição dos Jogos realizada em Porto Nacional/TO entre os dias 5 a 12 de novembro.

Destaca-se ainda a organização do espaço para múltiplas vivências montado na 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2011, no ExpoParque, Brasília/DF. A ação viabilizada por meio da Secretaria-Executiva e com cooperação técnica da Secretaria proporcionou aos jovens participantes a prática de atividades e brincadeiras durante os intervalos dos debates e almoço. O stand foi estruturado com jogos de vídeo-games interativo, mini quadras esportivas (basquete e golfe), mesa de xadrez, dama e tênis de mesa, a fim de simular como deve ser o local esportivo das Praças da Juventude.

Por fim, merece registro, uma ação que teve início em 2010 e foi concluída em 2011, que se tornou uma importante ferramenta para o processo de capacitação de Coordenadores Gerais e Monitores do Programa Segundo Tempo - PST. A produção de um conjunto de Vídeos-aula de, aproximadamente 5 horas, abordando o processo de formação pedagógica do PST: da reflexão à

prática, com as temáticas trabalhadas nas capacitações para que fossem distribuídos aos Convênios (10 mil cópias). Essas temáticas foram trabalhadas pelos seus autores, potencializando assim as idéias constituídas e a exposição adequada do material para reprodução do conhecimento.

Embora, as mudanças estruturais ocorridas no Ministério do Esporte, em 2011, tenham contemporizado a efetivação de uma Campanha Publicitária almejada para a divulgação dos programas esportivos sociais, naturalmente, as ações aqui relatadas foram de importância considerável para a exposição das atuações da Secretaria e do Ministério, bem como para a implementação das estratégias definidas no Planejamento de Comunicação 2011.

No que diz respeito às perspectivas de divulgação e publicidade para o ano de 2012, dos Programas e Eventos que estão sob a responsabilidade da Secretaria, cabe informar que esta sendo repensada, tanto a conservação da área técnica, quanto à forma de procedimento, em função da nova estrutura.

Ação Estratégica II: qualificar e aprimorar a gestão da SNEED:

1. organizar estratégias de gestão e implantar nova estrutura organizacional, com novos processos gerenciais, através do pleno mapeamento do fluxo processual da SNEED e descrição pontual das diversas funções dos seus recursos humanos e departamentos;
2. assegurar os recursos materiais e a infra-estrutura física necessários ao pleno funcionamento da SNEED;
3. ampliar e qualificar a equipe da SNEED;
4. construir referenciais teóricos que contribuam para a documentação e qualificação do Programa Segundo Tempo;
5. capacitar e qualificar todos os recursos humanos (gestores, professores e monitores) dos convênios, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa Segundo Tempo em todas as suas vertentes;

1. Organizar estratégias de gestão e implantar nova estrutura organizacional, com novos processos gerenciais

- aprimorar o Sistema de Acompanhamento Operacional do PST;
- aprimorar o Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST;

O aprimoramento dos Sistemas de Acompanhamento dos convênios do Programa Segundo Tempo tem sido uma preocupação constante da gestão da Secretaria. Além do investimento permanente no desenvolvimento dos Sistemas de Informação e na capacitação dos servidores, a estrutura organizacional vem sendo alterada de forma a contemplar as necessidades identificadas na avaliação do modelo de acompanhamento. Em 2011, particularmente em função da reestruturação do Ministério e da própria Secretaria, os Departamentos e as Coordenações responsáveis pelo acompanhamento dos convênios foram redimensionados. Esse movimento exigiu novas mudanças nos processos gerenciais e, em consequência, a revisão de competências, atribuições, instrumentos, procedimentos e fluxos, não apenas no que diz respeito aos Sistemas de Acompanhamento, mas em toda a estrutura da Secretaria.

Nova Estrutura Organizacional

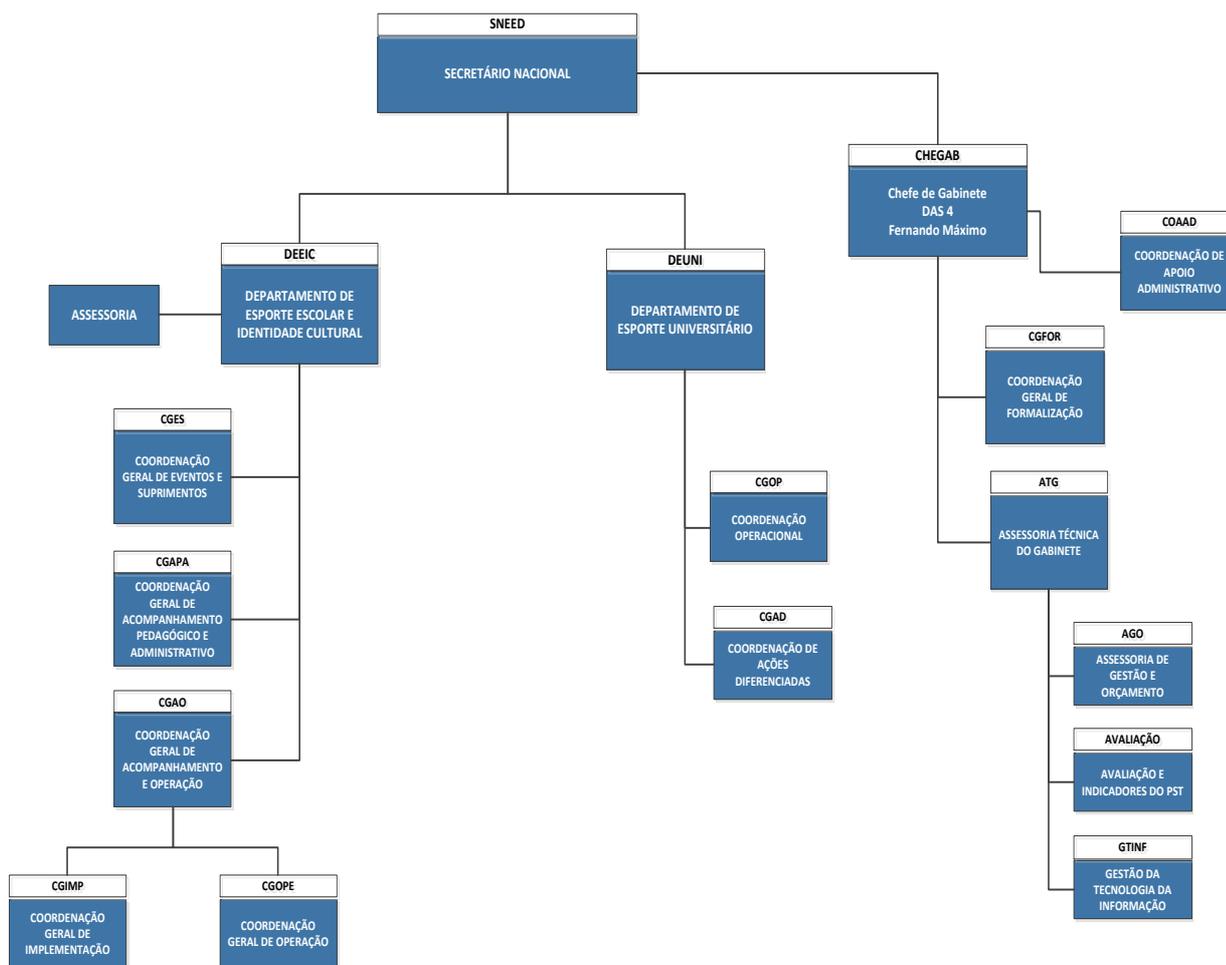
No início de 2011, houve mudança na titularidade da Secretaria, mas a gestão manteve as ações estratégicas definidas pelo Planejamento Estratégico da gestão anterior e concentrou esforços para dar continuidade ao trabalho aliado a uma forte decisão de governo voltada à ampliação,

qualificação e diversificação do Programa Segundo Tempo, buscando dar escala ao atendimento em todo país.

Nesse primeiro momento manteve-se a estrutura de funcionamento da Secretaria utilizada em 2010, enquanto realizava-se um Diagnóstico Organizacional para colocar em prática a ação estratégica definida pelo Planejamento de **qualificar e aprimorar a gestão da SNEED**.

O Diagnóstico partiu do seguinte Organograma:

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE EDUCACIONAL - SNEED



A principal motivação para a concepção da nova estrutura da Secretaria era o desequilíbrio entre os dois departamentos no desenvolvimento da principal ação do Programa Segundo Tempo, referente ao Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional (4377). Considerando o gradativo esvaziamento das ações relativas aos Jogos Escolares e Universitários, ainda divididas com a Secretaria Nacional de Alto Rendimento, e os escassos recursos nas demais ações orçamentárias do Programa, as atribuições do Departamento de Esporte Universitário precisavam ser revistas e seu corpo técnico, melhor aproveitado. Essa questão ganhava força à medida que o outro Departamento ampliava suas atribuições com a criação e o fortalecimento dos Sistemas de Acompanhamento Operacional, Administrativo e Pedagógico dos convênios, sem contudo ampliar o corpo técnico. Embora muitas mudanças tivessem sido introduzidas em 2010, alguns pontos críticos ainda não

havia sido totalmente solucionados e em algumas áreas mais complexas, como a Coordenação-Geral de Acompanhamento Operacional, a situação estava se agravando, inclusive resultando na perda de gestores com muita experiência na condução do programa.

A baixa qualificação dos técnicos, o número reduzido de pessoas, a disparidade salarial, o volume de trabalho, e as dificuldades dos parceiros na gestão dos convênios, não permitiam que se alcançassem as exigências cada vez mais complexas do modelo de acompanhamento adotado e comprometiam as condições de trabalho, gerando uma insatisfação permanente nos servidores e nos gestores responsáveis.

Tal situação era agravada pelo acúmulo de trabalho, insegurança dos procedimentos, diversidade da capacidade produtiva da equipe de acompanhamento técnico, falta de planejamento e do chamado espírito de equipe, com reflexos negativos diretos à alta gestão do programa, e também junto aos parceiros. O estudo que identifica esta situação e a proposta para o novo formato para a Coordenação, visando à solução destes problemas, teve início em 2010 com conclusão em maio 2011 e encontra-se no (Anexo 28) deste relatório.

O desafio principal da nova gestão foi equacionar o problema tendo como limitadores a impossibilidade de expansão do quadro de servidores e as reduzidas possibilidades de adequações salariais. A idéia central era a distribuição equilibrada das responsabilidades das ações em curso entre os dois departamentos, garantindo o envolvimento de todas as áreas da Secretaria no aprimoramento dos processos gerenciais da Ação de Funcionamento de Núcleos - englobando desde a formalização dos convênios, o acompanhamento operacional, pedagógico e administrativo do Programa, e a análise técnica da prestação de contas - e a revisão dos processos das demais ações orçamentárias mantidas na Secretaria.

O trabalho foi dividido em 3 eixos: 1) Análise dos níveis de responsabilidade estratégica, gerencial e operacional e suas respectivas atribuições; 2) Mapeamento e análise dos processos e fluxos de trabalho; e 3) Redimensionamento da força de trabalho, cargos e salários.

- 1. Análise dos níveis de responsabilidade estratégica, gerencial e operacional e suas respectivas atribuições:** A primeira análise realizada partiu de uma estrutura ainda desconectada da estratégia e uma rede de apoio do Programa bem estabelecida, mas com controle insuficiente e precário. A obtenção do diagnóstico, com a realização de oficinas junto às coordenações, e levantamentos quantitativos e qualitativos de informações, possibilitou a construção de uma nova estrutura organizacional em alinhamento com os processos de trabalho, e com as discussões do novo PPA (2012-2015) que encontrava-se em fase de elaboração, e já previa ampliação dos objetivos assumidos pela Secretaria, com impacto efetivo na estrutura. Paralelamente estava sendo desenvolvida pela Secretaria Executiva uma proposta macro de reestruturação do Ministério do Esporte como um todo. Vale registrar que este trabalho teve que produzir um cenário de transição da estrutura da SNEED (Secretaria Nacional de Esporte Educacional) para a futura Secretaria. A nova estrutura organizacional da SNEED teve como mudança central a reconfiguração dos dois departamentos. O primeiro ficou responsável pelo acompanhamento operacional e gestão dos convênios e o segundo, responsável pelo acompanhamento pedagógico e avaliação dos resultados das políticas, buscando equilibrar as responsabilidades das coordenações e suas respectivas atribuições.
- 2. Mapeamento e análise dos processos e fluxos de trabalho:** Ao realizarmos o levantamento

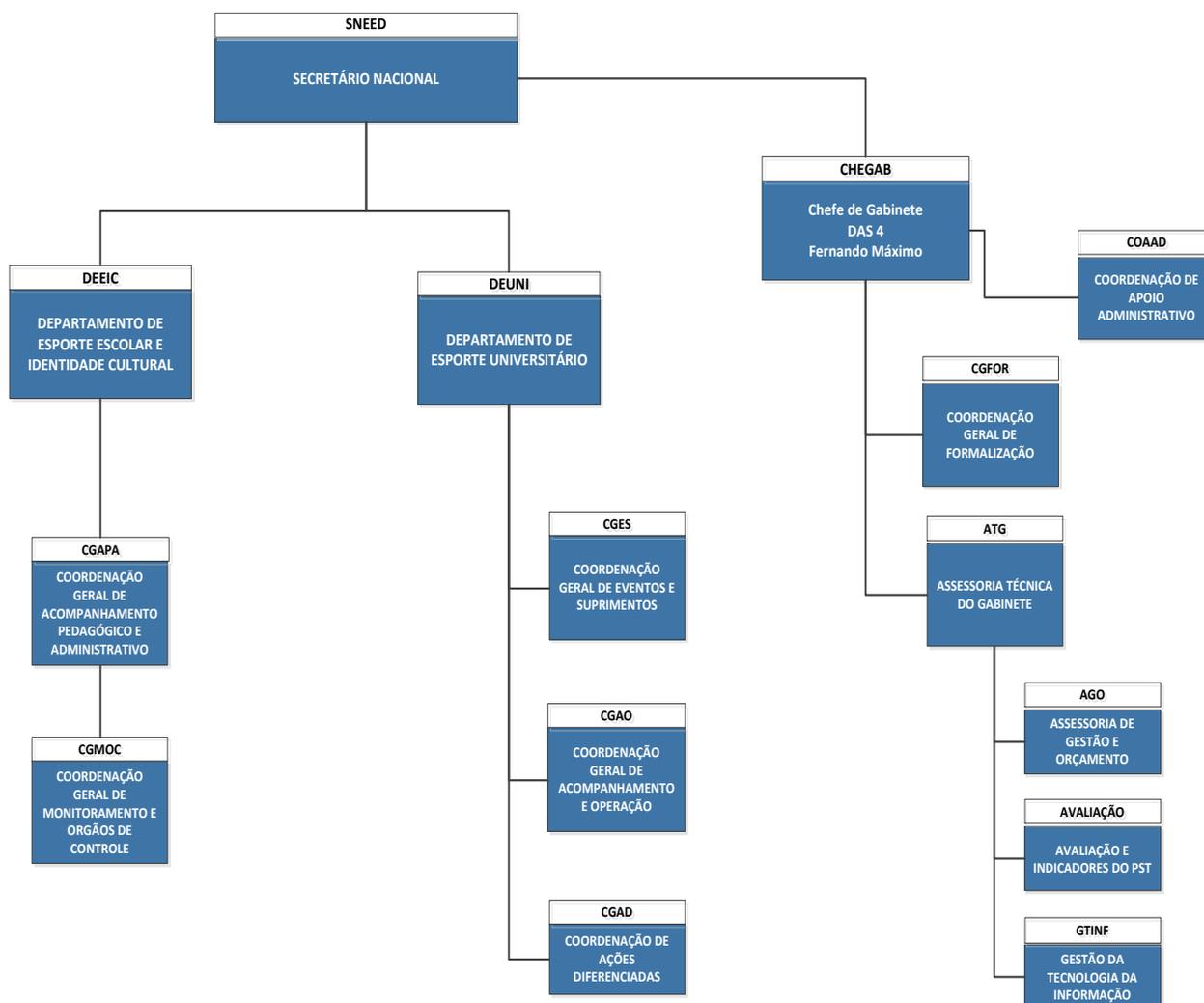
dos principais processos, identificamos uma visão fragmentada e descontinuada do trabalho; excessiva concentração nas funções de operação das parcerias; um modelo de fomento (convênios) moroso, com muitos pontos de controle impedindo o início das atividades junto aos beneficiados; articulação intra e intersetorial insatisfatória e uma crescente busca por parcerias interministeriais, que demandavam cada vez mais atenção. A partir daí, por meio de um estudo do alinhamento interno, conseguimos dar as primeiras soluções para aperfeiçoar e unificar processos, além de redirecionar atividades para cada um dos departamentos e coordenações. A principal conquista foi a antecipação de processos para a formalização de convênios, prevendo a diminuição do tempo entre a assinatura dos convênios e o atendimento propriamente dito – refletido já no edital público de julho de 2011. A limitação do espaço físico também foi identificada como um fator que afetava a produtividade e o fluxo processual. Desta forma um avanço significativo se deu com o começo da reestruturação do espaço físico, onde a Secretaria ganhou nova área no 1º Andar do Edifício Bittar – 511 Norte, garantindo melhores condições de trabalho.

3. **Redimensionamento da força de trabalho, cargos e salários:** Após minucioso levantamento foi identificada uma força de trabalho heterogênea com vínculos precários, baixa remuneração, bem como a necessidade de capacitação e qualificação dos servidores. Foram encontradas insuficiências nas áreas de formalização, prestação de contas, acompanhamento e fiscalização de convênios. Identificamos ainda uma cultura de insulamento de informações, com baixa interlocução (comunicação) e integração entre as áreas. Buscamos a partir daí uma homogeneização da força de trabalho, dentro das reais possibilidades oferecidas, visando equilíbrio na distribuição do quadro de pessoal e nos níveis de remuneração praticados, e estabelecemos uma política, ainda em desenvolvimento, de cargos e salários para a SNEED, com a seguinte configuração:

- a) **DAS** – ocupação de cargos em comissão e funções gratificadas, que compõem a estrutura organizacional da Secretaria, com colaboradores que passam a ter atribuições regimentais definidas;
- b) **Concursados** – alocação de concursados em maior quantidade nas unidades organizacionais, possibilitando domínio do conhecimento por pessoas do quadro de servidores do Ministério;
- c) **Prestadores de serviços** – alocação de prestadores em maior quantidade de unidades organizacionais, possibilitando atribuir responsabilidades com foco em funções administrativas ;
- d) **Bolsistas** – alocação de bolsistas em acordo com o volume de trabalho e com as novas demandas identificadas no projeto de capacitação e acompanhamento desenvolvido em parceria com a UFRGS, com preenchimento das vagas existentes e criação de novos postos na proposta de alteração do projeto;
- e) **Estagiários** – alocação dos estagiários em unidades organizacionais que possibilitassem melhor aproveitamento do estágio, com foco na legislação pertinente.

Com a realização dos estudos foi possível construir a proposta da nova estrutura, que foi implementada ainda no primeiro semestre de 2011 e funcionou de forma precária, haja vista a manutenção do quadro efetivo de servidores e DASs. Para melhor compreensão da mudança da estrutura da Secretaria, apresenta-se abaixo o Organograma que vigorou até a extinção da SNEED:

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE EDUCACIONAL - SNEED



Concomitante ao trabalho desenvolvido e citado acima, foi enviado em junho de 2011 para o Ministério do Planejamento a proposta de reestruturação integral do Ministério do Esporte onde constavam os estudos de fusão da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer - SNDEL com a Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED, constituindo, através do decreto Decreto 7.529/2011, a nova Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) que ficaria responsável pelos seguintes programas e ações: Segundo Tempo (PST), Esporte e Lazer da Cidade, (PELC), Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, Redes CEDES, CEDIME, Jogos Indígenas, Eventos de Esporte e Lazer, e Competições Estudantis. A estrutura pós-decreto será tratada especificamente no Relatório da SNELIS.

Dessa forma, e enquanto não era aprovada a nova estrutura do Ministério, que previa inclusive a incorporação de novos cargos para a Secretaria, no decorrer do ano de 2011 foi preciso adaptar a estrutura para a nova orientação estratégica. Como as mudanças foram implementadas gradativamente, houve alternância de responsabilidades sobre as ações desenvolvidas, especialmente naquelas relativas ao Acompanhamento e à Fiscalização dos Convênios.

Até junho de 2011, o Acompanhamento dos Convênios permaneceu integralmente sob a responsabilidade do Departamento de Esporte Escolar e Identidade Cultural - DEEIC, sendo realizado por 4 Coordenações: Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional – CGAO, responsável pelas fases de Implementação e Operação; Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo – CGAPA; Coordenação Geral de Eventos e Suprimentos – CGES; e Coordenação Geral de Monitoramento e Controle – CGMOC, que assumiu as funções da Assessoria do DEEIC - ASSED. A partir da segunda quinzena de junho de 2011, essa responsabilidade foi dividida entre os dois Departamentos da Secretaria, passando a CGAO e a CGES para o Departamento de Esporte Universitário – DEUNI.

A mudança já havia sido planejada para a nova estrutura da Secretaria e funcionou de modo experimental até a aprovação do Decreto 7.529/2011, quando os dois Departamentos seriam renomeados e ganhariam nova configuração, conforme apresentado acima.

No que tange ao Acompanhamento dos Convênios, em síntese as atribuições foram divididas da seguinte forma:

1- Departamento de Gestão de Convênios (Antigo DEUNI)

- Coordenação-Geral de Formalização e Prestação de Contas: Formalização e Análise Técnica da Prestação de Contas dos Convênios
- Coordenação-Geral de Acompanhamento Operacional – CGAO: Acompanhamento Operacional dos Convênios, englobando as fases de Implementação e Operação
- Coordenação-Geral de Eventos e Suprimentos – CGES: Aquisição e distribuição dos Suprimentos necessários ao funcionamento dos Núcleos dos Convênios

2- Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas (Antigo DEEIC)

- Coordenação-Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo - CGAPA: Fundamentação e Avaliação Pedagógicas e Capacitação dos Coordenadores e Acompanhamento *in loco* dos Núcleos do Programa
- Coordenação-Geral de Controle e Monitoramento - CGMOC: Avaliação dos Convênios a partir do processamento dos Relatórios de Visita e Vistoria, das denúncias, e dos Relatórios de Auditoria dos Órgãos de Controle (atribuições exercidas até então pela ASSED)

Cabe ressaltar ainda que em função da nova sistemática de acompanhamento de convênios a Secretaria teve que se reorganizar internamente no que diz respeito à gestão da informação e ao Sistema informatizado que atualmente controla a base de dados do PST, de forma a dar credibilidade à informação e ainda disponibilizar com agilidade seu uso a todos os envolvidos no Programa. Essas duas ações demandaram a contratação de pessoal especializado, o que só foi possível por meio da parceria com a UFRGS.

Para dar conta do processamento das informações coletadas e produzidas pelas ECs também foi necessário ampliar a estrutura da própria Secretaria, já que os servidores vinculados não atendiam à demanda tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Sendo assim, a partir de 2011, a atuação da Equipe Gestora, vinculada à FAURGS foi ampliada com a contratação de colaboradores que apoiam o trabalho das Coordenações da Secretaria no Acompanhamento Pedagógico e Administrativo dos Convênios do PST.

Desde então, a parceria com a UFRGS tornou-se imprescindível para a viabilização das ações da Secretaria, não apenas no que diz respeito às Equipes Colaboradoras, mas a todo o Sistema de Monitoramento e Avaliação do PST, principalmente em relação à atualização dos Sistemas Informatizados e ao apoio à Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de forma a subsidiar as decisões da gestão.

Cabe ressaltar ainda que esses procedimentos integram o processo de qualificação do PST iniciado em 2007, e que vem se aperfeiçoando a cada ano, tendo como objetivo principal atender às recomendações emanadas dos Órgãos de Controle Interno e Externo que acompanham o desenvolvimento o Programa.

Acompanhamento e Fiscalização do Programa Segundo Tempo

O Acompanhamento dos Convênios no Programa Segundo Tempo é realizado desde o momento de sua assinatura até a Prestação de Contas Final, possibilitando o monitoramento e o controle da execução durante toda a vigência. Embora alguns dos procedimentos adotados tenham sido implantados desde 2007, a cada ano estão sendo introduzidas mudanças com vistas a aprimorar o controle e a fiscalização dos convênios.

Os critérios para o acompanhamento dos convênios do Segundo Tempo são definidos de acordo com as Diretrizes do Programa e com base na normativa vigente à época da celebração de cada convênio, devendo abranger todas as ações pactuadas.

No ano de 2011, foram acompanhados convênios celebrados em anos anteriores, com uma única exceção que foi o Termo de Cooperação celebrado com o Ministério da Defesa no início de 2011. Portanto todas as parcerias acompanhadas em 2011 foram celebradas com base em diretrizes aplicadas até 2010, o que significa que em todas, foi pactuada a Ação de Reforço Alimentar. Já os convênios celebrados no final de 2011, nos quais foram aplicadas as novas Diretrizes aprovadas em 2011, não iniciaram os procedimentos de implementação no mesmo ano, visto que a maioria não recebeu a primeira parcela no próprio exercício. A previsão é que essas parcerias iniciem os procedimentos preliminares apenas em 2012.

Apresenta-se a seguir os resultados do acompanhamento realizado no ano de 2011, considerando as ações estratégicas ligadas ao aprimoramento dos Sistemas:

Aprimoramento do Sistema de Acompanhamento Operacional

O acompanhamento é realizado pela Coordenação-Geral de Acompanhamento Operacional, que além da Fase de Implementação, coordena a fase de Atendimento aos Beneficiados.

A CGAO até junho de 2006 integrava o DEEIC, conforme apresentado na estrutura organizacional. Desde então, compõe o Departamento de Gestão, e tem por atribuição o acompanhamento operacional e orientações ao Parceiro após o processo de formalização, desde o planejamento e estruturação das ações de implementação do PST, até a finalização da vigência do convênio.

Importa destacar que a ação cotidiana da CGAO consiste no acompanhamento operacional do convênio através do SICONV, com análise de documentações, deliberação sobre os pleitos, emissão de pareceres, pedidos de esclarecimentos, notificações, orientações e etc. A ação SICONV, portanto é

entendida como ação central da CGAO e perpassa todas tarefas e atribuições afetas a essa coordenação em permanente diálogo, conferência e cruzamento de informações em todos os sistemas informatizados construídos para o processo de monitoramento das parcerias e na interface com os demais setores do ME.

O Desafio é definir de forma clara e Objetiva, o que deve ser mudado enquanto rotina no processo físico dos convênios, durante essa etapa de consolidação do SICONV. Na perspectiva de aperfeiçoar, desburocratizar e eliminar procedimentos.

Para os casos de descentralização proveniente de parcerias com órgãos Federais, o acompanhamento operacional é feito via os sistemas ME e registros nos processos físicos.

A Coordenação de Acompanhamento Operacional também mantém a responsabilidade de se integrar com as demais áreas da SNELIS, com o objetivo de complementar o acompanhamento dos convênios. Esta integração se dá diretamente com a CGAPA – Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo, CGES – Coordenação Geral de Eventos e Suprimentos, CGDEP – Coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico, – CTINF - coordenação responsáveis pela gestão da informação, COP- coordenação de orçamento, bem como, com a CGFIS responsável pela fiscalização e pelo processamento dos relatórios de visita e vistoria relativos ao acompanhamento *in loco*, das denúncias e das auditorias dos Órgãos de Controle.

A integração dos processos gerenciais é indispensável para introduzir uma visão de conjunto ao acompanhamento dos convênios e essencial para uma avaliação mais precisa dos resultados alcançados. A meta principal da CGAO é acompanhar sistematicamente todos os convênios e em vigência de acordo com a normativa vigente à época de sua celebração.

Além dos convênios, a CGAO acompanha também todos as descentralizações de crédito efetuadas por meio de Termos de Cooperação celebrados junto a Órgãos Federais no âmbito da Ação de Funcionamento de Núcleos do Programa Segundo Tempo.

Esta coordenação modificou consideravelmente sua estrutura fortalecendo-se à medida que instaurou quatro (sub) coordenações - configuradas em equipes - e expandiu o quadro técnico, durante o ano de 2011, sendo organizada seguinte forma:

COORDENAÇÃO GERAL – equipe de apoio (3 técnicos e 2 estagiários) – consultoriais (2)			
Equipe 01	Equipe 02	Equipe 03	Equipe 04
1 Coordenador(a)	1 Coordenador(a)	1 Coordenador(a)	1 Coordenador(a)
9 Técnicos	9 Técnicos	9 Técnicos	9 Técnicos

Conforme elucidado no quadro acima, tem-se que cada subcoordenação foi composta por nove técnicos e um(a) (sub)coordenador(a), configurando-se em dez pessoas por equipe, logo, tem-se um total de 40 pessoas compondo o quadro técnico da CGAO. Importa frisar que tal estratégia propiciou maior aproximação do técnico ao seu superior imediato, acarretando em maior apropriação pela gestão do andamento do convênio, ao tempo que aos profissionais instaurou-se um menor caminho à retirada de dúvidas, auxílio em análises, etc. A ampliação do quadro técnico possibilitou ainda a diminuição ou pelo menos a manutenção (tendo em vista ao elevado número de parcerias formalizadas no final do ano) do número de convênios por técnico: aproximadamente dez convênios, quantia considerada um pouco acima do ideal almejado.

Metas

Visando o aprimoramento do acompanhamento operacional realizado pelas Coordenações vinculadas à Coordenação Geral, em relação aos aspectos administrativos, foram definidas as seguintes:

- promover a integração da Equipe Técnica, com as equipes colaboradoras e demais setores do Ministério;
- distribuir de forma equilibrada os convênios entre as Subcoordenações considerando critérios como: número de núcleos, complexidade do projeto, abrangência do convênio e tempo de experiência do técnico.
- inserir de forma mais efetiva no trabalho de toda a equipe o acesso e atualização do Sistema Informativo de Convênios – SIC e demais sistemas informacionais da SNELIS;
- organizar e sanear os arquivos físicos e virtuais da Coordenação;
- rever os fluxos de entrada e saída de documento, aprimorando os controles destes fluxos através da sua simplificação e apoio do SIC – Sistema Informativo de Convênios, no qual são inseridos todos os dados/documentos;
- qualificar o controle para cumprimento dos prazos nas tramitações dos procedimentos, buscando antever e evitar tramitações extemporâneas;
- qualificar e ampliar as agendas de atendimentos presenciais aos parceiros, com vistas a orientações e saneamento processual;
- revisar e aprimorar os procedimentos, tendo em vista as novas funcionalidades do SICONV e os demais sistemas implantados na SNELIS, que otimizam os contatos e informações junto aos parceiros;
- rever e reestruturar todos os modelos de acompanhamento processual visando aperfeiçoar o trabalho e reduzir o tempo de resposta da Equipe Técnica.
- definir de forma mais clara e objetiva as atribuições de cada função na equipe CGAO, otimizando e qualificando o cumprimento das demandas do setor;

Pensando nas metas descritas acima a Coordenação Geral, juntamente com as subcoordenações de acompanhamento promoveu as seguintes ações:

- reuniões semanais com as subcoordenações; reuniões quinzenais por equipe, reuniões mensais com equipe de apoio, propiciando integração da equipe e a troca de experiências e debates de casos concretos;
- capacitações e demonstrações das funcionalidades e operação do SIC - Sistema Informativo de Convênios e SICONV – Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal;
- deliberação sobre as funções inerentes a cada integrante da equipe CGAO e prazos para cumprimentos das tarefas e atribuições;
- mobilização do setor de apoio para o mapeamento e saneamento dos arquivos físicos da Coordenação;
- mobilização da equipe para mapeamento e saneamento das pendências de análise de pleitos das entidades;
- revisão dos fluxos, procedimentos e instrumentos de monitoramento dos convênios e parcerias;
- controle geral dos convênios sob acompanhamento de cada coordenação da CGAO, através da atualização de planilha de controle de dados e alimentação

- permanente nos sistemas informatizados e reuniões para estudo de casos;
- capacitação dos técnicos e adequação do acompanhamento operacional através do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – SICONV.
- capacitação permanente dos Recursos Humanos (Equipe Técnica e Apoio);

Resultados e dificuldades encontradas nas principais ações de acompanhamento operacional

Segue uma abordagem das principais ações e procedimentos do Acompanhamento Operacional com o indicativo de principais resultados e dificuldades encontradas. Ao tempo em que o detalhamento de todas as ações e procedimentos da CGAO constam no Documento - **FLUXO DE ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL – Anexo 29**

Ação - Orientações Preliminares

As entidades/instituições depois de vencida a fase de apresentação do pleito, seleção e formalização da parceria, concretizado através do processo de assinatura e publicação, passam a receber da equipe CGAO- coordenação geral de avaliação e acompanhamento operacional de convênios as orientações necessárias para a implementação dos Programas.

Resultados alcançados:

- 1- Encerrado o ano de 2011 com emissão de 93 Ordens de Início
- 2- 23 Atendimentos presenciais às entidades, levando a solução de pendências e a estruturação dos convênios.
- 3- Ampliação do uso e atualização dos dados no SIC
- 4- Crescimento de acessos ao SICONV, por parte dos técnicos e das entidades.

Ação - Sistemas Informatizados do ME

A entidade/instituição deve efetuar o cadastramento dos núcleos, dos beneficiados e dos recursos humanos nos sistemas ME. A equipe CGAO deve monitorar esse preenchimento e prestar as orientações necessárias às entidade/instituições.

Conforme determina a Portaria nº. 137, de 20/06/08, que objetiva assegurar o alcance da meta de beneficiados pactuada, bem como a efetiva disponibilização da estrutura física e de pessoal necessária ao regular funcionamento dos núcleos/atividades

Cabe à CGAO o monitoramento do cadastramento:

- 1- Núcleos,
- 2- Beneficiados;
- 3- Recursos humanos envolvidos.

A conclusão do referido cadastro consiste em pré-requisito para o recebimento da Ordem de Início, e conseqüente liberação da parcela remanescente. Ressalte-se que a qualidade da base cadastral permanece condicionada às limitações do Sistema *on line* já mencionadas em relatórios anteriores e em fase de superação com a perspectiva de implantação do novo sistema informatizado.

A atualização permanente do cadastro também é monitorada pela GTINF e cobrada da entidade parceira pelo técnico responsável pelo convênio. Nesse sentido, cabe registrar que todas as

alterações nos locais de funcionamento de Núcleo e na Coordenação Geral que por ventura ocorram durante a execução são repassadas pela área responsável pelo acompanhamento dos projetos à GTINF.

Resultados alcançados:

Ampliação do uso do Sistema tendo sido registrado em 2011 o acesso ao sistema de todas as entidades com convênios vigentes.

Ação – Análise e Monitoramento SICONV

O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) é uma ferramenta eletrônica que reúne e processa informações sobre as transferências de recursos do Governo Federal para órgãos públicos e privados sem fins lucrativos. Esse repasse acontece por meio de contratos e convênios destinados à execução de programas, projetos e ações de interesse comum.

Conforme definido pela [Portaria Interministerial nº 127/2008](#), os procedimentos referentes à seleção, formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas dos contratos e convênios são realizados diretamente no SICONV. Para acessar informações específicas sobre os processos de seleção, apresentar propostas de trabalho e celebrar esses instrumentos, os estados, municípios e entidades envolvidos devem fazer o credenciamento (via internet) e o cadastramento (presencialmente) no Sistema.

A concepção do SICONV prevê sua utilização em nível nacional, com a criação de uma solução automatizada por meio da qual os proponentes podem encaminhar seus projetos e acompanhar desde sua aprovação até a prestação de contas. Esse sistema de transferência de recursos se faz necessário no Brasil onde a maioria dos tributos são arrecadados pela União.

Por se tratar de um Sistema novo, foi inserido inicialmente em 2008 procedimentos apenas com o foco na formalização dos convênios e contratos, e em 2009 as funcionalidades referentes aos termos aditivos e prorrogações de ofício estavam disponibilizados. Ainda a funcionalidade de prestação de contas foi concluída apenas no 2º semestre de 2010. A demora na implementação das funcionalidades trouxe problemas concretos na operacionalização dos convênios tanto por parte dos concedentes como dos convenientes, devido a falta de uma política específica de capacitação por parte do MPOG, sem levar em consideração as dificuldades de implementação dessa nova cultura de gestão.

Nesse caso, verificam-se as seguintes dificuldades:

- a. Desconhecimento do SICONV;
- b. Ausência de capacitação das entidades conveniadas e do corpo técnico;
- c. Quedas constantes e congestionamento da rede;
- d. Desconhecimento das entidades parceiras quanto aos programas de governo federal: condições, exigências e finalidades;
- e. Falta da estrutura de suporte por parte do SERPRO;
- f. Atraso na finalização das funcionalidades que viabilizasse a execução completa dos convênios no SICONV;
- g. Desconhecimento das funcionalidades do Sistema;
- h. Dificuldade do acesso a internet, principalmente em convênios localizados no interior do país;

- i. Problemas na inserção dos dados do Conveniente;
- j. Ausência da atualização sistemática dos Manuais inseridos no Portal de Convênios;
- k. Dificuldades na disponibilização do ambiente de treinamento;
- l. Falta de regularidade da inserção dos documentos referentes a execução por parte da entidade;

Visto que O art. 13 do Decreto nº. 6.170, de 2007 e o art. 3º da Portaria Interministerial nº. 127, de 2008, estabelecem que os atos e os procedimentos relativos à formalização, celebração, acompanhamento da execução, liberação dos recursos, prestação de contas e informações sobre tomada de contas especial dos convênios, contratos de repasse e termos de cooperação, deverão ser realizados no SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, por meio do Portal dos Convênios.

Ação - Análise de Pleitos Diversos:

A CGAO é responsável pela expedição de ofícios com as orientações sobre os procedimentos a serem adotados, no caso de solicitações de Prorrogação de Vigência, Suplementação de Recursos, entretanto diversos pleitos são encaminhados diariamente pelas entidades, a fim de regularizar a execução do convênio, tais como: informação de paralisações; substituição de recursos humanos, núcleos e beneficiados; alteração de cardápio, utilização de saldo de economia e/ou rendimentos, etc.

Após o recebimento dos pleitos, a área técnica é responsável pela análise, abertura de diligências, se for o caso, e emissão de documento final (parecer ou informação), com o posicionamento da unidade gestora, o qual é encaminhado oficialmente à Conveniente para ciência e/ou providências pertinentes no prazo estabelecido.

Importa destacar como desafio não superado em 2011, como por exemplo o fato de não serem permanentemente condicionantes à análise desses pleitos diversos, questões cruciais como:

- 1- O Atendimento às Recomendações da Ordem de Início, levando em conta que as entidades após receberem a OI, passam a desconsiderar ou a relegar a segundo plano o saneamento das pendências apontadas como não condicionantes para a emissão da OI, contudo necessárias para a correta execução de acordo com as ações e metas pactuadas;
- 2- O efetivo acompanhamento da parceria por parte da atuação das Entidades de Controle Social por meio do encaminhamento do Formulário de Verificação dos Aspectos Operacionais, visando o acompanhamento *in loco* da execução do projeto durante sua vigência. Tendo em 2011 um percentual abaixo de 40% de envio dos respectivos formulários por parte dessas entidades o que demonstra fragilidade na compreensão da importância dessa atuação no processo de monitoramento das parcerias
- 3- O Cruzamento da análise dos formulários da entidade de controle social, com os dados coletados nas visitas e os relatórios enviados pelas Convenientes.

Ação - Inserção e análise dos Relatórios de Acompanhamento

Apesar de criado um sistema informatizado para inserção dos relatórios de acompanhamento SISRAC, na perspectiva de qualificar a informação, tabulação e análise das ações executadas pela

entidade, não foi possível utilizá-los no ano de 2011, o que levou a permanência da forma de envio digitalizado e impresso.

Alguns desafios que se apontam para consolidação dessa ação:

- 1- Conteúdo, forma e periodicidade desses relatórios precisam ser revisados no sentido de qualificar sua aplicabilidade e importância no processo de acompanhamento das parcerias;
- 2- Implantar uma normatização de medidas a serem aplicadas pelo não cumprimento por parte das entidades;
- 3- Utilização da ferramenta SISRAC para otimização no fluxo de entrada da informação, análise e aplicação de medidas saneadoras.

Ação - Monitoramento do Pagamento da 2ª Parcela

Tendo em vista que a condição para o pagamento da 2ª parcela é o recebimento da Ordem de Início, passa a ser de responsabilidade da CGAO a análise do Plano de Trabalho – Cronograma de Desembolso, juntamente com o saneamento das ressalvas emitidas pelo setor de Implementação, quando for o caso, para que seja encaminhado à COP com a solicitação de providências e autorização para os procedimentos pertinentes à questão (empenho e/ou pagamento).

Além disso, faz-se necessário conferir o valor empenhado e pago, por meio do SIAFI e publicação do DOU, e ainda, verificar se a entidade faz jus à prorrogação de vigência por meio de Apostilamento.

O Grande desafio que se apresenta nessa ação é revisão do fluxo dessa ação, pois o ano de 2011 reiterou antigas dificuldades, dentre elas:

- 1- O comprometimento no cronograma de desembolso pactuado tendo em vista o frequente atraso na liberação das parcelas;
- 2- A fragilidade na condição de regularidade da entidade junto ao CAUC, SIAFI, CADIM para efetivação da liberação;

O ano de 2011 encerrou sem o pagamento de 1ª parcela de 5 convênios em situação de inadimplência e com o pagamento de 2ª parcela a 16 convênios o que traduziu em dificuldades no correto atendimento aos beneficiados, em função de atraso de pagamento de pessoal e de reforço alimentar.

Ação - Visitas aos Núcleos pelas EC

Essa ação é coordenada pela CGAPA deve ser feita em permanente interface com a CGAO, com vista a confirmação de informações sobre o convênio, indicação de focos de visita, dentre outros aspectos que se façam necessários.

Identificação de problemas graves:

No decorrer da análise dos Relatórios emitidos fruto dessas visitas, bem como dos contatos telefônicos/e-mails, realizados entre as ECs e área técnica SNELIS, foram identificados casos graves de entidades que não executaram os convênios de acordo com as Diretrizes do PST, são encaminhados à CGAO após a finalização da visita, em tempo hábil para adoção de providências.

O repasse das informações subsidia a tomada de decisões por esta unidade gestora, como por exemplo, prorrogações de vigência e/ou utilização do saldo de economia e rendimentos, redução de meta, importa destacar que tivemos em 2011 iniciado o procedimento de redução de metas em 25 convênios, fruto especialmente do processamento das informações coletadas.

Tendo em vista a relevância dos dados apurados e a necessidade de refinar o fluxo dessa informação, as Coordenações envolvidas no processo somaram esforços e os impactos já puderam ser observados no segundo semestre de 2011.

Ação - Visita Técnica CGAO

Ação de Acompanhamento e Monitoramento administrativo dos convênios do Programa Segundo Tempo. – Foram realizadas 26 visitas técnicas CGAO.

Importa destacar que para definição das normas e procedimentos dessa ação, levando em conta a distinção na atribuição dos demais setores que realizam ações de visita e/ou vistoria, foi elaborado o documento – **DIRETRIZES DA VISITA TÉCNICA CGAO** – Anexo 30.

Ação - Monitoramento e avaliação do 2º Relatório de Acompanhamento:

2º Relatório de Acompanhamento – Fase Operacional:

Os Relatórios de Acompanhamento do Convênio foram padronizados por esta unidade gestora e disponibilizados às entidades parceiras, objetivando a coleta de informações de acordo com a fase do projeto, para o monitoramento pontual da execução das ações previstas e sua aderência à Proposta Pedagógica do PST. Nesse sentido, a entidade parceira deve preencher, durante o período de vigência, 02 modelos de Relatórios, correspondentes às fases de execução do projeto e um terceiro relatório que abrange todas as fases, e integra a prestação de contas dos convênios:

* 2º Relatório (Fase Operacional – Desenvolvimento do Projeto): Relativo a cada Ciclo Pedagógico, devendo ser encaminhado no terceiro mês de cada ciclo. Ressalte-se que a previsão do número de Ciclos Pedagógicos define a quantidade de relatórios a serem encaminhados, respeitado o mínimo de 02, sendo um de cada modelo.

* 3º Relatório (Fase Final – Cumprimento do Objeto): Relativo a todo o período de vigência do convênio, devendo ser encaminhado juntamente com a Prestação de Contas Final no prazo máximo de 60 ou 30 dias, contados após o término da vigência, a teor do disposto no Art. 31, caput, da IN STN 01/97 ou Art. 56, caput, da Portaria Interministerial 127/08 respectivamente (legislação aplicável de acordo com o período da formalização).

No particular do 2º Relatório de Acompanhamento, a entidade é oficializada sobre a necessidade de envio periódico após o recebimento da Ordem de Início – ocasião em que o projeto entra na fase de execução.

O técnico monitora o envio do referido relatório pela conveniente e, ao receber o documento preenchido, o avalia em ficha específica e, se for o caso, profere recomendações

com base nos demais elementos disponíveis.

Os Relatórios de Acompanhamento visam à coleta de informações de acordo com a fase do projeto, para o monitoramento pontual da execução das ações previstas e sua aderência à Proposta Pedagógica do PST.

Na Fase Operacional, tem-se o 2º Relatório, o qual deve ser encaminhado, pela entidade, no terceiro mês de cada ciclo pedagógico, sendo essencial para a análise de quaisquer pleitos e avaliações, a exemplo dos relatórios de visita, vistoria e prestação de contas.

Nessa ação reitera-se as mesmas dificuldades e desafios apontados na ação de inserção e análise do 1º Relatório de Acompanhamento. Cerca de 80% dos convênios vigentes não cumprem com a periodicidade do envio desses relatórios e para reverter essa situação aponta-se indispensável uma revisão do conteúdo e da previsão para envio.

A CGAO aponta para 2012 a perspectiva de reduzir a 03 relatórios, passando a ser apresentado da seguinte forma:

- 1- Relatório de procedimentos preliminares – para análise e deliberação sobre OI
- 2- Relatório de Acompanhamento – após 6 meses de efetivo atendimento aos beneficiados
- 3- Relatório de Cumprimento do Objeto – a ser enviado no último mês de atendimento aos beneficiados.

Ação – Saneamento processual e despacho do processo para análise de PCF

Após acompanhamento de todo período de execução/vigência a CGAO procede toda iniciativa de saneamento processual para despacho do processo físico a CGFOR em seguida para CGPCO. Procedendo nesse momento todas as orientações à entidade e atualização e finalização da execução do convênio dentro do SICONV (quando for o caso).

Resultados alcançados:

- 1- Foram expirados ou rescindidos em 2011 e despachados para CGFOR 71 convênios.

Status dos convênios 2011

Em Dezembro de 2011, a CGAO computava dos 415 convênios em vigência – destes 255 formalizados, desde 2007 a 2011 (início do ano), e 160 formalizados no final de 2011, sendo 9 com IFES, 20 com Universidades (Universitário e Pessoas com deficiência) e 121 PST Padrão e 11 PST- Navegar. Vale destacar que além desse quantitativo foram realizadas descentralizações de créditos a universidades e IFEs , contudo como não foram efetivados os devidos empenhos por parte das instituições, essas parcerias não foram confirmadas e não constam computados nos números acima apresentados.

a) Rescindidos em 2011

1	Instituto de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente	726146/2009
2	Fundação Percival Faquhar	753515/2010
3	Associação Nacional de Apoio ao Municípios	724656/2009
4	Associação Ação Solidaria e Inclusão Social	726149/2009

5	Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia	751077/2010
6	Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM	750986/2010
7	Associação Goiana de Atualização e Realização do Cidadão – AGARC	742436/2010
8	Casa da Cultura Centro de Formação da Baixada Fluminense	751143/2010
9	Agência Goiana de Esporte e Lazer - AGEL – Navegar	014/2007
10	Secretaria de Estado da Educação e Cultura - SE	308/2007
11	Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia	242/2007
12	Prefeitura Municipal da Codó	319/2007

As rescisões foram motivadas pelo não cumprimento das ações de estruturação para obtenção da Ordem de início de convênios anteriores a 2010, em especial para os casos de Organizações não governamentais que mesmo sendo de 2010 também não haviam cumprido o prazo de estruturação para iniciar as atividades. As principais dificuldades apresentadas que culminaram na rescisão dos convênios, foram nas ações de Recursos Humanos (dificuldade no atendimento à qualificação exigida e comprovação da ampla divulgação para seleção) e aquisição do Reforço Alimentar (dificuldades nos processos licitatórios e atenção aos valores pactuados).

Cabe ressaltar que foram expedidos em dezembro de 2011, ofícios de reiterando Recomendações e Notificações para todos os convênios vigentes com formalização nos anos anteriores para fins de definição de prazo de saneamento das pendências para emissão de OI, com vista a possibilitar o início das atividades no 1º ciclo pedagógico de 2012.

Convênios Notificados – Sem OI (anteriores a 2011) 2007, 2008 e 2009

Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte	717508/2009
Prefeitura Municipal de Capela do Alto Alegre	717921/2009
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - NAVEGAR	002/2008
Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte	718222/2009
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itú	719005/2009
Prefeitura Municipal de Botucatu	722554/2009
Prefeitura Municipal de Unai	722557/2009
Secretaria de Estado da Educação e do Esporte	323/2007
Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba	723429/2009
Prefeitura Municipal de Vespasiano	724753/2009
Prefeitura Municipal de Matina	725342/2009
Prefeitura Municipal de Governador Valadares	725507/2009
Prefeitura Municipal de Macapá	725597/2009
Prefeitura Municipal de São José da Lapa	725700/2009
Gov do Estado do AP - Secretaria de Estado do Desporto e do lazer	723432/2009
Prefeitura Municipal de Resende	726145/2009

Convênios 2010

Prefeitura Municipal de Maceio	742847/2010
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus	741469/2010

Prefeitura Municipal de Camaçari	750914/2010
Prefeitura Municipal Vitória da Conquista	750976/2010
Prefeitura Municipal de General Sampaio	736407/2010
Prefeitura Municipal de Fortaleza	751946/2010
Prefeitura Municipal de Vitória	740365/2010
Prefeitura Municipal de Caxias	742865/2010
Prefeitura Municipal de Buritizeiro	739535/2010
Prefeitura Municipal de Nanuque	739518/2010
Prefeitura Municipal de Dourados	738550/2010
Prefeitura Municipal de Lapa	739434/2010
Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu	750913/2010
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes	739534/2010
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	737618/2010
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira	745182/2010
Prefeitura Municipal de Itaperuna	739700/2010
Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz	740366/2010
Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa	741471/2010
Prefeitura Municipal de Parobé	739441/2010
Prefeitura Municipal de Criciúma	737657/2010
Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul	739437/2010
Prefeitura Municipal de Aracajú	750903/2010
Prefeitura Municipal da Estância de Ribeirão Pires	739432/2010
Prefeitura Municipal de Juquitiba	741096/2010
Prefeitura Municipal de Pederneiras	740447/2010
Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	741468/2010
Prefeitura Municipal de Pirassununga	739708/2010
Universida Estadual de Londrina	751969/2010
Secretaria do Estado de Esporte e Lazer - RJ	743811/2010
Prefeitura Municipal de Santos Estância Balnearia	739427/2010

Os Convênios em destaque não responderam à notificação e/ou reiteraram a impossibilidade de estruturar as ações pactuadas para o atendimento no 1º ciclo pedagógico e foram encaminhados os procedimentos para rescisão.

b) Ordem de Início concedidas em 2011 (93): Anexo 31

c) Convênios sem OI: Anexo 32

Nesta fase também foram detectados problemas referentes à fase de formalização, sendo necessários ajustes em vários convênios. Outro problema identificado que causou impacto nas análises foi o número de pleitos referentes às alterações no Plano de Trabalho, atrasando a conclusão da estruturação de determinadas ações e consequentemente a concessão de Ordem de Início.

Foram necessários ajustes na execução e no Plano de Trabalho aprovado dos convênios vigentes e saneamentos de vários Processos formalizados em 2010 e 2011, tendo como principais causas:

- a) Substituição de núcleos;
- b) Alteração de cardápio do Reforço Alimentar;
- c) Alteração de Coordenador Geral e Pedagógico;
- d) Alteração de material suplementar
- e) Alteração da natureza de despesas
- d) Suplementação de ações para ajustes no Plano de Trabalho, visando a adequação às Diretrizes do PST.

Convênios Formalizados em 2011 – PST Padrão e Navegar

Os referidos convênios serão distribuídos aos técnicos em janeiro de 2012, para o devido acompanhamento, cabendo ressaltar que a liberação de recursos ficou em RAP, prevista para os meses iniciais de 2012 de acordo com o descontingenciamento orçamentário. Totalizando 132 parcerias sendo 02 delas sob a forma de descentralização de crédito à 02 Univeridades Federais.

Importa destacar que os detalhes sobre a formalização e pagamentos referentes a esses convênios estão relatados no decorrer desse documento pelos setores competentes.

Aponta como grande desafio para o acompanhamento operacional desses convênios:

- 1- A identificação e providências quanto aos ajustes necessários frente a possíveis situações em desacordo quando da formalização;
- 2- As orientações às entidades para fins de estruturação e emissão da OI ainda nesse ciclo pedagógico;
- 3- O efetivo descontingenciamento orçamentário para pagamentos da 1ª parcela e com isso contribuir para o efetivo processo de estruturação e início efetivo de atendimento aos beneficiados.

d) Termos de Cooperação – descentralização de créditos e empenhos em dezembro de 2011

Para implementação dos Projetos Especiais – PST Universitários, PST Para Pessoas com deficiência, parcerias com os Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFES, foram realizadas descentralização de crédito entre órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta. Formalizado via Termo de Cooperação, mediante Portaria ministerial e sem a necessidade de exigência de contrapartida;

Foram efetivados descentralização e empenhos de 29 Termos de Cooperação – sendo destes, 9 com Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFEs e 20 Universidades Federais.

Importa destacar que os detalhes sobre a formalização e pagamentos referentes a esses Termos de Cooperação estão relatados no decorrer desse documento pelos setores competentes.

Aponta como grande desafio para o acompanhamento operacional desses convênios:

- 1- A identificação e providências quanto aos ajustes necessários frente a possíveis situações em desacordo quando da formalização e alinhamento as diretrizes desses projetos especiais;
- 2- As orientações às entidades para fins de estruturação e emissão da OI ainda nesse ciclo pedagógico;

Força Tarefa 2011 – PST Núcleos

Face ao Decreto nº 7.592/2011, de 31 de outubro de 2011, que determinou a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parcerias celebradas com entidades privadas sem fins lucrativos, esta unidade gestora promoveu a análise processual, a avaliação da execução do convênio junto ao SICONV, bem como realizou ou acompanhamento in loco. No total de 17 convênios, entre eles um formalizado por fora do Sistema de convênios.

Após a realização da Análise documental, Avaliação no SICONV e dos Resultados da Fiscalização *in loco* dos convênios, com as informações devidamente registradas no Sistema de Informações dos Convênios para Casa Civil – SINFOCC, esta unidade gestora apresentou as seguintes conclusões:

Convênios que durante o trabalho da força tarefa foram encerrados:

Pra Frente Brasil/SP	Sera proferida após análise de PCF
Comunidade Nova/RJ	Irregular - PCF- TCE
FUNCAB/RJ	Regular - PCF
Instituto de Desenvolvimento Humano - IDESH	Regular - PCF
Instituto de Cultura Ambiental - ICA	Irregular - PCF- TCE
Associação Cultural Moacyr Bastos ENCERRADO	Irregular - PCF- TCE

Convênios que durante o trabalho da força tarefa mantiveram vigentes e com parcelas pendentes:

Instituto de Desenvolvimento Humano Social e Cultural Geração da Hora	Irregular - rescisão - TCE
Liga de Artes Marciais da Região dos Lagos	Irregular - rescisão - TCE
Instituto Contato	Irregular – rescisão - TCE
Instituto de Desenvolvimento Econômico Social - INDES	Irregular - rescisão - TCE
Ethos Instituto de Educação	Irregular - rescisão - TCE
Companhia de Desenvolvimento Municipal de Águas Lindas de Goiás	Irregular - rescisão - TCE
Centro de Educação e Cultura Popular	Irregular - rescisão - TCE
Associação Esporte Abraça Campinas/SP	Regular - com recomendações para ajustes em 15 dias
Associação Pestalozzi de Goiania	Regular
Centro Social Angelina Barreto	regular

Convênios que durante o trabalho da força tarefa se mantiveram vigentes e sem parcela pendente

Conferencia das Inspetorias Das Filhas De Maria Auxiliadora Do Brasil	Regular - com recomendações
-----------------------------------------------------------------------	-----------------------------

Vale destacar alguns pontos identificados que levaram as entidades a serem configuradas como irregulares:

- 1- o não envio de documentos comprobatórios da execução física e financeira do convênio, fruto da falta de atualização e inserção de documentos no SICONV;
- 2- o não envio de extratos bancários das contas dos convênios;
- 3- a não comprovação do cumprimento da contrapartida;
- 4- o baixo atendimento da meta identificado nas visitas e vistorias;
- 5- a execução em desacordo com o pactuado em meta e/ou em valores;
- 6- fragilidades nos processos de licitação;
- 7- o não cumprimento por parte das entidades para o envio de respostas às recomendações e notificações emitidas durante o trabalho da força tarefa.

Principais dificuldades apontadas pela equipe de trabalho da força tarefa:

- 1- as situações em desacordo com as normas e procedimentos apontados pelo Decreto, dentre elas a aplicação da TCE para todos os casos de irregularidades, sem atenção aos ritos processuais para essa aplicação;
- 2- a pressão temporal para cumprimento das tarefas;
- 3- as dificuldades de pessoal nos setores envolvidos levando em conta todas as demais demandas dos setores;
- 4- a permanente alteração dos encaminhamentos e entendimentos entre a CGU e as áreas responsáveis no Ministério;
- 5- o grande volume de planilhas e informações a serem alimentadas e as frequentes alterações e novas exigências.

Principais avanços apontados pela equipe de trabalho da força tarefa:

- 1- a integração entre os setores;
- 2- a qualificação na avaliação e registros acerca da execução dos convênios;
- 3- o estímulo aos convênios em agilizar os procedimentos de saneamento das pendências;
- 4- o enfrentamento aos passivos de prestação de contas;
- 5- a integração da equipe para atendimento das tarefas e nivelamento da compreensão e intervenção junto às entidades conveniadas

Importa destacar que consta detalhada a situação de cada um desses convênios no documento – força tarefa – PST Núcleos - Anexo 33.

Resultados obtidos em 2011

Apesar dos parceiros necessitarem de um período ainda maior que o previsto no Plano de Trabalho para a estruturação do convênio, verifica-se que a capacitação dos Coordenadores Gerais e orientações prestadas pela área técnica significaram melhoria na

execução das ações em atendimento às diretrizes do PST, como:

- adoção de pregão pela maioria dos parceiros para as aquisições do reforço alimentar e material suplementar (valores acima de R\$ 8.000,00). Foi verificado que a grande maioria dos convênios ainda utiliza o Pregão Presencial, porém, foram apresentadas as devidas justificativas;
- realização de divulgação de acordo com as diretrizes do PST, com grande abrangência para a seleção dos recursos humanos. Desta forma, foi verificada a vinculação de um maior número de profissionais com qualificação de acordo com as diretrizes do programa;
- núcleos estruturados de forma satisfatória ao atendimento de beneficiados, atividades propostas e cadastros no Sistema do ME;
- identificação dos núcleos com materiais de acordo com o manual de marcas do ME, na grande maioria dos convênios;
- início das atividades com um planejamento pedagógico do desenvolvimento das atividades alinhado com os fundamentos do PST;
- contato dos técnicos de forma mais frequente com as entidades, possibilitando prestar o devido auxílio e acompanhamento.

Vale destacar o aprimoramento constante nos instrumentos de análise e orientações, embora ainda tenhamos necessidade de investir mais na capacitação da equipe técnica.

Com isto, concluímos que a instituição da ordem de início foi um marco nesta gestão e um ganho de qualidade na execução dos convênios, uma vez que garante a implementação de todas as ações contempladas no Plano de Trabalho e Projeto Básico, além da aderência à proposta pedagógica alinhada aos fundamentos do PST, garantindo o desenvolvimento das atividades e iniciando o atendimento aos beneficiados de forma adequada.

Propostas de aprimoramento da acompanhamento operacional

- ampliar o quadro de DAS e servidores para efetivar o corpo de gestores e fiscais dos convênios;
- capacitação da equipe para acompanhar a execução da execução por meio do SICONV;
- intensificar o uso do SIC – sistema informativo de convênios, incluindo os controles documentais e de prazos;
- aumento da estrutura física e/ou adequação da CGAO com o objetivo de abrigar todos os técnicos e colaboradores da área;
- atualizar os equipamentos de informática, microcomputadores, impressoras e scanners;
- rever os procedimentos com vistas a aperfeiçoar e eliminar instrumentos, considerando as novas funcionalidades no SICONV e nos demais sistemas informatizados do ME;
- rever os fluxos de documentos e processos eliminando retrabalho e despachos desnecessários ou repetitivos;
- rever o nível de detalhamento processual dando aos técnicos maior agilidade nas respostas aos parceiros e no próprio aprendizado.
- implementar uma política de avaliação com foco no processo e não apenas no resultado, levando em conta aspectos de contextualização da realidade local, capacidade operacional (administrativa e financeira), cumprimento da meta pactuada, infraestrutura e intersetorialidade dentre outros.
- implementar metodologias efetivas de articulação entre os setores da SNELIS e com

os demais setores do ME, com vistas à melhoria da gestão dos processos e qualificação dos programas implementados;

- implantar a reunião bimensal de avaliação das parcerias, com deliberações a serem efetivadas pelos setores envolvidos;
- implementar a capacitação de gestores parceiros semestralmente;

Aprimoramento do sistema de acompanhamento pedagógico e administrativo do Segundo Tempo

Como já foi apresentado em relatórios anteriores, em 2008 foi criada a rede de equipes colaboradoras com o intuito de potencializar e qualificar o acompanhamento das ações administrativas e pedagógicas do Programa Segundo Tempo. A estrutura de funcionamento dessa rede se organiza a partir da parceria entre a Secretaria e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, formalizada por meio do Termo de Cooperação firmado em 2008 entre o ME e a UFRGS, com duração prevista até junho de 2012, nesse momento em fase de prorrogação.

O sistema de acompanhamento pedagógico e administrativo do Segundo Tempo é viabilizado integralmente por meio do projeto desenvolvido em parceria com a UFRGS.

Desde a instituição da rede, já tivemos 25 equipes em atuação, envolvendo em torno de 250 professores universitários. Hoje, a rede do Programa Segundo Tempo compreende um total de dezenove equipes colaboradoras - ECs, possuindo aproximadamente 130 profissionais de 55 instituições de ensino superior espalhados pelas diversas regiões a fim de que possam atender de forma presencial aos diversos núcleos de esporte educacional implantados no país.

A definição da distribuição regional e do número de equipes colaboradoras e de avaliadores em cada equipe varia de acordo com o número de convênios em vigência e o número de núcleos em funcionamento, sendo necessário criar novas equipes ou até mesmo desativar temporariamente outras para atender a distribuição geográfica que se altera a partir de cada ciclo de formalização de convênios. Por esse motivo, a numeração das ECs não é seqüencial, já que foi mantido o número recebido no momento de sua criação.

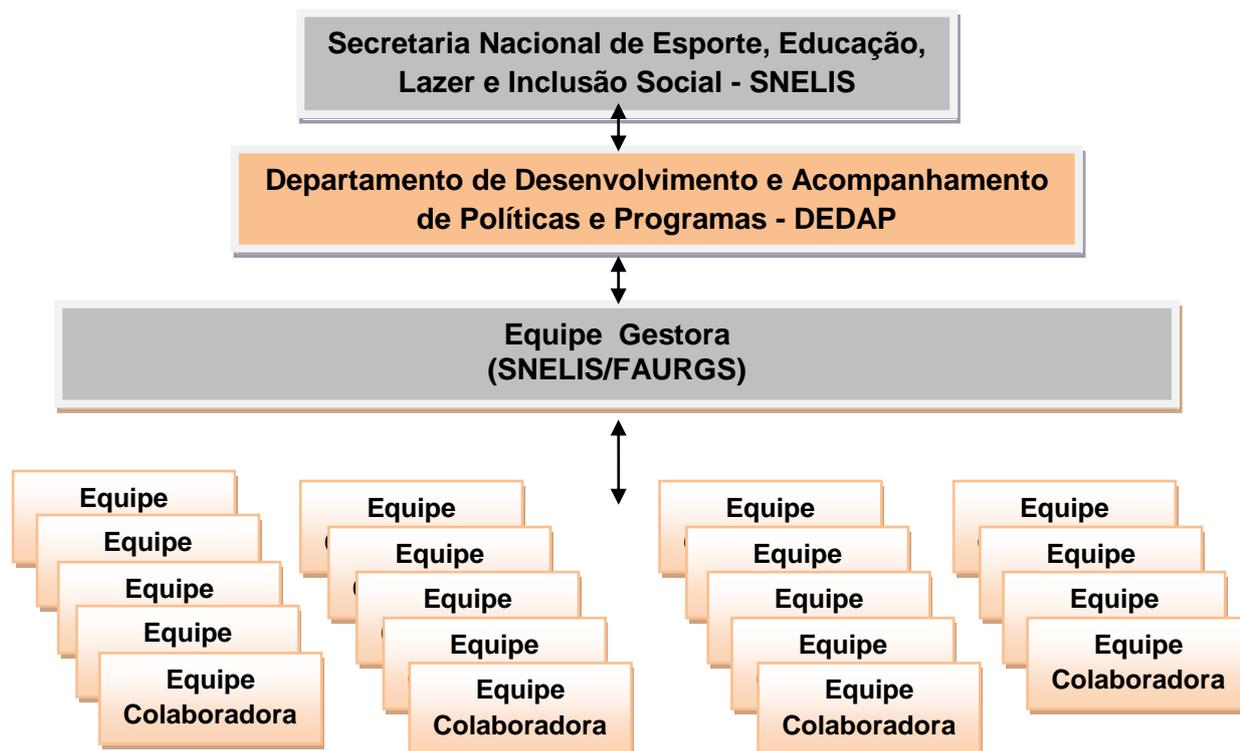
PST - EQUIPES COLABORADORAS ATIVAS	
EC 1 – Manaus-AM	EC 14 – Maringá-PR
EC 3 – Natal-RN	EC 15 – Londrina-PR
EC 5 – Recife-PE	EC 17 – Curitiba-PR
EC 6 – Salvador-BA	EC 18 – Pelotas-RS
EC 7 – Brasília-DF	EC 20 – Sobral-CE
EC 8 – Cuiabá-MT	EC 21 – Ribeirão Preto-SP
EC 9 – Campo Grande-MS	EC 22 – Pirassununga-SP
EC 11 – Rio de Janeiro-RJ	EC 23 – São Luís-MA
EC 12 – Montes Claros-MG	EC 25 – Rio de Janeiro-RJ
EC 13 – Belo Horizonte-MG	

Configuração da equipe colaboradora:

De acordo com os critérios estabelecidos nos anos anteriores, a composição das ECs manteve a mesma formação no ano de 2011, ou seja, um coordenador, um vice-coordenador e demais avaliadores no limite de 10 por equipe. A composição da EC quanto ao número de avaliadores segue a proporção de 25 núcleos por avaliador para os convênios em vigência.

Coordenação do trabalho das equipes colaboradoras:

As equipes colaboradoras participam de uma estrutura organizacional e administrativa externa ao Ministério do Esporte, contudo, vinculada diretamente à Secretaria por meio do projeto desenvolvido em parceria com a UFRGS. A coordenação desse trabalho é feita pela equipe gestora do projeto, conforme se demonstra a seguir:



Dentre as atribuições das equipes colaboradoras destacam-se:

- 1 - Análise dos Planos Pedagógicos dos Núcleos – um planejamento por núcleo;
- 2 - Visitas de acompanhamento pedagógico e administrativo – visitas *in loco*;
- 3 - Participação integral nas capacitações do Programa Segundo Tempo, atuando como autor de material didático-pedagógico e ministrante de oficinas de acordo com a necessidade do programa por todo o país.
- 4- Manutenção de plantão de atendimento nas Instituições de Ensino Superior, no espaço em que abriga a equipe colaboradora oferecendo assessoria direta aos Coordenadores Gerais, Coordenadores Pedagógicos, Coordenadores Setoriais e Coordenadores de Núcleos;

Detalhamento das ações desenvolvidas pelas ECs junto aos convênios do PST

As equipes colaboradoras contribuem pedagógica e administrativamente com o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo e suas ações vão desde a concepção do Programa até a avaliação efetiva de seu funcionamento no cotidiano dos núcleos. Sua principal função é ser o elo de apoio aos convênios de sua região por meio do acompanhamento sistemático dos convênios com caráter formativo durante toda a vigência, conforme detalhado a seguir:

Divisão das atribuições dos integrantes das equipes colaboradoras:

Cargo	Função	Formação e experiência exigida
Coordenador	<p>Coordena a equipe e a representa junto à SNELIS e à FAURGS;</p> <p>Atua em todas as ações da equipe colaboradora vinculadas ao projeto de acompanhamento pedagógico e administrativo – UFRGS – SNELIS/ME;</p> <p>Responsável pela elaboração e revisão dos relatórios consolidados e dos balanços pedagógicos dos convênios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ser graduado em educação física / esporte; <p>Ter a titulação mínima de especialista;</p> <p>Ser professor em Instituição Pública de Ensino Superior;</p> <ul style="list-style-type: none"> Possuir um mínimo de cinco anos de experiência na área; <p>Disponibilidade para se dedicar 20 horas semanais para o Programa.</p>
Vice-Coordenador	<p>Apóia a coordenação e atua em todas as ações da equipe colaboradora vinculadas ao projeto de acompanhamento pedagógico e administrativo – UFRGS – SNELIS/ME;</p> <p>Substitui o Coordenador da equipe em suas ausências;</p> <p>Responsável pelo controle das informações produzidas pela EC e registro junto ao Sistema Informatizado – SIAPA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ser graduado em educação física / esporte; <p>Ser professor em Instituição Pública de Ensino Superior e/ou ter vínculo com programas de pós-graduação em nível <i>stricto-sensu</i> recomendados pela Capes;</p> <p>Ter a titulação mínima de especialista;</p> <ul style="list-style-type: none"> Possuir um mínimo de três anos de experiência; <p>Disponibilidade para se dedicar 20 horas semanais para o Programa.</p>
Avaliadores	<p>Assessoria direta aos Coordenadores Gerais, Coordenadores Pedagógicos e Coordenadores de Núcleo;</p> <p>Análise dos Projetos Pedagógicos – por núcleo;</p> <p>Visitas de Acompanhamento Pedagógico;</p> <p>Plantão permanente;</p> <p>Capacitação pedagógica dos Coordenadores e apoio na capacitação dos monitores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ser graduado em educação física; <p>Disponibilidade para se dedicar 20 horas semanais para o Programa.</p>

*Embora a titulação mínima exigida seja graduação e/ou especialização, quase a totalidade dos professores vinculados atualmente possui mestrado ou doutorado na área.

Considerando a necessidade de integrar as ações realizadas pelas equipes colaboradoras no planejamento pedagógico dos núcleos e no acompanhamento pedagógico e administrativo dos convênios do PST, com as ações desenvolvidas pela área técnica no acompanhamento operacional,

foi necessário rever as responsabilidades da equipe técnica da Secretaria, e das equipes colaboradoras do PST, adequando as ações realizadas aos trâmites internos (relativos às questões processuais dos convênios). O acompanhamento foi dividido da seguinte forma:

- **Acompanhamento Operacional (CGAO):** é realizado pelos **Técnicos do ME** responsáveis pelo Acompanhamento Sistemático, de caráter orientativo, de controle e fiscalização, durante toda a vigência dos convênios, considerando os aspectos técnicos e operacionais por meio da análise processual, do SICONV e de vistorias *in loco* para a fiscalização da execução, a partir da fase de estruturação (de forma a garantir a implementação de todas as ações de acordo com a norma e de forma simultânea – Ordem de Início) e durante os Ciclos Pedagógicos (Período de Atendimento aos beneficiados);
- **Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGDEP, CGAPA e CGFIS):** é realizado pelas **Equipes Colaboradoras** (professores de universidades que atuam como avaliadores do PST) responsáveis pelo Acompanhamento Sistemático dos Convênios, de caráter formativo, durante toda a vigência, considerando os aspectos pedagógicos e administrativos por meio de Orientações Pedagógicas presenciais e virtuais; Capacitação dos Recursos Humanos, Avaliação dos Planos Pedagógicos do Convênio e dos Núcleos e por meio de Visitas *in loco*.

Cabe registrar que o acompanhamento e a fiscalização dos convênios, compreendidos no chamado Acompanhamento Operacional, são exercidos integralmente por técnicos vinculados ao Ministério do Esporte em função de se tratar de competência exclusiva do órgão concedente. Já o Acompanhamento Pedagógico e Administrativo instituído para qualificar a execução do Programa, tem sido viabilizado em função da parceria com a UFRGS, visto que, com a atual estrutura interna, a Secretaria não dispõe de condições para realizá-lo.

Em relação aos sistemas informatizados, o acompanhamento operacional é realizado pelo SICONV – Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal, considerando os aspectos técnicos e financeiros e a fiscalização da execução dos convênios. No entanto, considerando que o SICONV ainda não dispõe de módulos que permitam o registro integral do acompanhamento realizado nos convênios do Programa Segundo Tempo, os Sistemas Gerenciais desenvolvidos pelo Projeto de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo são utilizados de forma complementar.

O acompanhamento realizado pela Equipe Técnica da SNEED é gerenciado pelo Sistema Informativo de Convênios – SIC e o acompanhamento realizado pelas Equipes Colaboradoras é gerenciado pelo Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo - SIAPA detalhados no item relativo à gestão da informação.

Os resultados do Acompanhamento Pedagógico e Administrativo realizado nos convênios do PST em 2011, incluindo as medidas de aprimoramento do Sistema são apresentados a seguir.

a) Desenvolvimento Pedagógico do PST

As ações que são desenvolvidas visam à estruturação pedagógica do Programa Segundo Tempo bem como a subsidiar a Secretaria de fundamentos e procedimentos que possam potencializar o programa.

Nesta lógica de atuação a CGDEP tem a responsabilidade de:

- organizar e estruturar a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo;

- contribuir na produção de recursos pedagógicos e didáticos para o desenvolvimento das ações do Programa Segundo Tempo (PST);
- avaliar e subsidiar os Convenientes em seus Planejamentos Pedagógicos de Convênio e Núcleos;
- estruturar e desenvolver capacitações gerenciais e pedagógicas para os coordenadores e técnicos integrantes da rede do PST;
- monitorar o trabalho das Equipes Colaboradoras em suas intervenções junto aos convênios no que diz respeito aos procedimentos pedagógicos.

O Programa Segundo Tempo possui uma proposta pedagógica que vem sendo legitimada junto aos convenientes do programa e pela comunidade acadêmica da área de Educação Física.

No final do ano de 2010, foi realizada oficina de trabalho na cidade de São Paulo, na qual foram convidados convenientes, estudiosos e outros representantes da área da Educação Física para que opinassem sobre a proposta do Programa bem como para que indicassem encaminhamentos para avanços. Tratou-se de um encontro muito positivo e proveitoso em que se debateu o PST e sua estrutura, da mesma forma que foram indicados alguns aspectos importantes para as questões pedagógicas do Programas e que foram apresentados no relatório de 2010, tais como:

- ampliar a abordagem do texto de fundamentos teóricos do Programa Segundo Tempo, buscando melhor articulação entre as demais temáticas apresentadas na proposta pedagógica do programa;
- adequar o formato dos fundamentos didáticos que orientam a elaboração do planejamento pedagógico dos núcleos, subsidiando sua construção a partir de eixos norteadores do processo, ao mesmo tempo conferindo autonomia para tal elaboração, reconhecendo as peculiaridades locais;
- construir textos que apresentem uma linguagem acessível aos diversos segmentos do Programa, sem perder a consistência teórica, bem como elaborar textos específicos para determinadas temáticas de maneira a aprofundar as discussões e reflexões nos núcleos durante o processo de formação continuada e todo funcionamento do convênio;
- editar o material didático da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo para que se apresente com linguagens e formatos semelhantes;
- produzir material didático para o ensino das modalidades esportivas, aproximando a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo das realidades dos núcleos;
- produzir material em EaD para subsidiar a capacitação dos coordenadores e monitores de núcleo;
- diferenciar os conceitos de esporte educacional, da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, das aulas de Educação Física Escolar, ao mesmo tempo apresentar quais são suas relações e pontos de intersecção;
- utilizar na proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo diferentes formas de linguagem, tais como textos, vídeos, cartões, execução de tarefas, entrega de relatórios, considerando as diferentes formas de compreensão e aprendizagem dos coordenadores e monitores dos núcleos;
- a capacitação precisa ser realizada por meio de um processo continuado, no decorrer da vigência do convênio, como um momento de disseminação e apropriação dos conceitos, facilitando a intervenção pedagógica de coordenadores e monitores de núcleos;

- o modelo de capacitação de coordenadores deve ocorrer de forma presencial e EaD, enquanto que para os monitores deve ser desenvolvida pelos coordenadores, mas com a utilização de material EaD e vídeo-aulas;
- utilizar nas capacitações os espaços e os beneficiados dos núcleos, favorecendo a compreensão de que os conceitos apresentados na proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo são possíveis de serem concretizados no contexto real dos coordenadores e monitores de núcleos;
- produzir textos e materiais didáticos que permitam aos coordenadores, monitores e beneficiados dos núcleos a discussão, reflexão e compreensão dos direitos da criança e do adolescente, presentes nos diversos documentos e leis que orientam as políticas públicas, de forma a garantir que os beneficiados exerçam sua cidadania;
- produzir textos que orientem os coordenadores e monitores ao trabalho intersetorial nas próprias comunidades. Eles devem apontar estratégias que identifiquem as diversas entidades (ONG's, Conselho Tutelar, Escolas, Associações de Bairro, Conselhos Municipais de Educação, dentre outros), entendendo-se que ao se criar a intersetorialidade local, ampliam-se as possibilidades de contribuição à garantia dos direitos da criança e do adolescente, assim como garante a ampliação das possibilidades de desenvolvimento.

As considerações e indicações apresentadas serviram para estimular a continuidade dos trabalhos e aperfeiçoá-los. Considerando as idéias e proposições, houve uma grande preocupação em reorientar as Equipes Colaboradoras no trato com os conhecimentos que são trabalhados no Programa e em suas capacitações procurando facilitar o entendimento e as práticas futuras nas ações dos núcleos. Nesse sentido, o processo de capacitação passou por mudanças de estratégias, tendo o DVD como o ponto forte desta nova forma de desenvolvimento.

Inicialmente as ECs tiveram que se adaptar e criar situações didáticas com as quais os participantes pudessem se defrontar e aplicar os temas que são trabalhados nos vídeos. Esta dinâmica favoreceu o andamento das capacitações e a aproximação com os temas pelos participantes. Esta forma de trabalho possibilitou que os convênios fossem atendidos dentro de suas realidades, pois, muitas das capacitações foram realizadas nas localidades dos convênios, sendo que os próprios avaliadores das ECs tiveram que se deslocar. Dessa forma, houve a visão clara da realidade pelos avaliadores e a possibilidade de contatos mais diretos entre as ECs e os coordenadores.

Quanto à ampliação das abordagens, ainda está em fase de elaboração pelos consultores e integrantes das Equipes Colaboradoras. Houve a preocupação em não provocar alterações nos fundamentos já estruturados, pois, como se pode observar, eles contemplam as necessidades atuais do programa. O que se destaca é a necessidade de outros recursos didáticos para que os coordenadores e monitores consigam concretizar os fundamentos no cotidiano dos núcleos.

Assim, disponibiliza-se aos Convênios que são detectados pelas ECs como mais frágeis em RH qualificado, o Caderno de Apoio Pedagógico – CAP (Anexo 34). Este CAP tem em sua estrutura um conjunto de atividades e planos que podem ser facilmente aplicados pelos coordenadores e monitores no cotidiano dos núcleos, com uma sequência lógica de complexidade de ações motoras e esportivas. Até o momento foram distribuídos 1.531 CAPs para 74 Convênios do PST Padrão.

Ainda no final de 2011, foram finalizadas as obras: Ensinando e Aprendendo Esportes no Programa Segundo Tempo – Volumes 1 e 2 (Anexo 35 e Anexo 36). Este material subsidia os

coordenadores em relação a dezenove modalidades esportivas em seus aspectos históricos, técnicos, táticos e didáticos. Este será mais um recurso importante para servir de suporte e fonte de consulta para as ações junto às crianças, adolescentes e jovens do PST. Mais um material está em fase de finalização, devendo ser lançado no ano de 2012. Com isso atendemos mais alguns indicativos apontados em 2010, disponibilizando novos materiais e recursos diferenciados aos integrantes do PST.

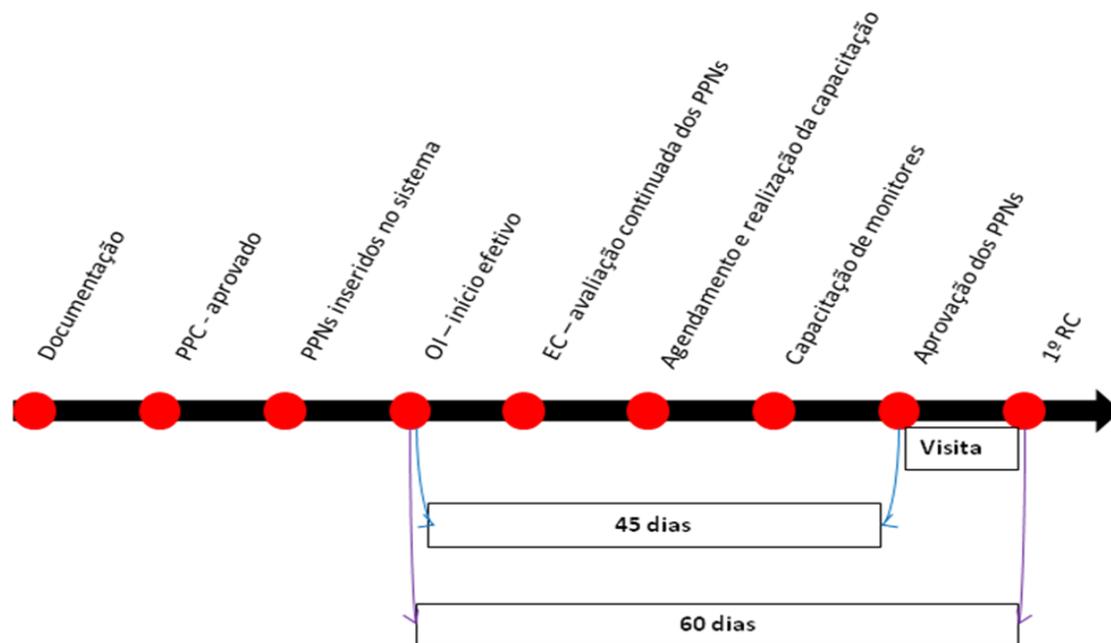
Quando se pensa atualmente sobre o Esporte Educacional e Programa Segundo Tempo, pode-se afirmar que este conceito é compreendido e adotado pelos participantes do Programa, pois tanto nas Diretrizes quanto nos Fundamentos a conceituação e indicativos são claros e subsidiam os PPCs e PPNs que são apresentados para a Secretaria. Entretanto, também entendemos que a vivência e concretização deste conceito no cotidiano das atividades dos núcleos do Programa ainda carecem de suporte e avanços. Esta constatação também foi apresentada pelo documento de 2010, mas, infelizmente, ainda não se avançou no espaço finalístico do Programa, algo que deve ser preocupação das ações futuras da gestão Pedagógica do Programa.

Um dos indicativos apontados que serviu de preocupação para a gestão pedagógica, era a condição da estruturação de eventos pelo sistema EaD. Podemos afirmar que o ano de 2011 foi o ano da capacitação com o recurso do DVD, e, possivelmente em 2012 conseguimos ter a experimentação e incremento do EaD às ações de formação continuada do PST. Não foi possível com a atual estrutura, avançar nessa proposta em 2011, pois, muitas outras frentes de trabalho foram abertas e exigiram concentração da Equipe Pedagógica.

Nesse sentido, pode-se afirmar que decorrente das informações e indicações apontadas no relatório de 2010, houve avanços e praticamente o atendimento da quase totalidade das questões pedagógicas. Os esforços devem concentrar-se na concretização dessa proposta no cotidiano dos núcleos por meio das ações dos profissionais envolvidos.

A CGDEP, assim como as demais Coordenações, possui um fluxo de ações que deve ser mantido para que haja harmonia e atendimento a todas as demandas instaladas no processo de gerenciamento administrativo e desenvolvimento pedagógico dos convênios do PST. **O Fluxo de Ações Pedagógicas e Administrativas do PST (Anexo 37)** sofreu alterações durante o ano de 2011.

Especificamente à CGDEP, algumas ações foram redimensionadas e reorganizadas, em especial no que diz respeito ao tempo de execução. A linha de tempo apresentada abaixo exemplifica esta nova organização.



A fim de atender aos novos prazos e obter um retorno mais eficiente, o prazo para que haja fechamento das ações em relação à capacitação, planejamentos e finalização dos PPNs na plataforma foi reduzido para 45 dias. A partir do Início Efetivo das Atividades dos Convênios, a EP tem 45 dias para cumprir suas tarefas iniciais e colocar o convênio em pleno funcionamento pedagógico. Apenas para efeito de esclarecimento, mesmo o Convênio tendo obtido a sua Ordem de Início, não significa que tenha iniciado as suas atividades junto aos beneficiados. Por isso, para efeito do cômputo dos dias e também do cumprimento do objeto, considerar-se-á a data de Início Efetivo de Atividades – IEA, que deve ser comunicada oficialmente pelo convênio à Secretaria.

De acordo com o relatório de avaliação dos PPNs constantes no presente relatório, pode-se verificar que após diligências desta Secretaria junto aos Convenientes e às ECs para que concretizem esta tarefa, o patamar idealizado deve ser cumprido. Afinal, como avançar nas ações pedagógicas se há pendências de planejamentos no sistema? Obviamente que não se quer que haja apenas o cumprimento da tarefa, mas que esta tarefa de se ter planos aprovados e em condições mínimas de organização, possa refletir em uma prática também diferenciada no cotidiano dos núcleos do PST.

Podemos afirmar também que já avançamos neste quesito de entendimento e cumprimento das regras em relação ao planejamento e às estruturas básicas para o funcionamento do PST. Contudo, da mesma forma que ainda em outros aspectos, podemos e devemos melhorar na efetivação das propostas apresentadas e defendidas pelos parceiros e que estão expressas nos Fundamentos do Programa. Somente com a conscientização dos responsáveis pelas ações do PST sobre a relevância e representatividade deste Programa é que conseguiremos efetivá-lo como uma Política Pública que pode fazer a diferença para seus participantes

Como principais ações do Desenvolvimento Pedagógico do Segundo Tempo estão o Planejamento Pedagógico dos Convênios e Núcleos e a Capacitação dos Recursos Humanos dos Convênios. As duas ações integradas é que possibilitam a materialização de sua proposta pedagógica. O trabalho desenvolvido em 2011 no Planejamento Pedagógico será apresentado na sequência. Já a Capacitação será apresentada em item específico, considerando que está vinculada a

outra ação estratégica do Programa: a de capacitar e qualificar todos os Recursos Humanos dos convênios.

a.1) Planejamentos Pedagógicos de Convênio

O Planejamento Pedagógico para o Programa Segundo Tempo se constitui como um ponto de referência das ações de acompanhamento para que se possa avaliar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica do PST nos Núcleos de Esporte Educacional. O objetivo é superar as deficiências identificadas ao longo dos últimos anos, onde se caracterizava a omissão dos Recursos Humanos envolvidos enquanto responsáveis pela ação pedagógica desenvolvida nos Núcleos, que deve ser inclusiva e garantir a oferta de múltiplas vivências esportivas visando o desenvolvimento integral dos beneficiados.

Nesse sentido, todo o processo de capacitação desencadeado pela Secretaria primou pelo estudo e estruturação dos aspectos relacionados ao tema planejamento. Com isso, instituiu-se que cada Convênio deve ter o seu Plano Pedagógico aprovado pela Equipe Pedagógica de acordo com as Diretrizes do PST e cada um dos núcleos deve apresentar o seu Planejamento Pedagógico com base em um diagnóstico das condições locais, que são bastante diversas, mesmo quando se trata de um único convênio. Os Planos Pedagógicos dos Núcleos devem atender aos princípios do PST e guardar consonância com o Plano Pedagógico do Convênio.

Procedimentos da Equipe Pedagógica em relação ao PPC

Os Planejamentos Pedagógicos dos Convênios (PPCs) são avaliados pela Equipe Pedagógica do Programa Segundo Tempo, pois a obtenção da Ordem de Início para o efetivo início das ações depende de sua aprovação.

O processo de avaliação do PPC se dá por meio de uma contínua troca de informações e apoio à sua estruturação, na qual a Equipe Pedagógica avalia e informa o responsável sobre as necessidades de alterações e de aprimoramentos a fim de que esteja o mais adequado possível às normas e fundamentos do programa.

Os procedimentos adotados na análise dos PPCs inseridos no sistema - SIAPA se preendem a:

- a Equipe Pedagógica possui um responsável que recebe a versão do PPC para análise via SIAPA e designa um avaliador da EP;
- o avaliador recebe o PPC e inicia os procedimentos de análise, tendo um prazo de sete dias para retornar a avaliação ao convênio;
- o convênio recebe o PPC avaliado com as indicações de ajustes quando necessário. O convênio tem o prazo de 15 dias para fazer a devolução à Equipe Pedagógica via SIAPA;
- caso o convênio não atenda ao prazo de 15 dias para o retorno, a Equipe Pedagógica envia ofício (Anexo 38) determinando o novo prazo para a postagem do PPC reformulado no sistema;
- os prazos para o retorno dos trabalhos, tanto da Equipe Pedagógica como do Convênio, se aplicam a todas as avaliações. Vale salientar que há um número médio de cinco avaliações realizadas pela Equipe Pedagógica por PPC com troca de correspondência entre a EP e a Coordenação do Convênio;
- no processo de análise, é utilizado o sistema e o editor de texto “Word” para todas as trocas de informações entre a EP e o convênio. Utiliza-se o *Word*, pois permite

encaminhar as orientações de forma mais detalhada aos responsáveis do convênio, bem como fazer correções no texto quando necessárias, recurso que ainda não é disponibilizado no sistema, no qual ficam registradas todas as informações

- os e-mails enviados ao convênio são padronizados de acordo com o assunto abordado, recebendo alterações pela Equipe Pedagógica quando necessário (Modelo mensagem - Anexo 39);
- ao término do processo de avaliação, quando o avaliador da Equipe Pedagógica considera que o PPC está minimamente adequado e pronto para ser aprovado, é realizada uma última troca de mensagem solicitando que o coordenador do convênio registre a versão final no sistema. Assim, ao ocorrer esta ação e o PPC oficial estiver inserido adequadamente, o avaliador o aprova no sistema. A partir desta etapa o convênio já poderá iniciar o cadastramento dos PPNs do convênio no sistema, pois o formulário estará disponibilizado.

Mediante tais procedimentos, assim como experiência adquirida por parte da Equipe Pedagógica em relação aos processos até então avaliados, foi estabelecido um rol de critérios de qualidade para o processo de avaliação. Assim, a Equipe Pedagógica apresenta os critérios (Critérios de Análise - Anexo 40) de análise e classificação quantitativos-qualitativos dos itens que compõem os PPCs para o Programa Segundo Tempo. É importante destacar que esses descritores são utilizados pela Equipe Pedagógica como norteadores para a avaliação e que coloca como um aspecto importante, podendo facilitar a tarefa dos proponentes e o próprio processo de avaliação. Outro aspecto a ressaltar é que a Equipe Pedagógica não disponibiliza aos convênios as notas dos PPCs e sim as orientações para as correções.

No ano de 2011 a Equipe Pedagógica avaliou 118 PPCs, tendo aprovado 99 e mantendo 19 ainda em análise e ajustes. O gráfico 1 ilustra essa ação em percentuais.

Quantitativo de avaliações de PPCs realizadas pela EP no ano de 2011

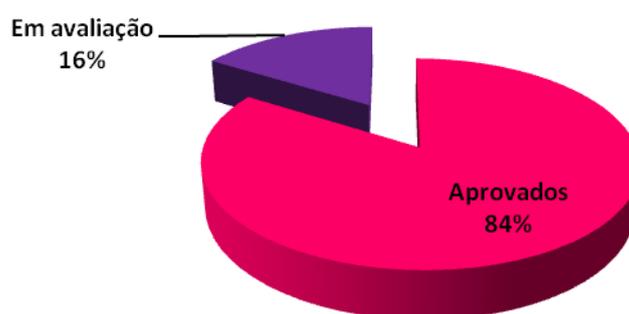


Gráfico 1: Percentual referente ao quantitativo de avaliações de PPCs realizadas pela EP no ano de 2011.

Esse procedimento teve como meta ampliar o comprometimento dos Convênios com a proposta pedagógica defendida pelo PST. Esse momento reflexivo e de constituição de proposição

tem sido fundamental para que os proponentes se enxerguem nas propostas e também direcionem seus futuros coordenadores a pensarem e terem o PPC como um norte para seus Planejamentos Pedagógicos de Núcleos - PPNs. Ter o PPC avaliado e aprovado contribui para que nos futuros PPNs do convênio sejam necessárias poucas alterações, a não ser as que tratem especificamente das condições particulares das localidades e suas ações, pois os fundamentos e objetivos gerais já estarão prontos.

O Quadro 1, abaixo, apresenta os Planejamentos Pedagógicos de Convênios analisados no ano de 2011, assim como a situação dos que estão em avaliação ou aprovados.

N	Convênio	Mês/ano de inserção	Situação
1	724627/2009 - Prefeitura Municipal de Tanguá	Jul/10	Aprovado
2	736408/2010 - Centro Social Angelina Barreto	Out/10	Aprovado
3	738397/2010 - Prefeitura Municipal de Nova Prata	Nov/10	Aprovado
4	742862/2010 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes	Nov/10	Aprovado
5	722561/2009 - Prefeitura Municipal de Malacacheta		Aprovado
6	726115/2009 - Prefeitura Municipal de Planaltina de Goiás	Set/10	Aprovado
7	739428/2010 - Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte	Dez/10	Aprovado
8	726173/2009 - Centro de Educação e Cultura Popular – CECUP	Nov/10	Aprovado
9	742897/2010 – Prefeitura Municipal de Tenente Ananias	Jan/11	Aprovado
10	742858/2010 – Prefeitura Municipal de Pains	Fev/11	Aprovado
11	740266/2010 – Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira	Dez/10	Aprovado
12	723422/2009 – Prefeitura Municipal de Porto Ferreira	Nov/10	Aprovado
13	719003/2009 - Instituto de Desenvolvimento Humano, Social e Cultural Geração da Hora	Nov/10	Aprovado
14	717914/2009 - Prefeitura Municipal de Patrocínio	Jul/10	Aprovado
15	725700/2009 - Prefeitura Municipal de São José da Lapa	Fev/11	Aprovado
16	741103/2010 – Prefeitura Municipal de Santana do Matos	Jan/11	Aprovado
17	717891/2009 – Prefeitura Municipal de Aquiraz	Mai/10	Aprovado
18	726145/2009 - Prefeitura Municipal de Resende		Aprovado
19	718222/2009 - Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte		Aprovado
20	739439/2010 – Prefeitura Municipal de Porto Vitória	Fev/11	Aprovado
21	465/2007 – Prefeitura Municipal de Manaus	Abr/10	Aprovado
22	719312/2009 – Prefeitura Municipal de Santa Bárbara	Mai/10	Aprovado
23	742896/2010 – Prefeitura Municipal de Venha Ver	Mar/11	Aprovado
24	702202/2008 - Serviço Social do Comércio - SESC	Jan/11	Aprovado
25	001/2011 - Ministério da Defesa	Jun/11	Aprovado
26	739424/2010 – Prefeitura Municipal de Ceres	Jan/11	Aprovado
27	717923/2009 - Prefeitura Municipal de Araçatuba	Jul/10	Aprovado
28	718175/2009 - Prefeitura Municipal de Cratêus		Aprovado
29	722306/2009 – Conferência das Insp. Das Filhas de Maria Auxil. Do Brasil	Jun/10	Aprovado
30	217/2007 - Paraná Esporte	2007	Aprovado
31	741469/2010 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus	Mar/11	Aprovado
32	736407/2010 - Prefeitura Municipal de General Sampaio	Set/11	Aprovado
33	714423/2009 - Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim	Abr/10	Aprovado
34	717921/2009 – Prefeitura Municipal de Capela do Alto Alegre	Ago/10	Aprovado
35	723931/2009 – Prefeitura Municipal de Belford Roxo	Nov/10	Aprovado
36	741836/2010 - Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante	Dez/10	Aprovado
37	739519/2010 – Prefeitura Municipal de Araras	Dez/10	Aprovado
38	739427/2010 - Prefeitura Municipal de Santos	Jan/11	Aprovado
39	739536/2010 - Prefeitura Municipal de Coração de Jesus	Mar/11	Aprovado
40	737330/2010 - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – INDES	Mar/11	Aprovado

41	751945/2010 - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Abr/11	Aprovado
42	722295/2009 - Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas	Mai/11	Aprovado
43	749953/2010 - Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas	Jun/11	Aprovado
44	723429/2009 - Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba	Jun/11	Aprovado
45	Bola Pra Frente/ONG/SP		Aprovado
46	720519/2009 - Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin	Abril/10	Aprovado
48	725528/2009 - Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer	Jun/10	Aprovado
49	726157/2009 - Prefeitura Municipal de Claro dos Poções	Jun/10	Aprovado
50	726119/2009 - Prefeitura Municipal de Janaúba	Agos/10	Aprovado
51	739434/2010 - Prefeitura Municipal da Lapa	Nov/10	Aprovado
52	740262/2010 - Prefeitura Municipal Barra do Garças	Dez/10	Aprovado
53	739431/2010 - Prefeitura Municipal de Nova Ponte	Jan/11	Aprovado
54	737651/2010 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria	Fev/11	Aprovado
55	741468/2010 - Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	Fev/11	Aprovado
56	252/2007 - Prefeitura Municipal de Correntina	Mar/11	Aprovado
57	Prefeitura Municipal de Pau Darco	Abril/11	Aprovado
58	001/2010 - Universidade Federal de Minas Gerais	Junho/11	Aprovado
59	740444/2010 - Prefeitura Municipal de Carapicuíba	Junho/11	Aprovado
60	717920/2009 - Prefeitura Municipal de Prado		Aprovado
61	724753/2009 - Prefeitura Municipal de Vespasiano	Out/10	Aprovado
62	717510/2009 - Prefeitura Municipal de Juazeiro	Jul/2010	Aprovado
63	723922/2009 - Prefeitura Municipal de Viçosa		Aprovado
64	724187/2009 - Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	Abril/10	Aprovado
65	717757/2009 - Prefeitura Municipal de Machado	Mai/10	Aprovado
66	323/2007 - Secretaria de Estado da Educação e do Esporte/AL		Aprovado
67	725582/2009 - Prefeitura Municipal de Encantado	Abril/10	Aprovado
68	723942/2009 - Prefeitura Municipal de Coribe	Junho/10	Aprovado
69	725594/2009 - Prefeitura Municipal de Monte Carmelo	Set/10	Aprovado
70	739426/2010 - Prefeitura Municipal de Itajaí	Nov/10	Aprovado
71	737654/2010 - Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	Dez/10	Aprovado
72	742865/2010 - Prefeitura Municipal de Caxias	Jan/11	Aprovado
73	742312/2010 - Associação Pestalozzi de Goiânia	Jan/11	Aprovado
74	722279/2009 - Prefeitura Municipal de Santa Luzia	Jan/11	Aprovado
75	738834/2010 - Prefeitura Municipal de Guarujá	Fev/11	Aprovado
76	740312/2010 - Prefeitura Municipal de Itaú	Mar/11	Aprovado
77	741081/2010 - Prefeitura Municipal de Santa Rosa	Mar/11	Aprovado
78	750987/2010 - Instituto Contato	Abr/11	Aprovado
79	742849/2010 - Prefeitura Municipal de Anápolis	Mai/11	Aprovado
80	750955/2010 - Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros	Junho/11	Aprovado
81	750956/2010 - Associação Esporte Abraça Campinas	Junho/11	Aprovado
82	054/2008 - Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas	Agost/11	Aprovado
83	750910/2010 - PM de Tanabi	Março/11	Aprovado
84	722283/2009 - Prefeitura Municipal de Alvorada	Nov/11	Aprovado
85	721164/2009 - Prefeitura Municipal de Divinópolis	Nov/11	Aprovado
86	720311/2009 - Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	Mai/11	Aprovado
87	741082/2010 - Prefeitura Municipal de Aragarças	Mai/11	Aprovado
88	719316/2009 - Prefeitura Municipal de Heliópolis	Junho/11	Aprovado
89	738398/2010 - Prefeitura Municipal de Francisco Morato	Junho/11	Aprovado
90	751969/2010 - Universidade Estadual de Londrina	Junho/11	Aprovado
91	739535/2010 - Prefeitura Municipal de Buritizero	Junho/11	Aprovado
92	751143/2010 - Casa da Cultura Centro de Formação Artística da Baixada Fluminense	Julho/11	Aprovado
93	741087/2010 - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	Agost/11	Aprovado
94	750953/2010 - Prefeitura Municipal de Olinda	Setem/11	Aprovado
95	745182/2010 - Prefeitura Municipal de Miguel Pereira	Julho/11	Aprovado
96	750957/2010 - Prefeitura Municipal de Trindade do Sul	Julho/11	Aprovado
97	743597/2010 - Prefeitura Municipal de Tabatinga	Setem/11	Aprovado

98	740451/2010 - Prefeitura Municipal de General Carneiro	Agost/11	Aprovado
99	722288/2009 - Prefeitura Municipal de Sertãozinho	Out/11	Aprovado
100	719989/2009 - Prefeitura Municipal de Matões		Em avaliação
101	739700/2010 - Prefeitura Municipal de Itaperuna	Agos/11	Em avaliação
102	740365/2010 - Prefeitura Municipal de Vitória	Junh/11	Em avaliação
103	308/2007 – Secretaria de Estado da Educação e Cultura		Em avaliação
104	739534/2010 – Prefeitura Municipal de Paty do Alferes	Out/10	Em avaliação
105	726146/2009 - Instituto de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente	Out/10	Em avaliação
106	742436/2010 - Associação Goiana de Atualização e Realização do Cidadão	Fev/11	Em avaliação
107	430/2007 - Secretaria de Estado de Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte	Jun/11	Em avaliação
108	719005/2009 – Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itu	Set/10	Em avaliação
109	739518/2010 - Prefeitura Municipal de Nanuque	Junho/11	Em avaliação
110	446/2007 - Prefeitura Municipal de Goiânia	Dez/11	Em avaliação
111	722557/2009 - Prefeitura Municipal de Unaí	Dez/11	Em avaliação
112	702203/2008 - Associação Fazendo Acontecer	Abril/10	Em avaliação
113	717508/2009 - Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte	Set/10	Em avaliação
114	740495/2010 - Prefeitura Municipal de Ibiá	Dez/10	Em avaliação
115	741096/2010 - Prefeitura Municipal de Juituba	Abr/11	Em avaliação
116	739432/2010 - Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires	Outub/11	Em avaliação
117	725342/2009 - Prefeitura Municipal de Matina	Julho/11	Em avaliação
118	726149/2009 - Associação Ação Solidaria e Inclusão Social	Agost/11	Em avaliação

Quadro 1: Quadro de acompanhamento de Planejamentos Pedagógicos de Convênios analisados em 2011.

Deve ser feita uma ressalva em relação aos PPCs que aparecem em análise. A EP elabora uma avaliação, cumpre os prazos e devolve ao Convênio que tem a responsabilidade de preparar as alterações que entender pertinentes e manter essa troca até que se finalize o processo. Entretanto, muitos convênios recebem o PPC e as recomendações, mas não dão prosseguimento aos ajustes, deixando que fiquem parados e, somente quando finalizam as pendências administrativas, voltam a se preocupar com o processo. Tal situação é recorrente nesta sistemática, contudo, para os novos convênios será adotado o prazo máximo para a finalização dos procedimentos preliminares para recebimento da autorização de início, o que inclui o PPC. O cadastro e a autorização para a formalização não podem ser livres e sem prazos definidos, pois comprometem todas as demais ações relacionadas aos ciclos de desenvolvimento do Programa.

Edital de Chamada Pública para o Programa Segundo Tempo SNEED/ME – 2011

Considerando a experiência acumulada no ano de 2010 e parte de 2011, indicou-se para a Coordenação Geral de Formalização – CGFOR a importância de se antecipar uma primeira vitória sobre as propostas apresentadas para o pleito do Programa Segundo Tempo. Nesse sentido, conforme já apresentado, a Chamada Pública de 2011 teve como um dos critérios de classificação a avaliação das propostas apresentadas nos PPCs.

Assim, a Equipe Pedagógica elaborou critérios que pudessem disponibilizar para a CGFOR o primeiro momento de análise dos PPCs e com isso eleger os que disponibilizassem as melhores condições de desenvolvimento, assim como estivessem em consonância com as Diretrizes Pedagógicas do PST. (Critérios PPC – Formalização - Anexo 41)

Com a Chamada em curso, vale informar que, além dos PPCs analisados via SIAPA durante todo o ano de 2011, no mês de setembro a Equipe Pedagógica analisou 676 PPCs, divididos em duas etapas, sendo 133 na primeira e 543 na segunda. Para análise desses PPCs, foram adotados

procedimentos diferenciados, sobretudo em virtude da urgência dos prazos devolutivos dessa verificação.

Os critérios de análise permitiam verificar minimamente os aspectos pedagógicos e as diretrizes do programa, ainda que com menor rigor em relação às exigências para aprovação do PPC para atendimento aos beneficiados. Isso porque, essas análises serviram como orientação para indicar se o formato do PPC apresentado era condizente com o exigido, de forma a dar continuidade no processo. Destaca-se que a nota mínima era 6,0. No entanto, para o PPC ser considerado classificado/aprovado além de ter que obter uma nota igual ou superior a 6,0, não poderia apresentar nota menor que 2 em nenhum dos itens avaliados (Fundamentação teórica, diagnósticos, objetivos, conteúdos, estratégias metodológicas, processos avaliativos e recursos materiais e físicos). Os anexos exigidos para os convênios já celebrados (grade horária, cronograma, proposta de formação continuada, fotos, instrumentos de avaliação e modelo de frequência) não foram exigidos nessa etapa. A planilha de avaliação utilizada pode ser visualizada no Anexo 42, assim como os Quadros contendo os Planejamentos Pedagógicos de Convênios analisados.

Análise qualitativa do processo de avaliação e acompanhamento dos Planejamentos Pedagógicos de Convênio

A exigência de planejamentos para o Programa Segundo Tempo passou a ser exigida a partir do ano de 2007 e, em 2008, além da exigência formal para a aprovação das propostas, passou-se a ter um acompanhamento mais detalhado da organização, apresentação e desenvolvimento.

Com a implantação da Equipe Pedagógica no ano de 2009, novos critérios foram adotados para análise dos Planejamentos Pedagógicos de Convênio, fazendo com que essa ação do planejamento se consolidasse e ganhasse maior relevância no processo de autorização, desenvolvimento e avaliação dos convênios. Esse procedimento também refletiu no trabalho de elaboração dos PPNs, haja vista que a fundamentação teórica do PPC pode ser incorporada na íntegra ou em partes no PPN e os demais itens servem como orientadores para o seu processo de construção.

Entretanto, mesmo com toda a organização disponibilizada e apoio destinado a essa ação, aações podem ser realizados, sobretudo no rigor em relação aos prazos de análise por parte dos convênios, que muitas vezes não atribuem o devido valor à ação e sofrem na obtenção da Ordem de Início. Outro aspecto a considerar é que o sistema disponibilize ferramentas suficientes para que se possa trabalhar o texto e inserir orientações detalhadas diretamente no sistema, não havendo possibilidade de perda de informações no processo, fato que por vezes pode acontecer via Word. Os procedimentos necessários já foram encaminhados para a Equipe de TI, contudo, a sobrecarga de ações não possibilitou que esta demanda fosse plenamente atendida em 2011.

Destaca-se que tem havido grande investimento na análise e orientações para os PPCs caracterizando-se como um importante suporte aos coordenadores geral e pedagógico de convênio. Vale salientar que a relação entre equipe pedagógica/avaliador e convênio/coordenador de convênio tem sido satisfatória, fortalecendo o processo de avaliação de Planejamentos Pedagógicos de Convênio (PPCs) proposto pelo PST, haja vista que há um fluxo considerável de trocas de orientações/ajustes de PPCs entre os atores citados, tendo um intervalo de 2 a 5, chegando em alguns casos até 11 intervenções via sistema e e-mails. Esse quantitativo de troca de informações entre EP e Coordenadores se dá pelo fato de que muitos ainda desconhecem como elaborar um plano de ação e obviamente, como fundamentá-lo. A Secretaria tem investido consistentemente nessa meta de valorizar o PST e sua devida fundamentação, sempre na esperança de que esta tarefa

possa, de forma recíproca, representar mudanças no desenvolvimento efetivo das ações junto às crianças, adolescentes e jovens envolvidos com o Esporte Educacional brasileiro.

As dificuldades encontradas são provenientes, em sua maioria, pelo não atendimento das orientações da EP na melhoria da qualidade dos planejamentos por parte dos coordenadores geral e pedagógico. Mas gradativamente tem-se avançado em relação a este aspecto. Trata-se de um conceito equivocado que se tem em relação a projetos sociais, ainda mais vinculados ao esporte. Romper com essa visão distorcida tem sido o nosso trabalho e a persistência da Secretaria na qualificação do PST.

Por fim, entende-se que a implantação da Equipe Pedagógica se colocou como um passo acertado, pois em muito contribuiu para que avanços pedagógicos acontecessem no Programa e em seu desenvolvimento.

a.2) Planejamentos Pedagógicos de Núcleos

Este tópico apresenta as ações referentes aos Planejamentos Pedagógicos de Núcleos (PPNs) e os avanços do instrumento utilizado no processo de acompanhamento pedagógico e administrativo do Programa Segundo Tempo.

O relatório de 2010 apresentou um histórico da evolução dos PPNs de 2008 (ano da sua efetiva implantação) até 2010, demonstrando a importância dessa ferramenta para o acompanhamento pedagógico e administrativo dos convênios pela Secretaria, com base no estado da arte em que se encontrava.

A resistência e incredulidade demonstrada inicialmente por parte dos parceiros na proposta de capacitação e acompanhamento pedagógico que estava em construção, aos poucos foi sendo superada. Conforme relatado anteriormente, gradativamente se mudou o paradigma de distanciamento para o de aproximação e vigilância democrática das ações.

A implantação do Planejamento Pedagógico de Convênio (PPC), mais do que uma exigência para a Ordem de Início (OI) das atividades, serviu como apoio aos coordenadores de núcleo (e pedagógicos, nos convênios que os instituíram) na construção dos PPNs.

Atualmente já não se questiona a necessidade de planejar – e efetivamente executar – as atividades dos núcleos do Programa Segundo Tempo. A atuação dos avaliadores das Equipes Colaboradoras (ECs) no processo de capacitação, acompanhamento e avaliação das ações tem se mostrado decisiva para a construção de uma prática pedagógica que faz a diferença nas comunidades onde o Programa Segundo Tempo está presente.

O presente relatório atualiza os dados referentes aos PPNs de convênios vigentes em 2011, aponta os avanços obtidos por meio da implantação do modelo “2ª geração” e de uma atuação mais próxima da “ponta” (presença e cobranças mais efetivas por parte da Secretaria, Equipe Pedagógica e ECs), assim como apresenta sugestões para o aprimoramento do instrumento na plataforma SIAPA.

Estado da Arte e análise dos dados

A posição dos PPNs atualizada em 20/12/2011 é apresentada a seguir e aponta a quantidade de núcleos por convênio, geração do PPN (1ª ou 2ª), PPNs aprovados ou em avaliação e observações.

No Quadro, são analisados os dados dos convênios que estão cadastrados no Modelo da 1ª geração – Anexo 43. Todos os convênios que ainda têm seus PPNs cadastrados no modelo “1ª geração” se encontram regularizados quanto aos seus planejamentos.

EC	CONVÊNIO	QTDE NÚCLEOS	GERAÇÃO	PPNs APROVADOS	PPNs EM AVALIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
03	720876/2009 – Instituto de Desenvolvimento Humano – IDESH	120	1ª	120	-	Sem pendências
05	051/2008 – Sec. Especial dos Esportes de Pernambuco	105	1ª	105	-	Sem pendências
06	054/2008 – Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas	50	1ª	50	-	Sem pendências
	252/2007 – Prefeitura Municipal de Correntina	4	1ª	4	-	Sem pendências
15	044/2008 – Prefeitura Municipal de Campinas	50	1ª	50	-	Sem pendências
TOTAL		329	-	329	0	0

Quadro 4– Situação dos PPNs cadastrados no modelo 1ª Geração

Atualmente, os novos cadastros são feitos exclusivamente no Modelo “2ª geração” – Anexo 44. Considerando que são muitos convênios, o detalhamento da situação dos PPNs cadastrados nesse modelo encontra-se no Anexo 45 – Balanço Convênios PPNs “2ª geração”. Embora não completamente finalizada, a análise dos PPNs está bastante avançada, conforme gráfico a seguir:

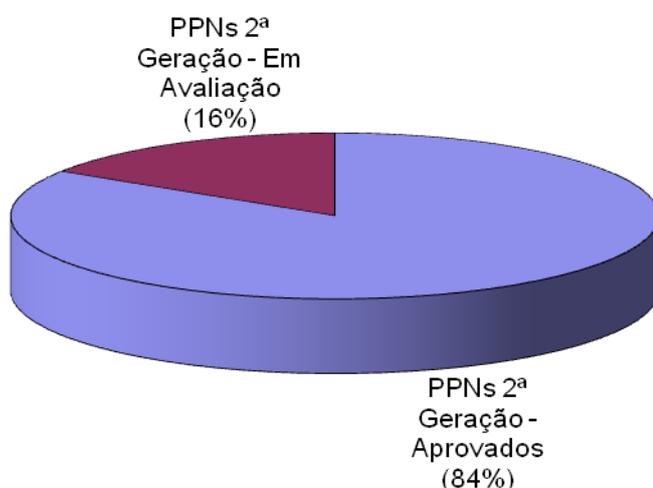


Gráfico 3 – PPNs Aprovados – 2ª geração

Entre os convênios que cadastraram os PPNs no modelo “2ª geração”, há um índice de aprovação de 84% que demonstra o avanço obtido no processo de avaliação. Os 16% restantes se encontram em processo intenso de correções por parte dos avaliadores das ECs e de ajustes por parte dos coordenadores de núcleo e coordenadores pedagógicos.

O Termo de Cooperação 001/2011 – Ministério da Defesa é a única parceria do modelo de 2ª Geração que apresenta PPNs por cadastrar (35 PPNs ainda não foram cadastrados), e uma das poucas que ultrapassou o período previsto para a aprovação, que é de 45 dias após o início efetivo das atividades, mas a evolução nesse quadro se deve à percepção de que está ocorrendo um processo de construção entre a EC e os coordenadores de núcleo, haja vista que 78 dos 120 PPNs previstos já se encontram aprovados.

Tal quadro geral apresenta uma situação diferente da apontada no relatório de 2010, que trazia a preocupação com PPNs que eram finalizados com ressalvas (27% do total) por estarem em sua maioria em poder do convênio, refletindo negativamente no processo de avaliação de PPNs e ultrapassando o tempo determinado pela Equipe Pedagógica.

Os indicativos apresentados apontam para uma melhora significativa do processo de construção dos PPNs, que em sua essência, é uma parceria entre os avaliadores das ECs – que assumem o papel de consultores e parceiros na construção dos PPNs – e os coordenadores de núcleo.

Já o Quadro abaixo, traz os convênios que estão inadimplentes em relação aos PPNs. Os convênios que não conseguiram, por problemas de ordem administrativa, implantar e submeter os PPNs à apreciação das ECs. Eles aparecem de forma separada, visto que o processo não foi efetivamente deflagrado, não oferecendo, até o momento, condições mínimas de trabalho às ECs e por consequência não foram autorizados a iniciar o atendimento aos beneficiados.

EC	CONVÊNIO	QTDE NÚCLEOS	GERAÇÃO	PPNs APROVADOS	PPNs EM AVALIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	725528/2009 – Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer	208	2ª	0	70	O convênio apresenta dificuldades para desencadear o início efetivo das atividades, especialmente na questão de RH. Há apenas 70 núcleos cadastrados, todos em avaliação pela EC.
07	722306/2009 – Conferência das Inspetorias das Filhas de Maria Auxiliadora	77	2ª	-	77*	*Todos os PPNs se encontram no modo “rascunho”, e não foram ainda concluídos para a avaliação da EC.
12	281/2007 - Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude – SEEJ	200	2ª	-	-	Não há nenhum PPN cadastrado pelo convênio
14	217/2007 - Paraná Esporte (EC 14/ EC 15)	208	2ª	-	180*	*Todos os PPNs se encontram no modo “rascunho”, e não foram ainda concluídos para a avaliação da EC.

15	739430/2010 - Prefeitura Municipal de Lins	16	2ª	-	16*	*Todos os PPNs se encontram no modo “rascunho”, e não foram ainda concluídos para a avaliação da EC..
	750956/2010 - Associação Esporte Abraça Campinas	10	2ª	-	10*	*Todos os PPNs se encontram no modo “rascunho”, e não foram ainda concluídos para a avaliação da EC.
17	261/2007 - Prefeitura Municipal de Paranaguá	20	1ª	-	20*	*Todos os PPNs se encontram no modo “rascunho”, e não foram ainda concluídos para a avaliação da EC.
	750987/2010 - Instituto Contato	250	2ª	10	29	Dos PPNs em avaliação: Com a EC: 0 C/conv.p/ajustes: 29 Sem cadastro: 211

Quadro 6 – Convênios inadimplentes - PPNs

Todos os convênios inadimplentes vêm sendo notificados e as devidas providências estão sendo encaminhadas. A CGDEP tem mantido contato intenso com os gestores dos referidos convênios e com as ECs responsáveis com o objetivo de sanar as pendências.

Há atualmente um esforço no sentido de intensificar o fluxo de informações entre a CGDEP e a CGAO, que tem resultado no aprimoramento quanto à observância de prazos para as ações efetivas por parte das entidades convenentes, efetuando as notificações e sanções cabíveis aos convênios inadimplentes.

Desse quadro geral de inadimplência pode-se depreender que os convênios com grande volume de núcleos sempre têm problemas no atendimento geral das Diretrizes Pedagógicas, pois há um distanciamento ainda grande da sua coordenação pedagógica com as realidades enfrentadas. Da mesma forma, entendemos que há também dificuldades no trato com as questões do RH destes convênios, inviabilizando um atendimento mais pontual e efetivo.

A evolução dos PPNs na plataforma SIAPA

O formulário de PPN 2ª geração traz informações mais claras e pontuais. Na 1ª geração, as informações, em sua maioria, eram textuais, o que dificultava a elaboração por parte do coordenador de núcleo e a identificação dos dados por parte dos avaliadores das ECs. De forma geral, a nova versão trouxe praticidade e agilidade às ações pedagógicas, favorecidas pela interação núcleos-ECs. Exemplos pontuais desse incremento podem ser observados por meio do transporte de alguns modelos da plataforma para o presente relatório.

2.1 IDH do Município			
0.825			
2.2 População da Cidade			
347601			
2.3 Nível de Escolaridade			
Evasão	Escolar:		
2.9			
Repetência:			
4.8			
Número de Escolas da Região:			
404			
IDEB:			
IDEB (até 4ª série)			
IDEB (da 5ª a 8ª série)			
Rede Estadual	5.7	Rede Estadual	4.7
Rede Municipal	5.3	Rede Municipal	4.9
Rede Pública	5.5	Rede Pública	4.7

Figura 1 – PPN geração 2 – Diagnóstico – dados demográficos

Proporção dos sexos no núcleo	
Masculino:	53
Feminino:	47
Total:	100

Figura 2 – PPN geração 2 – Proporção meninos e meninas

As Figuras 1 e 2 mostram dados diagnósticos importantes para uma avaliação qualitativa dos PPNs por parte das ECs.

A compreensão da realidade local é de suma importância para o coordenador de núcleo efetuar seus planejamentos, bem como aos consultores/avaliadores para auxiliá-lo na tarefa. Os dados aparecem de forma mais pontual do que no modelo da 1ª geração e podem ser utilizados com maior eficiência.

Há uma clara preocupação nos fundamentos pedagógicos do PST em aumentar a participação efetiva de meninas nos núcleos do PST (GOELLNER, 2009). Assim, a informação trazida de forma simples e direta permite ao coordenador que está elaborando o PPN a sua reflexão acerca dos objetivos e se eles estão adequados aos beneficiados.

As informações que “migram” para as planilhas de avaliação das ECs utilizadas nas avaliações *in loco*, são de fundamental importância para a observação das ações planejadas, tais como recursos humanos, recursos materiais, espaços físicos, organização de turmas e grades horárias. As Figuras 3 e 4 a seguir, ilustram essa praticidade.

Turmas

B 33 [Modal. Esp. e Ativ. Comp.](#)

C 33 [Modal. Esp. e Ativ. Comp.](#)

Grade Horária

[Modalidade Esportiva Individual e Coletiva](#)

[Atividade Complementar](#)

Figura 3 – Especificação das turmas e grades horárias do núcleo

Material	Quantidade	Condição
Antena para rede de voleibol	2	Excelente
Apito de Plástico com cordão	4	Excelente
Bambolê aro plástico desmontável	15	Excelente
Bermuda Azul - G	25	Excelente
Bermuda Azul - GG	25	Excelente
Bermuda Azul - P	25	Excelente
Bermudas - Tam. M	25	Excelente
Bico para bomba de encher bola	8	Excelente
Bola De Basquete Adulto Tamanho Oficial	6	Excelente
Bola De Basquete Infantil Tamanho Mirim	6	Excelente
Bola de borracha iniciação nº10	10	Excelente

Figura 4 – Recursos materiais disponíveis

De forma geral pode-se concluir que as modificações efetuadas no sistema de implantação dos PPNs foram significativas, e que elas permitirão avanços qualitativos na continuidade das ações.

Contudo, muito ainda há que se fazer para que haja o contínuo aperfeiçoamento do sistema desenvolvido. A seguir, apresentamos algumas sugestões para o aprimoramento dessa ferramenta.

Indicações para avanços no sistema, com base nos pareceres e comentários gerais das Equipes Colaboradoras

A. Restringir o cadastro de PPNs ao número de núcleos de cada convênio.

- B. Geração automática do cadastro dos PPNs e “migração” do nome do núcleo. Assim que o PPC for aprovado, os PPNs automaticamente são gerados com os nomes dos núcleos que constam no PPC, evitando assim que um núcleo seja cadastrado com nome diferente. Isso tem acarretado problemas. Por exemplo, no PPC está o nome da escola e no PPN o mesmo núcleo está cadastrado com o nome do bairro.
- C. Quando houver substituição de núcleos, que a modificação seja feita no PPC, gerando inclusão de um novo PPN (a ser aprovado pela EC) e inativação automática do anterior.

As medidas acima poderão contribuir para que se evite a duplicidade de informações e o cadastro indevido de núcleos, que geram atualmente um grande volume de pendências. Isso tem sido tratado pela CGDEP, mas o volume de trabalho gerado pela necessidade de correções é muito elevado.

A necessidade de autorização de um novo cadastro pela CGDEP manterá o sistema fidedigno com as ações e evitará trabalhos posteriores de reparação.

Considerações Finais sobre os PPNs

Após análise do processo de avaliação dos planejamentos pedagógicos de núcleo no ano de 2011, verificamos que:

- 1) As Equipes Colaboradoras têm aprimorado sua função de análise dos PPNs caracterizando-se como importante suporte orientador aos coordenadores dos convênios;
- 2) O processo de capacitação em vídeo, com turmas menores e, em alguns casos, com a presença de monitores, somado à experiência acumulada pelas ECs no trato com os PPNs e com o acompanhamento pedagógico de forma geral, deve ser ressaltado. O cumprimento dos prazos de finalização dos PPNs, salvo casos pontuais dos convênios citados com pendências e que tiveram início efetivo recente, se deve em grande parte à instrução ofertada nas capacitações, ao encaminhamento da tarefa por parte das ECs e da constante vigilância da EP, CGDEP e ECs quanto ao cumprimento dos prazos;
- 3) A relação entre equipe colaboradora/avaliador e convênio/coordenador de núcleo, apontada como fator positivo no relatório do ano anterior, continua sendo um fator de fortalecimento do processo de avaliação de Planejamentos Pedagógicos de Núcleos (PPNs) proposto pelo PST.
- 4) Atualmente, as maiores dificuldades encontradas são observadas em convênios de grande porte e/ou de grande abrangência territorial. Dos oito convênios que se encontram inadimplentes (Quadro 5), cinco possuem tais características, além do convênio com o Ministério da Defesa (Quadro 4), com as mesmas características e cujos PPNs estão sendo avaliados, mas que possui pendências significativas. Além de problemas administrativos constatados, a relação EC / Coordenação Pedagógica do Convênio / Coordenadores de Núcleo é afetada por fatores geográficos e de ordem administrativa;
- 5) O modelo “2ª Geração” de PPNs apresentou avanços significativos em relação ao modelo anterior. Esse fator provavelmente tenha sido decisivo na evolução do processo de acompanhamento pedagógico;

- 6) Os dados apresentados demonstram a evolução quantitativa e qualitativa do processo de aprovação dos PPNs, que têm influenciado nas ações pedagógicas dos núcleos em virtude da proximidade com as ECs, ações acompanhadas de perto por avaliadores/consultores munidos do PPN, uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento de suas funções.

Enfim, com o aprimoramento do sistema de forma integral (formação, acompanhamento e alimentação de dados na plataforma SIAPA), os esforços presentes e futuros podem ser voltados para o aperfeiçoamento dos aspectos qualitativos e para a melhora do atendimento aos beneficiados no que diz respeito à significância das práticas oferecidas nos núcleos do PST para suas vidas.

Podemos concluir que tem havido esforços significativos para que haja o cumprimento dos preceitos burocráticos em relação aos procedimentos de planejamento e sua respectiva organização e finalização. Com isso afere-se que a tarefa está a caminho de sua concretização. Contudo, salienta-se que ter essa etapa burocrática atendida, não garante a concretização dos planos na prática dos convênios.

As Equipes Colaboradoras têm apontado em seus relatórios que ainda há muita fragilidade no desenvolvimento dos planos apresentados, com desvios de práticas e procedimentos. Nesse sentido, deve ser preocupação geral após essa etapa procedimental burocrática estar vencida, que se voltem às preocupações para a efetiva concretização dos planos apresentados. Dessa forma, a Equipe Pedagógica junto às Equipes Colaboradoras, deverão manter uma vigilância e organizar procedimentos que possam contribuir nas mudanças efetivas das práticas esportivas vivenciadas nos diversos núcleos, com vista a aproximar os planos da prática efetiva vivenciada.

b) Acompanhamento in loco: Visitas aos Núcleos

Considerando o constante processo de avaliação das ações desenvolvidas pela Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGAPA), desde o início de 2011, várias alterações foram propostas e implementadas na estrutura e fluxos de funcionamento desta coordenação. O objetivo foi qualificar o acompanhamento pedagógico e administrativo do Programa Segundo Tempo (PST), além de aperfeiçoar a tramitação interna das informações advindas deste procedimento, resultando em um fluxo ágil, que proporcionaria maior interação entre as tarefas executadas pelas Equipes Colaboradoras (ECs) com a estrutura administrativa da Secretaria.

Como consequência, haveria um retorno mais rápido às entidades parceiras sobre suas potencialidades e fragilidades, com o intuito de indicar os pontos a serem aprimorados e cumpridos no desenvolvimento das ações pactuadas, e assim, orientar os convênios na qualificação do atendimento aos beneficiados do PST.

Diante do exposto, em maio de 2011, houve a primeira alteração na estrutura e fluxos da CGAPA em relação ao ano de 2010, mediante a incorporação de suas atividades e quadro de recursos humanos à Coordenação Geral de Monitoramento e Controle (CGMOC). Esta coordenação foi criada com o objetivo de estruturar e desenvolver o processo de monitoramento e controle dos convênios e demais tipos de parceria do PST. A composição desta nova estrutura administrativa tinha três coordenações, conforme abaixo apresentado:

Coordenação de Acompanhamento/Visitas

- ✓ Receber informação sobre Ordem de Início e Início Efetivo das Atividades;
- ✓ Distribuir os convênios entre as ECs para o acompanhamento;

- ✓ Indicar avaliadores para a análise dos Planejamentos Pedagógicos de Núcleo (ECs);
- ✓ Organizar os períodos de visitas;
- ✓ Controlar o processo de solicitação e execução das visitas aos núcleos;
- ✓ Organizar e controlar o cumprimento dos prazos estabelecidos para finalização do instrumento de coleta de dados Avaliação *in loco* (AVIL), Relatórios Consolidados (RC) e Relatório Parcial de Visitas (RPV).

Coordenação de Análise e Controle de Relatórios (CACRE)

- ✓ Organizar e realizar a capacitação das Equipes Colaboradoras e Equipe de Analistas (EA);
- ✓ Analisar o instrumento de coleta de dados Avaliação *in loco* (AVIL), Relatório Consolidado (RC) e Relatório Parcial de Visitas (RPV);
- ✓ Analisar e despachar à Coordenação Geral os RCs e RPs produzidos pelas ECs;
- ✓ Atualizar as Planilhas de Controle de Visitas na pasta corporativa do ME (CPEE);
- ✓ Preencher e atualizar os dados referentes ao acompanhamento no Sistema Informativo de Convênios (SIC).

Coordenação de Avaliação e Processamento de Relatórios (CAPRE)

- ✓ Analisar os Relatórios Consolidados e definir a emissão de recomendações aos parceiros;
- ✓ Atualizar a comunicação com os convênios e demais parcerias;
- ✓ Atualizar a comunicação com as ECs;
- ✓ Analisar a execução administrativa dos convênios e parcerias;
- ✓ Atuar em consonância com as demais coordenações da área;
- ✓ Emitir os ofícios de recomendações aos convênios e parcerias.

A estrutura de funcionamento supracitada proporcionou maior integração entre as coordenações, principalmente em decorrência da melhor definição dos fluxos. Dessa forma, as informações tramitaram e foram processadas mais rapidamente, proporcionando menor tempo entre a coleta das informações *in loco* e o retorno aos convênios, com a emissão dos Ofícios de Recomendações.

No entanto, considerando o constante empenho do Ministério do Esporte em aprimorar seus processos administrativos, a partir do início do segundo semestre de 2011, houve novas alterações na estrutura de todos os departamentos da SNEED, inclusive na Coordenação Geral de Monitoramento e Controle. A partir das prioridades administrativas apontadas nesta reformulação, configurou-se a atual estruturação, conhecida como Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGAPA), a qual deixou de ser vinculada a CGMOC/CGFIS, ficando, nesta nova estrutura, ligada diretamente à nova Diretoria do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programa Intersetoriais.

Estrutura, Função e Organização

A Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo tem como função principal analisar o Relatório Consolidado (RC), produto final advindo das visitas realizadas aos convênios pelas Equipes Colaboradoras (ECs). A partir disso, as informações e dados apresentados são organizados no instrumento supracitado, sendo, posteriormente, encaminhado à Coordenação Geral de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Programas e Projetos (CGFIS). Esta coordenação é responsável pela elaboração do Ofício de Recomendações enviado às entidades parceiras, dando seqüência ao processo administrativo e pedagógico interno da Secretaria.

Funções da CGAPA

- organizar e capacitar as Equipes Colaboradoras e Equipes de Analistas;
- organizar o processo de visitas (estratificação e logística);
- controlar o prazo de entrada dos Instrumentos de Coleta de Dados (AVIL), dos Relatórios Consolidados (RC), Relatórios Parciais de Visita (RPV) e Relatórios Extras de Visita (REV) referentes aos acompanhamentos realizados pelas ECs;
- analisar os instrumentos de acompanhamento e monitoramento dos convênios (AVIL, RC, RPV, REV);
- encaminhar os instrumentos RC, RPV e REV à Coordenação de Análise e Processamento de Relatórios (CAPRE);
- atualizar as Planilhas de Controle de Visitas na pasta corporativa do ME (CPEE);
- elaborar e aperfeiçoar os instrumentos avaliativos (AVIL e RC).

Na atual estrutura, a CGAPA passou a interagir positivamente com as demais coordenações da Secretaria, em destaque, a Coordenação Geral de Avaliação e Acompanhamento Operacional (CGAO), a Coordenação de Análise e Processamento de Relatórios (CAPRE) e a Coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico (CGDEP), desenvolvendo um fluxo sequencial de ações. Isto tem permitido maior rapidez no tratamento das informações obtidas pelas ECs durante as visitas e nos RCs, referentes às questões pedagógicas e administrativas dos convênios. Essa atuação integrada das coordenações da Secretaria favoreceu o cumprimento dos prazos estipulados, os quais a partir do término da realização do bloco de visitas pelas ECs foram determinados, e estão apresentados no Quadro 1:

Quadro 1: Prazo para finalização da análise do AVIL e Relatório Consolidado.

Coordenação	Equipe	Instrumento	Prazo
CGAPA	EC	AVIL – SIAPA	Até 5 dias após o término do bloco de visitas
CGAPA	EC	RC – SIAPA	Até 15 dias após o término do bloco de visitas
CGAPA	EA	RC – Análise	Até 5 dias úteis para despacho à CAPRE
CAPRE	EA	RC – Análise	Até 60 dias após o término das visitas

CGAPA: Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo

CAPRE: Coordenação de Análise e Processamento de Relatórios

EC: Equipe Colaboradora

EA: Equipe de Analistas

Na referida estrutura administrativa, destaca-se a evolução do processo de análise dos RCs pelas coordenações CGAPA e CAPRE. Desde a estrutura implantada no primeiro semestre de 2011, as diversas reuniões e sessões de treinamentos específicos entre as coordenações, proporcionaram a aquisição de mais conhecimento acerca do preenchimento e da análise dos instrumentos AVILs e RCs. Destaca-se a constante evolução dos avaliadores das ECs, qualificando cada vez mais a coleta de dados *in loco* e, como consequência, o aprimoramento e a qualidade dos RCs finalizados (Controle de RCs – Anexo 46), conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2: Cumprimento de prazos de liberação de RC no SIAPA.

Tipo de Relatório	No Prazo	Com atraso	Total
RC	130 (54,17%)	110 (45,83%)	240
RPV	17 (68%)	08 (32%)	25
REV	04 (100%)	00	04
Total	56,13%	43,87%	269

Esta evolução também foi observada no desenvolvimento das atividades das Equipes de Analistas da CGAPA e da CAPRE, evidenciando a qualificação das análises, a sistematização na interpretação das informações apresentadas nos instrumentos de coleta AVILs e RCs, a melhor interação e comunicação com as ECs, e por fim, a evidente aproximação entre as duas equipes de analistas, fato que tem auxiliado positivamente a compreensão de todo o processo que envolve o acompanhamento pedagógico e administrativo do PST.

Todas as alterações realizadas na estrutura administrativa e na capacitação dos recursos humanos envolvidos proporcionaram avanços significativos na tramitação dos instrumentos avaliativos como os RCs, RPs e REVs. E, desta forma, as recomendações puderam ser enviadas mais rapidamente aos convênios, apontando as questões administrativas e pedagógicas que pudessem ser resolvidas a tempo de aperfeiçoar as ações desenvolvidas pelos parceiros e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do atendimento aos beneficiados do PST, sendo este o principal objetivo do programa.

Acompanhamento dos convênios

Um dos fatores mais importantes do processo de acompanhamento administrativo e pedagógico dos convênios do PST foi o trabalho desenvolvido pelas Equipes Colaboradoras por meio da realização de visitas periódicas aos núcleos, momento em que os profissionais envolvidos avaliam o desenvolvimento e a organização administrativa que o núcleo oferece aos beneficiados, mediante a utilização de um instrumento de coleta de dados especificamente elaborado para a execução desta ação.

Desta forma, constatar a realidade do local onde o convênio realiza as suas ações, bem como as diversidades encontradas em cada região do Brasil onde o PST se desenvolve é de suma importância. Ademais, este tipo de acompanhamento permite a obtenção de dados e informações que consubstanciam o Ministério do Esporte e a Secretaria com a possibilidade de intervir no funcionamento adequado dos convênios quanto às ações pactuadas.

As visitas aos Núcleos acontecem a partir do momento em que haja pleno funcionamento das atividades. As Equipes Colaboradoras, ao manterem os contatos virtuais com os Convênios e nos eventos de capacitação, estabelecem espaços de comunicação e acordos de forma a potencializar os momentos de visitas. As análises dos Planos Pedagógicos dos Núcleos oferecem aos avaliadores uma prévia visualização das condições de oferta e desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, podem continuamente oferecer apoio pedagógico e administrativo de forma a contribuir com a qualidade das atividades que são desenvolvidas nos diversos núcleos.

Considerando a grande quantidade de núcleos existentes, torna-se impossível que todos sejam visitados durante o seu período de vigência, além da elevação do custo. Dessa forma, tendo em vista a intenção de trabalharmos com um processo amostral, determinou-se que todos os Convênios sejam avaliados e que, minimamente, 20% de seus núcleos recebam a visita dos avaliadores das Equipes Colaboradoras uma vez a cada semestre.

b.1) Acompanhamento dos Convênios Pendentes em 2010

Conforme descrito no Relatório de Gestão de 2010, 24 convênios ficaram pendentes de acompanhamento neste exercício. A programação estabelecia que tais entidades fossem acompanhadas no início de 2011. Dos 24 apresentados no Quadro 3, 23 convênios tiveram visitas a partir de fevereiro de 2011. Porém, 01 convênio (Instituto Cidade) não foi acompanhado, pois estava inativo no início do ano de 2011 (janeiro a abril), e, depois de findada a paralisação, o

acompanhamento a este convênio foi regularizado até finalizar a sua vigência. Todas as 23 visitas geraram Relatório Parcial de Visita, sendo utilizados para a estratificação e definição dos núcleos visitados os seguintes critérios:

- Convênios de 01 a 05 núcleos: **100%** dos núcleos visitados;
- Convênios de 6 a 10 núcleos: **50%** dos núcleos visitados;
- Convênios de 11 a 20 núcleos: **20%** dos núcleos visitados;
- Convênios de 21 ou mais núcleos: **10%** dos núcleos visitados.

Desta forma, estas visitas supriram uma demanda do ano anterior. À época, houve contingenciamento de recursos e período de Defeso Eleitoral ocorrido a partir de julho de 2010, fatores que exigiram da SNEED a tomada da decisão de postergar o processo de acompanhamento destes 24 convênios para o início do Ciclo Pedagógico de 2011, a partir da segunda quinzena de fevereiro. Com a realização dessas visitas no início de 2011, estes convênios passaram a ser acompanhados regularmente até o encerramento de suas vigências.

Quadro 3: 24 (vinte e quatro) convênios com prioridade de acompanhamento no início de 2011.

Nº	Convênios	Nº Convênio	Núcleos	Período da Visita	Núcleos Visitados	Percentual Núcleos Visitados
1	Comunidade Nova	724439/2009	50	27/02 a 18/03/11	05	10%
2	Consórcio Público Intermunicipal de Alto Uruguai - CIRAU	726118/2009	54	01 a 04/03/11	10	18,52%
3	Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí - FAMEPI	725057/2009	126	21/02 a 05/03/11	17	13,49%
4	Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt - FUNCAB	722576/2009	60	24/02 a 03/03/11	07	11,67%
5	Instituto Cidade	381/2007	30	Paralisado de Janeiro a Abril/2011		
6	Instituto de Cultura Ambiental - ICA	726112/2009	100	24/02 a 18/03/11	10	10%
7	Instituto Social Semear	726143/2009	20	28/02/11	04	20%
8	Liga de Artes Marciais da Região dos Lagos	726185/2009	36	16 a 18/02/11	11	30,56%
9	Prefeitura Municipal de Campo Alegre de Lourdes	722568/2009	8	28 e 29/03/11	04	50%
10	Prefeitura Municipal de Chácara	712606/2009	4	01 a 04/03/11	04	100%
11	Prefeitura Municipal de Congonhas	725463/2009	2	28/02 a 01/03/11	02	100%
12	Prefeitura Municipal de Cristais Paulista	722292/2009	4	02 e 03/03/11	04	100%
13	Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo	720303/2009	2	03/03/11	02	100%
14	Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin	720519/2009	4	24 e 25/02/11	02	50%
15	Prefeitura Municipal de Hortolândia	702369/2008	20	16 a 18/02/11	04	20%
16	Prefeitura Municipal de Patos de Minas	728975/2009	16	17/03/11	04	25%
17	Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal	723427/2009	12	19 e 20/04/11	04	33,33%
18	Prefeitura Municipal de Santana	726170/2009	20	31/03 e 01/04/11	04	20%
19	Prefeitura Municipal de Santo Ângelo	722281/2009	12	01 e 02/03/11	03	25%

20	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé	722566/2009	30	24 e 25/02/11	05	16,67%
21	Prefeitura Municipal de Serrana	722552/2009	4	25/02 a 01/03/11	04	100%
22	Prefeitura Municipal de Sobral	726117/2009	70	28/02 a 04/03/11	16	22,86%
23	Prefeitura Municipal de Tatuí	724748/2009	5	03 e 04/03/11	05	100%
24	Secretaria de Estado do Esporte e do Lazer de Sergipe	283/2007	50	01 e 02/03/11	05	10%

Equipes Colaboradoras (EC)

Conforme já apresentado, a composição de uma EC depende do número de convênios acompanhados, localização destes, quantitativo de núcleos, tipos de deslocamento para as visitas e outros aspectos minoritários. De acordo com estes critérios, no decorrer do ano de 2011, as ECs tiveram em seus quadros, aproximadamente, 133 profissionais (Composição das Equipes Colaboradoras – Anexo 47), que apresentaram as seguintes características acadêmicas:

- Doutores (28%);
- Mestres (39%);
- Especialistas (22%);
- Graduados (11%).

Nessa estrutura há a função de coordenador, vice-coordenador e avaliadores e todos possuem formação em Educação Física e/ou bacharelado em Esporte. A iniciativa de estimular profissionais destas áreas, vinculados a instituições de ensino superior, tanto docentes como acadêmicos de pós-graduação, a atuar em projeto social de tamanha relevância nacional é um dos fatores primordiais para a evolução do processo caracterizado como Acompanhamento Administrativo e Pedagógico do PST.

O conhecimento dos profissionais mencionados auxilia o pleno desenvolvimento e cumprimento das diretrizes do PST por meio de contatos frequentes com as entidades convenentes, fortalecendo a disseminação do conhecimento das questões pedagógicas aos recursos humanos dos convênios e parcerias, assegurando assim, um melhor atendimento às crianças e jovens vinculados ao programa. Estes contatos podem ser virtuais e/ou presenciais, sempre com o objetivo de capacitar os recursos humanos envolvidos e esclarecer quanto à execução das ações pactuadas nos Planos de Trabalho, além de fornecer todas as orientações para a boa execução das atividades pedagógicas desenvolvidas junto aos beneficiados.

Em 2011, o PST teve a participação de 19 (dezenove) Equipes Colaboradoras (Quadro 4) distribuídas em todo o Brasil, as quais tiveram a atribuição de acompanhar os convênios vigentes com Ordem de Início, mediante a organização e realização da capacitação dos coordenadores de núcleo, pedagógicos e setoriais, das visitas *in loco* e seus desdobramentos documentais, além de outras demandas pontuais solicitadas pela Secretaria, como a elaboração de materiais pedagógicos (vídeos, livros, cadernos pedagógicos).

Quadro 4: Distribuição das ECs em território nacional em 2011.

Nº	Equipe Colaboradora	Sede da Equipe/Instituição	Estados Acompanhados
1	01	Manaus/AM – UFAM	Acre, Amazonas

2	03	Natal/RN – UFRGN	Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas
3	05	Recife/PE – Faculdade Joaquim Nabuco	Pernambuco, Sergipe
4	06	Salvador/BA – UEFS	Bahia
5	07	Brasília/DF – UNB	Distrito Federal, Goiás, Tocantins
6	08	Cuiabá/MT – UFMT	Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Piauí
7	09	Goiânia/GO – UEG	Goiás, Mato Grosso do Sul
8	11	Rio de Janeiro/RJ – UFRJ	Rio de Janeiro, Espírito Santo
9	12	Belo Horizonte/MG – UFMG	Minas Gerais
10	13	Belo Horizonte/MG – IMES	Minas Gerais
11	14	Maringá/PR – UEM	São Paulo, Paraná
12	15	Londrina/PR – UEL	Paraná, São Paulo
13	17	Curitiba/PR – UFPR	Santa Catarina, Paraná
14	18	Pelotas/RS – UFPEL	Rio Grande do Sul
15	20	Sobral/CE – UE Vale do Acaraú	Ceará
16	21	Ribeirão Preto/SP – USP	São Paulo
17	22	São Paulo/SP – USP	São Paulo
18	23	São Luiz/MA – UFMA	Maranhão, Pará, Amapá
19	25	Rio de Janeiro/RJ – UFRJ	Rio de Janeiro

A interação, integração e atualização de fluxos e informações entre as ECs, Equipe Gestora do PST e Secretaria é uma constante no cotidiano de trabalho destas instâncias. Para isso, são utilizados recursos virtuais e presenciais. Em 2011, foram realizados três encontros presenciais entre os coordenadores e vices das ECs com a Equipe Gestora e coordenações da SNELIS, todos com o objetivo de apresentar novas orientações de funcionamento das atividades, potencialidades e fragilidades observadas no decorrer do processo. Além disso, receber sugestões e críticas acerca de tudo o que envolve o acompanhamento pedagógico e administrativo do PST, sob o ponto de vista dos membros das ECs, os quais realizam suas atividades juntos às entidades parceiras nos seus locais de origem. Nos Encontros, os principais assuntos em pauta foram os seguintes:

São Paulo/SP

Período: 15 e 16 de abril de 2011

- ✓ Processo de execução e logística para os diferentes modelos de Capacitação 2011;
- ✓ Evolução do processo de acompanhamento e apresentação das Potencialidades e Fragilidades do Relatório Consolidado, item por item;
- ✓ Características do acompanhamento aos diferentes tipos de convênio (urgentes, primeiras visitas e antigos);
- ✓ Cronograma de visitas para o primeiro semestre de 2011;
- ✓ Alteração no quantitativo de núcleos a serem acompanhados nos pequenos convênios (até 10 núcleos);
- ✓ Acompanhamento dos convênios com características nacionais;
- ✓ Orientações sobre a complementação e atualização das informações inseridas no Sistema de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (SIAPA);
- ✓ Apresentação do novo sistema de elaboração do Relatório Consolidado e Plano Pedagógico de Núcleo;
- ✓ Orientações de utilização do Sistema Informativo de Convênio (SIC);
- ✓ Mais Educação: Capacitação e visitas no primeiro semestre de 2011.

Belo Horizonte/MG

Período: 15 e 16 de setembro de 2011

- ✓ Apresentar a nova estrutura da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;
- ✓ Apresentar a nova Diretoria do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais;
- ✓ Apresentar a equipe de analistas da CACRE, favorecendo a integração com os coordenadores das ECs;
- ✓ Orientar a Equipe Colaboradora quanto ao preenchimento dos instrumentos AVIL e RC;
- ✓ Analisar os instrumentos AVIL e RC para suas reformulações;
- ✓ Acompanhar a situação dos Planejamentos Pedagógicos dos Núcleos (PPN) e orientar a sua aprovação pelas Equipes Colaboradoras;
- ✓ Apresentar o Sistema Telepresencial e suas possibilidades de uso no processo de Capacitação Pedagógica do Segundo Tempo no Programa Mais Educação;
- ✓ Compartilhar as experiências das ECs nas capacitações em vídeo e encaminhar as deliberações para futuras capacitações.

Destaca-se que das três reuniões realizadas, a que ocorreu em Belo Horizonte foi a que possibilitou um contato mais eficaz entre a equipe CACRE, atual CGAPA, e os coordenadores da EC. A promoção desse contato e interlocução entre as coordenações implicou em resultados mais efetivos sobre as questões pertinentes às alterações necessárias, procedimentos, dúvidas e esclarecimentos sobre as visitas aos núcleos e os instrumentos de avaliação. Desse modo, considera-se necessário incorporar neste documento as informações referentes a essa reunião, as quais seguem em anexo (Relatório Reunião de Belo Horizonte – Anexo 48).

Maringá/PR

Período: 19 a 21 de outubro de 2011

- ✓ Apresentação da Equipe Pedagógica sobre a situação e sistemática de avaliação dos Planejamentos Pedagógicos dos Convênios (PPC);
- ✓ Levantamento dos problemas advindos das análises dos PPNs pelos avaliadores das ECs;
- ✓ Apresentação de critérios básicos para os procedimentos de avaliação;
- ✓ Discussão sobre o sistema informatizado de PPNs – problemas observados e prospecção de avanços.

A realização destes encontros ressalta a importância de atualizar os procedimentos utilizados no PST. Por meio destas ações realizadas em conjunto, foi possível estabelecer estratégias para superar os problemas identificados no processo de acompanhamento e, assim, elaborar novos mecanismos que possam solucioná-los rapidamente, os quais não aconteceriam sem a participação de todos os envolvidos. Como resultado final de cada um dos encontros realizados, houve sempre o aprimoramento das ações entre as ECs e todas as coordenações da Secretaria.

As atividades desenvolvidas pelas ECs, Equipe Gestora e Coordenações da Secretaria formam a base para o sucesso do acompanhamento do PST, embora, em alguns momentos deste ano, foram necessárias correções de estratégia na execução das ações, sem interrupção das atividades já existentes, o que é extremamente trabalhoso, mas pelos resultados obtidos, ficou demonstrada a força com que o grupo se dedicou a este processo, apresentando um estágio profissional relevante, o que tem contribuído para a evolução e o engrandecimento do PST.

b.2) Acompanhamento Regular 2011 - Visitas aos Convênios

As diretrizes do PST preconizam que todos os convênios e parcerias devem ser visitados pelas Equipes Colaboradoras durante os seus períodos de vigência. Diante disso, muitos esforços têm sido realizados no sentido de cumprir esta diretriz. Frequentes ajustes foram feitos para adequar

os fluxos específicos deste processo, o que envolveu as estruturas da SNEELIS, das ECs e da parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Considerando o quantitativo de núcleos de cada convênio, a partir de 2011, o percentual de núcleos visitados foi assim determinado:

- Convênios de 01 a 05 núcleos: **100%** dos núcleos devem ser visitados;
- Convênios de 06 a 10 núcleos: **50%** dos núcleos devem ser visitados;
- Convênios de 11 ou mais núcleos: **20%** dos núcleos devem ser visitados.

Esta medida serviu para otimizar as visitas aos pequenos convênios (de 1 a 10 núcleos) mantendo assim, uma amostra representativa, pois para os demais o percentual permaneceu o mesmo dos anos anteriores

A partir da definição do número de núcleos a serem visitados em cada convênio, inicia-se o processo de estratificação, sob a coordenação da CGAPA, da amostra a ser acompanhada, considerando os seguintes critérios:

- a) de acordo com a localização: núcleos em regiões centrais, periféricas, zonas rurais e zonas urbanas;
- b) núcleos em escolas e fora das escolas;
- c) núcleos que atendem faixas etárias diferenciadas.

A utilização deste critério possibilita analisar o convênio como um todo, permitindo assim, uma aproximação da visão real do seu funcionamento, e com isso, evitando emitir considerações inadequadas e advindas de uma amostra composta de núcleos com uma mesma característica.

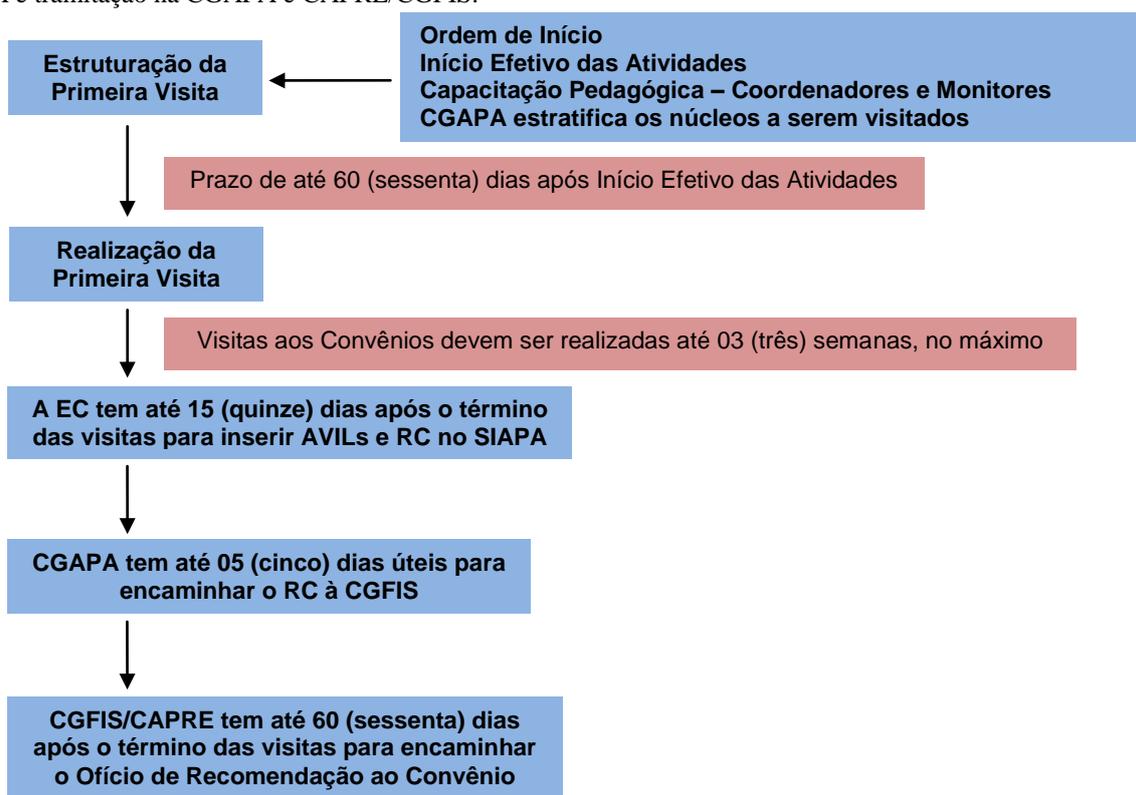
Sob essa perspectiva, destaca-se que, no ano de 2011, foram acompanhados 145 convênios, gerando um total de 269 visitas e 1980 núcleos visitados. Das 269 visitas realizadas (Controle de Visitas aos Convênios – Anexo 49), apenas 15 não seguiram o critério supracitado. Destes:

- 07 (sete) visitas seguiram regra diferenciada e resultaram na elaboração do Relatório Parcial de Visita (convênios com acompanhamento especial em 2011);
- 05 (cinco) apresentaram falta de funcionamento em núcleos estratificados para a visita;
- 02 (duas) visitas foram prejudicadas devido a problemas mecânicos nos automóveis locados para as ECs;
- 01 (uma) seguiu a recomendação de visitar pelo menos 01 núcleo de cada município, visto que o convênio distribui os seus núcleos por todo o Estado, sendo caracterizada como visita extra, em consequência da Força Tarefa 2011 das parcerias com as Organizações Não Governamentais (ONG).

As visitas aos convênios foram realizadas no decorrer dos dois ciclos pedagógicos anuais, sendo o primeiro de Janeiro a Junho e o segundo de Julho a Dezembro.

Para tal e de acordo com a vigência do convênio, é feito um planejamento com base nas datas de expedição da Ordem de Início (OI) e do Início Efetivo das Atividades (IEA) junto aos beneficiados. A utilização destas datas foi fundamental para a organização do processo de acompanhamento pedagógico e administrativo das entidades convenentes que tiveram as atividades iniciadas em 2011. Assim, foram estabelecidos os critérios para a realização das primeiras visitas, prazos para a finalização dos respectivos AVILs e RCs no SIAPA, e prazos para a tramitação destes documentos na CGAPA e CAPRE/CGFIS conforme apresentados na Figura 1.

Figura 1: Critérios para a realização das primeiras visitas aos convênios e prazos de finalização dos documentos no SIAPA e tramitação na CGAPA e CAPRE/CGFIS.



Para melhor estruturar as primeiras etapas do acompanhamento pedagógico e administrativo do PST aos convênios, os primeiros 60 (sessenta) dias após a definição do Início Efetivo das Atividades foram distribuídos de acordo com as seguintes orientações:

- Primeiros 20 dias: Dedicados a estruturação do convênio;
- De 20 a 40 dias: Realização da Capacitação de Coordenadores de Núcleo, Setoriais e Pedagógicos (podendo incluir os monitores – dependendo do tipo de Capacitação utilizado) e finalização dos PPNs no SIAPA;
- De 40 a 60 dias: Realização da primeira visita ao convênio.

A segunda e demais visitas aos convênios foram realizadas no decorrer dos ciclos pedagógicos e respeitando um intervalo de 120 (cento e vinte) dias, além de considerar o período de vigência de cada convênio. Ressalta-se que esta periodicidade passou a ser utilizada a partir de setembro de 2011, pois, anteriormente, as visitas poderiam ser feitas em intervalos de tempo maior, embora dentro dos ciclos pedagógicos. Porém, este longo período entre as visitas não proporcionava regularidade no acompanhamento.

Desta forma, com este novo critério, as visitas passaram a ser mais frequentes e o fluxo “**Visitas pelas ECs – Atendimento as recomendações pelos convênios – Novas visitas pelas ECs**” tem promovido maior agilidade no trato das informações referentes ao funcionamento dos convênios. Assim, a maior periodicidade das visitas permitiu que o acompanhamento fosse mais frequente e a presença das ECs no local de desenvolvimento das atividades promoveu maior interação com os parceiros, o que resulta positivamente na execução dos convênios administrativa e pedagogicamente.

Em todas as visitas (primeira ou demais) foi recomendado às ECs quando do acompanhamento aos convênios, avaliassem detalhadamente as condições dos espaços físicos, segurança, público-alvo, tipos de deslocamento para o núcleo pelos beneficiados e condições básicas dos locais de fornecimento do reforço alimentar. Estas informações são fundamentais para a emissão das recomendações aos convenentes, no qual estão classificadas as constatações verificadas (grave, inconsistência, sugestões de aprimoramento) sempre dividindo as questões entre administrativas e pedagógicas. Assim, nas visitas subsequentes, as ECs verificam as pendências identificadas na visita anterior bem como o cumprimento das recomendações e atestam se houve ou não evolução na execução das ações do convênio.

A programação de visitas aos convênios é feita semestralmente pela Equipe Gestora/CGAPA e as ECs recebem com antecedência as datas previstas de acordo com os critérios apresentados anteriormente. De posse destas informações, as ECs, após o recebimento da estratificação dos núcleos a serem visitados, iniciam a organização da visita, verificando se os Planejamentos Pedagógicos de Núcleo do convênio estão aprovados no SIAPA (esta uma tarefa da EC), qual a distribuição da grade horária dos núcleos estratificados, como é a distribuição das turmas nos períodos de funcionamento do convênio, e desta forma distribui entre os seus membros os locais a serem visitados. A seguir, o formulário de solicitação de visitas é enviado à Equipe Gestora/CGAPA devidamente preenchido (nome do avaliador(es), local do núcleo, nome dos núcleos, número de turmas, dias de visita, logística de deslocamento) no prazo de até 15 dias que antecedem a realização das visitas, para a organização da logística (emissão de passagens, diárias, locação de veículos) pela Equipe da UFRGS. As ECs realizam as visitas somente após a análise e aprovação da Equipe Gestora/CGAPA.

Instrumentos de Coleta de Dados e Relatórios

Após a finalização das visitas, os avaliadores, em conjunto com o coordenador e/ou vice-coordenador de EC, revisam e validam os instrumentos de coleta de dados, denominados de Avaliação *in loco* (AVIL), de cada núcleo visitado. A partir desta ação, compete ao coordenador e/ou vice-coordenador de EC elaborar o relatório referente a cada convênio, no qual são descritos os dados coletados nos núcleos estratificados e que representam o nível de execução das ações operacionais e pedagógicas do convênio no momento da visita. De acordo com o processo descrito, durante o exercício de 2011, as ECs utilizaram instrumentos que foram denominados de 1ª e 2ª geração, RPVs e REVs. O Quadro 5 apresenta o número de convênios visitados e respectivos tipos de relatório.

Quadro 5: Quantitativo de convênios visitados e relatórios finalizados.

EC	Convênios Visitados	Visitas Realizadas	Núcleos Visitados	RC 1ª Geração SIAPA	RC 2ª Geração SIAPA	RC 2ª Geração Word	RPV Word	REV Word
1	1	1	24	1	0	0	0	0
3	8	10	93	4	6	0	0	0
5	3	7	93	4	2	0	1	0
6	13	26	157	4	18	1	3	0
7	5	7	60	4	1	2	0	0
8	6	10	84	4	5	0	1	0
9	2	3	19	0	3	0	0	0
11	14	28	193	5	18	1	3	1
12	13	24	223	3	18	0	3	0
13	16	29	152	5	22	1	1	0
14	8	12	158	1	8	1	1	1
15	5	7	69	4	0	1	1	1

17	5	6	75	3	2	0	0	1
18	15	34	160	0	29	2	3	0
20	7	12	129	1	11	0	0	0
21	10	23	91	0	20	0	3	0
22	9	20	108	0	19	0	1	0
23	1	2	8	0	1	0	1	0
25	4	8	84	0	5	0	3	0
Soma	145	269	1980	43	188	9	25	4
TOTAL DE RELATÓRIOS				269				

Instrumentos 1ª Geração (AVIL e RC)

Nesse tipo de instrumento, os relatos são mais discursivos, com análises gerais e sucintas dos aspectos observados nas visitas aos convênios, como identificação visual, implantação, implementação, infra-estrutura, planejamento e desenvolvimento das atividades, público alvo, recursos humanos, capacitação, reforço alimentar, uniformes, materiais e cadastramento.

Os dados inseridos na AVIL (AVIL 1ª Geração – Anexo 50) não são migrados automaticamente para o Relatório Consolidado (RC 1ª Geração – Anexo 51) e não possuem diálogo com os demais sistemas de registro de dados das entidades parceiras, dificultando a análise da realidade do convênio. No entanto, foi necessário manter esse formato de avaliação com determinados convênios, em decorrência da inviabilidade de transformá-los em 2ª geração. Isso ocorreu devido à data de autorização para início das atividades (Ordem de Início) ser anterior a utilização do novo sistema.

Instrumentos 2ª Geração (AVIL e RC)

Nesse modelo de instrumentos, os dados coletados nas visitas e preenchidos nas AVILs (AVIL 2ª Geração – Anexo 52) migram, automaticamente, para o RC de 2ª geração (Anexo 53), possibilitando a otimização do fluxo das informações obtidas e proporcionando quantificação e qualificação das informações. Estas são estruturadas no relatório em formato de quadros, permitindo uma análise e compreensão mais pontual de cada núcleo visitado. Destaca-se que é imprescindível que os PPNs estejam aprovados pelas ECs e CGDEP, para, conseqüentemente, possibilitar a inserção da AVIL e RC no SIAPA, respectivamente.

Em alguns casos, os convênios não conseguiram finalizar os PPNs nos prazos estabelecidos pela Secretaria, resultando, portanto, na impossibilidade de gerar a AVIL e o RC de 2ª geração. Diante disso, para não impactar os prazos estabelecidos para expedição do Ofício de Recomendações, a CGAPA optou pela utilização do RC no formato “Word”, o qual tem a mesma estrutura do sistema, porém não possui migração de dados AVIL-RC, nem inserção no SIAPA.

Relatório Parcial de Visita (RPV)

O RPV (Anexo 54) é um instrumento em “Word” que possui formato resumido do RC de 1ª geração, que descreve pontos referentes à identificação visual, implantação e implementação dos núcleos, infra-estrutura, presença e atuação dos recursos humanos, reforço alimentar, número de beneficiados presentes, planejamento pedagógico do núcleo, atendimento à proposta pedagógica do PST, materiais e uniformes.

Tal instrumento foi utilizado para consolidar as informações decorrentes do acompanhamento aos 24 convênios não visitados no ano de 2010. Como mencionado

anteriormente, apenas 01 convênio não seguiu a condição inicialmente estabelecida, pois suas atividades estavam paralisadas.

Além desses RPVs, houve mais 02 relatórios nesse formato, um referente à visita ao convênio da Prefeitura Municipal de Montes Claros (725598/2009) no mês de março e outro ao convênio Paraná Esporte (217/2007) no mês de dezembro. O primeiro foi devido a não finalização dos PPNs no SIAPA, impossibilitando o preenchimento dos instrumentos no sistema. O segundo pela inatividade momentânea da maioria dos núcleos estratificados para a visita.

Relatório Extra de Visita (REV)

O REV possui o mesmo formato do RPV, e o que difere os dois é o motivo do acompanhamento, sendo o Relatório Extra utilizado em situações extraordinárias, como foi o caso da Força Tarefa 2011, referente às parcerias com as ONGs.

Reformulação dos instrumentos

A partir das análises dos relatórios, a CGAPA, em conjunto com as ECs, nas reuniões de São Paulo, Belo Horizonte e Maringá e via comunicação eletrônica e telefônica, percebeu algumas fragilidades no processo de migração de informações AVIL-RC, as quais prejudicavam a visão real do funcionamento dos convênios.

Desse modo, assim como em 2010, percebeu-se a necessidade de aprimorar os instrumentos de 2ª geração, surgindo em 2011 os de 3ª geração. A nova estrutura seguirá o mesmo procedimento anterior (PPN-AVIL-RC), diferenciando-se, porém, na reformulação dos conteúdos das questões, fato que possibilita o equilíbrio administrativo e pedagógico das análises das visitas aos convênios. Ressalta-se que a previsão da implementação dos novos instrumentos é para abril de 2012, já em fase experimental pela CGAPA.

Principais Resultados

Considerando todas as ações realizadas e etapas desenvolvidas em 2011 para aprimorar o acompanhamento pedagógico e administrativo do PST, foi possível identificar potencialidades e fragilidades do processo. Estes referenciais fundamentam a constante avaliação das atividades da CGAPA e sua relação com as demais coordenações da Secretaria envolvidas, e assim, proporcionam condições direcionadas ao aperfeiçoamento dos fluxos utilizados continuamente.

Fragilidades

Plataforma informatizada: Mesmo com os avanços observados, o sistema de migração de dados entre os diferentes documentos ainda não foi suficiente para tratar as informações adequadamente.

Organização do acompanhamento: O sistema informatizado não permite alterações no conteúdo dos PPNs aprovados, o que impede a obtenção de dados atualizados dos núcleos estratificados para as visitas.

Prazo para lançamento dos instrumentos no SIAPA: Não cumprimento integral dos prazos para a entrega dos relatórios pelas ECs e, conseqüentemente, dos despachos internos.

Conteúdos dos relatórios: Contradições e falta de informações precisas e padronizadas, considerando a realidade de cada convênio, nos instrumentos de avaliação preenchidos pelas ECs.

Potencialidades

Visitas *in loco*: Todos os convênios em atividade foram visitados seguindo a programação estabelecida para os dois ciclos pedagógicos anuais.

Utilização da AVIL e Relatório Consolidado de 2ª Geração: As informações obtidas durante as visitas foram mais qualificadas, o que facilitou os procedimentos de análise e permitiu identificar as características de funcionamento dos convênios mais detalhadamente.

Tramitação dos diferentes tipos de relatório de visitas: Com os prazos devidamente estabelecidos, as ECs foram mais eficientes e com isso, proporcionou o encaminhamento mais ágil dos relatórios por parte da CGAPA para a CGFIS.

Equipes Colaboradoras: Melhor (maior) compreensão do processo de acompanhamento pedagógico e administrativo como um todo, permitindo analisar os convênios sob os diferentes aspectos de funcionamento, proporcionando a emissão dos pareceres requeridos pelos relatórios de forma mais consistente.

Plataforma informatizada: A criação do sistema que permitiu a migração de informações advindas dos PPC, PPN, AVIL e SIC na elaboração do Relatório Consolidado caracterizado como de 2ª Geração.

Relatórios: Análise mais padronizada e crítica dos conteúdos abordados nos relatórios pelos analistas da CGAPA.

c) Fiscalização de Convênios

Conforme já registrado, além do acompanhamento sistemático realizado pelas Equipes Colaboradoras, os convênios também são fiscalizados por técnicos da Secretaria, cabendo relatar como se deu a fiscalização no ano de 2011.

Preliminarmente, cumpre informar que embora tenha sido decidido, a partir do segundo semestre de 2010 (informado no TCA 2010 e tratado na CGAO), que o primeiro acompanhamento da Equipe Colaboradora seria realizado em conjunto com o Técnico responsável pelo convênio, não foi possível o efetivo cumprimento em virtude do contingenciamento orçamentário e da sobrecarga de serviço da área técnica.

Diante desse contexto, a gestão entendeu que era de suma relevância qualificar essa ação, inclusive considerando a regular dificuldade da área técnica em conciliar as atribuições de rotina, além da limitação qualitativa para realizar vistorias.

Nessa perspectiva, no 2º semestre de 2011 a gestão decidiu pela constituição de uma nova coordenação – denominada **Coordenação de Fiscalização – COFISC** vinculada à Coordenação Geral de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Programas e Projetos – CGFIS, de forma a assegurar que fossem realizadas todas as vistorias necessárias no Programa Segundo Tempo, no sentido de complementar o acompanhamento sistemático já realizado pelas Equipes Colaboradoras.

Assim, foram designados 02 técnicos do quadro deste Ministério para compor a equipe técnica da **COFISC**, com a atribuição específica de realizar vistorias em casos específicos e de forma mais ágil, especialmente quando da ocorrência de fatos que demandam uma averiguação mais contundente das condições da execução, a exemplo de denúncia de natureza grave.

Embora tais servidores já tenham bastante experiência no acompanhamento dos convênios celebrados no âmbito do Programa Segundo Tempo, ainda será necessário um investimento de capacitação, com vistas ao desenvolvimento de expertise para fiscalização.

Para tanto, foram estabelecidos fluxos dividindo as competências de trabalho entre a Equipe Colaboradora, Técnicos da CGAO e Técnicos da COFISC.

Além do mais, a CGFIS revisou os instrumentos de trabalho e prestou orientações à Equipe da COFISC para a adequada condução mister, direcionando para o respectivo foco.

Ressalte-se que ainda no 2º Semestre a Equipe Técnica da COFISC atendeu a todas as solicitações de vistorias demandadas pela CADEN referentes às denúncias e pela CAPRE para confirmação do atendimento de Recomendações geradas a partir de Relatórios de Visita, além de ter colaborado significativamente nas fiscalizações realizadas no final do exercício, para avaliação dos convênios em execução do Programa Segundo Tempo, por força do Decreto nº 7.592/2011.

Entende-se que tal iniciativa também veio ao encontro da recomendação apresentada pela CGU no Relatório de Auditoria nº 201108586 (no item 4.3), uma vez que foram disponibilizados recursos para aprimorar o fluxo do acompanhamento da execução dos Programas sob a gestão da Secretaria.

Por fim, cumpre registrar que em 2012 caberá também à COFISC atender as demandas de vistorias dos outros programas incorporados à Secretaria (PELC e Pintando a Liberdade/Cidadania), o que demandará a integração entre as áreas técnicas e o aprofundamento sobre as Diretrizes de cada Programa.

Descrição dos Procedimentos Internos:

Compete à COFISC/CGFIS o cumprimento dos seguintes procedimentos:

- Planejar vistorias conforme solicitações das áreas e critérios pré-estabelecidos;
- Realizar vistorias nos prazos estabelecidos;
- Elaborar Relatório no prazo máximo de **10 dias**, considerando os elementos do processo;
- Encaminhar o relatório para a área demandante para adoção das providências cabíveis (a exemplo da análise de denúncias, encaminhamento de recomendações à entidade), e posterior juntada ao processo pela CGAO.

Balanço:

Em decorrência do trabalho realizado pela COFISC/CGFIS, no final do 2º Semestre de 2011, tem-se o seguinte balanço (Planilha “Vistorias Realizadas – COFISC 2011” – Anexo 55):

- Realização de Vistorias em 07 convênios, totalizando 53 núcleos vistoriados;
- Expedição de 07 Relatórios de Vistoria.

Fragilidades

- **Contingenciamento Orçamentário:** A limitação orçamentária para “passagens e diárias” limitou o número de vistorias no final do exercício de 2011, tendo inclusive gerado atraso na liberação de recursos relativos a fiscalizações já realizadas;

- **Descumprimento das Diretrizes pela entidade parceira:** Mesmo com as vistorias e as orientações repassadas às entidades convenientes, muitas não superam os problemas identificados, sendo constatada a permanência das impropriedades/irregularidades identificadas que afrontam as Diretrizes do Programa;
- **Ausência de expertise:** Embora a área técnica seja composta por servidores do quadro deste Ministério, e já tenha bastante experiência no acompanhamento dos convênios celebrados no âmbito do Programa Segundo Tempo, ainda terá que se apropriar sobre as Diretrizes dos outros programas incorporados à Secretaria (PELC e Pintando a Liberdade/Cidadania), além de não possuir expertise para apurar denúncias de natureza grave, a exemplo de fraudes em processos licitatórios que vêm sendo alvo de diversas mídias;

Resultados obtidos em 2011

- **Disponibilidade/celeridade para apuração de fatos relevantes:** No segundo semestre de 2011, a COFISC atendeu às demandas de vistorias solicitadas pela CADEN (consideradas de grande relevância para apuração de denúncias) e pela CAPRE (para confirmação da situação do atendimento das recomendações proferidas no último relatório de visita), emitindo relatórios específicos em tempo hábil;
- **Utilização dos elementos do acompanhamento:** os indicativos extraídos dos acompanhamentos realizados durante toda a vigência do convênio, associados aos outros mecanismos de controle, têm servido para subsidiar a tomada de decisões, inclusive sobre a Prestação de Contas, a renovação ou não da parceria, ou ainda a sua renovação mediante a redução de meta de beneficiados.

Perspectivas para 2012

- Garantir recursos orçamentários e financeiros para o atendimento de todas as vistorias indicadas pelas áreas da Secretaria;
- Atendimento das demandas de vistorias de todos os programas sob a gestão da Secretaria, em tempo hábil, de forma a fortalecer o controle em casos específicos e subsidiar a tomada de decisões;
- Desenvolvimento de expertise visando à qualificação da apuração de fatos graves e solução de problemas.

d) Processamento dos Relatórios de Visita e Vistoria

Preliminarmente, é mister ressaltar que a Sistemática de Acompanhamento, Monitoramento e Controle implementada no Programa Segundo Tempo, a partir de 2010 envolve a **Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo – CGAPA** (unidade responsável pela coordenação das Equipes Colaboradoras, planejamento e monitoramento das visitas realizadas, recebimento e revisão dos Relatórios de Visitas), a **Assessoria do DEEIC – ASSED** (unidade responsável pelo processamento dos Relatórios de Visita) que passou a constituir a **Coordenação Geral de Monitoramento e Controle – CGMOC** e a **Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional – CGAO** (unidade responsável pelo acompanhamento processual dos convênios).

No 1º Semestre de 2011 foi mantida a atribuição da **ASSED** – posteriormente denominada **CGMOC** - de analisar os conteúdos dos Relatórios Consolidados de Visita e Vistoria, no sentido de possibilitar uma avaliação mais célere e abrangente das condições da execução nas dimensões pedagógica/administrativa/operacional.

Importante resgatar que o desafio desta unidade para o ano de 2011 era superar as fragilidades indicadas no TCA 2010 (pág. 130), principalmente a fragilidade do lapso temporal entre a visita/vistoria e o retorno das recomendações à entidade parceira.

Portanto, em 2011 o trabalho esteve voltado em dar celeridade aos trâmites administrativos, integrar as informações e possibilitar um conhecimento mais amplo sobre as reais condições da execução dos convênios.

Até então, ao avaliar o conteúdo de cada Relatório, a Assessoria do DEEIC continuou registrando as problemáticas identificadas em Instrumento de Avaliação específico (modelo apresentado no TCA de 2010), e, ao final, apresentando proposta de Despacho à Diretoria, sugerindo as recomendações a serem proferidas, permanecendo sob a responsabilidade da CGAO/SNEED a expedição do ofício de notificação para a entidade Convenente.

Entretanto, a partir de Abril/2011 foi estabelecido que o procedimento de expedição dos ofícios de recomendações seria transferido da CGAO para ASSED, com vistas ao aprimoramento do fluxo, de forma a promover maior celeridade entre a data da visita e o recebimento das recomendações pela entidade.

Outra mudança significativa foi implantada a partir do referido mês, quando foi estabelecida a responsabilidade da ASSED, logo após o recebimento do Relatório de Visita da CGAPA, de encaminhar preliminarmente, à entidade parceira, Ofício com cópia do Relatório de Visita, de forma a assegurar o seu rápido conhecimento sobre as constatações da Equipe Colaboradora e oportunizar a adoção imediata das medidas corretivas cabíveis. Para tanto, a ASSED padronizou o modelo de ofício (Ofício encaminhamento preliminar Relatório de Visita - Anexo 56).

Embora tenha sido ponderado que a versão preliminar do Relatório ainda poderia sofrer ajustes após a análise técnica, já que essa também é feita com base nos elementos processuais, os quais podem revelar ajustes/decisões nas condições pactuadas que altera a avaliação da Equipe Colaboradora, a gestão achou mais prudente o envio imediato.

Nessa perspectiva, a entidade não mais ficou condicionada ao recebimento das recomendações do Ministério para superar as fragilidades identificadas na execução, devendo intervir nos núcleos por iniciativa própria, podendo as ações serem complementadas *a posteriori*.

Desta forma, tendo em vista que o próprio técnico da ASSED passou a elaborar o ofício de recomendações logo após o processamento do Relatório em instrumento específico, foi avaliado que era prescindível a emissão do Despacho preliminar, vindo ao encontro do direcionamento da gestão quanto à agilização do fluxo.

Outra iniciativa que merece destaque foi a construção do Banco de Recomendações, onde foram agrupados os problemas identificados com maior frequência nos Relatórios de Visitas e indicadas/padronizadas as recomendações cabíveis. Entende-se que o Banco de Recomendações serviu como uma ferramenta de grande importância para dar celeridade e uniformidade a este processo.

Ainda em Abril/2011, com vistas ao aprimoramento da sistemática, a gestão fez grande esforço para ampliar o corpo técnico (passando inicialmente de 01 para 05 técnicos) e para qualificar toda a equipe (tendo promovido 01 capacitação interna e 01 externa).

A capacitação interna foi realizada no início de Abril/2011 e objetivou orientar o corpo

técnico, especialmente os novos contratados, sobre o procedimento estabelecido para o processamento dos Relatórios de Visita e Vistoria, bem como sobre a operacionalização dos sistemas e ferramentas disponíveis.

Já a capacitação externa foi realizada no final de Abril/2011 e teve como participantes os técnicos da ASSED e da CGAO, objetivando a aplicação/validação do novo Relatório de Fiscalização desenvolvido pela ASSED, que foi estruturado com o foco principal de distinguir os aspectos administrativos a serem averiguados pelo Técnico do Ministério durante a fiscalização, que não eram contemplados na Coleta de Dados das Equipes Colaboradoras nas Visitas, assim ampliando o universo do controle (Novo Relatório de Fiscalização - Anexo 57).

Com efeito, as capacitações citadas possibilitaram uma melhor compreensão sobre a dinâmica do acompanhamento e a orientação sobre os objetivos e uso dos elementos extraídos do acompanhamento “in loco”.

Cumprir registrar que a partir dos registros da Controladoria Geral da União no Relatório Preliminar de Auditoria nº 201108586, no qual foi recomendada a necessidade da redução do lapso temporal entre a realização da visita e o envio de recomendações à entidade, a SNEED apresentou resposta por meio do Ofício 1880/GABIN/SNEED/ME, de 14/07/2011, comprovando a redução já obtida no 1º trimestre/2011 e assumindo o compromisso de finalizar o processo no prazo máximo de 60 dias, a partir daquela data.

Para tanto, a ASSED desenvolveu e passou a alimentar uma Planilha em conjunto com outras Coordenações da SNEED, com todos os convênios em vigência, integrando os procedimentos realizados conforme a nova sistemática de acompanhamento e controle, permitindo demonstrar todas as etapas do acompanhamento pedagógico na linha do tempo da execução conforme as Diretrizes estabelecidas (Planilha Acompanhamento dos Convênios e Termos de Cooperação PST / Vigentes 2011 -Anexo 58).

Descrição dos Procedimentos Internos:

Com base na experiência do exercício anterior e considerando a necessidade de aprimorar os fluxos para dar maior efetividade ao acompanhamento, mediante a redução do tempo entre a realização das visitas e o retorno das recomendações à entidade parceira, ainda no 1º Semestre/2011 foram estabelecidos os seguintes procedimentos para a ASSED:

- Monitorar a execução do planejamento das visitas, fazendo gestão para o recebimento dos relatórios dentro dos prazos estabelecidos para a EC e CGAPA (que totalizam **30 dias**, contados a partir da data do término da visita);
- Se necessário, solicitar à CGAPA revisão de textos dos Relatórios Consolidado, para assegurar a qualidade no respectivo teor;
- Encaminhar preliminarmente às entidades parceiras Ofício com cópia do Relatório de Visita (no prazo máximo de **45 dias**, contados a partir da data do término da visita), para ciência do inteiro teor e imediata adoção das medidas corretivas cabíveis;
- Avaliar o conteúdo dos Relatórios de Visita e Vistoria recebidos, registrando em instrumento específico os aspectos positivos, negativos e que cabem aprimoramento;
- Confrontar as constatações dos Relatórios de Visita e Vistoria frente aos elementos processuais, de forma a identificar documentos ou decisões que podem alterar as condições inicialmente pactuadas ou a avaliação do contexto observado durante o acompanhamento, assegurando assim a pertinência das recomendações proferidas;

- Elaborar Ofício à entidade parceira (cumprindo o prazo máximo de **60 dias**, no caso de Relatório de Visita, contados a partir da data do término do acompanhamento), dando retorno à entidade em tempo hábil/durante o Ciclo Pedagógico sobre as problemáticas identificadas na execução do projeto e encaminhando as recomendações/sugestões necessárias para o saneamento ou aprimoramento das ações pactuadas;
- Monitorar a resposta da entidade no prazo assinalado (**15 dias** após o recebimento do ofício, no caso de Relatório de Visita);
- Reiterar o Ofício de Recomendações, em caso de descumprimento do prazo assinalado;
- Em caso de ausência de resposta, avaliar a necessidade de realização de visita extraordinária ou de vistoria;
- Processar as respostas apresentadas pela entidade, de forma a avaliar o contexto durante todas as fases da execução e o atendimento das recomendações. As respostas são analisadas considerando as visitas realizadas posteriormente, de forma a confrontar as informações enviadas pela entidade com a realidade verificada no momento seguinte.

Balanço

Em decorrência do trabalho realizado pela Assessoria do DEEIC (denominada temporariamente de CGMOC) no processamento dos dados extraídos dos Relatórios de Visita e Vistoria, até **julho de 2011** foram acompanhados pelas Equipes Colaboradoras **82** convênios (Planilha de Visitas e Vistorias realizadas – SNEED – Anexo 59), tendo a ASSED avaliado o conteúdo de **48 Relatórios de Visita** e **05 Relatórios de Vistoria**, gerando **72 Ofícios de recomendações** (Planilha Ofícios Expedidos – SNEED – Anexo 60).

Destaque-se que ocorreram processamentos integrados de Relatórios de Visita e/ou Vistoria, além de terem sido expedidos 23 ofícios no início de 2011, referentes às visitas/vistorias realizadas no final do 2º Semestre de 2010.

Resultados Alcançados

✓ **Aprimoramento na estruturação e nos conteúdos dos Relatórios:** Com base nas avaliações realizadas em 2011, foi aprimorada a integração da área técnica da ASSED com a área técnica da CGAPA e Equipes Colaboradoras, possibilitando a troca de experiência e a identificação de problemas recorrentes a serem considerados durante o procedimento de visita e na construção/revisão dos Relatórios, o que resultou na qualificação dos Relatórios e alteração dos instrumentos nos sistemas;

✓ **Qualificação do atendimento promovido:** ao identificar os problemas na execução, a entidade recebe orientações da SNEED, no sentido da superação/regularização dos problemas identificados a partir das constatações da EC e do aprimoramento da execução das ações implementadas;

✓ **Redução do lapso temporal:** O tempo entre o recebimento do Relatório de Visita e a expedição do ofício de recomendações a ser enviado para a entidade foi sendo reduzido ao longo do 1º Semestre/2011 (média de 62,02 dias), tendo sido regularizado a partir de Julho/2011, em

atendimento integral do compromisso assumido junto à CGU (Planilha Acompanhamento dos Convênios e Termos de Cooperação PST / Vigentes 2011 – Anexo 58).

A partir de julho de 2011, com a estruturação da nova Secretaria e em função das fragilidades do acompanhamento, foi constituída a **Coordenação Geral de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Programas e Projetos - CGFIS**, assumindo as funções da antiga ASSED, denominada temporariamente de CGMOC, com a missão de avaliar de forma mais abrangente as condições da execução dos convênios do Programa Segundo Tempo, indicar as medidas corretivas a serem adotadas pela entidade parceira e subsidiar a tomada de decisões pela gestão.

A CGFIS foi estruturada mediante a criação de 03 sub-coordenações: Coordenação de Análise Processamento de Relatórios – CAPRE, Coordenação de Análise de Denúncias – CADEN e Coordenação de Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle – CADOC.

Nesse contexto, a partir de Julho/2011 a responsabilidade da análise dos conteúdos dos Relatórios Consolidados de Visita e de Vistoria passou da ASSED para a **Coordenação de Análise Processamento de Relatórios – CAPRE**, com vistas a garantir o melhor aproveitamento das informações extraídas dos referidos Relatórios, inclusive no sentido de minimizar ainda mais o lapso temporal entre a sua realização e o encaminhamento de recomendações à entidade parceira.

Tal decisão veio ao encontro da avaliação da Controladoria Geral da União, que reconheceu os avanços na sistemática de acompanhamento, por meio do Relatório de Auditoria nº 201108586 (relativo à avaliação das contas do exercício de 2010), apresentado através do Ofício nº 21.135/2011/DRTES/DR/SFC/CGU-PR, datado de 29/07/2011, proferindo apenas uma Recomendação no item 4.3, a seguir transcrita:

“Recomenda-se à Secretaria Nacional de Esporte Educacional que adote providências no sentido de disponibilizar à Coordenação-Geral de Controle e Monitoramento de Convênios os recursos necessários para aprimorar o fluxo de informações produzidas pelas Visitas Pedagógicas e Administrativas para acompanhamento das transferências voluntárias realizadas no âmbito do Programa Segundo Tempo.”

Nessa perspectiva, a gestão tomou as seguintes medidas para estruturação da CAPRE e estabelecimento de seus fluxos:

- Ampliou a área técnica mediante novas contratações de pessoal, totalizando 02 coordenadores, 10 técnicos e 02 auxiliares administrativos, o que foi viabilizado por meio do projeto de capacitação e acompanhamento desenvolvido em parceria com a UFRGS;
- Constituiu a Assessoria específica para Consolidação de Dados e Controle, definindo atribuições específicas sobre a base dos dados gerados a partir do planejamento/realização das Visitas pelas Equipes Colaboradoras e do processamento dos Relatórios pela CAPRE (Relação de Atribuições ASCOD - Anexo 61), para a sistematização da Planilha apresentada à CGU no 1º Semestre/2011, a qual foi validada pela gestão (estabelecidas (Planilha Acompanhamento dos Convênios e Termos de Cooperação PST / Vigentes 2010 - Anexo 62)
- Revisou os Instrumentos utilizados:
 - Alteração do Instrumento de Avaliação, para permitir o registro histórico de todos os acompanhamentos realizados e a avaliação com base em todo o contexto (Instrumento de Avaliação Relatórios de Visita - Anexo 63);
 - Revisão do modelo do Ofício de Recomendações (Ofício de Recomendações – Classificação por Grau de Relevância - Anexo 64), classificando-as, primeiramente, somente por:

a) **Grau de relevância:** As recomendações de cada ação foram separadas por **problemas Graves, impropriedades ou aprimoramento**, de forma demonstrar os problemas críticos da execução e sinalizar para a entidade as medidas mais urgentes a serem adotadas com vistas à respectiva superação.

- Nova Revisão do modelo do Ofício de Recomendações (Ofício de Recomendações – Classificação por Natureza - Anexo 65), classificando-as também por:

a) **Natureza:** Inicialmente as recomendações são agrupadas por natureza **pedagógica ou administrativa**, objetivando uma melhor percepção da entidade quanto aos problemas identificados, propiciar a correlação com as áreas responsáveis e dar celeridade na implementação de medidas corretivas;

- Revisão do Banco de Recomendações, atualizando os principais problemas e padronizando novas recomendações, também classificando-as por natureza e grau de relevância (Banco de Recomendações - Anexo 66);

- Definiu as atribuições de cada técnico:
 - emissão dos ofícios de encaminhando preliminar dos Relatórios de Visita;
 - revisão do conteúdo dos Relatórios para filtrar inconsistência e promover a interface com a CGAPA quando necessários ajustes;
 - análise do conteúdo dos relatórios, avaliação em instrumento específico e confronto com os elementos processuais;
 - expedição do ofício de recomendações;
 - monitoramento da resposta da entidade e providências subsequentes.
- Definiu a interface entre as Coordenações e os prazos;
- Decidiu analisar as respostas considerando os elementos da visita seguinte;
- Padronizou uma Declaração para a entidade indicar o status do atendimento das recomendações proferidas a partir do processamento dos Relatórios de Visita (Declaração Atendimento de Recomendações - Anexo 67):
 - Entendeu-se que o mais importante era o retorno para verificação *in loco* das medidas efetivamente implementadas pelos parceiros;
 - Tal iniciativa foi pautada na avaliação da pouca efetividade das respostas apresentadas pelas entidades, demandando grande esforço da equipe para analisar vários documentos, sendo recorrente a informação de saneamento pela entidade e a constatação da manutenção dos problemas na próxima visita pela Equipe Colaboradora.
 - Com a Declaração, as entidades não precisam apresentar respostas extensas, informando apenas o status do atendimento, ficando a efetivação do atendimento a ser verificado na próxima visita;
 - Destarte, foi estabelecido que o interstício entre as visitas não poderia ser menor que 90 dias e nem exceder 120 dias, de forma a verificar se efetivadas as adequações necessárias a partir das constatações da visita anterior e recomendações geradas pela unidade gestora.
- Realizou Capacitação:
 - Em face da nova configuração, em Outubro/2011 foi necessário promover nova capacitação interna, com o objetivo de atualizar o corpo técnico, especialmente os novos contratados, sobre os novos procedimentos estabelecidos para o processamento dos Relatórios de Visita e Vistoria e emissão de recomendações aos parceiros, bem como sobre a operacionalização dos sistemas e ferramentas disponíveis.

Descrição dos Procedimentos Internos:

Em virtude dos resultados obtidos, no 2º Semestre/2011 foram mantidos todos os procedimentos implementados no 1º Semestre/2011 acerca do processamento dos Relatórios de Visita, já descritos acima.

Com relação às vistorias, no 2º Semestre/2011 a CAPRE passou a processar apenas os Relatórios das fiscalizações realizadas pelos técnicos da COFISC, conforme já tratado no item “Fiscalização de Convênios”. Já os Relatórios das vistorias realizadas pelos técnicos da CGAO passaram a ser processados pela própria Coordenação, que fica responsável pela adoção das providências cabíveis eventuais.

Convém destacar que em fevereiro de 2012 foi promovido ajuste no fluxo da CAPRE, tendo a gestão decidido que prescindível o encaminhamento do Relatório antes do seu processamento, uma vez que os registros de 2011 revelaram significativa redução do lapso temporal entre a data de término da visita e o envio do Ofício de Recomendações, já com o Relatório devidamente processado.

Tal decisão, neste momento em que já havia sido solucionada a dificuldade inicial do lapso temporal, foi a mais adequada, posto que evita questionamentos das entidades com base na versão preliminar do Relatório, cujas constatações poderiam não gerar recomendações após a análise técnica.

Balanço

Em decorrência do trabalho realizado pela CAPRE/CGFIS no processamento dos dados extraídos dos Relatórios de Visita e Vistoria, tem-se o seguinte balanço a partir de **Julho de 2011**:

Foram acompanhados pelas Equipes Colaboradoras **132** convênios (Planilha de Visitas e Vistorias Realizadas – SNELIS – Anexo 68, tendo a ASSED avaliado o conteúdo de **217** Relatórios de Visita e **08** Relatórios de Vistoria), gerando **157** Ofícios de recomendações e (Planilha de Ofícios Expedidos – SNELIS – Anexo 69).

Fragilidades

- **Volume de Trabalho:** A quantidade de técnicos não é proporcional ao volume de trabalho, considerando que cada convênio é visitado, no mínimo, uma vez a cada ciclo pedagógico. O quantitativo de relatórios e respostas a serem analisados frente ao número de técnicos do setor ainda não permite o alcance do nível do processamento esperado;
- **Atuação da Coordenação Geral:** Tendo em vista o grande impacto das mídias e dos Órgãos de Controle nas outras Coordenações vinculadas à CGFIS (CADEN e CADOC), que demandaram toda a atenção da Coordenação Geral, houve reflexo no acompanhamento/cumprimento dos procedimentos da CAPRE, especialmente no que diz respeito à avaliação permanente dos instrumentos, fluxos e resultados;
- **Dificuldades dos Técnicos:** Em virtude da complexidade do programa, os técnicos da CAPRE ainda enfrentam dificuldades para compreender as problemáticas na execução dos convênios e seus reflexos. Portanto, em face dessa limitação e do grande volume de trabalho, a qualidade dos produtos fica comprometida, demandando muitas correções das Coordenações e aumentando o tempo de análise. Embora o banco de recomendações auxilie no tratamento das constatações, o seu uso intenso desqualifica o processo de análise dos elementos frente às peculiaridades de cada convênio, muitas vezes comprometendo a valoração adequada das impropriedades identificadas;
- **Descumprimento das recomendações pela entidade parceira:** Embora em 2011 as recomendações tenham chegado à entidade em tempo hábil para promover as mudanças necessárias, muitas entidades não superaram os problemas identificados, sendo constatado na visita seguinte a permanência de impropriedades/irregularidades anteriormente identificadas que afrontam as Diretrizes do Programa;

- **Divisão do acompanhamento entre dois Departamentos:** Prejudica a visão de conjunto sobre os convênios, podendo levar a gestão a tomar decisões pouco eficazes.

Resultados obtidos em 2011

- **Redução do Lapso temporal entre a visita/vistoria e o envio das recomendações à entidade:** o estabelecimento de prazos para o cumprimento dos procedimentos de cada área, possibilitou o encaminhamento à entidade, em tempo hábil, sobre a avaliação realizada por esta unidade gestora e o aprimoramento da execução - média de 55,60 dias no 2º Semestre/2011 (Planilha Acompanhamento dos Convênios e Termos de Cooperação PST / Vigentes 2011 – Anexo 58).
- **Redução do tempo entre o recebimento das recomendações e o envio da resposta pelas entidades:** Em face da nova Declaração, a entidade não precisou mais despende tempo para a construção de respostas, direcionando o foco na implementação das medidas corretivas e permitindo mais efetividade na verificação do atendimento;
- **Consolidação de novo Banco de Recomendações:** Com a evolução dos procedimentos, o banco de recomendações foi revisado integralmente, conforme classificação dos problemas por natureza e relevância, constituindo uma nova ferramenta de trabalho para a unidade técnica e favorecendo a qualidade/uniformidade das orientações encaminhadas à entidade;
- **Qualificação do processo de emissão das recomendações:** A partir da classificação das constatações, foi possível indicar os responsáveis o que de fato é essencial na execução dos convênios e direcionar melhor as providências;
- **Utilização dos elementos do acompanhamento:** os indicativos extraídos dos acompanhamentos realizados durante toda a vigência do convênio, associados aos outros mecanismos de controle, têm servido para subsidiar a tomada de decisões, inclusive sobre a Prestação de Contas, a renovação ou não da parceria, ou ainda a sua renovação mediante a redução de meta de beneficiados.

Perpectivas para 2012

- Aprimoramento do controle/cumprimento dos prazos e agilização do processo por meio da revisão permanente dos fluxos administrativos;
- Qualificar o processamento dos Relatórios, promovendo a classificação das constatações conforme a natureza e grau de relevância, e redefinindo as atribuições da área técnica, para a melhoria dos fluxos e das competências;
- Melhorar a percepção da equipe técnica sobre as condições da execução, promovendo capacitações para garantir a expedição de recomendações mais apropriadas para cada convênio;
- Eliminar o banco de recomendações, embora represente uma ferramenta que contribuiu para dar agilidade no processamento dos Relatórios, tem por preocupação não tornar automática a avaliação, cabendo avanços na análise qualitativa. À medida que a área técnica se aproprie dos conteúdos e qualifique as análises, será possível dar tratamento diferenciado a cada caso concreto, de acordo com suas peculiaridades e relevância;
- Avaliar, em conjunto com a CGAO/DEGEP, as condições da execução de cada convênio em face dos resultados do acompanhamento operacional, pedagógico e administrativo de cada ciclo pedagógico, com vistas a subsidiar melhor a gestão e dar mais celeridade à tomada de decisões;
- Estabelecer indicadores de resultados para que sirvam de parâmetro para melhor classificar as constatações verificadas nas visitas, possibilitando uma avaliação mais precisa da execução do convênio.

- | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>2. Assegurar os recursos materiais e a infra-estrutura física necessários ao pleno funcionamento da SNEED</p> <ul style="list-style-type: none">• garantir a infraestrutura física e material necessários ao desempenho das atribuições da Secretaria;• implantar e aprimorar os sistemas de controle e gerenciais. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Infraestrutura física e ampliação de quadro de servidores

Dada a demanda advinda da ex-SNDEL e CMAES, com conseqüente remanejamento de pessoal, houve a necessidade de negociar o aumento do espaço físico para acomodação da equipe, já que esta sempre foi uma das preocupações dos gestores da Secretaria.

Dentro dos objetivos traçados para a área de apoio técnico à Secretaria e seus Departamentos, destaca-se a aquisição de mais espaço físico no 1º andar do Ed. Bittar II, visto que a Secretaria já ocupava todo o 2º andar do mesmo Edifício.

Entre as prioridades estabelecidas para o melhor funcionamento da SNEED, destacou-se a reestruturação administrativa e o redimensionamento de todo o espaço físico, com a aprovação de novo *layout* nos dois andares ocupados pela Secretaria.

A ampliação do espaço possibilitou a acomodação das equipes, que eram divididas em turnos de trabalho, de forma completa, o que permitiu o ajuste da jornada de trabalho para oito horas diárias. Essa ação melhorou a produtividade e o cumprimento de prazos nas rotinas.

Implantação e aprimoramento dos sistemas de controle e gerenciais - Tecnologia de Informação: Ferramenta essencial para o apoio à gestão

A Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação é área meio essencial no apoio à gestão dos programas de governo do Ministério do Esporte. O desenvolvimento e manutenção dos sistemas que contém as informações do Programa Segundo Tempo são constantes, visto que o próprio Programa está em franca expansão e aprimoramento.

O ano de 2010 foi marcado pela integração geral dos sistemas desenvolvidos e em uso na plataforma do PST, tarefa que continuou intensa em 2011 através da revisão e refinamento das informações e rotinas de cada um desses sistemas. Por este motivo, em 2011 foi estratégico optar pela sedimentação e consolidação da operação dos *softwares* junto a cada uma das coordenações responsáveis pela gestão.

As parcerias com a UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande de Sul e principalmente a UEM – Universidade Estadual de Maringá, na qual está locada a equipe de desenvolvimento e suporte, e o “*data center*” que abriga o Banco de Dados da plataforma, foram mantidas e intensificadas, através de reuniões e da reorganização da agenda de trabalhos e prioridades.

É importante ressaltar que a equipe de desenvolvimento de TI tem a seguinte composição: 1 coordenador geral e 1 assistente de desenvolvimento em Brasília, 1 subcoordenador, 2 analistas programadores e 4 programadores na Universidade Estadual de Maringá, em Maringá, e que tal composição mantém-se desde 2009.

Podemos afirmar para a área de TI o ano de 2011 foi um ano de consolidação e integração dos sistemas em operação com os diversos fluxos de trabalho. Foi também um ano de mudanças culturais importantes, sobretudo para os usuários internos da secretaria que estão trocando planilhas eletrônicas (usadas como sistemas de informação), pelos sistemas informatizados.

Não se pode deixar de registrar que neste exercício ocorreu a fusão e integração das secretarias SNEED e SNDEL, dando origem à SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, oficializada pela publicação do Decreto 7529/2011 de 21.07.2011, agregando sob o mesmo comando e gestão todos os Programas Sociais do Ministério do Esporte. Assim, o PST-Programa Segundo Tempo, PELC-Programa de Esporte e Lazer da Cidade, Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, e ainda Eventos, Jogos, Rede CEDES e CEDIME, passaram a fazer parte da mesma estrutura de gestão físico-administrativa, consequentemente passando a compor o conjunto de rotinas que deverão ingressar na plataforma informatizada.

Neste sentido, no que diz respeito à área de TI não houve ainda tempo suficiente para o estudo aprofundado e levantamento de sistemas pré-existentes ou propriamente das rotinas manuais a serem automatizadas em cada um dos programas sociais, de forma a contribuir com o aprimoramento da gestão de cada um destes programas, tornando-os mais eficientes. Esta tarefa fará parte do planejamento em 2012, quando serão estabelecidas as prioridades e cronogramas de trabalho. É preciso citar que a área de sistemas é totalmente dependente da estrutura a qual pretende atender e seus objetivos de negócio, de modo que enquanto esta estrutura não estiver completamente definida não há como efetuar levantamentos de fluxos e processos entre as áreas, o que inviabiliza a análise e implementação dos atuais e de novos sistemas.

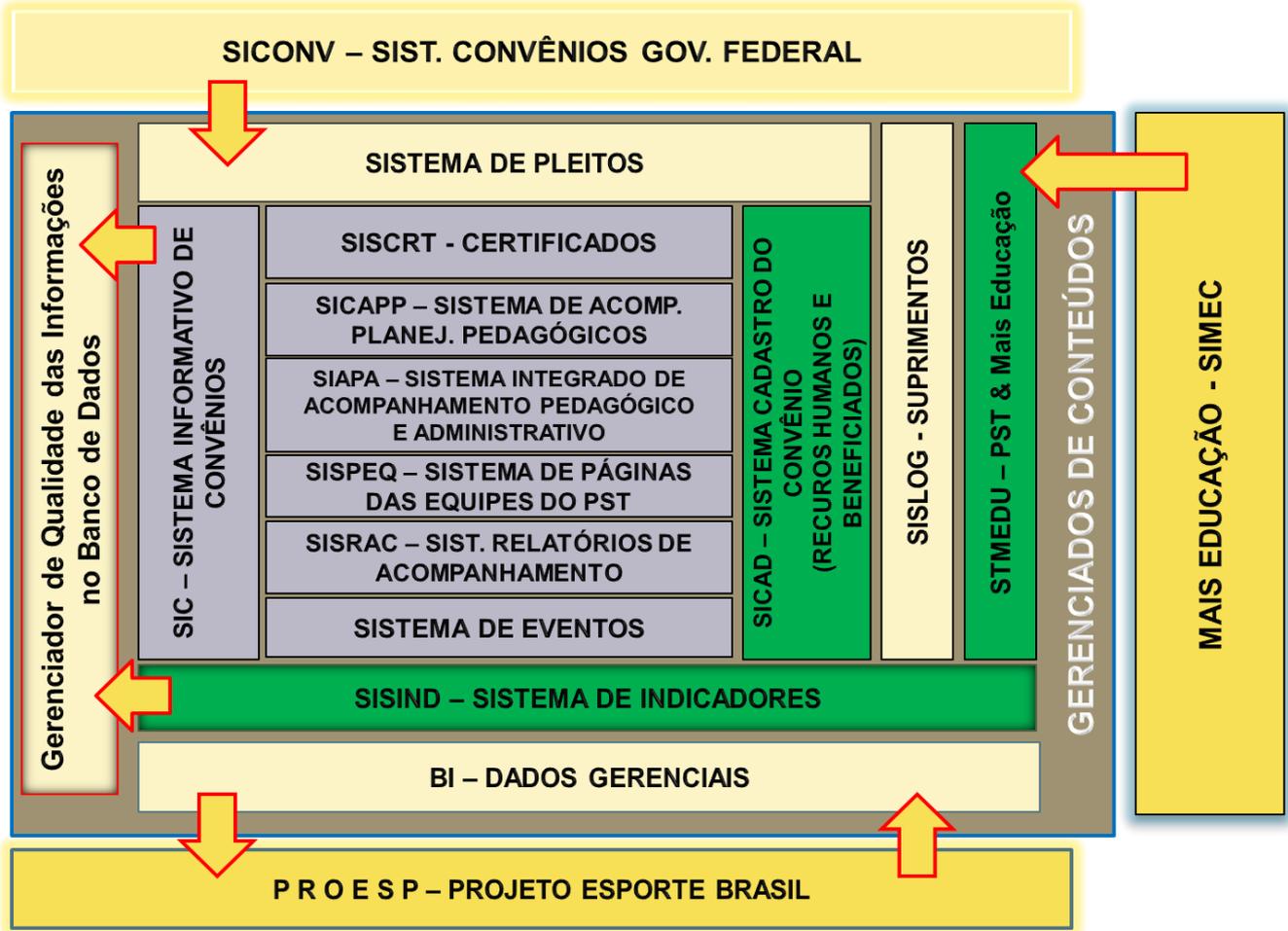
Enfaticamente o histórico recente mostra que houve troca do comando da SNEED em março/2011, fusão e criação da SNELIS em julho/2011, nova troca de comando na SNELIS em dezembro/2011, provocando a postergação da implantação e integração da nova estrutura que compreende diversos departamentos e coordenações gerais finalísticas e de gestão, impactando negativamente no planejamento e principalmente nos resultados esperados para este exercício.

O ano de 2011 ainda foi marcado pela instalação da Força Tarefa das ONGs, instituída pela Casa Civil e coordenada pela CGU-Coordenadoria Geral da União, que teve como objetivo a partir do decreto número 7592/2011 de 28.10.2011, avaliar a regularidade de todos os convênios entre o Ministério do Esporte e Entidades Privadas sem fins lucrativos em todos os seus programas, fossem estes convênios vigentes ou não vigentes. Para esta finalidade a área de TI elaborou em tempo hábil o Sistema de Informações para a Casa Civil (SINFOCC), no qual todas as informações e documentos necessários para a análise dos convênios puderam ser inseridos, disponibilizando ainda as informações no formato planilha para que a CGU acompanhasse o desenvolvimentos dos trabalhos e contribuísse com a análise da regularidade das parcerias. É importante salientar que a área de TI teve participação não somente na construção do sistema citado, mas também na elaboração de outros instrumentos utilizados ao longo do processo que teve duração aproximada de 60 (sessenta) dias.

De volta aos produtos da área de TI no que se refere ao Programa Segundo Tempo temos a informar que poucas mudanças foram introduzidas na plataforma idealizada em 2009, e que os trabalhos prosseguem com a finalidade de conclusão dos sistemas em geral. No desenho ilustrativo da plataforma (ver figura abaixo), a mudança de maior importância, talvez única de visibilidade geral, foi a introdução do sistema que deve viabilizar os controles da parceria Inter setorial entre o ME e o MEC chamada de Programa Segundo Tempo no Programa Mais Educação. Sobre este aspecto temos que enfatizar que não pudemos integrar os referidos sistemas, ocasionando a

obtenção e troca de informações através de planilhas eletrônicas, com dados inconsistentes e muitas vezes desatualizados.

Por fim, merece registro a implantação do novo Sistema de Controle de Acessos da Plataforma Informatizada (SISCA). As rotinas de controle de acesso estavam encapsuladas no Sistema de Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (SIAPA), de forma simples e que comprometia o funcionamento dos demais sistemas. O novo controle de acessos colocado em funcionamento em agosto 2011 permite desde então a administração correta do acesso das diversas equipes de acompanhamento dos convênios à plataforma, além de permitir também a administração individualizada dos usuários nos diversos sistemas. O sistema foi elaborado com referências cruzadas possibilitando a combinação de permissões entre sistemas – usuários – equipes e níveis de acesso.



Legenda:

- Sistemas em Construção (Fase de Projeto ou Desenvolvimento)
- Sistemas em Análise Prototipação (Previsão de Desenvolvimento)
- Sistemas Concluídos em funcionamento
- Sistemas externos (Importação ou Exportação de Dados)

Observação: Os sistemas em construção possuem definidas regras de negócio, o banco de dados e protótipo.

Assim como informado no relatório em 2010, segue a relação dos sistemas que compõem a plataforma ilustrada acima com a descrição sintetizada de cada um destes sistemas (ANEXO X). Aqueles que estiverem assinalados em destaque (negrito) na relação são novos ou receberam novas funcionalidades com objetivos de torna-los mais eficientes no acompanhamento das diretrizes do Programa Segundo Tempo.

A concepção de uma plataforma informatizada integrada por si só agrega valor ao trabalho e à produção de todas as equipes envolvidas, motivando a mudança e a atitude assertiva.

Constata-se a cada dia a redução dos controles paralelos em planilhas eletrônicas e a disponibilização das informações instantaneamente, ou seja, a consolidação da plataforma como ferramenta única de trabalho. Paralelamente a este movimento tem-se a permeabilidade das informações através das diversas coordenações da Secretaria, o que contribuirá para amudança de cultura, atualmente individualizada passando à colaborativa.

Diferentemente conforme anunciado neste mesmo relatório em 2010, o ano de 2011, por todas as alterações já elencadas e comentadas, não permitiu que a plataforma fosse plenamente concluída, ficando para 2012 o este objetivo.

Mantêm-se as dificuldades e restrições da CGTI/SPOA (antiga CGMI) em desenvolver os sistemas integrados à esta plataforma. Particularmente o Sistema de Convênios do ME, que abriga as informações dos Núcleos, Recursos Humanos e Beneficiados do Programa Segundo Tempo, que continua deficitário e está prestes a ser substituído pelo SICAD – Sistema Integrado de Cadastros Gerais citado acima. Outro sistema nas mesmas condições é o Sistema de Pleitos usado para seleção e formalização dos pretendentes a convênio com o Ministério do Esporte.

Considerações sobre o Plano de Ações da Auditoria de Gestão do Programa Segundo Tempo – Relatório de Auditoria número 201108586:

Ref. Item 1.1.5– Controles Internos – Esta ação refere-se a implementação do Sistema Integrado de Cadastro Geral (SICAD), que abrange as informações de Núcleos, Recursos Humanos e Beneficiados do Programa Segundo Tempo. Destinamos o segundo semestre de 2011 para os trabalhos de finalização e validação do projeto contemplando futuras rotinas, regras de negócio e pré-requisitos para o desenvolvimento do sistema que terá início em abril 2012. A meta inicial era ter o sistema concluído em fevereiro de 2012, porém alguns fatos como reestruturação da secretaria, e a força tarefa de análise de regularidade dos convênios com entidades sem fins lucrativos se sobrepôs ao cronograma inicialmente idealizado.

Ref. Item 1.1.2.3 – Sistema de Indicadores – Da mesma forma que no item anterior, foi proposto no plano de providências o desenvolvimento do Sistema de Indicadores que será de fundamental importância ao acompanhamento gerencial do Programa Segundo e possivelmente dos demais programas da secretaria. O início do desenvolvimento estava previsto para outubro 2011 e não foi iniciado pelos mesmos motivos já citados. É preciso ressaltar que há interdependência respectiva entre os sistemas de cadastro geral e de indicadores. No entanto, a partir de estudos efetuados entre a Secretaria e a CGU, ainda em 2011, foi implementada rotina de geração de pontuação com indicadores de desempenho através das avaliações *in loco* dos núcleos

em cada um dos convênios.

FRAGILIDADES

- Obsolescência dos equipamentos de informática causando lentidão e excessivas paradas de produção, com diversos chamados para a equipe de *helpdesk*;
- Falta de planejamento da área de sistemas do ME, que não contempla um plano diretor de informática adequado e em constante atualização e efetivação;
- Dificuldades apresentadas pela CGMI/SPOA para atender às solicitações de desenvolvimento de sistemas modernos e integrados.

PERSPECTIVAS PARA 2012

- Como relatado acima, não conseguimos concluir um dos principais sistemas da plataforma que é o Sistema Integrado de Cadastros Gerais – SICAD, que tornará toda a plataforma e seus sistemas integrados.
- Esta integração juntamente com a normalização das informações do Banco de Dados geral possibilitará a leitura e extração de informações muito importantes e em formato gerencial apoiando e facilitando a tomada de decisões da alta gestão da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, bem como, do próprio Ministério do Esporte no que tange aos seus programas sociais.
- Em conjunto com algumas ferramentas que estão em fase de testes, como o extrato geral de convênios, que disponibilizará informações essenciais dos convênios do ME, também será implantado o sistema de referenciamento geográfico, que permitirá a localização de todos os núcleos do Programa Segundo Tempo em tempo real, com informações relevantes às equipes de trabalho e aos cidadãos em geral.

3. Ampliar e qualificar a equipe da SNEED

- elaborar e implementar plano emergencial para novos servidores;
- homogeneizar e divulgar os conceitos e diretrizes do PST para equipe da SNEED;
- elaborar e implementar plano de capacitação de RH da SNEED (também no âmbito da fiscalização);

Ainda existe grande insuficiência de recursos humanos nesta Secretaria, tendo em vista que o último concurso público foi em 2008, e que o Ministério do Esporte já recebeu deste processo seletivo todos os servidores aprovados, além do fato de não haver disponibilidade de DAS's para suprir a demanda de trabalho técnico e de assessoria. Desta maneira, a contratação de novos servidores continua restrita à perspectiva de novo concurso público, ainda sem previsão.

Em 2011, 22 (vinte e dois) servidores foram capacitados em diversas áreas de atuação técnica. Também foram realizados treinamentos internos, possibilitando que houvesse transferência de conhecimento entre os colegas de trabalho. Essa ação acontece na Secretaria, quando alguns servidores já capacitados contribuem para o desenvolvimento dos trabalhos, disseminando o conhecimento obtido em cursos custeados e oferecidos pelo Ministério do Esporte, tornando essa prática permanente na equipe.

Embora a Secretaria busque sempre mecanismos e formas para qualificar seus servidores, as necessidades permanecem na prioridade da gestão, visto que em 2011, diversos cursos não foram realizados devido à indisponibilidade orçamentária.

4. Construir referenciais teóricos que contribuam para a documentação e qualificação do Programa Segundo Tempo

- publicar os referenciais teóricos das pesquisas, congressos e seminários;
- ampliar a produção científica sobre o esporte educacional nas universidades e institutos;

O ano de 2011 foi produtivo no processo de construção de referenciais práticos aplicados ao Segundo Tempo. Esta construção se colocava como uma necessidade, e no Encontro realizado no final de 2010 para avaliar o Programa, houve uma série de reivindicações nesse sentido.

Os coordenadores indicaram que gostariam de ter à disposição materiais de apoio para desenvolver as ações nos núcleos de forma contemplar a aplicação da proposta pedagógica do Segundo Tempo.

Dessa forma, os integrantes das Equipes Colaboradoras foram convocados a produzir materiais que pudessem de forma simples e clara, apresentar exemplos de como os coordenadores e monitores poderiam atender ao desenvolvimento do esporte, considerando a proposta de esporte educacional defendida pelos Fundamentos do Programa Segundo Tempo.

Assim, foram editados os **livros Ensinando e Aprendendo Esportes no Programa Segundo Tempo – volume 01 e volume 02**. Estes livros tiveram a como organizadores os Professores Amauri A. B. de Oliveira, Claudio Kravchychyn, Evando C. Moreira e Raquel S. Pereira. Este material trabalha dezenove esportes enfocando o histórico de cada modalidade, os fundamentos teóricos, fundamentos técnicos e planos de atividades que demonstram os passos a serem seguidos em uma organização seqüencial e didática. Com isso, os envolvidos com o PST poderão usufruir de um referencial que os auxilia a entender de forma aplicada o que se defende na proposta de esporte educacional organizada.

Em 2011 também foi reeditado o Caderno de Apoio Pedagógico – CAP, que tem em sua estrutura um conjunto de atividades e planos que podem ser facilmente aplicados pelos coordenadores e monitores no cotidiano dos núcleos, com uma seqüência lógica de complexidade de ações motoras e esportivas.

Outros materiais estão em linha de produção, sendo que todos buscam facilitar o trabalho dos coordenadores e monitores, da mesma forma que estimulam que se mantenha um padrão de qualidade e variabilidade de ações. Espera-se que todo esse material disponibilizado aos profissionais da área possa resultar na qualificação do trabalho desenvolvido no Programa Segundo Tempo.

5. Capacitar e qualificar todos os recursos humanos (gestores, professores e monitores) dos convênios, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa Segundo Tempo em todas as suas vertentes

- validar e aprimorar o processo de capacitação alcançando todos os RHs do programa, de forma descentralizada e permanente.

O Programa Segundo tempo tem por objetivo oferecer um processo de formação continuada para seus atores, capacitando todos os Recursos Humanos do PST em nível de Coordenação: Coordenadores Gerais, Coordenadores Pedagógicos, Setoriais e de Núcleos. A Capacitação dos Monitores e demais Recursos Humanos envolvidos são de responsabilidade do Convenente, sob a supervisão das Equipes Colaboradoras.

Os eventos de Capacitação são viabilizados por meio da parceria com a UFRGS que responsabiliza-se pela Logística, sendo que o conteúdo é de responsabilidade da Coordenação Pedagógica do PST. As aulas são ministradas pelos professores integrantes das ECs, pelo corpo técnico da Secretaria e pela Equipe Gestora do projeto.

A capacitação relaciona-se aos aspectos gerenciais e pedagógicos das ações do PST, organizando-se da seguinte forma:

a. **Capacitação Gerencial:** Coordenador Geral e Pedagógico

Temas: Concepção e Perspectivas do Programa Segundo Tempo; Fundamentos e Normas de transferência de recursos da União aplicados ao Programa Segundo Tempo; Acompanhamento e Controle dos Convênios do Programa Segundo Tempo; Sistema Informatizado do Programa Segundo Tempo; Planejamento e Procedimentos Preliminares para Implementação e Operação do Programa Segundo Tempo; A nova Sistemática na Celebração, Execução e Acompanhamento de Convênios – SICONV; Prestação de Contas; Mecanismos de Licitação; Recreio nas Férias; Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST Processo de Capacitação / Equipes Colaboradoras da Secretaria e Distribuição dos Convênios; Apresentação do Relatório de Visitas – Consolidado; Relatório do Cumprimento do Objeto.

b. **Capacitação Pedagógica:** Coordenadores Pedagógicos, Setoriais e de Núcleos e Monitores

Temas: Fundamentos do PST: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação; Fundamentos do Lazer e da Animação Cultural; Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade; Desenvolvimento e Aprendizagem Motora: aspectos relacionados à prática; Questões da deficiência e as ações do PST; Organização e Desenvolvimento Pedagógico do Esporte no PST; Procedimentos Metodológicos para o PST; e Planejamento do PST: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo;

c. **Capacitação Projetos Especiais:** Coordenador Geral, Pedagógico e de Núcleos, e Monitores

Temas: Estabelecidos conforme o projeto.

O processo de capacitação do Programa Segundo Tempo coloca-se como destaque nos avanços conquistados pelo Programa no seu todo, haja vista que desde o ano de 2007 tem havido investimentos por parte do Ministério do Esporte por meio da Secretaria nesta ação de formação continuada

Os reflexos podem ser observados na condução administrativa e pedagógica do Programa que, gradativamente, se consolidam no cotidiano dos núcleos. As ações do PST têm avançado significativamente e conquistado o reconhecimento de Órgãos de Controle interno e externo ao Ministério, assim como dos usuários de forma geral.

A Secretaria conta com a parceria de Instituições de Ensino Superior do país que liberam seus profissionais para essa ação de formação continuada, resultando em ganhos gerais para os participantes do processo, assim como para os futuros profissionais a serem formados na área da Educação Física. O reconhecimento por parte desses profissionais envolvidos e o novo olhar para um programa social dessa magnitude fazem com que haja reflexos diretos no processo formativo desenvolvido por essas instituições. Isso se coloca como algo inovador e estruturante para o futuro do PST, pois o reconhecimento dos esforços em prol de um programa sério e comprometido socialmente fortalece sobremaneira a política pública do Esporte Educacional brasileiro.

Da mesma forma que apresentado nos relatórios de anos anteriores, inicia-se apresentando o perfil dos coordenadores de núcleos envolvidos com o PST, pois ter esse dado à mão significa o grau de exigência que podemos ter frente às ações organizadas e desenvolvidas junto a todo o programa. Na sequência estão apresentadas as avaliações gerais obtidas nas diversas capacitações pedagógicas desenvolvidas ao longo de todo o ano, tendo por base os relatórios entregues pelas Equipes Colaboradoras. No anexo 70 são apresentados os dados relativos às avaliações dos dois encontros de capacitação gerencial do ano de 2011, que reuniram os coordenadores gerais e trataram de temas pertinentes à gestão dos convênios.

a) Capacitações Pedagógicas

Perfil dos Coordenadores de Núcleo

Neste item é apresentado o perfil dos coordenadores participantes das capacitações pedagógicas em relação à distribuição das idades por faixa etária; distribuição da variável sexo; diagnóstico da atuação profissional anterior do coordenador; diagnóstico sobre o local de moradia do coordenador; e participação do coordenador na elaboração do projeto (PPNs) enviado ao Ministério do Esporte.

Tabela 1: Distribuição dos coordenadores por faixa etária

Faixa Etária	Quantidade	%
19-29	119	18,9
29-39	340	53,9
39-49	94	14,9
49-59	25	4
59-70	7	1,1
Não informado	46	7,3
Total	631	100

Na distribuição dos coordenadores por faixa etária (tabela 1) observa-se que 53,9% dos participantes apresentaram como perfil etário média de idade entre 29 e 39 anos; 18,9% entre 19 e 29 anos; 14,9% entre 39 e 49 anos; 4% com idade entre 49 e 59 anos; 1,1% entre 59 e 70 anos e, 7,3% dos coordenadores participantes não informaram a faixa etária.

Com base nesta distribuição foi possível observar que a maioria dos coordenadores (53,9%) se encontra na faixa etária que vai até de 29 a 39 anos, portanto, um grupo de coordenadores que se apresenta com um perfil classificado como adultos jovens.

Em relação à distribuição dos participantes, conforme o sexo (tabela 2) se pode observar que, a participação dos coordenadores do sexo masculino é acentuada em relação ao sexo feminino.

Tabela 2: Distribuição dos coordenadores conforme o sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	730	53,2
Feminino	612	44,6
Não informado	31	2,3
Total	1373	100

Dos participantes das capacitações ofertados pelo PST no ano de 2011, se observou que, a variável sexo masculino apresenta 53,2% de participantes do sexo masculino, 44,6% do sexo feminino e, desses 2,3% dos coordenadores não informaram em seu perfil o sexo. A diferença é relativamente pequena e não denota que haja predomínio de um sexo sobre o outro nos trabalhos desenvolvidos pelo PST. Isso se coloca de forma importante porque estimula a igualdade em relação aos profissionais que atuam no PST, uma vez que é intenção do programa evitar segregações e incentivar que essa igualdade também seja buscada na participação dos beneficiados.

A tabela 3 apresenta a distribuição da atuação profissional anterior à função de coordenador do PST.

Tabela 3: Distribuição da atuação profissional anterior à função de coordenador do PST

Atuação anterior	Quantidade	%
Iniciação esportiva	308	24,8
Esporte alto rendimento	97	7,8
Escolar Ensino Fundamental	532	42,8
Escolar Ensino médio	64	5,1
Outras Áreas	201	16,2
Não informado	41	3,3
Total	1243	100

Ao analisar o perfil dos coordenadores, com relação à atuação anterior aos trabalhos desenvolvidos no PST, 47,9% apresentaram experiências com o ensino formal, sendo 42,8% com o ensino fundamental e 5,1% com o ensino médio; 24,8% trabalharam com a iniciação esportiva; 7,8% com o esporte de alto rendimento; 16,2% atuaram em áreas diversificadas e, 3,3% dos participantes não informaram sua atuação anterior.

Esses dados demonstram que um número significativo de coordenadores (47,9%) é proveniente do contexto escolar, o que significa que em geral os coordenadores apresentam experiência com o público infantil e adolescente, foco de atenção do Programa Segundo Tempo.

Outro indicador significativo se refere à participação dos coordenadores na efetiva consolidação e elaboração dos PPNs, como se pode observar na tabela 4.

Tabela 4: Participação dos coordenadores na elaboração do PPN.

Participação na elaboração do PPN	Quantidade	%
Sim	567	63,4
Não	285	31,8
Não informado	43	4,8
Total	895	100

Dos coordenadores presentes nas capacitações, 63,4% informaram que participaram da elaboração do PPN enviado ao Ministério do Esporte, sendo esse um aspecto positivo para a consolidação do mesmo, uma vez que, denota envolvimento dos coordenadores em todo o processo de implantação do PPN. Há que se considerar, contudo, que durante o processo de capacitação é desenvolvida a temática específica do planejamento e dedica-se tempo ao processo de aprendizado da plataforma, assim como também das exigências básicas dos planos, contribuindo com a otimização do processo, envolvendo de forma plena os coordenadores na ação de planejar.

Tabela 5: Formação acadêmica dos coordenadores do PST

Formação	Quantidade	%
Pós-Graduado	370	53,5
Graduado	256	37
CREF Provisionado	1	0,1
Ensino Médio	15	2,2
Ensino Fundamental	1	0,1
Superior Incompleto	4	0,6
Não informado	45	6,5
Total	692	100

Com relação à formação acadêmica dos coordenadores participantes, podemos notar na tabela 5 que 53,5% possuem pós-graduação e 37% são graduados. Destacamos que apenas 3% não possuem formação superior, em que 0,1% é provisionado do CREF, 2,2% possuem apenas o ensino médio, 0,1% ensino fundamental e 0,6% superior incompleto. Este quantitativo demonstra que os profissionais envolvidos, em sua maioria, possuem ensino superior. Outro indicador apresentado está relacionado a moradia dos coordenadores, como pode ser observado na tabela 6.

Tabela 6: Local de moradia dos coordenadores.

Mora na comunidade	Quantidade	%
Sim	439	51,8
Não	365	43,1
Não informado	43	5,1
Total	847	100

Pode-se notar que 51,8% dos coordenadores residem nas comunidades que irão atuar e 43,1% residem em outras localidades. Esse indicativo demonstra que existe uma preocupação latente para a consolidação do programa de acordo com as necessidades de cada realidade.

Avaliação Geral do Processo de Capacitação Pedagógica

Em todas as etapas do processo de capacitação, seja ela gerencial ou pedagógica, a Secretaria realiza um processo avaliativo sobre três aspectos centrais: infraestrutura, organização e desenvolvimento das temáticas.

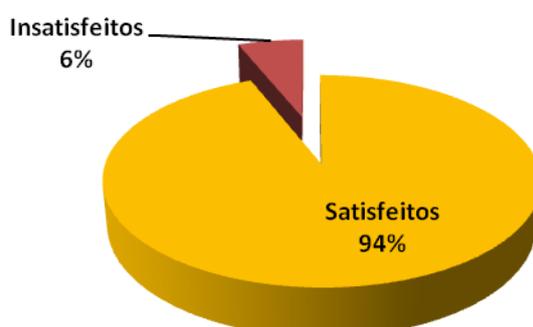
Os participantes em sua totalidade respondem aos questionamentos por meio um formulário distribuído ao final de cada evento. Os relatórios são individualizados para cada capacitação realizada. Contudo, a exposição que segue foi organizada agrupando-se todos os dados das capacitações pedagógicas, a fim de facilitar a visualização e entendimento pleno dos mesmos.

Infraestrutura e logística disponibilizada

Indicadores	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Quanto à cidade da realização da capacitação	62,78	34,12	2,38	0,73
Quanto ao local da realização das vídeoaulas	54,39	39,24	5,77	0,60
Quanto ao equipamento disponibilizado para as vídeoaulas – data-show e som	58,41	39,04	2,08	0,47
Quanto à atuação da equipe administrativa de apoio durante a capacitação	59,65	34,45	5,53	0,37
Quanto ao <i>coffee break</i> oferecido durante a capacitação	66,93	28,03	4,55	0,49
Quanto à carga horária da capacitação	29,56	55,39	12,78	2,26
Quanto ao material didático impresso oferecido	51,96	43,22	3,81	1,02
Total %	54,81%	39,07%	5,27%	0,85%
	94%		6%	

Gráfico 4

Nível de satisfação em relação a Infraestrutura e Logística disponibilizada



Conforme se pode observar, houve alto nível de satisfação em relação à infraestrutura disponibilizada em todos os eventos desenvolvidos durante o ano, atingindo o percentual de 94%. Este fato corresponde às estratégias e procedimentos adotados pela organização na realização dos eventos, em que tem buscado manter a qualidade logística dos eventos, procurando otimizar custos e atender de forma satisfatória os participantes. Pelos dados obtidos, podemos verificar que esta política tem sido bem aplicada, pois tem alcançado resultados em níveis elevados de satisfação.

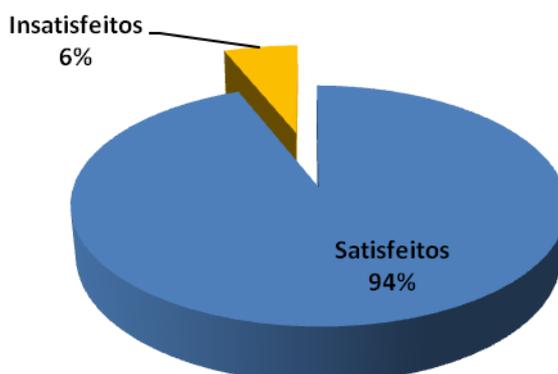
A seguir são apresentadas os resultados sobre as temáticas selecionadas para serem trabalhadas em cada um dos eventos.

As Temáticas Selecionadas para os Eventos Pedagógicos

Indicadores	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Quanto à relevância das temáticas para sua formação	47,63	50,1	2,1	0,24
Quanto à relação dos temas com as diretrizes do Programa Segundo Tempo	51,47	45,59	2,83	0,12
Quanto à abordagem das temáticas nas vídeoaulas	41,55	50,44	6,87	1,15
Quanto à dinâmica utilizada nas apresentações das vídeoaulas	37,81	50,24	10,2	1,74
Quanto à dinâmica utilizada para as discussões após a apresentação das vídeoaulas	41,41	50,79	6,86	0,93
Quanto ao aprofundamento dos conteúdos abordados	52,68	34,95	11,18	1,19
Quanto à relação e o equilíbrio exemplificado nas vídeoaulas entre teoria e prática	39,50	52,25	6,5	1,76
Quanto ao auxílio da capacitação nos esclarecimentos e superação das dificuldades na sua atuação nos núcleos	45,22	50,20	3,94	0,64
Quanto à participação e atuação dos formadores	54,30	45,01	0,57	0,12
Quanto a sua participação no evento	47,95	49,16	2,72	0,17
Quanto à integração dos participantes	46,10	50,19	3,59	0,13
Quanto ao cumprimento do objetivo desta capacitação	45,52	45,02	9,26	0,19
Quanto as suas expectativas em relação à capacitação	45,93	46,86	6,19	1,02
Total %	45,93	47,8	5,6	0,72
	94%		6%	

Gráfico 5

Nível de satisfação em relação a Importância e Desenvolvimento das Temáticas Seleccionadas



Mais uma vez se repete o sucesso obtido em anos anteriores, ou seja, um nível de satisfação que atinge o percentual de 94%. Tal índice referenda as ações e seleções de temas organizados para os eventos desenvolvidos.

A organização dos temas mantém uma política que envolve gradativamente os coordenadores de núcleos que representam os parceiros/convênios. É importante ressaltar que na programação das capacitações realizadas em 2011 foi disponibilizado espaço para que os convênios apresentassem suas experiências e com isso socializassem conhecimentos produzidos a partir de sua realidade nos núcleos. Espera-se que essa política descentralizadora seja mantida e que a cada novo ciclo seja ampliado o espaço de intervenção dos convênios para o enriquecimento das atividades.

Entretanto, mesmo com tal avaliação, destaca-se que em algumas temáticas houve um índice menor na categoria de satisfação. Isso nos leva a refletir que algumas ações necessitam ser mais bem estruturadas em se tratando: dinâmica utilizada nas apresentações e discussões das vídeo-aulas, aprofundamento dos conteúdos abordados, relação e equilíbrio entre teoria e prática, cumprimento do objetivo desta capacitação e expectativas em relação à capacitação, pois são temas que precisam estar bem articulados entre si, sob pena do processo de capacitação ser comprometido negativamente caso não sejam observadas estratégias de superação.

Mesmo com as intervenções já realizadas na metodologia adotada nas capacitações, os resultados reiteram o fato de que estas devem permitir maior participação dos coordenadores com apresentação de experiências desenvolvidas nos núcleos, bem como devem possibilitar uma maior interação entre a relação da teoria com a prática, a partir do aprofundamento/aprimoramento do olhar sobre o cotidiano dos núcleos.

Como terceiro aspecto avaliado, temos o desenvolvimento dos temas das capacitações. Para esta dimensão a apresentação foi organizada procurando apresentar os temas das capacitações pedagógicas.

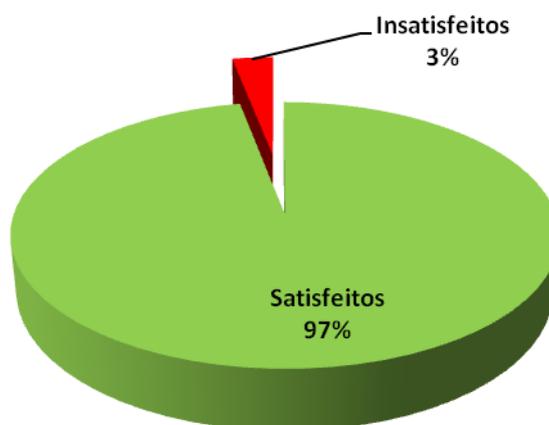
Desenvolvimento das Temáticas

Indicadores	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
TEMA 01 – Fundamentos do Programa Segundo Tempo: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação	47,41	51,2	1,3	0,1
TEMA 02 – Fundamentos do lazer e da animação	51,26	47,35	1,1	0,2

cultural				
TEMA 03 – Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade	55,64	41,41	2,6	0,4
TEMA 04 – Desenvolvimento e aprendizagem motora: aspectos relacionados à prática	44,83	51,61	3,2	0,4
TEMA 05 – Questões da deficiência e as ações no Programa Segundo Tempo	49,38	47,84	2,6	0,2
TEMA 06 – Organização e desenvolvimento pedagógico do esporte no Programa Segundo Tempo	52,65	45,39	1,8	0,2
TEMA 07 – Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo	51,31	46,68	1,8	0,2
TEMA 08 – Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo	50,94	47,24	1,4	0,4
Estruturação da vivência prática	23,27	71,86	3,9	0,9
Total %	47,41	50,1	2,2	0,3
	97%		3%	

Gráfico 6

Nível de satisfação em relação as Temáticas Selecionadas para a Capacitação



Mediante as ações de intervenção pedagógica frente aos processos de capacitação do PST, conseguimos atingir o resultado de 97% de satisfação com relação ao desenvolvimento das temáticas. Isso se torna importante, visto que serve como estímulo à continuidade dessa ação e dos procedimentos até então adotados.

Entende-se, portanto, que em relação ao processo de capacitação pedagógica do PST, os procedimentos até então adotados, assim como os cuidados em relação à constante revisão, atualização e aprimoramento das temáticas que subsidiam continuamente os profissionais envolvidos têm resultado em reconhecimento e aceitação pela maioria dos envolvidos com o PST.

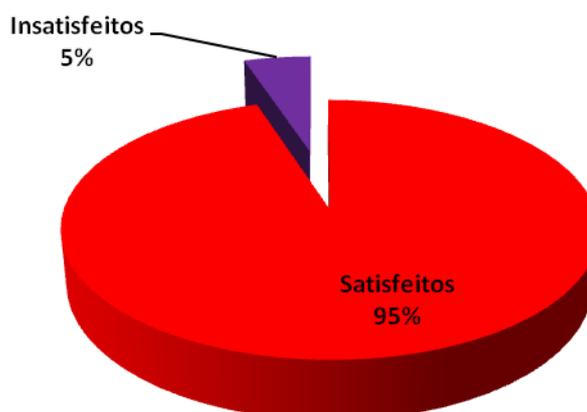
Por fim, para que haja uma ampla visualização do processo das capacitações pedagógicas de forma geral, apresentamos abaixo um quadro que demonstra os índices de satisfação nas três dimensões avaliadas.

Quadro demonstrativo do nível de satisfação geral por dimensão

Dimensões	Muito satisfeito%	Satisfeito%	Insatisfeito%	Muito insatisfeito%	Total %
Dimensão 1	54,81	39,07	5,27	0,85	100
Dimensão 2	47,41	50,1	2,2	0,3	100
Dimensão 3	45,93	47,8	5,6	0,72	100
Média Geral	49,38	45,66	4,36	0,62	100
	95%		5%		100

Gráfico 7

Nível de Satisfação Geral dos Participantes da Capacitação com o uso de Vídeoaulas



Conforme se pode observar, os resultados demonstram que a capacitação pedagógica pode ser considerada positiva, visto que o processo durante o ano de 2011 conseguiu atingir um nível geral de satisfação de 95% em todas as três dimensões de acordo com os participantes, o que referenda substancialmente as ações adotadas para o seu processo.

Avaliação Teórica

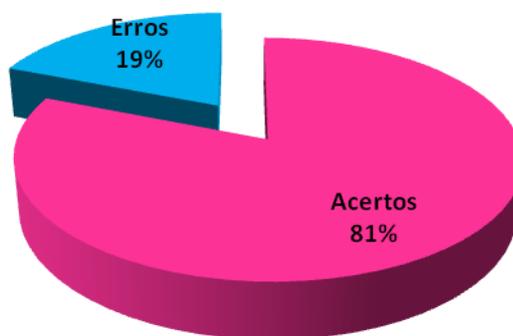
Ainda como ponto de destaque para todo processo deflagrado nesse ano, foi aplicada avaliação teórica para os capacitados. Essa avaliação não tinha por finalidade aprovar e/ou reprovar os participantes, mas antes de tudo, avaliar o quanto o processo desenvolvido tem sido suficiente para provocar mudanças e entendimentos a todos que delas participam. Dessa forma, foi organizada uma avaliação com 80 questões objetivas (falso ou verdadeiro) e com questões que exigiam os

conhecimentos trabalhados nos temas das capacitações, assim como sua aplicação em ações que são comuns no cotidiano dos núcleos, ou seja, questões de conhecimento aplicado.

Os resultados obtidos deixam claro que houve um bom aproveitamento dos conhecimentos trabalhados. Além do mais, por meio desta os participantes podem perceber como esses saberes são úteis e aplicáveis em seus núcleos.

Gráfico 8

% de acertos e erros referentes à avaliação de conhecimentos das temáticas abordadas na capacitação



Os dados obtidos demonstram o quanto os participantes conseguiram apreender do processo desenvolvido. Pode-se afirmar também que o resultado é satisfatório em relação às ações que Secretaria tem desenvolvido em parceria com as ECs. A partir dos resultados obtidos foram tomadas medidas e procedimentos em relação à capacitação, com plena aprovação por parte dos participantes.

As Equipes Colaboradoras têm trabalhado com os parceiros de forma mais intensa, apoiando no desenvolvimento dos Planejamentos, discussão das atividades dos núcleos, acompanhamento in loco nos núcleos e divulgação das ações pedagógicas do PST. Esse conjunto de ações compõe um corpo de conhecimento específico ao PST, e que tem contribuído nos trabalhos desenvolvidos pelos parceiros.

Com relação às avaliações dos conhecimentos realizadas nas capacitações de 2011, foi possível observar uma média de 81% (média 65 acertos). Essa média retrata o aproveitamento expressivo, considerando que apenas 19% possuíram erros nas suas opções de escolha conforme gráfico apresentado.

Há que se destacar que, o instrumento de avaliação ainda requer ajustes na sua aplicação e, nesse sentido, a tarefa torna-se ainda mais importante e significativa, uma vez que, minimamente, esse índice deve ser mantido. Tal tarefa coloca-se como um desafio constante.

Avaliação qualitativa do processo de Capacitação Pedagógica: as sugestões dos coordenadores

A capacitação pedagógica tem conseguido avanços significativos ao longo dos últimos anos, pois sua estrutura e fundamentação são reconhecidas e vem atendendo às demandas conforme apresentado nos relatos anteriores.

Contudo, um dos pontos a considerar diz respeito às sugestões realizadas pelos coordenadores e/ou monitores dos núcleos envolvidos no processo. Sendo assim, apresentamos alguns pontos que destacamos como mais importantes para este relatório. Embora os resultados obtidos tenham evidenciado que houve um bom aproveitamento dos conhecimentos trabalhados durante as capacitações do ano de 2011 oferecidas pelo PST, foi possível elencar a partir do processo vivenciado recomendações de continuidade de ações, assim como sugestões indicadas pelos coordenadores e/ou monitores para as próximas capacitações, principalmente no tocante à infraestrutura e logística disponibilizada, temáticas selecionadas para os eventos pedagógicos, desenvolvimento das temáticas e organização da capacitação.

Infraestrutura e logística disponibilizada

- Receber a programação com antecedência;
- Receber o material da capacitação com antecedência;
- Participantes sejam informados quanto à necessidade de 100% de frequência;
- Que aconteça o apoio logístico por parte da equipe da Faurgs;
- Disponibilizar local apropriado, com acentos confortáveis e climatização;
- Incluir monitores no processo de capacitação;
- Que o coordenador geral, pedagógico e setorial estejam presentes em todos os momentos da capacitação.

Essas observações são importantes, pois ressaltam a necessidade de um planejamento sistematizado da capacitação, de forma a estabelecer aos participantes o conhecimento das etapas, com relação à temática, duração do evento e frequência, pois esses fatores são significativos para o bom andamento e aproveitamento dos coordenadores no processo, que por vezes, possuem outras funções e compromissos profissionais. Ainda se torna importante, receber o livro Fundamentos do Programa Segundo Tempo com antecedência, possibilitando que os participantes tenham acesso aos assuntos que serão abordados na capacitação, permitindo uma participação mais intensa no processo.

Temáticas selecionadas para os eventos pedagógicos

- Elaborar vídeos com tempo reduzido para melhor compreensão do conteúdo expresso;
- Intercalar os vídeos com discussões e perguntas pertinentes (estratégias metodológicas diferenciadas com aplicação de dinâmicas);
- Trabalhar os vídeos mais longos e cansativos de forma presencial;
- Inclusão da temática primeiros socorros.

Mesmo com todos os avanços no processo de capacitação pedagógica, esses indicadores apontam que ainda existem aspectos que merecem ser repensados, sobretudo, a organização do tempo e metodologia para as diferentes temáticas, isso porque, os vídeos mais longos que não receberem intervenção metodológica adequada podem se tornar exaustivos e com baixo nível de aproveitamento.

Desenvolvimento das temáticas

- Disponibilizar maior tempo para as discussões;
- Aumentar o tempo de prática e de troca de experiências.
- Após a apresentação de cada um dos temas deve-se realizar imediatamente uma roda de discussão, a partir da visão dos participantes;
- Criação de dinâmicas para a sala de aula que possibilitem uma maior aplicação do conteúdo das vídeoaulas;
- Exibição de curtas-metragens a fim de mobilizar os participantes;
- Sugestão de mais exemplos de atividades no decorrer dos temas apresentados nas vídeoaulas.

Os comentários dos participantes demonstram a importância do espaço para as discussões a partir de vivências práticas, fato esse que aumenta a possibilidade de intervenção no local do desenvolvimento do PST.

Outro aspecto que merece atenção é a indicação de apresentação de mais exemplos relacionados aos temas. Muitos destes exemplos podem ser encontrados nos materiais disponibilizados no site do Ministério do Esporte, bem como no livro fundamentos do PST (capa verde) e no Caderno de Apoio Pedagógico. Isso pode contribuir não só com esse modelo de capacitação, mas também com a atuação dos profissionais envolvidos com o PST.

Organização da capacitação

- A prova teórica é de fundamental importância para saber se os participantes compreenderam as temáticas apresentadas, no entanto, está muito extensa;
- Estabelecer um número não muito elevado de participantes, pois quando as salas são numerosas ocorre dispersão;

As sugestões referentes à organização do processo de capacitação são mínimas, pois a mesma tem recebido elogios gerais por parte dos seus participantes. É de fundamental importância que esta seja mantida e incrementada ainda mais, pois assim se colocará legitimamente junto a toda a comunidade.

As experiências de capacitação presenciais, mistas (presencial + vídeoaula) e por vídeoaulas têm sido produtivas e importantes. Os resultados obtidos, em especial as vídeo-aulas, podem também servir como novas possibilidades de desenvolvimento das capacitações do programa, uma vez que se trata de um modelo tecnológico inovador e de custos mais reduzidos, contudo, sem a perda da qualidade até então obtida. Entretanto, ainda há que se avaliar efetivamente sua repercussão no cotidiano dos núcleos. Indica-se aqui que essas novas modalidades organizacionais possam se colocar de forma efetiva para os coordenadores que já vivenciaram o modelo presencial ou por vídeoaulas, pois assim os complementos seriam mais simples e ágeis.

Considerando o processo de capacitação que envolve uma extensa programação e sendo a prova teórica seu momento final, a sugestão dos coordenadores é que a prova seja realizada em um menor formato quantitativo, e que os grupos tenham uma capacidade de participantes que permitam uma interlocução com os temas abordados.

Estas indicações são importantes e devem fazer parte da reorganização para os futuros eventos com o uso dessa sistemática. O que se depreende desta experiência é que a dinamicidade da capacitação, tanto das vídeo-aulas como na vivência prática.

b) Capacitações Gerenciais (Coordenadores Gerais)

As Capacitações Gerenciais no ano de 2011 tiveram a participação de 85 Coordenadores e aconteceram em duas oportunidades na cidade de Brasília, nas instalações da Secretaria. Como de costume, houve a preocupação de preparar administrativamente os Coordenadores Gerais da mesma forma que orientá-los sobre todas as exigências pedagógicas que se tem junto ao desenvolvimento do Programa.

Na sequência estão os resultados obtidos junto aos Coordenadores em relação à organização e desenvolvimento destas capacitações, nos indicando aspectos importantes para o futuro em relação a estes aspectos.

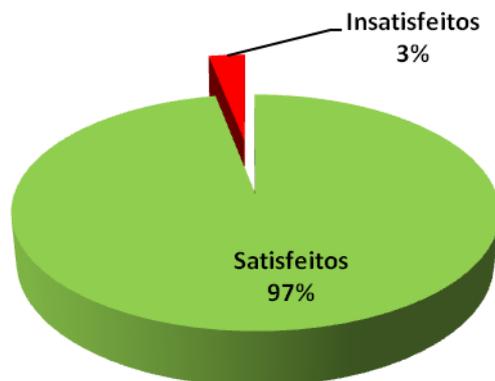
Avaliação Geral do Processo de Capacitação Gerencial

Infraestrutura e logística disponibilizada

Indicadores	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Quanto à cidade da realização da capacitação	58,82	41,18		
Quanto ao local da realização das palestras da capacitação	61,18	38,82		
Quanto à atuação da equipe administrativa de apoio durante a capacitação	50,59	49,41		
Quanto ao restaurante disponibilizado para as refeições.	52,94	38,82	8,24	
Quanto ao coffee break oferecido durante a capacitação.	44,71	48,24	3,53	3,53
Quanto à qualidade da alimentação	49,41	49,41	1,18	
Quanto à carga horária da capacitação	35,29	61,18	3,53	
Quanto ao material didático impresso oferecido	40	56,47	3,53	
Total %	49,12%	47,94%	2,5%	0,44%
	97%		3%	

Gráfico 9

Nível de satisfação quanto à Infraestrutura e logística disponibilizada



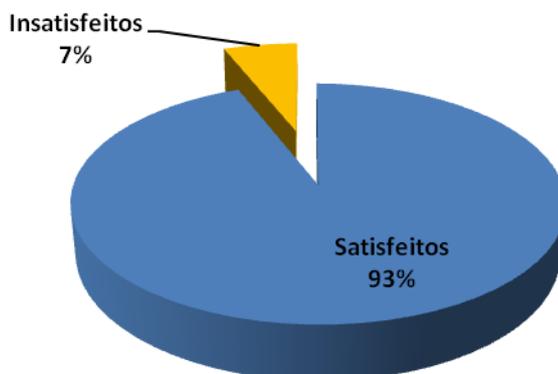
Os resultados obtidos indicam que os esforços adotados no processo de organização e desenvolvimento logístico das capacitações têm sido altamente positivos. O nível de satisfação atingindo 97% referendam a infraestrutura disponibilizada para as capacitações. Tais procedimentos devem ser mantidos e, se possível, incrementados para que este índice seja consolidado em futuros eventos.

As Temáticas Seleccionadas e a Participação no Evento

Indicadores	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Quanto à relevância das temáticas para sua formação	49,42	47,05	3,53	
Quanto à relevância das temáticas para esta Capacitação	47,06	49,41	3,53	
Quanto à relação dos temas com as diretrizes do Programa Segundo Tempo	51,76	45,89	2,35	
Quanto à metodologia de abordagem das temáticas	37,65	51,76	10,59	
Quanto à dinâmica utilizada nas apresentações	29,41	58,82	11,77	
Quanto ao aprofundamento dos conteúdos abordados	25,88	61,18	12,94	
Quanto ao auxílio da capacitação nos esclarecimentos e superação das dificuldades na sua atuação nos núcleos	35,29	56,47	8,24	
Quanto à participação e atuação da equipe do Ministério do Esporte	47,06	49,41	3,53	
Quanto a sua participação no Evento	44,7	48,24	7,06	
Quanto à integração dos participantes	35,29	52,94	11,77	
Quanto ao cumprimento do objetivo desta capacitação	38,82	57,65	3,53	
Quanto as suas expectativas em relação a capacitação	27,06	62,35	10,59	
Total %	39,12	53,43	7,45	0
	93%		7%	

Gráfico 10

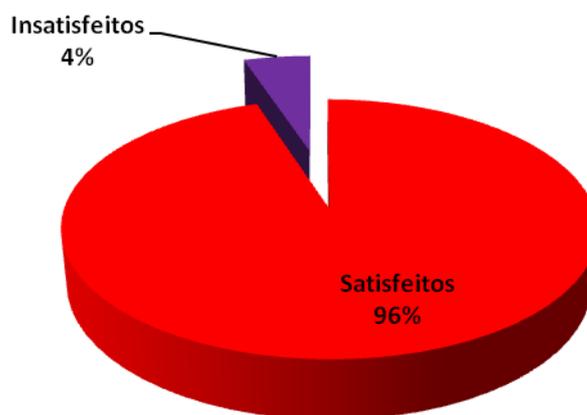
Nível de satisfação - temáticas selecionadas e participação no evento



Os temas selecionados para as capacitações gerenciais foram previamente discutidos entre os setores da Secretaria envolvidos, pois a intenção foi a de organizar e desenvolver um processo de capacitação que pudesse atender aos temas que refletissem a realidade dos convênios e suas exigências administrativas. Acreditamos que os esclarecimentos prestados foram decisivos para o índice de satisfação obtido neste item.

Desenvolvimento das Temáticas

Indicadores	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
TEMA 01 – Esporte Educacional e o PST	58,82	41,18		
TEMA 02 – O Programa Segundo Tempo – Fundamentos Gerais e Estrutura Funcional	37,65	52,94	9,41	
TEMA 03 – Implantação de Projetos no Programa Segundo Tempo – Planejamento e Procedimentos Preliminares para Ordem de Início	51,76	48,24		
TEMA 04 – Acompanhamento Operacional do Programa	48,24	49,41	2,35	
TEMA 05 – Apresentação dos Sistemas de Informação do PST: Sistema de Convênios Cadastro dos Beneficiados, RH e Núcleos -	52,95	47,05		
TEMA 06 – Esclarecimentos sobre a nova Sistemática na Celebração, Execução e Acompanhamento de Convênios - SICONV e Aplicação Prática	42,35	47,05	7,06	3,54
TEMA 07 – Apresentação e Orientações sobre a inserção dos Planos PPC e PPN e Aplicação Prática	62,35	35,3	2,35	
TEMA 08 – Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST Estrutura, Funcionamento e Responsabilidades	51,76	44,7	3,54	
Total %	50,74	45,73	3,09	0,44
	96%		4%	

Gráfico 11**Nível de satisfação - Desenvolvimento das Temáticas**

A estratégia de trabalho com os temas seguiu a mesma lógica do item anterior, com as dificuldades apresentadas pelos convênios nos últimos anos. Os expositores centraram suas estratégias em questões conceituais sobre o esporte educacional e o Programa Segundo Tempo, tutoriais de operação das plataformas de dados do Programa e questões pedagógicas e administrativas que são decisivas para o sucesso dos projetos de cada convênio. Os resultados mostram que a metodologia escolhida obteve sucesso junto aos participantes dos eventos.

Avaliação qualitativa do processo de Capacitação Gerencial: as sugestões dos coordenadores**SICONV**

- Trata-se de um sistema complexo para ser entendido em uma única e rápida exposição. Há necessidade de se ampliar o tempo de exposição e detalhar um pouco mais os tópicos que compõem o tema;
- Os coordenadores gerais e pedagógicos não possuem a formação adequada para atender às necessidades específicas do sistema de convênios – SICONV. Nesse sentido, indica-se que haja a contratação de técnicos para que assumam a responsabilidade por esta tarefa junto aos convênios;
- Elaboração de Manual de apoio;

As indicações apresentadas pelos Coordenadores Gerais são totalmente coerentes e provocaram mudanças para os avanços da gestão do Programa. A partir de 2012, a celebração de novos convênios já contempla um técnico administrativo que terá a responsabilidade de atender às demandas do Siconv. Da mesma forma, novos materiais de apoio estão em fase de confecção para que sejam disponibilizados a todos os conveniados.

Modelo da capacitação – aspectos metodológicos

- Elaborar um ciclo de capacitação continuada, de modo que não fosse necessário tanto conteúdo em tão pouco tempo. Do ponto de vista metodológico, entende-se que faltou espaço para técnicas de abordagem mais participantes. De todo modo, a capacitação foi produtiva, principalmente pela oportunidade de conhecer a equipe do Ministério do Esporte
- Ampliar o sistema de formação: teleconferências, cursos a distância relacionados ao PST. Cursos de pequena duração (140 hs), de especialização (369 hs) com parceria entre o Ministério e as Universidades
- Formação de grupos para discussões e relatos, criação de um canal de comunicação entre os convênios. Mais dias para o desenvolvimento das temáticas
- Deve-se pensar em sessões tira-dúvidas individuais, com os técnicos do Ministério

Aliar as necessidades de desenvolvimento de temáticas importantes e o tempo tem sido o grande desafio das capacitações gerenciais. Já houve mudanças para o processo e consequentes avanços mas ainda há espaço para novas alterações. As capacitações são realizadas em Brasília, com isso a aproximação com a equipe técnica do Ministério é possibilitada e tem facilitado os futuros contatos entre Coordenadores Gerais e Equipe durante o período de desenvolvimento das ações.

Quanto à sistemática de desenvolvimento da capacitação, sempre que possível é oportunizada a exposição de algumas experiências de conveniados, contudo, ainda se trata de uma prática pouco explorada. A temática central de sistema de conveniamento ocupa grande parcela do tempo e inviabiliza que muitas outras ações possam ser incrementadas. Com a possibilidade de se ter um técnico específico para este tema, entende-se que em futuras capacitações os grupos possam ser separados e os temas serem tratados de forma mais aprofundada e com tempo suficiente de abordagem.

Considerações Finais sobre as Capacitações junto aos Coordenadores do PST

O processo de Capacitação do Programa Segundo Tempo coloca-se como de fundamental importância e integrado a todo o sistema desenvolvido para que ele se consolide socialmente e se torne legítimo.

O primeiro passos para o alcance deste propósito já estão consolidados, visto que há um processo em pleno desenvolvimento e que vem atingindo patamares de satisfação elevados. Tal tarefa coloca-se como um desafio constante e que merece toda a atenção da Secretaria.

As políticas devem ser mantidas e potencializadas, pois o PST, por meio de seu planejamento estratégico, indica estar no caminho certo, construindo um legado significativo às futuras gerações e ao esporte educacional brasileiro.

A valorização dos participantes do PST passa pelo reconhecimento de que os mesmos devem se beneficiar de processos de formação continuada. E essa valorização é plenamente atendida pela Secretaria e sua política, uma vez que continuamente oferece eventos dessa natureza, exigindo que seus parceiros participem e se atualizem, assim como se comprometam com as propostas administrativas e pedagógicas defendidas e trabalhadas pelo Programa. Salienta-se, contudo, que o compromisso é com o esporte educacional e seu propósito de participação irrestrita, integração e participação.

Os processos de capacitação vivenciados durante o ano de 2011, com o advento do DVD e novas dinâmicas de desenvolvimento, atingiram os objetivos de manter a qualidade do processo, da mesma forma que contribuiu com uma maior aproximação dos avaliadores junto à realidade dos diversos convênios do PST. Nesse sentido, reforça-se a idéia de que essa integração e valorização dos profissionais envolvidos colocam-se como medidas acertadas e merecem ser mantidas.

Ação Estratégica III: Consolidar a avaliação de impacto e o Controle Social do PST, fomentando a produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional:

1. construir sistema de monitoramento e avaliação de resultado e impacto, de forma a assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade de seus objetivos e ações;
2. consolidar e ampliar os mecanismos de controle social;
3. manter a articulação com a Rede de Instituições de Ensino Superior para estimular a produção de conhecimento relacionado ao PST

1. Construir Sistema de Monitoramento e Avaliação de resultado e impacto, de forma a assegurar a eficiência, eficácia e efetividade de seus objetivos e ações:

- implantar Sistema de Controle e Monitoramento para o Programa, com definição de indicadores de desempenho;
- desenvolver e implantar um sistema efetivo de avaliação do Programa.

O Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 traz uma nova sistemática de avaliação, baseando-se na inclusão de metas e iniciativas no âmbito da estratégia de implementação das políticas públicas do Governo Federal. De acordo com essa nova sistemática, “o Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação”.

Com a reestruturação e a discussão do novo PPA, a Secretaria está organizando seu Sistema de Controle e Monitoramento para melhoria da implementação da política pública. Está em fase de finalização o mapeamento dos processos internos como primeira etapa para melhorar o desempenho institucional, avaliando eventual sobreposição de ações e potencializando o foco estratégico na gestão. Vale destacar que este estudo, bem como a incorporação de duas novas temáticas - esporte e lazer e produção de material esportivo, faz com que todo o trabalho anteriormente proposto seja revisado, necessitando de ajustes e adequações.

Em 2011, além de dar continuidade a aferição dos indicadores apresentados nos Relatórios de Gestão de anos anteriores, para atender ao critério da estabilidade – “capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis que permitam monitoramentos e comparações”, esta Secretaria iniciou o processo de transição para a nova estrutura, organizando seu planejamento estratégico e inserindo novos indicadores como forma de aprimorar não só a mensuração dos resultados do programa, mas também na construção da política pública de esporte.

A avaliação está sendo direcionada para duas ações: uma primeira relacionada aos indicadores de resultados, onde está em elaboração o mapeamento dos processos da Secretaria, acrescentando as novas atribuições trazidas pelo Decreto nº 7529 de 21 de julho de 2011 e a inclusão de indicadores de resultados no sistema de monitoramento em implementação. Outra frente está na manutenção dos indicadores de satisfação, alcance dos resultados e impactos do Programa junto aos beneficiados, incorporando elementos da Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Segundo Tempo realizada em 2010, alcançando critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Por fim, a incorporação de indicadores gerenciais, permitindo a tomada de decisões em tempo hábil para o aperfeiçoamento do Programa.

O desenho do Sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) em conjunto com a Matriz de Indicadores do Programa Segundo Tempo, possibilitaram a construção do “MANUAL OPERACIONAL DE EXTRAÇÃO (CONSTRUÇÃO) DOS INDICADORES – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO” (Anexo 71), desenvolvido em parceria com a PUC Minas, e base para o desenvolvimento do Sistema de Indicadores do Programa Segundo Tempo (SISind).

O referido Manual contempla diversos indicadores, a exemplo da focalização territorial e frequência do beneficiado.

Como forma de subsidiar o desenvolvimento do SISind, para cada indicador apresentado no Manual estão delimitados:

- I – Conceito;
- II – Interpretação (incluindo limites da interpretação);
- III - Método de cálculo;
- IV – Fontes;
- V – Periodicidade;
- VI – Abrangência.

O Manual apresenta, ainda, com relação aos indicadores de desempenho:

- a) Os requisitos necessários para os Sistemas Informatizados da SNEED;
- b) Os instrumentos requeridos para aferição dos indicadores:
 - *Survey* Beneficiado;
 - *Survey* Família;
 - *Survey* Monitor ;
 - *Survey* Coordenador (incluindo Núcleo, Geral, Setorial e Pedagógico);
 - Observação com Registro (Monitor, Coordenador e Responsável pelo Beneficiado);
 - Instrumento de Coleta de Dados “*in loco*” (revisão).

Como passo inicial do SISind, a partir de estudos efetuados entre a Secretaria e a CGU, ainda em 2011, foi implantada a rotina de geração de pontuação com indicadores de desempenho através das avaliações *in loco* dos núcleos em cada um dos convênios, como ferramenta importante para subsidiar a tomada de decisão da gestão, contemplando elementos como a taxa de frequência dos beneficiados e a adequação aos princípios pedagógicos do PST no âmbito do Programa Segundo Tempo.

Trata-se de utilitário gerencial baseado no Instrumento de Coleta de Dados *in loco*, e embrião do SISind, que gera pontuação a partir de pesos preestabelecidos sobre as Avaliações *in loco* dos convênios, permitindo a avaliação de determinada parceria com base em critérios objetivos, dando início as rotinas de indicadores do Programa Segundo Tempo.

O Sistema de Indicadores será de fundamental importância ao acompanhamento gerencial do Programa Segundo Tempo e possivelmente dos demais Programas da Secretaria. A reestruturação da Secretaria e a Força Tarefa de análise de regularidade dos convênios com entidades em fins lucrativos atrasaram a incorporação do Manual Operacional de Indicadores ao SISind. Cabe ressaltar ainda que ha interdependência respectiva entre os sistemas de cadastro geral e de indicadores.

Para viabilizar a implementação dos indicadores previstos no Manual Operacional de Extração (construção de indicadores), com a correção da sistemática de mensuração dos resultados alcançados no Programa Segundo Tempo – atendendo ao critério da confiabilidade metodológica, deu-se continuidade a "Execução de Projeto e Desenvolvimento de sistema informatizado" com a capacidade de integrar-se, receber automaticamente informações dos demais sistemas e organizá-las

objetivando a composição de dados para os indicadores quantitativos e qualitativos.

Importante destacar que, com o crescimento do Programa Segundo Tempo, houve a necessidade do aprimoramento dos controles de gestão processual, e, principalmente, da informação. Para tanto, desenvolveu-se a Plataforma Informatizada da Secretaria Nacional de Esporte Educacional iniciada em 2009 e implantada/efetivada em 2010, com seus novos sistemas e utilitários. Tais ferramentas possibilitam a integração das informações, aumentam seu controle e confiabilidade, contribuindo de forma mais assertiva para o atendimento ágil aos convênios, e, conseqüentemente, aos beneficiados do Programa Segundo Tempo.

A fusão e integração das secretarias SNEED e SNDEL, dando origem à SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Lazer e Inclusão Social, agregou sob o mesmo comando e gestão todos os Programas Sociais do Ministério do Esporte. Assim, o PST-Programa Segundo Tempo, PELC-Programa de Esporte e Lazer da Cidade, Pintando a Cidadania e a Liberdade, e ainda Eventos, Jogos, Rede CEDES e CEDIME, passaram a fazer parte da mesma estrutura de gestão físico-administrativa. Acompanhando esta movimentação, a área de TI deverá contribuir com o levantamento de demandas e sistemas preexistentes buscando integrar e adaptar ferramentas informatizadas que já estejam em funcionamento e automatizando outras rotinas que por ventura ainda sejam realizadas manualmente. É possível que ainda se leve todo o primeiro semestre de 2012 nestes levantamentos, e que somente após esta etapa será possível informar o tempo de desenvolvimento das adaptações e de novos sistemas.

2. Consolidar e ampliar os mecanismos de controle social

- efetivar e qualificar o controle social no PST.

Conforme informado em 2010, o controle social no Programa Segundo Tempo se viabiliza, primeiramente, por meio das entidades da sociedade civil que assumem o compromisso formal de fiscalizarem os convênios celebrados, e pelo Sistema Ouvidor, por meio do qual qualquer cidadão pode obter informações a respeito das ações executadas pela Secretaria.

As entidades fiscalizadoras ficam responsáveis por exercer o Controle Social dos projetos a que estão vinculadas, possuindo um papel importante no acompanhamento e avaliação dos serviços prestados à sociedade, com vistas à boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Em 2011 foram mantidos os requisitos para a seleção e indicação da Entidade de Controle Social para a celebração dos convênios, devendo ser uma entidade preferencialmente pública, com abrangência compatível com a amplitude do convênio/área de funcionamento dos núcleos, priorizando os Conselhos Estaduais e Municipais. A maioria das entidades selecionadas na Chamada Pública de 2011 indicou Conselhos locais para exercer essa função, o que indica a participação mais efetiva da sociedade no acompanhamento das políticas públicas.

O outro canal aberto com a população é o Sistema Ouvidor que representa um mecanismo consolidado de controle social, uma vez que utilizado pelos beneficiados, famílias e agentes da sociedade civil como vetor de questionamentos, gera fiscalizações e decisões administrativas, o que torna mais transparentes as ações realizadas com os recursos repassados pelo Ministério.

No Segundo Tempo as denúncias são apuradas com todo o rigor, não apenas para dar

respostas aos solicitantes, mas principalmente para conhecer a fundo as condições de execução dos projetos desenvolvidos com os recursos públicos repassados.

O trabalho realizado em 2011 no retorno aos questionamentos e na apuração das denúncias é apresentado a seguir, sendo dividido em dois momentos, o primeiro realizado pela SNEED e o segundo realizado pela Secretaria:

Avaliação de Questionamentos/Denúncias

Primeiro Semestre de 2011 - SNEED

Conforme apresentado no Relatório de Gestão dos exercícios anteriores, ficou sob a responsabilidade da Assessoria do DEEIC avaliar e emitir posicionamento acerca de todos os questionamentos/denúncias relativos aos convênios firmados no âmbito da Ação de Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Programa Segundo Tempo, tanto os recebidos pelo Sistema Ouvidor do Ministério, quanto os recebidos por outros meios de comunicação, a exemplo do E-mail Institucional e Mídias Impressas.

No caso das mensagens recebidas via Ouvidoria, cabe a esta unidade promover inicialmente a classificação em face do teor da problemática (denúncias, reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitação de informação).

Ressalta-se que quando o questionamento é classificado como denúncia, a Ouvidoria promove a abertura de processo específico, o qual era encaminhado à ASSED para a análise e manifestação formal acerca da matéria, procedimento que desde 2008 passou a integrar o Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação dos Convênios do PST, mantendo-se até a presente data.

Competia também à ASSED avaliar as mensagens recebidas no Sistema Ouvidor, classificadas como reclamações, sugestões, elogios e solicitação de informações, que não demandam a formação de processo.

Importa ressaltar que, tanto no caso de processo de denúncia quanto nas mensagens classificadas, fica sob a responsabilidade da Ouvidoria finalizar o procedimento mediante o encaminhamento de resposta ao interessado.

A SNEED também recebeu denúncias, reclamações, sugestões, elogios e solicitação de informações pelo endereço institucional denuncia.pst@esporte.gov.br, para os quais foi dado o mesmo tratamento daqueles recebidos formalmente pela Ouvidoria/ME, que podem ser classificados como Informação, Reclamação, Sugestão ou Denúncia.

Contudo, a gestão do recebimento dos e-mails, análise e encaminhamento da resposta ao interessado ficou sob a responsabilidade direta desta unidade, salvo quando tem caráter de denúncia.

Nesta hipótese, a ASSED encaminhou o E-mail à Ouvidoria para abertura de processo ou apensamento a processo já existente com o mesmo objeto, passando a seguir os mesmos trâmites do procedimento formal acima citado.

Desta forma, durante o exercício de 2011 esta unidade gestora deu continuidade aos procedimentos apuratórios inerentes a reclamações, sugestões, elogios, solicitação de informações e

denúncias, ratificando e aprimorando algumas ferramentas de gestão já informadas nos exercícios de 2009 e 2010.

Por fim, com relação às mídias impressas, a ASSED além de prestar informações à ASCOM/ME com vistas à elaboração do posicionamento ministerial, também deflagrou diligências para apuração dos fatos, promovendo, ao final, a avaliação por meio de Informação, para fins de subsidiar a gestão na tomada de decisão.

Descrição dos Procedimentos Internos

PROCESSO DE DENÚNCIA

Após o recebimento do processo de denúncia pela SNEED, a Diretoria o encaminhava à ASSED para as providências cabíveis.

Na sequência, a área técnica realizava uma análise preliminar acerca dos fatos delatados, deflagrando as medidas apuratórias cabíveis, a exemplo:

- Oficiar a entidade Convenente para prestar esclarecimentos e apresentar prova documental (com vistas a assegurar o contraditório e a ampla defesa), resguardando o sigilo da fonte;
- Realizar visita ou vistoria para verificação/apuração “*in loco*” dos fatos, considerando a respectiva natureza (administrativa e/ou pedagógica); e
- Demandar acompanhamento pontual por Setores da unidade, entre outras.

Tão logo concluídos os procedimentos apuratórios, a área técnica analisava todo o conjunto de elementos que instruíram o processo de denúncia e expedia um Relatório Final, apresentando uma conclusão sobre o fato questionado, podendo apontar medidas corretivas a serem cumpridas pela entidade parceira.

Ao final, a área técnica providenciava cópia integral do processo para registros e arquivos da ASSED e alimentava o Sistema Ouvidor, registrando as informações relativas à conclusão.

Logo após, promovia a devolução dos autos à Ouvidoria, para que fossem adotadas as providências subseqüentes, inclusive o encaminhamento de posicionamento ao interessado.

Quando a denúncia tinha relação com convênios do Programa, cabia ainda à ASSED encaminhar cópia integral do processo para apensamento aos autos respectivos, ciência do inteiro teor pela CGAO/técnico responsável pelo acompanhamento do convênio ou pela área em que o processo físico se encontra e adoção das providências pertinentes.

Por fim, as informações relativas ao procedimento eram lançadas pela ASSED no Formulário 17 – Denúncias/Reclamações do SIC.

MENSAGENS OUVIDORIA

Com relação às mensagens classificadas como reclamações, sugestões, elogios e solicitação de informações, que não demandavam a formação de processo, a ASSED promovia a avaliação e registrava a resposta diretamente no Sistema.

Desta forma, a área técnica consultava diariamente o Sistema Ouvidor, identificando as novas mensagens relativas ao Programa Segundo Tempo, cumprindo o seguinte fluxo:

- imprimir uma cópia da mensagem;
- lançar os dados na planilha de controle;
- avaliar os fatos em face dos elementos constantes dos autos do convênio relativo (se for o caso) e demais ferramentas disponíveis;
- ao final, alimentar o sistema ouvidor com as conclusões relativas.

De igual forma, quando a mensagem se refere a convênio, as informações relativas ao procedimento eram lançadas pela ASSED no Formulário 17 – Denúncias/Reclamações do SIC.

Ressalte-se que cabe à Ouvidoria encaminhar resposta ao interessado.

Por fim, cumpre destacar que nos casos em que não era possível a identificação do convênio relativo aos fatos, a ASSED demandava a Ouvidoria para solicitar ao interessado informações complementares, estabelecendo o prazo de 30 dias para resposta, sob pena de arquivamento por falta de elementos para apuração.

E-MAIL INSTITUCIONAL

Ao receber E-mail, a ASSED cumpria o seguinte fluxo:

- a) imprimir uma cópia do e-mail;
- b) lançar os dados na planilha de controle;
- c) avaliar os fatos em face dos elementos constantes dos autos do convênio relativo (se for o caso) e demais ferramentas disponíveis;
- d) ao final, enviar “E-mail Resposta” ao interessado com as conclusões relativas.

Registre-se que, quando o e-mail se referia a convênio, as informações relativas ao procedimento também eram lançadas pela ASSED no Formulário 17 – Denúncias/Reclamações do SIC.

De igual forma, cumpre destacar que nos casos em que não era possível a identificação do convênio relativo aos fatos, a ASSED encaminhava E-mail ao interessado, solicitando informações complementares, estabelecendo o prazo de 30 dias para resposta, sob pena de arquivamento por falta de elementos para apuração.

Quanto aos E-mails recebidos pelo endereço eletrônico que tinham caráter de denúncia, a ASSED os encaminhava à Ouvidoria para abertura de processo ou apensamento a processo já existente com o mesmo objeto, passando a seguir os mesmos trâmites do procedimento formal já citado.

Ademais, cabe salientar que apenas a ASSED tinha acesso ao referido endereço eletrônico, respeitando rigorosamente em todas as situações as determinações legais relativas ao sigilo da fonte, independentemente da natureza dos fatos e classificação dada.

MÍDIA IMPRESSA

Com base na matéria jornalística, a ASSED avaliava quais as medidas apuratórias cabíveis, a exemplo das citadas no item Processo de Denúncia. Na sequência, promovia a avaliação dos fatos por meio de Informação.

Convém destacar que, em virtude da notoriedade/repercussão das matérias, cada procedimento adotado era oportunidade comunicado à AECI/ME, para fins de acompanhamento e orientações que entender pertinentes.

Balanço

No tocante aos **Processos de Denúncia**, no 1º Semestre de 2011 foram finalizados **06** processos remanescentes de 2010 e **06** processos recebidos no mesmo semestre, conforme demonstrado nas Planilhas de Denúncia 2010 e 2011 (Planilha “Processos de Denúncia SNEED” - Anexo 72).

Ressalte-se que os processos concluídos foram oportunamente encaminhados à Ouvidoria, para adoção dos procedimentos subsequentes, inclusive a formalização de resposta aos denunciante.

Com relação às **Mensagens Ouvidoria** (Informações, Reclamações e/ou Solicitações) – até 21/07/2011 foram recebidas/solucionadas 557 mensagens. (Planilha “Mensagens Ouvidoria SNEED” - Anexo 73)

No 1º Semestre de 2011 também foi respondida 1 mensagem remanescente do ano de 2010.

Já em relação ao **E-mail Institucional** até 21/07/2011 foram recebidos 18 e-mails, sendo respondidos no mesmo período. (Planilha “E-mail Institucional SNEED” - Anexo 74)

Por fim, acerca das **Mídias Impressas**, no início de 2011 foram avaliadas denúncias envolvendo a execução de 03 convênios, sendo emitidas 04 Informações Denúncia Mídia.

Fragilidades

- Limitação quantitativa e qualitativa do corpo técnico, para apuração de denúncias de natureza grave, a exemplo de desvio de recursos e bens do projeto; fraudes em processos licitatórios, contratações de recursos humanos; dentre outros fatos de maior grau de complexidade;
- Contingenciamento orçamentário que limitou a quantidade de vistorias realizadas.

Resultados obtidos em 2011

- Efetivação da Ouvidoria do ME como um canal aberto com a população, de suma relevância para o fortalecimento do exercício da cidadania e para tornar mais transparentes as ações deste Ministério;
- Interface com a entidade local do Programa Segundo Tempo, bem como com as Equipes Colaboradoras e Técnicas responsáveis pelo acompanhamento do projeto, no sentido da resolução de problemas pontuais enfrentados ou na implementação de

ações corretivas face o previsto nos instrumentos firmados e na legislação vigente, contribuindo para a identificação de fragilidades, o aprimoramento da gestão e a correta aplicação dos recursos públicos;

Perspectivas para 2012

- Como relatado acima, não conseguimos concluir um dos principais sistemas da plataforma que é o Sistema Integrado de Cadastros Gerais – SICAD, que tornará toda a plataforma e seus sistemas integrados.
- Esta integração juntamente com a normalização das informações do Banco de Dados geral possibilitará a leitura e extração de informações muito importantes e em formato gerencial apoiando e facilitando a tomada de decisões da alta gestão da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, bem como, do próprio Ministério do Esporte no que tange aos seus programas sociais.
- Em conjunto com algumas ferramentas que estão em fase de testes, como o extrato geral de convênios, que disponibilizará informações essenciais dos convênios do ME, também será implantado o sistema de referenciamento geográfico, que permitirá a localização de todos os núcleos do Programa Segundo Tempo em tempo real, com informações relevantes às equipes de trabalho e aos cidadãos em geral.

Segundo Semestre de 2011- SNELIS

A partir da estruturação da nova Secretaria (Agosto/2011) e com a desconstituição da Assessoria do DEEIC, a avaliação de todos os questionamentos e denúncias envolvendo a execução de convênios do Programa Segundo Tempo passou para a **Coordenação de Análise de Denúncias – CADEN**, vinculada à Coordenação Geral de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Programas e Projetos – CGFIS.

Descrição dos Procedimentos Internos

Considerando os resultados até então alcançados pela SNEED, foram mantidos pela CGFIS/SNELIS todos os procedimentos e fluxos anteriormente estabelecidos para “Processo de Denúncia”, “Mensagens Ouvidoria”, “E-mail Institucional”, “Mídia Impressa”, assim possibilitando a continuidade dos mecanismos de controle já implementados.

Em complemento, foi designado técnico para realizar pesquisa diária na internet, com vistas a identificar matérias que tratam do Programa Segundo Tempo e possibilitar a antecipação de medidas de controle por parte da gestão.

No particular, cumpre destacar que os resultados obtidos com a redução do volume de denúncias têm relação direta com a efetividade da nova sistemática de monitoramento, a avaliação e o controle da execução dos convênios, implementada desde outubro de 2008, que integrou o acompanhamento realizado pela Equipes Colaboradoras, os procedimentos operacionais desenvolvidos pela Equipe Técnica desta Secretaria e o acompanhamento das Entidades Fiscalizadoras, dirimindo muitas impropriedades/irregularidades na execução dos projetos e, por consequência, muitos conflitos que motivavam a apresentação de denúncias.

Os resultados dessa integração têm se mostrado eficaz, favorecendo a análise das denúncias recebidas e o pleno acompanhamento da execução dos projetos.

Balanço

No 2º Semestre de **2011** foram finalizados **06 Processos de Denúncia** recebidos no exercício, conforme demonstrado nas Planilhas de Denúncia 2010 e 2011 (Planilha “Processos de Denúncia SNELIS” - Anexo 75).

Apenas a análise de **01** processo de denúncia ficou pendente para 2012, tendo sido finalizada no início do ano.

Com relação às **Mensagens Ouvidoria** (Informações, Reclamações e/ou Solicitações) – a partir de 22/07/2011, foram recebidas/solucionadas 506 mensagens; encontrando-se pendentes apenas 04 mensagens para serem solucionadas, em virtude da necessidade de abertura de diligências. (Planilha “Mensagens Ouvidoria SNELIS” - Anexo 76)

Com relação ao **E-mail Institucional**, a partir de 22/07/2011 foram recebidas 16 e-mails, os quais 03 foram solucionadas em 2012 e 01 encontra-se pendente de resposta (aguardando Relatório de Visita). (Planilha “E-mail Institucional SNELIS” - Anexo 77)

Por fim, acerca das **Mídias Impressas**, no final do 2º Semestre de 2011 foram publicadas diversas matérias jornalísticas envolvendo convênios celebrados com entidades não governamentais, os quais são sendo objeto de auditorias do TCU e CGU, e/ou de inquéritos policiais, não tendo esta unidade recebido os resultados dos procedimentos até a presente data.

Fragilidades

- Demora ou ausência de resposta da entidade parceira às diligências que solicitam esclarecimentos ou documentação comprobatória acerca dos fatos questionados;
- Ausência de treinamentos específicos nessa área.

Resultados obtidos em 2011

- Considerável redução no número de processos de denúncias nos últimos 03 anos (2009: 36 processos; 2010: 19 processos e 2011: 13 processos), visto que a maioria dos e-mails recebidos por esta unidade e mensagens via Sistema da Ouvidoria tratam de Informações, Reclamações e/ou Solicitações.

Perspectivas para 2012

- Continuidade dos trabalhos e redução do volume de demandas, em decorrência do aprimoramento do Programa;
- Aprimorar a comunicação com as entidades parceiras, no sentido de superar problemáticas identificadas (na execução do convênio ou na interface com o ME);

- Promover capacitações com temas que auxiliem a avaliação de denúncias;
- Padronizar respostas para dúvidas frequentes, disponibilizando-as no sítio do ME para todos os interessados.

3. Manter a articulação com a Rede de Instituições de Ensino Superior para estimular a produção de conhecimento relacionado ao PST

- contribuir para o estabelecimento de uma rede “IES” em torno do esporte educacional;
- incentivar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao esporte educacional/PST;
- realizar eventos em parceria com as IES participantes da rede.

O Segundo Tempo tem procurado manter um processo continuado de parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES). A vinculação das IES por meio de seus docentes e pós-graduandos nas ações do Ministério tem sido essencial para os avanços conquistados pelos seus programas.

Atualmente a Secretaria conta com a participação de docentes e pós-graduandos vinculados a 55 IES distribuídas por todo o país. Essa pluralidade com olhares diferenciados possibilita que haja uma avaliação mais detalhada sobre as políticas públicas elaboradas e aplicadas pelo Ministério. Da mesma forma, contribui para que o olhar da Academia seja redimensionado, uma vez que se tem a chance de acompanhar, por meio de seus representantes junto à Rede do Programa, a construção e aplicação das políticas públicas do Esporte Educacional e suas particularidades.

Outro fator importante é a participação direta de professores e estudantes dos Cursos de Educação Física e Esporte de todo o país no acompanhamento da aplicação da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, verificando na prática como a formação profissional pode fazer a diferença na ação pedagógica. Ao observar a atuação de Coordenadores de Núcleo e Monitores na intervenção pedagógica junto aos beneficiados, tem sido possível identificar potencialidades e fragilidades da formação na área para atuar em projetos esportivos sociais.

Esse movimento acaba por favorecer a reflexão sobre o currículo acadêmico e tem resultado em mudanças na grade curricular de muitas Instituições de Ensino Superior. Além disso, o conhecimento desta realidade e suas inúmeras possibilidades de pesquisa têm estimulado o desenvolvimento de muitos estudos sobre o Programa e sobre a Política de Esporte Educacional nos programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, além de monografias de especialização e trabalhos de conclusão de curso de graduação.

Diante desse envolvimento, a Secretaria vem mantendo esforços para ampliar essa participação e estimular que todas as IES possam ser estimuladas a olhares e análises sobre o esporte brasileiro e os programas que o envolve, assim como que se prontifiquem a ampliar e enriquecer o seu desenvolvimento.

Para tanto, partiu para mais uma ação intersetorial com o Ministério da Educação, aceitando o desafio de construir temas para compor o Edital PROEXT de 2012/2013, referente às ações extensionistas. Nesse sentido, convocou os avaliadores de todas as Equipes Colaboradoras e todos os seus consultores a pensarem como o Esporte e a Educação Física de forma geral poderiam ser contemplados neste edital a ser construído. Os avaliadores aceitaram o desafio e contribuíram na organização dos temas que hoje integram o Edital nº 02 do PROEXT 2013 SESu/MEC, tendo uma

característica ampliada e com possibilidades variadas de serem atendidos e trabalhados por toda a comunidade acadêmica brasileira da área.

Os temas selecionados e organizados para o edital se apresentam na **Linha Temática 13: Esporte e Lazer**, tendo como Subtemas:

- **Esporte e lazer:** a) Oferta de esporte e lazer junto às populações em situação de risco e vulnerabilidade social; b) Oferta de esporte e lazer a populações de crianças, jovens e adolescentes; c) Oferta de esporte e lazer a populações idosas.
- **Esporte paraolímpico:** a) Oferta de esporte paraolímpico e atividades físicas adaptadas a pessoas com deficiências, buscando a criação e o aprimoramento dos conhecimentos, assim como a ampliação de oportunidades para o acesso a essas práticas.
- **Tecnologias de esporte e lazer:** a) Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de ensino/treinamento e de materiais/equipamento para a prática do esporte e do lazer.
- **Condições de participação:** as propostas deverão se caracterizar pela inovação tecnológica, viabilidade, acessibilidade e utilidade.
- **Jovens atletas:** a) Pesquisa-ação sobre detecção de jovens vinculados a projetos sociais esportivos que se destacam potencialmente nas capacidades inerentes ao esporte e estímulo ao preparo para o esporte de rendimento.
- **Gestão de políticas públicas de esporte e lazer:** a) Pesquisa-ação para o desenvolvimento de modelos de avaliação e monitoramento da gestão de programas de intervenção social por meio do esporte e do lazer; b) Formação e aprimoramento de gestores e profissionais da Educação Física e do Esporte.

Com esta iniciativa, que amplia as possibilidades de fomento para as IES, espera-se que haja um estímulo para que os profissionais da Educação Física e Esporte se debruçam nos experimentos e estudos sobre o fenômeno esporte e suas múltiplas vertentes de desenvolvimento e intervenção, qualificando a produção do conhecimento na área.

Ação Estratégica IV: Fortalecer o Esporte Educacional brasileiro:

1. contribuir para a implementação do Sistema Nacional e Esporte e Lazer;
2. fortalecer as parcerias com gestores e entidades no âmbito do esporte educacional;
3. apoiar a realização de eventos e atividades diferenciadas de esporte educacional, fortalecendo a participação de crianças, adolescentes e jovens;

1. Contribuir para a implementação do Sistema Nacional e Esporte e Lazer

- assegurar o protagonismo da SNEED na estruturação do esporte educacional no Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- contribuir na construção da III Conferência Nacional do Esporte em todas as suas fases;
- contribuir para a consecução do censo do esporte nacional, a ser realizado pelo ME/FINEP – UFBA.

O Ministério do Esporte vem ao longo dos últimos oito anos procurando manter uma política de desenvolvimento do esporte, contudo, sofre pela falta de uma estrutura nacional que possa proporcionar avanços mais significativos.

A falta de infraestrutura física e material de toda ordem inviabiliza que ações mais pontuais e eficientes sejam implantadas e disponibilizadas para a comunidade nacional. Algumas ações

políticas são idealizadas pelos parlamentares, contudo, pouco se efetivam junto aos municípios brasileiros, em especial no setor educacional, que ainda resente da total falta dessa estrutura. Grande parcela de nossas escolas sofre pela inexistência de espaços e materiais suficientes para uma prática saudável e adequada do esporte educacional.

Ainda como ponto que inviabiliza ações mais eficazes para os avanços do esporte educacional, está a formação do profissional responsável pelo seu desenvolvimento. Os cursos de Educação Física em nível nacional centram suas formações a um viés de intervenção diferenciada e com pouca atenção à formação que favoreça o desenvolvimento do esporte educacional.

Tendo esse quadro e também os estudos desenvolvidos por vários pesquisadores e órgãos gestores, o Ministério do Esporte tem buscado, dentro de seus programas e ações, retomar as discussões sobre a disponibilidade de estrutura física e material para a prática do esporte em nível nacional, da mesma forma que estimulado o pleno desenvolvimento de um processo continuado de formação dos seus agentes responsáveis pelos programas vinculados ao ministério.

Para a questão de estrutura física e material, assim como de disponibilidade de práticas esportivas pelo país, o ME em parceria com o FINEP lançou edital para que pesquisadores brasileiros concorressem com seus grupos de estudos a fim de levantarem o quadro real existente e indicassem caminhos possíveis de atendimento e desenvolvimento. A utilização do potencial de pesquisadores e olhares da comunidade de forma geral pode ampliar e enriquecer a organização e desenvolvimento das políticas públicas. Dessa forma, está ocorrendo o mapeamento do esporte nacional pela equipe da Universidade Federal da Bahia e estima-se para o ano de 2012 a apresentação dos resultados iniciais. Com isso o ME poderá indicar encaminhamentos mais pontuais e que representem os anseios e necessidades da nossa comunidade brasileira.

Em relação o atendimento das ações desenvolvidas pelo ME, a SNELIS mantém e amplia a abrangência do Programa Segundo Tempo, estimulando que o mesmo atenda também a comunidade do Ensino Médio e Universitário, da mesma forma que proporciona o atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais. Durante o ano de 2011 realizou vários estudos piloto a fim de organizar diretrizes específicas e com isso disponibilizar para a comunidade brasileira em 2012 essas modalidades de PST.

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de potencializar o atendimento do programa e qualificar os seus agentes, a SNELIS/ME mantém o programa de formação continuada que desenvolve desde o ano de 2008 com muito sucesso, conforme se pode observar nos dados apresentados neste relatório. Essa ação valoriza e resgata a idéia de que o agente responsável pelo desenvolvimento do esporte educacional precisa estar sintonizado com os conhecimentos básicos que se exige para um trabalho qualificado e valoroso junto ao PST.

Estes aspectos citados foram referendados pela III Conferência Nacional do Esporte, na qual se destacaram as ações vinculadas aos Programas do Ministério de forma a potencializá-las e consolidá-las. Com isso, depreende-se que a comunidade nacional está ciente e aprova as medidas até então encadeadas pelo Ministério do Esporte e seus programas.

2. Fortalecer as parcerias com gestores e entidades no âmbito do esporte educacional

- unificar em conjunto com as Confederações Estudantis esportivas o sistema nacional do Desporto Escolar e Universitário.

Em 2011 ampliou-se o investimento na ação para realização de eventos esportivos estudantis, fortalecendo, desta maneira, as parcerias com as Confederações e Federações do Desporto Estudantil, ambos escolar e universitário. Houve, ainda, aumento da participação do Brasil nas competições estudantis internacionais – a exemplo da Universíade na China e Jogos Sulamericanos escolares, na Colômbia.

3. Apoiar a realização de eventos e atividades diferenciadas de esporte educacional, fortalecendo a participação de crianças, adolescentes e jovens

- definir critérios para chamamento público dos eventos de esporte educacional;
- apoiar a participação de escolares e juventude em jogos e eventos nacionais e internacionais.

No ano de 2011, o Brasil teve participação em diversos eventos a começar pela participação da Delegação Brasileira na 26ª Universíade de Verão, por meio de parceria firmada com Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

Aconteceu a realização do 22º Campeonato Mundial de Futebol de Campo Escolar realizado em Fortaleza, pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar, tendo envolvido no total 980 pessoas dos diversos países, sendo 85 pessoas da Delegação Brasileira. Foi realizado, ainda, o Projeto JONAFES 2011 – Ciências Exatas, Humanas, Sociais e da Saúde, com a Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais – FUNORTE com a participação de 2.000 acadêmicos e profissionais das mais diversas áreas principalmente das atividades físicas, esporte e do lazer.

Por meio de Termo de Cooperação foram realizadas parcerias com a Universidade Federal do Goiás para a realização do Seminário Esporte e Desenvolvimento e a Universidade Federal de Minas Gerais para a realização dos Jogos Universitários de Juiz de Fora e Intermed Minas 2011.

Participação brasileira nos Jogos Sul-americanos em Bogotá/Colômbia, composta de 210 integrantes entre atletas e equipe técnica, com a parceria da Confederação Brasileira do Desporto Escolar, em que o Brasil terminou a competição em primeiro lugar no quadro geral, com 95 medalhas, sendo 43 de ouro, 26 de prata e 26 de bronze. Mais de 1.300 estudantes de dez países disputaram a competição. Destaca-se que o Brasil foi escolhido por unanimidade como país-sede pelos dez países que compõem o Conselho Sul-Americano de Desportos (Consude), para realização dos Jogos Sul - americanos em Dezembro de 2012.

Cabe ressaltar a confirmação de que o Brasil (Brasília/DF) será a sede da Gymnasiade em 2013.

Diante de tantas participações do Brasil durante o ano de 2011 reforça o crescimento e a importância do desenvolvimento do esporte escolar e universitário no Brasil.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da SNEED

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SNEED

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8028		Denominação: Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens						
Objetivos Específicos: O Inclusão social, vivência e iniciação esportiva de caráter educacional - Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso a atividades esportivas e complementares, no tempo ocioso, desenvolvidas em espaços físicos públicos ou privados, tendo como enfoque principal e abordagem pedagógica o esporte educacional e a inserção de crianças, adolescentes e jovens que se encontram fora do ensino regular. A prática esportiva, conforme preconiza o Artigo 217 da Constituição Federal, é direito de cada cidadão e constitui dever do Estado garantir à sociedade - independentemente da condição sócio-econômica de seus distintos segmentos - o acesso ao Esporte. Este acesso, por si só, é uma forma de inclusão social. E quando este é efetivado como instrumento de formação integral do indivíduo, terá, ainda, como consequência, o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a melhoria da saúde e qualidade de vida, do bem estar e o aprimoramento da consciência crítica, além de contribuir efetivamente para a ampliação do número de horas dedicadas ao processo educacional e a redução da evasão escolar, da repetência e déficit no processo de aprendizagem. Portanto, a partir das orientações dadas pelo projeto democrático e popular do Governo Federal aos programas sociais esportivos, voltados à inclusão social e para a gestão democrática, o Programa de Inclusão social, vivência e iniciação esportiva de caráter educacional - Segundo Tempo contribui para a reversão do quadro de injustiça, de exclusão e vulnerabilidade social a que é submetida grande parcela de população brasileira (crianças, adolescentes e jovens), atuando sinergicamente com outros programas e ações intersetoriais que visam o atendimento do mesmo público-alvo. As finalidades precípuas são o desenvolvimento de estudos, a melhoria da infra-estrutura esportiva, a democratização do acesso à prática esportiva, a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras, a melhoria da qualidade de vida, a diminuição da exposição aos riscos sociais, o desenvolvimento de valores comunitários e a conscientização para a prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania a crianças, adolescentes e jovens.						
Gerente: Afonso Barbosa			Responsável: Afonso Barbosa			
Público Alvo: Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
229.026.075,00	219.091.195,00	193.962.927,06	66.592.889,24	86.145.755,52	66.352.550,24	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	percentual	31/12/2011	0,01	1,60	1,60	4,39
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de crianças, adolescentes e jovens beneficiados no Programa / Nº de crianças, adolescentes e jovens.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	percentual	31/12/2011	0,11	8,50	8,50	13,08
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de municípios beneficiados pelo Programa / Nº de municípios brasileiros.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	percentual	31/12/2011	0,29	10,00	10,00	46,81
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de municípios beneficiados pelo Programa / Nº de municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões metropolitanas.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	percentual	31/12/2011	37,00	40,00	39,00	35,00
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de beneficiados do sexo feminino no ano/Total de beneficiados pelo Projeto no ano.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	percentual	31/12/2011	80,00	87,00	85,00	76,98
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleo capacitados no ano/ Total de beneficiados atendidos do ano						
Análise do Resultado Alcançado:						

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas pela SNEED**QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ**

Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional	A - Atividade	3 - Demais ações prioritárias	Unidade	14.814	15.600	*
812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	2626 - Promoção de Eventos de Esporte Educacional	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	21	7	*
812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	8238 - Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	299	0	*
812 - Desporto Comunitário	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional	8360 - Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	5.087	5.800	*

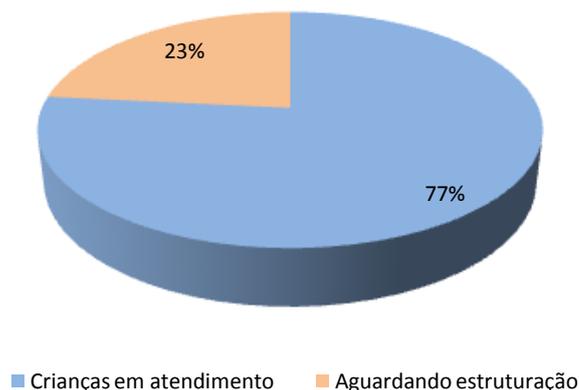
*Não foram estabelecidas metas para 2012, considerando a alteração no PPA e a criação de novas ações orçamentárias.

Análise crítica (Quadros A.2.1. e A.2.2.):

a) Cumprimento das metas físicas:

A meta física prevista no SIGPLAN para o exercício de 2011, ação orçamentária 4377, corresponde a 14.814 e a realizada de 15.600 beneficiados, perfazendo o cumprimento da meta em 105% do previsto. Porém, os números apontados acima não expressam a realidade das metas atingidas da referida ação no exercício em questão. A meta de 14.814 foi prevista visando atender a sistemática do SIGPLAN, que considera somente os beneficiados (meta) de convênios celebrados e pagos no mesmo exercício. Portanto, cabe esclarecer que o atendimento efetivo do ano corresponde aproximadamente a 1.676.424 beneficiados. O número registrado de beneficiados advém da soma dos convênios formalizados em exercícios anteriores vigentes em 2011, devido ao ciclo de atendimento médio de 02 anos e aos beneficiados do Programa Mais Educação. Ressalta-se, que o número apresentado acima corresponde aos beneficiados efetivamente atendidos no decorrer de 2011. Cabe informar que além deste número efetivo de atendimento, existem mais 512.580 crianças, adolescentes e jovens que serão beneficiados por meio de convênios já formalizados, os quais estão em processo de estruturação dos núcleos, de forma a obter a liberação da Ordem de Início, para o início do concreto atendimento. Somado os beneficiados já em atendimento aos 512.580, totaliza-se o montante de 2.189.004 beneficiados de convênios vigentes em 2011, incluindo convênios de anos anteriores, novas celebrações realizadas em 2011 e programa mais educação (Anexo 78). Considerando o exposto acima, entende-se que os encaminhamentos realizados pela Gestão do Segundo tempo, se encontram em consonância com o planejamento estratégico quanto à ampliação do público alvo do programa e de fortalecer e estruturar a parceria com o Ministério da Educação – MEC, visto que o aumento significativo do número de atendimento ocorreu por meio do Programa Mais Educação.

O gráfico abaixo demonstra a situação dos convênios vigentes em 2011.



Quanto ao cumprimento das metas das ações do Programa voltadas a Promoção, Participação e Desenvolvimento de eventos de Esporte Educacional:

Ação: 2626 – Promoção de Eventos de Esporte Educacionais

Durante o exercício de 2011 foram empenhados 09 eventos, o qual representa 47% da meta prevista para 2011, porém de acordo com metodologia de aferição do SIGPLAN que registra somente os convênios pagos, apenas 06 eventos foram considerando, alcançando a meta de 28%. Os demais, um será pago como restos a pagar em 2012 e um foi cancelado.

Tabela X – Convênios e destaque realizado em 2011

Convênio	Entidade	Evento	Beneficiados	Valor
761178/2011	Município de Caravelas	Realização da arena multi esportes na cidade de caravelas	3.000	R\$ 600.000,00
759473/2011	Confederação Brasileira do Desporto Escolar	Seminário de Desporto Escolar	490	R\$ 554.000,00
755414/2011	Confederação Brasileira do Desporto Escolar	22º Campeonato Mundial de Futebol de Campo Escolar	980	R\$ 1.878.116,00
755793/2011	Confederação Brasileira do Desporto Universitário	Participação da Delegação Brasileira na 26ª Universidade de Verão	200	R\$ 2.060.072,40
755576/2011	Faculdades Unidas do Norte de Minas	JONAFES 2011 - Ciências Exatas, Humanas, Sociais e da Saúde	2.000	R\$ 50.000,00
Destaque	Universidade Federal de Goiás	Seminário Esporte e Desenvolvimento	10.000	R\$ 746.144,77
Destaque	Jogos Universitários de Juiz de Fora e Intermed Minas 2011	Universidade Federal de Juiz de Fora	2.500	R\$ 172.288,72
759474/2011	Confederação Brasileira do Desporto Escolar	XVII Jogos Sulamericanos Escolares	216	R\$ 968.234,00
Cancelado	PM de Goiana	Olimpíadas esportivas interescolares	2.830	R\$ 200.000,00

No exercício de 2011 também foi empenhado o Campeonato Pernambucano Escolar, por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 200.000,00, beneficiando cerca de 4.320 pessoas.

Ação: 8360 – Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacional

Durante o exercício de 2011, foram empenhados 03 eventos beneficiando cerca de 6.200 pessoas, porém, conforme metodologia do SIGPLAN, já dito nas ações acima, foram considerados somente os eventos pagos em 2011, o qual beneficiou 5.800 pessoas, atingindo a meta em 114%.

Tabela X – Convênios, contratos e destaque realizado em 2011

Convênio	Entidade	Evento	Beneficiados	Valor
756147/2011	Universidade Estadual de Maringá	IV Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte	800	R\$ 125.231,40
Contrato	Seminário em Goiânia	HWC Empreendimentos	5.000	R\$ 35.581,89
Destaque	Universidade Federal de Pelotas	Simpósio Nacional de Educação Física	400	R\$ 10.780,00

Quanto à meta de realização de 21 eventos para 2011 não foi atingida considerando que o valor orçamentário de cada projeto aprovado na chamada pública tem uma característica, ou seja, cada evento tem um valor orçamentário diferente. Em 2011, como nos anos anteriores, optou por apoiar os eventos das confederações CDBE e CDBU de forma a fortalecer as parcerias com gestores e entidades no âmbito do esporte educacional e universitário.

Ação: 8238 – Participação de crianças, adolescentes e jovens em atividades esportivas nacionais e internacionais

Registra que durante o exercício de 2011 a ação 8238 não foi executada devido à insuficiência de limites disponibilizados para empenho.

b) Ações que apresentaram problemas de execução

A baixa execução da meta física da ação 4377 em 2011 como em todos os outros exercícios está associada às dificuldades enfrentadas no decorrer do exercício quanto à liberação dos recursos financeiros. O momento da liberação dos recursos também dificulta a execução das ações, visto que a maior parte dos recursos orçamentários para celebração de novas parcerias ocorre geralmente no último bimestre de cada ano, dificultando que o repasse financeiro seja realizado no mesmo ano de formalização do convênio por não haver tempo hábil para o processamento.

A ação 8238, conforme já dito acima não teve execução orçamentária em 2011, por conta dos limites disponibilizados para empenho.

c) Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

A mudança nas Diretrizes da ação de Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, realizadas pela gestão do PST de não mais financiar a ação de reforço alimentar, levou à redução significativa do custo médio anual de beneficiados, associada ao fortalecimento da ação intersetorial junto ao MEC e possibilitou a ampliação do número de alunos atendidos pelo PST no Programa Mais Educação de 329 mil em 2010 para mais de 1 milhão em 2011, não apenas triplicando o número, como também qualificando a execução da Política de Esporte Educacional.

d) Ações Prioritárias na LDO

Com a qualificação e ampliação do Programa no decorrer dos últimos anos, em 2011, a ação 4377, prioritária da LDO, possibilitou o funcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional em mais de 2.051 municípios em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. Nesse período, estiveram vigentes 435 parcerias, sendo 58 com o Governo Federal, 25 com Governos Estaduais, 315 com Prefeituras e 37 com organizações não governamentais, beneficiando aproximadamente 2.189.004 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 34.265 professores e monitores.

Cabe esclarecer que as ações de Infraestrutura, Publicidade e Gestão e Administração do Programa não foram citadas no Relatório, pois eram executadas pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte e não pela SNEED.

2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
8028 -Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	51000	18000/00001

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						209.404.034,00
	PLOA						209.404.034,00
	LOA						224.604.034,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							

Total						224.604.034,00
--------------	--	--	--	--	--	-----------------------

2.4.3 Programação das Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO			4.422.041,00			
	PLOA			4.422.041,00			
	LOA			4.422.041,00			
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total			4.422.041,00				

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO			209.404.034,00			
	PLOA			209.404.034,00			
	LOA			224.604.034,00		4.422.041,00	
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					

	rios	Reaber					
		tos					
	Créditos Cancelados			9.934.880,00			
	Outras Operações						
	Total			224.604.034,00		4.422.041,00	

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153052	27.812.8028.2626.0001			746.144,77
		153061	27.812.8028.2626.0001			172.288,72
		110407	27.812.8028.4377.0001			1.371.681,87
		153019	27.812.8028.4377.0001			177.473,96
		153028	27.812.8028.4377.0001			189.900,00
		153037	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		153045	27.812.8028.4377.0001			189.673,97
		153046	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		153052	27.812.8028.4377.0001			165.900,00
		153061	27.812.8028.4377.0001			1.992.600,00
		153062	27.812.8028.4377.0001			182.782,64
		153063	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		153079	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		153080	27.812.8028.4377.0001			189.899,12
		153114	27.812.8028.4377.0001			18.505.521,88
		153115	27.812.8028.4377.0001			70.158,00
		153164	27.812.8028.4377.0001			189.900,00
		153278	27.812.8028.4377.0001			62.250,00
154040	27.812.8028.4377.0001					

						82.250,00
		154045	27.812.8028.4377.0001			107.650,00
		154047	27.812.8028.4377.0001			107.533,70
		154051	27.812.8028.4377.0001			189.568,04
		154054	27.812.8028.4377.0001			18.484,03
		154069	27.812.8028.4377.0001			82.250,00
		154080	27.812.8028.4377.0001			221.500,00
		154503	27.812.8028.4377.0001			7.867,49
		158121	27.812.8028.4377.0001			17.221,34
		158122	27.812.8028.4377.0001			11.288,00
		158127	27.812.8028.4377.0001			19.858,48
		158129	27.812.8028.4377.0001			28.996,42
		158133	27.812.8028.4377.0001			58.659,60
		158137	27.812.8028.4377.0001			37.939,45
		158145	27.812.8028.4377.0001			52.974,69
		158146	27.812.8028.4377.0001			25.299,52
		158149	27.812.8028.4377.0001			39.800,00
		154047	27.812.8028.8360.0001			10.780,00
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Análise crítica

O quadro acima detalha a movimentação orçamentária por meio de descentralização de créditos recebidos e concedidos. Quanto aos créditos concedidos, a grande maioria à conta de

dotações da Ação 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, para atendimento a parcerias com Universidades Federais.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	Exercícios			
	2010	2011	2010	2011
Licitação		37.635.600,37		27.041.130,05
Convite		36.712,50		25.462,50
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão		37.595.287,87		27.012.067,55
Concurso		3.600,00		3.600,00
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas		2.112.615,18		1.399.168,57
Dispensa		2.024.195,18		1.310.982,57
Inexigibilidade		88.420,00		88.186,00
Regime de Execução Especial		1.500,00		1.500,00
Suprimento de Fundos		1.500,00		1.500,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros		153.972.872,51		37.910.751,62

1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	193.962.927,06	Σ	193.962.927,06	Σ	127.370.037,82	Σ	66.352.550,24
41 - contribuições		117.883.444,87		117.883.444,87		111.072.636,07		6.810.808,80
30 - outro serviços de terceiros - PJ		48.233.617,44		48.233.617,44		12.061.622,60		36.140.285,84
39 - outro serviços de terceiros - PJ		22.971.900,76		22.971.900,76		851.952,88		21.979.297,88
35 – serviços de consultoria								
48 – outros auxílios financeiros a Pessoa Física								
Demais elementos do grupo		4.873.963,99		4.873.963,99		3.383.826,27		1.422.157,72

1.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Durante o exercício de 2011 não houve nenhuma despesa de capital.

Análise Crítica do quadro A.2.8 e A.2.9.

No exercício de 2011, não houve alterações significativas na execução orçamentária do Programa de forma a provocar impacto negativo ou positivo na referida execução, em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento ou modificação da ação.

Cabe destacar que alguns impactos negativos são gerados devido ao contingenciamento orçamentário realizado com frequência em todos os exercícios durante os primeiros meses do ano, originando acúmulo na celebração de novas parcerias, as quais acabam ocorrendo geralmente no último bimestre de cada ano, no ato da liberação da maioria dos recursos orçamentários cujo impacto financeiro ocorrerá a partir de 2012.

Quanto à gestão orçamentária do Programa Vivência e Iniciação Esportiva, destaca-se que a maior concentração de valores empenhados e pagos corresponde às despesas relativas à ação de funcionamento de núcleos de esporte educacional, na modalidade “contratação outros” que se refere à convênios e termos de cooperação e ao pregão correspondente à aquisição de materiais esportivos e logística para desenvolvimento das ações nos núcleos. Destaca-se ainda que a maior parte das despesas foi classificada no elemento de despesa 41, decorrente das celebrações de convênios.

A diferença entre os RP não processados e os valores pagos justifica-se pela insuficiência de limites financeiros disponibilizados para pagamento de todas as despesas aptas a receber os referidos recursos, pela inadimplência fiscal dos convenientes junto ao SIAFI e também pelo atraso por parte do conveniente no cumprimento de algumas diretrizes determinadas pelo Programa para liberação da segunda parcela. Porém, cabe destacar que o montante de RP causa efeitos negativos na execução financeira do exercício seguinte.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Durante o exercício de 2011 não houve nenhum crédito recebido pela UJ.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS

RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913
Convênios e Contratos de Repasse	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da								
3 – Outras Despesas	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913	4.403.520	0	0	2.999.913
41 - Contribuições	4.403.520	2.999.913	4.403.520	2.999.913	4.403.520	0	0	2.999.913
Demais elementos do grupo								

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não houve nenhuma despesa de capital no exercício de 2011.

2.4.7. Indicadores Institucionais

Com a reestruturação e a discussão do novo PPA, a Secretaria está organizando seus indicadores para melhoria da implementação da política pública.

Em 2011, além de dar continuidade à aferição dos indicadores apresentados nos Relatórios de Gestão de anos anteriores, para atender ao critério da estabilidade – “capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis que permitam monitoramentos e comparações”, esta Secretaria iniciou o processo de transição para a nova estrutura, organizando seu planejamento estratégico e novos indicadores como forma de aprimorar não só a mensuração dos resultados do programa, mas também na construção da política pública de esporte.

A avaliação está sendo direcionada para duas ações: uma primeira relacionada aos indicadores de resultados, onde está em elaboração o mapeamento dos processos da Secretaria, acrescentando as novas atribuições trazidas pelo Decreto nº 7529 de 21 de julho de 2011 e a inclusão de indicadores de resultados no sistema de monitoramento em implementação. Outra frente está na manutenção dos indicadores de satisfação, alcance dos resultados e impactos do programa junto aos beneficiados, incorporando elementos da Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Segundo Tempo realizada em 2010, alcançando critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Por fim, a incorporação de indicadores gerenciais, permitindo a tomada de decisões em tempo hábil para o aperfeiçoamento do Programa.

O “MANUAL OPERACIONAL DE EXTRAÇÃO (CONSTRUÇÃO) DOS INDICADORES – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO” (Anexo 71), base para o desenvolvimento do Sistema de Indicadores do Programa Segundo Tempo (SISind), subsidiará a tomada de decisão, pois contempla diversos indicadores, a exemplo da focalização territorial e frequência do beneficiado.

Para viabilizar a implementação dos indicadores previstos no Manual Operacional de Extração (construção de indicadores), com a correção da sistemática de mensuração dos resultados alcançados no Programa Segundo Tempo – atendendo ao critério da confiabilidade metodológica, já está em curso a "Execução de Projeto e Desenvolvimento de sistema informatizado" com a capacidade de integrar-se, receber automaticamente informações dos demais sistemas e organizá-las objetivando a composição de dados para os indicadores quantitativos e qualitativos.

Como passo inicial do SISind, a partir de estudos efetuados entre a Secretaria e a CGU, ainda em 2011, foi implantada a rotina de geração de pontuação com indicadores de desempenho através das avaliações in loco dos núcleos em cada um dos convênios, como outra ferramenta importante para subsidiar a tomada de decisão da gestão, contemplando elementos como a taxa de frequência dos beneficiados e a adequação aos princípios pedagógicos do PST no âmbito do Programa Segundo Tempo.

Conforme já mencionado nos Relatórios de Gestão de anos anteriores, além dos indicadores aferidos no SIGPLAN, que não traduzem a complexidade da execução do Programa, a gestão do PST nos últimos dois anos desenvolveu outra forma de cálculo para aferição dos indicadores registrados no referido sistema que melhor expressão a realidade da execução física do PST em cada exercício, independente dos recursos financeiros. A metodologia de cálculo dos indicadores no SIGPLAN considera somente os convênios pagos no ano de formalização, enquanto que os índices apurados na tabela abaixo consideram todos os convênios vigentes em 2011, incluindo o Programa Mais Educação. Entende-se como viável essa aferição, em função dos convênios plurianuais, que na maioria das vezes a execução física não se dá no mesmo exercício da liberação da primeira parcela. Os indicadores agregados de resultado consideraram dados populacionais do IBGE e INEP, conseqüentemente, todas as matrículas no ensino fundamental e médio das escolas públicas do país como referência para o público do Programa.

A tabela abaixo demonstra a evolução dos indicadores apresentados nos últimos Relatórios de Gestão da SNEED, além da metodologia de cálculo.

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens*	1,15%	2,00%	2,50%	2,11%	3,64%	3,57%	3,66%	4,16%	6,20%
Taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros	11,23%	20,09%	17,67%	17,36%	25,66%	28,09%	27,28%	21,46%	36,86%
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas	44,15%	55,32%	58,51%	51,60%	61,17%	67,02%	72,34%	71,81%	80,85%

* Com base no quantitativo de beneficiados dos convênios vigentes durante o ano

Fontes das variáveis - indicador "taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens":

Variável X: número de beneficiados atendidos durante o ano

Variável Y: número de matrículas no ensino fundamental e médio das escolas públicas do país no ano (INEP)

<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>

Fórmula de cálculo: Variável X / Variável Y * 100

Fontes das variáveis - indicador "taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros":

Variável X: número de municípios atendidos durante o ano

Variável Y: número de municípios do país (IBGE) <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Fórmula de cálculo: Variável X / Variável Y * 100

Fontes das variáveis - indicador "taxa e Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas":

Variável X: número de municípios com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas atendidos durante o ano

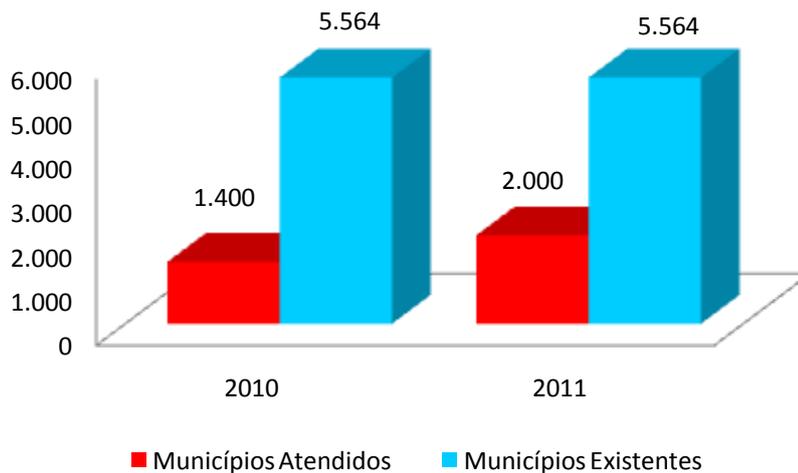
Variável Y: número de municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas (IBGE) - Organização: IBGE,

Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. Fonte: Legislações Federal e Estaduais

Fórmula de cálculo: Variável X / Variável Y * 100

O não financiamento do reforço alimentar possibilitou o aumento da cobertura geográfica do Programa, conforme demonstram os indicadores apontados acima e o gráfico abaixo. Cabe destacar a ampliação do atendimento de 1.400 municípios em 2010 para mais de 2.000 municípios atendidos em 2011.

Gráfico de evolução geográfica do Programa.



3 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica

4 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	206.343,94		206.343,94	
2009	49.741,00			49.741,00
2008				
2007	456.990,00			456.990,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	93.327.337,40	3.316.336,24	58.422.281,54	31.588.719,62
2009	15.599.455,69	5.049.633,42	3.198.938,06	7.350.884,21
2008	8.689.269,55	2.500.611,28	2.299.923,41	3.888.734,86
2007	3.189.798,38	1.095.996,14		93.802,24
Observações:				

4.2. Análise Crítica

Os restos a pagar inscritos em 2011 referem-se aos convênios e termos de cooperação do Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional, celebrados em exercícios anteriores, nas ações de Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, de Promoção de Eventos de Esporte Educacional, de Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais, e de Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais.

A maior parte dos empenhos inscritos em restos a pagar refere-se aos convênios de funcionamento de núcleos de esporte educacional celebrados no exercício de 2010. Analisando criticamente a execução orçamentária do Programa, e o volume de empenhos inscritos em restos a pagar, verifica-se que o valor é muito significativo. Isso se justifica em parte pelas dificuldades das entidades parceiras, por questões de inadimplência que impedem o repasse ou pelo não cumprimento das exigências no prazo previsto para recebimento dos recursos, especificamente no caso de segundas parcelas, e em parte pelas dificuldades do próprio órgão quanto à disponibilidade de recursos financeiros para liquidação de alguns empenhos emitidos no exercício.

Essa problemática tem ocorrido no final de todos os exercícios em função da liberação tardia do orçamento que acaba levando à efetivação do empenho apenas nos últimos dias do ano, o que prejudica, de forma significativa, a execução financeira do programa.

A estratégia utilizada pela UJ para pagamento dos RP refere-se à priorização da liberação das parcelas dos convênios aptos a receber e com a referida parcela em atraso, devido à insuficiência de recursos financeiros na data prevista de liberação.

O impacto causado pela demanda de pagamento dos restos a pagar com recursos financeiros do exercício de referencia corresponde ao adiamento da liberação financeira da grande maioria das novas celebrações do ano em questão para o exercício seguinte.

Os RP permanentes por mais de um exercício financeiro, ocorrem devido:

- à inadimplência das entidades convenentes no momento da liberação das parcelas;
- ao não cumprimento por parte dos convenentes dos requisitos estabelecidos pelo Programa para liberação da segunda parcela;
- à metodologia de celebração de convênio do programa, onde a vigência dos convênios dos Núcleos do Segundo Tempo ultrapassa mais de um exercício.

A gestão dos RP é prejudicada pela insuficiência de recursos financeiros e pela inadimplência dos convenentes.

Destaca-se que a gestão dos empenhos e RP é responsabilidade da Secretaria-Executiva do Ministério, responsável pela elaboração do quadro A.4.1 apresentado, onde consta RP de convênios, termos de convênios, contratos e outras ações, cabendo à Secretaria finalística somente o gerenciamento do acompanhamento dos convênios e termos de convênios celebrados pelo Programa Segundo Tempo.

Cabe registrar que em relação aos RP 2011 referentes à convênios e termos de parceria, R\$ 53.011.870,72 já foram liquidados e pagos em 2011.

5 . INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da UJ

QUADRO A.5.1 FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provisamento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)	0	11	0	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira	0	11	0	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		11		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
2 Servidores com Contratos Temporários				
3 Total de Servidores (1+2)	0	11	0	0

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ

QUADRO A.5.2 SITUAÇÃO QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	

5.2. Serviço militar	
5.3. atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargo em comissão	0	29	4	8
1.1 Cargos Natureza Especial				
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		29	4	8
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		3		1
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				1
1.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		2		
1.2.4 Sem vínculo		24	4	6
1.2.5 Aposentado				
2. Funções gratificadas	3	3	1	0
2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	3	3	1	
2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total de servidores em cargo e em função (1+2)	3	32	5	8

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade

QUADRO A.5.4 QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	6	4	7	2	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	6	4	7	2	
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	5	15	3	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	14	2		
2.3. Funções gratificadas		1	1	1	
3. Totais (1+2)	11	19	10	3	0

43

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provento de cargo efetivo	0	0	0	0	4	12	1	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					4	12	1	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provento de cargo em comissão	0	0	0	0	10	14	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					7	14			
2.3. Funções gratificadas					3				
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	14	26	1	1	1

43

LEGENDA

- | | |
|----------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 1 - Analfabeto; | 6 - Superior; |
| 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; | 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; |
| 3 - Primeiro grau incompleto; | 8 - Mestrado; |
| 4 - Primeiro grau; | 9 - Doutorado; |
| 5 - Segundo grau ou técnico; | 10- Não Classificada. |

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não se aplica

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1 Integral	0	0
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional	0	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Total (1+2)	0	0

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela UJ

A.5.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantitativo de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	0	

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

A.5.8 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS– Situação apurada em 31/12/2011 - SNEED E SNELIS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	5	5	8	R\$ 43.500,59
1.1. Área Fim	5	5	5	8	R\$ 43.500,59
1.2. Área Meio	0	0	0	0	R\$ -
2. Nível Médio	3	3	3	4	R\$ 13.186,31
2.1. Área Fim	3	3	3	4	R\$ 13.186,31
2.2. Área Meio	0	0	0	0	R\$ -
3. Total (1+2)	8	8	8	12	R\$ 56.686,90

SNEED
SNELIS

1º E 2º TRIMESTRE
3º E 4º TRIMESTRE

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

A.5.9 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									

5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

A informação integra o relatório consolidado da SE/ME

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

A informação integra o relatório consolidado da SE/ME

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

A informação integra o relatório consolidado da SE/ME

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

A informação integra o relatório consolidado da SE/ME

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

A informação integra o relatório consolidado da SE/ME

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5.6 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

	QUANTIDADES	DIAS
ABSENTEÍSMO	28	152
ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS	2	22
EDUCAÇÃO CONTINUADA	0	0
DISCIPLINA	0	0
APOSENTADORIA VERSUS REPOSIÇÃO DO QUADRO	0	0

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

6.1. Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011

**QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS
VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumula do até exercício	Início	Fim	
1	736407/2010	7438591000122	219.300,00	18.500,00		100.400,00	01/07/10	07/09/12	1
1	736408/2010	3623963000130	2.342.550,00	51.950,00		1.145.300,00	30/06/10	29/06/12	1
1	737330/2010	7258970000130	501.500,00	64.300,00		218.600,00	30/06/10	16/03/12	1
1	737651/2010	45302130000117	231.428,00	30.628,00		100.400,00	30/06/10	22/05/12	1
1	737654/2010	46588950000180	2.680.244,16	629.944,16		1.025.150,00	30/06/10	29/09/12	1
1	737657/2010	82916818000113	1.827.592,08	170.992,08		828.300,00	02/07/10	15/02/13	1
1	738397/2010	91618439000138	430.351,00	72.000,00		179.175,00	29/06/10	30/06/12	1
1	738398/2010	46523072000114	475.729,16	117.329,16		179.200,00	29/06/10	15/07/12	1
1	738550/2010	3155926000144	736.749,32	106.366,92		315.191,20	30/06/10	14/02/13	1
1	738834/2010	44959021000104	1.030.720,80	181.491,84		424.614,48	26/06/10	06/09/12	1
1	739424/2010	1131713000157	303.700,00	24.400,00		139.650,00	30/06/10	29/06/12	1
1	739426/2010	83102277000152	1.510.735,04	266.835,04		621.950,00	01/07/10	29/06/12	1
1	739427/2010	58200015000183	2.026.780,00	782.800,00		621.950,00	30/06/10	29/06/12	1
1	739428/2010	7891674000172	959.540,00	110.600,00		424.470,00	30/06/10	29/06/12	1
1	739430/2010	44531788000138	867.830,20	104.640,00		381.595,10	30/06/10	20/07/12	1
1	739431/2010	18159905000174	239.275,94	38.495,94		100.390,00	30/06/10	14/03/12	1
1	739432/2010	46522967000134	414.085,72	55.685,72		179.200,00	01/07/10	22/05/12	1
1	739434/2010	76020452000105	978.442,00	128.722,00		424.860,00	30/06/10	14/02/13	1
1	739435/2010	8348963000192	726.019,98	52.420,00		336.799,99	30/06/10	29/06/12	1
1	739437/2010	83102459000123	2.394.935,24	352.029,24		1.021.453,00	30/06/10	05/02/13	1
1	739439/2010	75688366000102	160.053,06	38.053,06		61.000,00	30/06/10	12/05/12	1
1	739441/2010	88372883000101	745.519,00	72.000,00		336.759,50	30/06/10	02/02/13	1
1	739519/2010	44215846000114	501.993,60	64.793,60		218.600,00	30/06/10	29/06/12	1
1	739534/2010	31844889000117	256.229,92	55.429,92		100.400,00	30/06/10	22/05/12	1
1	739535/2010	18279067000172	237.981,60	37.640,00		100.170,80	30/06/10	14/07/12	1
1	739536/2010	22680672000128	126.839,80	4.850,00		60.994,90	30/06/10	12/05/12	1
1	739700/2010	28916716000152	504.800,00	67.600,00		218.600,00	31/11/10	30/05/12	1
1	739708/2010	45731650000145	497.760,00	62.300,00		217.730,00	30/06/10	29/06/12	1
1	740262/2010	3439239000150	1.253.048,00	87.948,00		582.550,00	30/06/10	29/06/12	1
1	740266/2010	8357618000115	560.919,00	44.920,00		257.999,50	30/06/10	29/06/12	1
1	740312/2010	8148553000106	496.110,00	58.910,00		218.600,00	30/06/10	29/06/12	1
1	740365/2010	27142058000126	1.739.619,69	416.949,49		661.335,10	01/07/10	14/02/13	1
1	740366/2010	8153454000104	323.710,00	44.110,00		139.800,00	30/06/10	30/01/13	1
1	740367/2010	8778326000156	2.933.402,00	155.652,00		1.388.875,00	30/06/10	12/10/12	1
1	740444/2010	44892693000140	2.050.878,40	394.278,40		828.300,00	31/12/10	30/06/12	1
1	740447/2010	46189718000179	539.700,42	102.560,42		218.570,00	01/07/10	14/07/12	1
1	740451/2010	75687681000107	198.551,58	37.157,58		80.697,00	30/06/10	14/02/13	1
1	740495/2010	16899700000108	144.687,20	22.800,00		60.943,60	30/06/10	29/06/12	1
1	741081/2010	88546890000182	450.400,00	23.200,00	213.600,00		30/06/10	07/06/12	1
1	741082/2010	2125227000199	239.096,00	38.400,00		100.348,00	30/06/10	22/05/12	1
1	741087/2010	76206606000140	997.662,40	147.820,00		424.921,20	30/06/10	29/06/12	1
1	741096/2010	46523155000103	268.461,22	67.661,22		100.400,00	01/07/10	30/03/13	1
1	741103/2010	8110439000189	230.310,00	29.510,00		100.400,00	30/06/10	29/06/12	1
1	741468/2010	45226214000119	494.578,10	57.478,10		218.550,00	25/06/10	29/06/12	1
1	741469/2010	13825476000103	151.276,00	29.320,00		60.978,00	30/06/10	12/05/12	1
1	741471/2010	88587183000134	229.031,20	28.240,00		100.395,60	01/07/10	23/05/12	1
1	741530/2010	34671016000148	149.810,00	27.810,00		61.000,00	30/06/10	12/05/12	1
1	741836/2010	8079402000135	409.910,00	51.510,00		179.200,00	01/07/10	12/07/12	1

1	742847/2010	12200135000180	2.351.204,74	300.604,74		1.025.300,00	01/07/10	28/02/13	1
1	742849/2010	1067479000146	2.383.759,10	412.279,74		985.739,68	01/07/10	29/06/12	1
1	742858/2010	20920575000130	227.360,00	26.560,00		100.400,00	30/06/10	22/05/12	1
1	742862/2010	8153819000109	237.510,00	36.710,00		100.400,00	01/07/10	09/10/12	1
1	742865/2010	6082820000156	307.349,46	29.403,66		138.972,90	30/06/10	29/06/12	1
1	742896/2010	1612380000188	237.510,00	36.710,00		100.400,00	30/06/10	17/07/12	1
1	742897/2010	8357667000158	237.510,00	36.710,00		100.400,00	01/07/10	29/06/12	1
1	743597/2010	71989685000199	150.910,00	28.920,00		60.995,00	01/07/10	14/07/12	1
1	743811/2010	8365017000154	14.814.300,00	2.970.600,00		5.921.850,00	30/06/10	12/01/13	1
1	745182/2010	32415283000129	302.200,00	22.600,00		90.200,00	31/12/10	30/06/12	1
1	749953/2010	18431155000148	147.428,00	25.440,00		60.994,00	10/12/10	23/02/13	1
1	750903/2010	13128780003702	1.207.753,10	70.653,10		568.550,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750910/2010	45157104000142	317.700,00	44.100,00		136.800,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750913/2010	76206499000150	236.235,76	39.435,76		98.400,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750914/2010	14109763000180	705.369,60	86.169,60		309.600,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750953/2010	10404184000109	429.560,00	40.760,00		194.400,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750955/2010	8148421000176	258.660,00	23.460,00		117.600,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750956/2010	7675908000144	450.384,00	23.184,00		213.600,00	31/12/10	30/06/12	1
1	750957/2010	92399211000167	221.973,36	25.173,36		98.400,00	31/12/10	30/06/12	1
1	751945/2010	18715383000140	5.884.271,58	736.971,58		2.573.650,00	31/12/10	31/01/13	1
1	751946/2010	7954605000160	2.508.573,33	545.373,33		981.600,00	31/12/10	30/06/12	1
1	751969/2010	78640489000153	123.600,88	25.684,48		48.958,20	31/12/10	14/07/12	1
2	Destaque/ Capacitação	153114/15235	39.158.216,88	0,00	18.505.521,88		01/06/08	31/12/12	1
2	Destaque	153062/15229	365.568,80	0,00	135.189,72	23.531,10	12/08/10	13/12/12	1
1	717508/2009	04477600000104	124.408,40	24.910,00		49.749,20	24/12/09	23/06/12	2
1	717891/2009	07911696000157	778.210,00	91.810,00		343.200,00	31/12/09	30/06/12	2
1	718222/2009	07974082000114	1.794.100,15	175.800,15		809.150,00	14/12/09	13/06/12	2
1	722288/2009	45371820000128	333.080,00	43.080,00		145.000,00	31/12/09	19/02/13	2
1	723429/2009	46522983000127	228.540,00	33.790,00		97.375,00	30/12/09	24/11/12	2
1	723931/2009	29131075000193	1.804.043,00	149.793,00	827.125,00		31/12/09	01/03/12	1
1	724192/2009	13607213000128	180.800,00	21.800,00		79.500,00	28/12/09	27/06/12	1
1	725589/2009	14212872000128	190.615,20	90.615,20		50.000,00	31/12/09	04/09/12	2
1	726185/2009	01380004000105	1.307.758,48	113.358,48	298.600,00		31/12/09	24/11/12	1
1	726209/2009	23467889000117	162.025,50	30.775,50		65.625,00	31/12/09	02/07/12	2
1	760353/2011	44959021000104	183.476,67	73.236,00		55.120,34	28/12/11	28/06/13	1
1	761287/2011	03063416000147	101.142,74	11.000,00		45.071,37	28/12/11	28/06/13	1
1	761181/2011	00470127000174	327.866,40	66.156,00		130.855,20	28/12/11	28/06/13	1
1	760466/2011	05058441000168	134.311,34	25.500,00		54.405,67	28/12/11	28/06/13	1
1	760089/2011	87246120000151	145.277,48	34.629,00		55.324,24	27/12/11	27/06/13	1
1	760352/2011	16726028000140	150.902,55	42.750,00		54.076,28	27/12/11	27/06/13	1
1	761164/2011	05470294000139	374.650,16	37.670,00		168.490,08	01/12/11	01/06/13	1
1	761179/2011	46482865000132	114.980,51	24.219,20		45.380,66	01/12/11	01/06/13	1
1	761288/2011	29131075000193	172.190,94	63.090,00		54.550,47	28/12/11	28/06/13	1
1	761286/2011	82538851000157	139.538,70	32.005,00		53.766,85	28/12/11	28/06/13	1
1	761556/2011	76206606000140	138.242,00	45.100,00		46.571,00	28/12/11	28/06/13	1
1	757947/2011	18715391000196	1.962.700,00	160.000,00		901.350,00	27/12/11	27/02/14	1
1	757954/2011	07412119000110	6.652.098,24	1.528.398,24		2.561.850,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758655/2011	27167477000112	366.850,00	17.200,00		174.825,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759275/2011	18128207000101	659.613,00	61.263,00		299.175,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759279/2011	14217327000124	370.473,60	51.873,60		159.300,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759551/2011	10377679000196	3.465.427,66	998.527,66		1.233.450,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759785/2011	19875046000182	481.712,00	38.612,00		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760033/2011	06554869000164	1.921.425,40	118.725,40		901.350,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760059/2011	05182233000176	385.036,60	66.436,60		159.300,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760469/2011	17709197000135	231.000,00	5.550,00		112.725,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760472/2011	18241745000108	684.130,43	54.730,43		314.700,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760074/2011	13323001000119	5.158.549,60	1.673.749,60		1.742.400,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759786/2011	28636579000100	2.569.688,00	102.788,00		1.233.450,00	28/12/11	28/02/14	1
1	761186/2011	05506465000132	5.693.730,00	570.030,00		2.561.850,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759272/2011	11030772000192	1.720.686,40	73.236,40		823.725,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759849/2011	16417784000198	198.376,00	3.976,00		97.200,00	30/12/11	01/03/14	1
1	760475/2011	18338194000103	135.099,60	2.799,60		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760091/2011	26857516000140	3.134.000,00	313.400,00		1.410.300,00	28/12/11	28/02/14	1

1	757949/2011	79887261000125	894.699,84	97.899,84		398.400,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760020/2011	07616162000106	830.000,00	33.200,00		398.400,00	30/12/11	01/03/14	1
1	758652/2011	45148699000170	104.589,80	3.339,80		50.625,00	30/12/11	28/02/14	1
1	757611/2011	10091536000113	481.640,00	38.540,00		221.550,00	30/12/11	28/02/14	1
1	757615/2011	87849923000109	481.708,70	38.608,70		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757953/2011	46634259000195	366.132,00	16.482,00		174.825,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758184/2011	18008870000172	137.600,00	5.300,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758186/2011	01613283000100	104.055,00	2.805,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758187/2011	77356665000167	137.812,54	5.512,54		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758188/2011	03347101000121	461.570,00	18.470,00		221.550,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758210/2011	25223850000180	136.600,00	4.300,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758643/2011	06553887000121	267.780,00	11.280,00		128.250,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758669/2011	18684217000123	103.370,00	2.120,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759274/2011	06554166000136	105.314,00	4.064,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759277/2011	29138377000193	621.344,00	116.144,00		252.600,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759278/2011	18307496000106	104.600,00	3.350,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759280/2011	06554877000100	138.220,00	5.920,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759281/2011	06554356000153	234.850,00	9.400,00		112.725,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759282/2011	01612489000115	168.050,00	4.700,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759284/2011	07620701000172	369.279,00	19.629,00		174.825,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759285/2011	18133439000158	122.390,00	21.140,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759471/2011	18404780000109	153.720,00	21.420,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759537/2011	06553937000170	300.710,00	13.160,00		143.775,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759547/2011	16901381000110	104.200,60	2.950,60		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759550/2011	03501574000131	328.349,00	9.749,00		159.300,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759689/2011	18017467000100	136.273,47	3.973,47		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759779/2011	18025957000158	169.758,00	6.408,00		81.675,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759782/2011	13233036000167	105.250,00	4.000,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759783/2011	06553861000183	461.900,00	18.800,00		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759788/2011	07598618000144	168.165,00	4.815,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759789/2011	18457291000107	166.874,00	3.524,00		81.675,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759790/2011	13982632000140	135.000,00	2.700,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759792/2011	24996969000122	611.947,20	44.647,20		283.650,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759985/2011	13896725000151	166.842,00	3.492,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759992/2011	06554760000127	168.990,00	5.640,00		81.675,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759994/2011	13225131000119	108.850,00	7.600,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760000/2011	65042855000120	135.245,00	2.945,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760001/2011	87530978000143	211.304,35	16.904,35		97.200,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760012/2011	95640652000105	104.752,00	3.502,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760015/2011	76245059000101	104.151,00	2.901,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760019/2011	06553747000153	138.220,00	5.920,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760036/2011	29111093000103	198.380,00	3.980,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760038/2011	06554406000100	461.900,00	18.800,00		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760046/2011	44428506000171	260.479,05	97.129,05		81.675,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760067/2011	45685872000179	461.600,40	18.500,40		221.550,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760072/2011	08078958000107	104.600,00	3.350,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760073/2011	75793786000140	135.025,83	2.725,83		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760086/2011	41563628000182	238.200,00	12.750,00		112.725,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760088/2011	01611137000145	105.250,00	4.000,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760090/2011	28919637000103	201.060,00	6.660,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760201/2011	06554943000142	172.230,00	8.880,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760223/2011	01612566000137	105.314,00	4.064,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760474/2011	76238435000130	103.342,00	2.092,00		50.625,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760014/2011	01613121000171	103.828,40	2.578,40		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760024/2011	08154015000116	105.730,00	4.480,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760026/2011	13607346000102	104.930,00	3.680,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759542/2011	06554737000132	201.920,00	7.520,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760021/2011	05105135000135	202.723,00	8.323,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760093/2011	18338186000159	167.460,00	4.110,00		81.675,00	28/12/11	28/02/14	1
1	761180/2011	76247352000108	135.100,00	2.800,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760095/2011	01217538000115	463.464,00	20.364,00		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760078/2011	45358249000101	481.630,40	38.530,40		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760025/2011	49979255000137	208.069,40	13.669,40		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760470/2011	78200110000194	103.850,00	2.600,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760465/2011	07726540000104	262.000,00	5.500,00		128.250,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760202/2011	12243697000100	269.790,00	13.290,00		128.250,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760084/2011	87613220000179	106.542,83	5.292,83		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760083/2011	12332995000177	136.707,88	4.407,88		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757955/2011	48664304000180	200.270,00	5.870,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759780/2011	13769021000118	136.275,00	3.975,00		66.150,00	30/12/11	01/03/14	1
1	759273/2011	06554786000175	360.930,00	11.280,00		174.825,00	30/12/11	01/03/14	1
1	759784/2011	16416521000164	136.100,00	3.800,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1

1	760010/2011	46694121000181	137.600,00	5.300,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759781/2011	08110884000149	105.730,00	4.480,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	758182/2011	29138344000143	149.230,43	16.930,43		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760256/2011	28741098000157	204.400,00	10.000,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	758189/2011	14105704000133	140.412,50	8.112,50		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760087/2011	44494136000170	135.000,00	2.700,00		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760077/2011	01611138000190	103.370,00	2.120,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760027/2011	18338152000164	105.250,00	4.000,00		50.625,00	28/12/11	28/02/14	1
1	759535/2011	06554414000149	201.920,00	7.520,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760157/2011	88566872000162	299.531,25	11.981,25		143.775,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760082/2011	05470294000139	2.499.500,00	249.950,00		1.124.775,00	28/12/11	28/02/14	1
1	760081/2011	13937123000103	2.596.493,00	793.793,00		901.350,00	28/12/11	28/02/14	1
1	Destaque	153061/15228	1.802.700,00	0,00		1.802.700,00	05/12/11	23/01/14	1
1	Destaque	158145/26427	132.300,00	0,00		132.300,00	02/12/11	20/01/14	1
1	Destaque	154080 / 15277	443.100,00	0,00		443.100,00	22/11/11	10/01/14	1
1	758661/2011	18125120000180	200.600,00	6.200,00		97.200,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757612/2011	13988308000139	830.000,00	33.200,00		398.400,00	27/12/11	27/02/14	1
1	757613/2011	10358190000177	1.379.843,75	55.193,75		662.325,00	27/12/11	27/02/14	1
1	757619/2011	13894878000160	1.010.040,00	89.040,00		460.500,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758183/2011	18125146000129	231.320,00	5.870,00		112.725,00	27/12/11	27/02/14	1
1	758212/2011	94436474000124	136.273,47	3.973,47		66.150,00	28/12/11	28/02/14	1
1	758664/2011	07954480000179	17.363.000,00	1.736.300,00		7.813.350,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759270/2011	01612383000111	135.740,00	3.440,00		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	759286/2011	19718360000151	156.539,50	24.239,50		66.150,00	27/12/11	27/02/14	1
1	760476/2011	07798886000100	4.899.206,36	594.956,36		2.152.125,00	28/12/11	28/02/14	1
1	758215/2011	07158647000195	1.503.258,00	395.958,00		553.650,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757620/2011	05793590000170	6.894.000,00	752.400,00		3.070.800,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757618/2011	87990800000185	482.604,41	39.504,41		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757614/2011	19876424000142	608.843,40	165.743,40		221.550,00	28/12/11	28/02/14	1
1	757617/2011	08357600000113	264.195,00	7.695,00		128.250,00	30/12/11	28/02/14	1
2	Destaque	153037/15222	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	154039/26270	82.250,00	0,00		82.250,00	05/12/11	05/02/14	1
2	Destaque	158092/26351	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	103045/26233	189.900,00	0,00		189.900,00	30/11/11	30/12/13	1
2	Destaque	154040/26271	82.250,00	0,00		82.250,00	29/11/11	29/01/14	1
2	Destaque	153046/15225	82.250,00	0,00		82.250,00	30/11/11	30/12/13	1
2	Destaque	153052/15226	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154041/26272	189.900,00	0,00		189.900,00	30/11/11	30/01/14	1
2	Destaque	153032/15251	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154069/15276	82.250,00	0,00		82.250,00	30/11/11	30/01/14	1
2	Destaque	153061/15228	189.900,00	0,00		189.900,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153278/15229	82.250,00	0,00		82.250,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154051/15268	189.900,00	0,00	165.900,00	24.000,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153028/15248	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154054/15269	82.250,00	0,00	1.350,00	80.900,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	154045 / 15262	107.650,00	0,00		107.650,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153063/15230	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153065/26240	82.250,00	0,00		82.250,00	30/11/11	30/01/14	1
2	Destaque	158195/26252	82.250,00	0,00		82.250,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153165/26248	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153080/15233	189.900,00	0,00	23.999,12	165.900,88	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153079/26241	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/02/14	1
2	Destaque	153019 / 15246	189.900,00	0,00	3.196,00	186.704,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153166/26249	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	153115/15236	82.250,00	0,00		82.250,00	05/12/11	05/02/14	1
2	Destaque	153033/26264	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153103/26243	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154359/26266	189.900,00	0,00		189.900,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154359/26266	82.250,00	0,00		82.250,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154047/15264	107.650,00	0,00		107.650,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	153164/15238	189.900,00	0,00	189.900,00		24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	154050/26281	82.250,00	0,00		82.250,00	22/11/11	22/01/14	1
2	Destaque	154503/26352	82.250,00	0,00		82.250,00	24/11/11	24/01/14	1
2	Destaque	158147/26402	19.900,00	0,00		19.900,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158145/26427	39.800,00	0,00		39.800,00	26/09/11	29/09/12	1
2	Destaque	158129/26404	39.800,00	0,00	390,00	39.410,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158095/26356	19.900,00	0,00		19.900,00	26/09/11	29/09/12	1

2	Destaque	158133/26405	59.700,00	0,00		59.700,00	30/11/11	30/11/12	1
2	Destaque	158516/26438	19.900,00	0,00		19.900,00	30/11/11	30/11/12	1
2	Destaque	158151/26406	59.700,00	0,00		59.700,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158124/26407	39.800,00	0,00		39.800,00	08/12/11	08/12/12	1
2	Destaque	158153/26429	19.900,00	0,00		19.900,00	08/12/11	08/12/12	1
2	Destaque	158122/26409	19.900,00	0,00		19.900,00	06/12/11	06/12/12	1
2	Destaque	158121/26410	19.900,00	0,00		19.900,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158137/26412	39.800,00	0,00	4.199,12	35.600,88	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158149/26430	39.800,00	0,00	13.500,00	26.300,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158146/26431	39.800,00	0,00		39.800,00	11/10/11	11/10/12	1
2	Destaque	158152/26437	19.900,00	0,00		19.900,00	22/09/11	22/09/12	1
2	Destaque	158127/26420	19.900,00	0,00		19.900,00	08/12/11	08/12/12	1
2	Destaque	110407/00001	4.278.000,00	0,00	1.371.681,87	2.906.318,13	29/03/11	29/09/12	1
1	755414/2011	03953020000175	1.917.268,00	39.152,00	1.878.116,00		08/04/11	08/06/11	1
1	755793/2011	42467787000146	2.105.572,40	45.500,00	2.060.072,40		12/07/11	12/02/12	1
1	755576/2011	25205162000197	55.000,00	5.000,00	50.000,00		09/06/11	09/08/11	1
2	Destaque	153052/15226	750.000,95	0,00	485.563,36	264.437,59	11/07/11	10/10/11	1
2	Destaque	153061/15228	172.288,72	0,00	148.288,72		-	-	1
1	756147/2011	79151312000156	156.539,25	31.307,85	125.231,40		05/09/11	05/12/11	1
-	Contrato	08228323000149	35.581,89	0,00	35.581,89		-	-	1
2	Destaque	154047/15264	10.780,00	0,00		10.780,00	-	-	1
1	759474/2011	03953020000175	988.234,00	20.000,00	968.234,00		28/11/11	28/01/12	1
1	759473/2011	03953020000175	565.816,00	11.816,00		554.000,00	30/12/11	30/04/12	1
1	761178/2011	13761689000119	613.900,00	13.900,00		600.000,00	29/12/11	29/03/12	1
1	768892/2011	8686050000186	546.236,00	59.502,53		486.733,47	30/12/11	30/04/12	1
-	Contrato	00433623000158	1.979,03	0,00	1.979,03		-	-	1
1	452/2007	18428839000190	2.305.394,00	445.305,00	389.830,00		29/12/07	30/11/11	1
1	725598/2009	22678874000135	839.265,00	77.777,50		84.570,00	31/12/09	15/12/11	1
1	720519/2009	29079480000100	209.399,00	25.400,00		25.200,00	24/12/09	23/06/12	1
1	726172/2009	13128780003702	78.000,00	0,00	78.000,00		30/12/09	29/03/10	1

6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

CNPJ: 02.961.362/0001-74

UG/GESTÃO: 180002/00001

Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	128	81	123	85.014.374,29	96.327.646,50	110.494.786,76
Contrato de Repasse	53	0	1	11.338.000,00	0	133.141,91
Termo de Cooperação		0	0	0	0	0
Termo de Compromisso		0	0	0	0	0
Totais	181	81	124	96.352.374,29	96.327.646,50	110.627.928,67

6.1.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Nacional de Esporte Educacional			UG/GESTÃO: 180002/00001		
CNPJ: 02.961.362/0001-74					
Modalidade	Quantidade de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	377	384.583.100,99	210.932.596,43	173.650.504,56	54,85%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	59	12.637.034,47	2.647.185,24	9.989.849,23	20,95%
Termo de Compromisso					
Totais	436	397.220.135,46	213.579.781,67	183.640.353,79	75,79%

6.2 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

6.2.1 Informações sobre a análise da prestação de contas de convênios e contratos de repasse

A finalização das parcerias é caracterizada pelo processo de instrução e análise técnica com vistas à Prestação de Contas de cada Convênio. Nesse particular, cabe à Secretaria manifestar-se sobre o Cumprimento do Objeto pactuado, emitindo parecer quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio, a teor do estabelecido na Instrução Normativa/STN nº 01/1997, na Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 127/2008 e nº 507/2011.

No âmbito desta unidade gestora, a análise técnica da Prestação de Contas Final de parcerias, no âmbito técnico, é de competência da Coordenação-Geral de Avaliação de Convênios, conforme preceitua o Decreto 7.529, de 21/7/2011, que disciplina a Estrutura Regimental do Ministério do Esporte. Especificamente, as demandas do setor consistem na: avaliação preliminar da documentação encaminhada pela entidade que compõe a Prestação de Contas Final a fim de verificar a necessidade de abertura de Diligência, por meio do Ofício, com vistas a solicitar a apresentação da documentação pendente e/ou informações adicionais, se for o caso; análise e emissão de Parecer de Avaliação do Aspecto Técnico da Prestação de Contas Final; e ainda, na reanálise de Pareceres já encaminhados à CGPCO, quando solicitada.

Para a análise e emissão dos Pareceres Técnicos de Prestação de Contas Final, conforme já relatado no Relatório de Gestão referente ao exercício anterior, em função da insuficiência de elementos para subsidiar a decisão a respeito do cumprimento do objeto, cada vez mais foi se fortalecendo a idéia de integrar os procedimentos técnicos da fase de execução com os procedimentos técnicos relativos à Prestação de Contas Final. A visão de conjunto da área técnica foi fundamental para apoiar as mudanças introduzidas no acompanhamento e controle dos convênios, permitindo que a análise do cumprimento do objeto passasse a ser considerada ao longo da vigência do convênio, integrando-se aos demais processos gerenciais.

Além disso, a construção dos instrumentos e modelos que padronizam as ações buscou enfatizar os pontos que devem ser considerados para análise de mérito da Prestação de Contas Final, a qual, embora seja amparada pela documentação e registros apresentados, que buscam objetivá-la, ainda apresenta forte caráter subjetivo.

Principais Resultados

Vale destacar que o acúmulo de análises das Prestações de Contas no âmbito Técnico (Relatório de Cumprimento do Objeto, em virtude da fusão das equipes das Coordenações de Formalização de Parcerias (CGFOR) e de Avaliação de

Convênios), que em face das demandas/prioridades com prazos exíguos das duas Coordenações, muitas vezes inviabilizavam um melhor planejamento do setor, e especialmente os trabalhos de análise das contas dos convênios celebrados.

Todavia, apesar dos esforços empreendidos por esta unidade, não foi possível o cumprimento integral da demanda natural das Prestações de Contas Técnicas, em virtude do impacto no início de 2011, tendo em vista a realização pela CGFOR de 4 (quarto) Processos Seletivos para Formalização de Parcerias (PST Padrão, PST Universitário, PST/Pessoa com Deficiência, PST Navegar), a equipe técnica dedicou seus esforços na formalização de Parcerias. Ao todo foram analisadas mais de 2.230 (duas mil, duzentos e trinta) propostas encaminhadas nos quarto processos seletivos.

Em se tratando de resultados obtidos, cabe ressaltar a reestruturação do processo de análise e do próprio modelo de Parecer Técnico que procurou dar especial atenção aos aspectos exclusivamente técnicos, dando mais agilidade à análise dos objetivos pactuados nos convênios.

Os processos de acompanhamento dos prazos relativos à apresentação, encaminhamento, complementação de informações acerca das Prestações de Contas foram devidamente realizados, conforme o encerramento do convênio/parceria e prazos legais estabelecidos em lei.

Ademais, a análise de Prestação de Contas Técnica agregou conhecimento a toda equipe, especialmente aos colaboradores da CGFOR, sobre os aspectos de acompanhamento e execução, dando subsídios importantes a formalização de novas parcerias.

Desta forma, teve-se os seguintes resultados:

- a) Foram emitidos 29 (vinte e nove) Pareceres de Avaliação do Aspecto Técnico/Prestação de Contas Final, todos com Aprovação, sendo indicadas ressalvas em atos de gestão da Conveniente frente às Diretrizes do PST ;
- b) Foram expedidos 5 (cinco) notificações à entidades convenientes para apresentação de documentação complementar para análise da respectiva Prestação de Contas;
- c) Foram analisados 20 (vinte) Prestações de Contas de convênios, as quais estão em fase de revisão para conclusão final;
- d) Foram realizadas 15 (quinze) re-análises de Prestações de Contas, já aprovadas, por solicitação da Coordenação-Geral de Prestação de Contas (CGPCO);

Principais Problemas

Não obstante a inserção dos procedimentos de acompanhamento implantados por esta unidade e o aprofundamento da análise técnica da Prestação de Contas Final, em decorrência da visão geral dos técnicos sobre os procedimentos de acompanhamento desde a formalização até o final da execução, esta Secretaria, ainda se depara com dificuldades na emissão de conclusão sobre o cumprimento do objeto pela falta de subsídios que possam embasar as conclusões sobre o desenvolvimento das atividades durante todo o período pactuado no Plano de Trabalho.

Outro fator relevante continua sendo a insuficiência de técnicos que a Coordenação Geral de Avaliação de Convênios possui, o que impede o cumprimento das demandas inviabilizando o cumprimento das expectativas, demandas e exigências conferidas a esta Secretaria.

Como já é de conhecimento dos Órgãos de Controle que acompanham os trabalhos

desta Secretaria, a falta de experiência e capacitação da equipe técnica na análise de convênios continua sendo uma dificuldade a ser superada, que inclusive impacta na produtividade, posto que em média um técnico leva entre 15 (dez) e 20 (vinte) dias para finalizar uma análise de Prestação de Contas Final, o que inviabiliza o acompanhamento diário e sistemático dos convênios que também se encontram sob a responsabilidade do servidor.

Destaca-se ainda que a falta de experiência da equipe contribui para que a coordenação tenha que revisar o trabalho realizado, na maioria dos casos, mais de uma vez, o que corrobora para que haja um acúmulo de revisões, tanto pela área técnica quanto pela Coordenação-Geral.

A junção da Coordenação Geral de Formalização com a Coordenação-Geral de Avaliação de Convênios criou prioridades acentuadas, especialmente em 2011, devido aos processos seletivos já citados nas áreas de formalização de parcerias em detrimento à análise de Prestação de Contas.

Não obstante as questões reveladas acima, em alguns momentos as demandas sucessivas inviabilizam o apoio necessário da coordenação para com a equipe técnica, o que dificulta a aprendizagem/capacitação dos servidores.

Conforme já relatado anteriormente, outro dado relevante é o aumento das demandas com prazos exíguos das outras Coordenações e Diretorias que interrompem e inviabilizam o planejamento da Coordenação.

Cabe registrar que com a abertura do módulo de Prestação de Contas no SICONV a partir de 13 de julho de 2010 e a obrigatoriedade da Aprovação do Relatório de Execução por parte do Fiscal do Concedente, tornou-se imprescindível a inclusão no SICONV de todas as informações/documentos referentes às ações executadas com recursos do convênio. Dessa forma, considerando que as análises de Prestação de Contas dos convênios formalizados no âmbito do SICONV devem ser feitas no referido Sistema, a falta de conhecimento/capacitação dos procedimentos a serem adotados também se mostra como um ponto a ser superado no sentido de dar cumprimento ao estabelecido na legislação vigente.

Diante das dificuldades enfrentadas no sentido de dar cumprimento a todas as demandas do setor, para o próximo exercício vislumbra-se a possibilidade de: (1) desmembrar a Coordenação Geral de Formalização da Coordenação Geral de Avaliação de Convênios, dando folgo à CGFOR e prioridade às demandas de Prestações de Contas; (2) constituir uma equipe para a realização da análise da Prestação de Contas dos convênios, a fim de apoiar a equipe técnica que fiscaliza, visita e acompanha *in loco* os convênios, pois os maiores subsídios para análise de Prestação de Contas no âmbito técnico são as visitas realizadas diretamente nos núcleos de esporte educacional dos convênios formalizados.

Assim, compete registrar o passivo de convênios/parcerias de Prestação de Contas Técnica no âmbito do Programa Segundo Tempo, a serem analisados pela Coordenação-Geral de Avaliação de Convênios, com as novas perspectivas de trabalho acima citadas, além das demandas naturais de convênios expirados durante o ano de 2012:

- a) Propostas para Re-análise Técnica (por solicitação dos órgãos de controle ou do próprio conveniente): 15
- b) Prestação de Contas de Convênios, regidos pela IN/STN/01/1997: 59
- c) Prestação de Contas de Convênios/SICONV: 53

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS

CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE
REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria Nacional de Esporte Educacional						
CNPJ: 02.961.362.0001-74			UG/GESTÃO:180002/00001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
				Convênios	Contratos de repasse	
	2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		28	
Montante Repassado			48.464.256,04			
Com prazo de prestação de contas vencido		Contas prestadas	Quantidade		21	
			Montante Repassado		50.464.685,82	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		28	
			Montante Repassado		43.830.710,77	
2010	Contas prestadas	Quantidade		64		
		Montante Repassado		61.776.701,42		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1		
		Montante Repassado		92.550,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade		64		
		Montante Repassado		44.801.840,97		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		3		
		Montante Repassado		1.429.628,98		
Anterior a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		39		
		Montante Repassado		24.485.787,14		

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE
CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria Nacional de Esporte Educacional						
CNPJ: 02.961.362.0001-74			UG/GESTÃO:180002/00001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas			77		
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		28		
		Montante repassado (R\$)		49.465.956,04		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	
			Quantidade Reprovada		0	
			Quantidade de TCE		0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		20	
			Montante repassado		50.007.847,82	

2010	Quantidade de contas prestadas		65	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	
		Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	63	
Montante repassado (R\$)		61.184.081,34		
2009	Quantidade de contas prestadas		65	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	
		Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	63	
Montante repassado		44.699.933,12		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	39	
		Montante repassado	24.485.787,14	

Análise Crítica

A análise da Prestação de Contas dos convênios da SNELIS é dividida entre dois setores do Ministério, ficando sob a responsabilidade desta Secretaria a análise do aspecto técnico (Relatório de Cumprimento do Objeto) e da Coordenação Geral de Prestação de Contas/DGI/SE/ME a análise quanto ao mérito financeiro.

Embora essa divisão seja justificada em face da estrutura física e de pessoal das unidades, na prática enseja descompassos nos períodos das análises, no método e entendimentos para a avaliação. Tais problemáticas vêm sendo gradativamente combatidas, principalmente com a nova sistemática de análise desta Secretaria quanto ao aspecto exclusivamente técnico do cumprimento do objeto pactuado. No entanto a análise conclusiva final das contas dos convênios depende das duas áreas supracitadas, condição que ainda causa disparidades temporais das análises em comento, conforme percebido nos quadros acima, os quais tiveram seus dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (SICONV).

Ademais, outros fatores interferem nesse procedimento, a exemplo da limitação quantitativa e qualitativa de pessoal para o desempenho de tal mister, o que enseja o acúmulo de processos com análises pendentes, morosidade na abertura de diligências, gerando por conseqüência dificuldades na análise devido ao lapso temporal entre a execução e a análise das contas e a falta de efetividade na avaliação da política pública para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e evitar prejuízos ao erário.

Vale destacar, ainda, conforme já asseverado no Relatório de Gestão/2011, destaca-se que o acúmulo de análises e reanálises das Prestações de Contas no âmbito Técnico (Relatório de Cumprimento do Objeto, se deu em virtude da fusão das equipes das Coordenações de Formalização de Parcerias (CGFOR) e de Avaliação de Convênios, que em face das demandas/prioridades com prazos exíguos das duas Coordenações, muitas vezes inviabilizavam um melhor planejamento do setor, e especialmente os

trabalhos de análise das contas dos convênios celebrados.

Apesar dos esforços empreendidos por esta unidade, não foi possível o cumprimento integral da demanda natural das Prestações de Contas Técnicas, em virtude do impacto no início de 2011, tendo em vista a realização pela CGFOR de 4 (quarto) Processos Seletivos para Formalização de Parcerias (PST Padrão, PST Universitário, PST/Pessoa com Deficiência, PST Navegar), a equipe técnica, quase em sua totalidade, dedicou-se seus esforços na formalização de Parcerias. Ao todo foram analisadas, mais de 2.230 (duas mil, duzentos e trinta) propostas encaminhadas, nos quarto processos seletivos.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 – Anexo 80.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730, de 10 de Novembro de 1993 relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

QUADRO A.8.1 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGADAÇÃO DE ENTREGA A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Inciso I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Obrigados a entregar a DBR	4		
	Entregaram a DBR			43
	Não cumpriram a obrigação			

Análise Crítica

O Ministério do Esporte, como órgão principal, possui uma Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), que gerencia a recepção das DBR's de todas as Unidades desse Ministério. A CGGP informou que não dispõe de sistema informatizado para esse gerenciamento. Portanto, a recepção se dá em papel, tanto na forma de DBR impressa e lacrada, quanto no formulário de autorização de acesso.

As DBR's são guardadas em arquivo com chave, preservando o sigilo das informações.

Não compete a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, análise quanto a incompatibilidade patrimonial do servidor.

Quanto ao servidor que não cumpriu a obrigação de entrega da DBR, comunica-se à unidade responsável por incluir a informação no Relatório de Gestão do exercício. Não houve descumprimento da Lei nesse caso.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SNEED

9.1. Estrutura de Controles Internos

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno Ambiente de Controle	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.		x			
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria			x		
Considerações gerais: Esta UJ é unidade setorial de acompanhamento e fornecimento à Consultoria Jurídica de subsídios e elementos que possibilitem a defesa do Ministério em Juízo, bem como cabendo-lhe comunicar e fazer cumprir, no âmbito do Ministério dos					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Não se aplica.

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

As informações integram relatório consolidado SE/ME

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

As informações integram o Quadro A.11.1 do Relatório Consolidado SE/ME

QUADRO DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Anexo 81 – Ressalta-se que o número de “Patrimônio Antigo” refere-se à bens cedidos ao ME, portanto o é o patrimônio do órgão cedente (para efetivo controle), e o “Patrimônio” é o número do patrimônio deste Ministério, ou seja, são complementações sistêmicas decoerentes de efetivo controle patrimonial.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SNEED

Com o crescimento do Programa Segundo Tempo, houve necessidade do aprimoramento dos controles de gestão processual e, principalmente, da informação. Para tanto, desenvolveu-se a Plataforma Informatizada Secretaria Nacional de Esporte Educacional, iniciada em 2009 e implantada/efetivada em 2010 com seus novos utilitários. Tais ferramentas possibilitam a integração das informações, aumentam seu controle e confiabilidade, contribuindo de forma mais assertiva no atendimento ágil aos convênios e, consequentemente, aos beneficiados do Programa.

Conforme registrado no item 8 anterior, houve a fusão e integração das secretarias SNEED e SNDEL, dando origem à SNELIS – Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Lazer e Inclusão Social, agregando sob o mesmo comando e gestão todos os Programas Sociais do Ministério do Esporte. Assim, o PST-Programa Segundo Tempo, PELC-Programa de Esporte e Lazer da Cidade, Pintando a Cidadania e a Liberdade, e ainda Eventos, Jogos, Rede CEDES e CEDIME, passaram a fazer parte da mesma estrutura de gestão físico-administrativa. Acompanhando esta movimentação a área de TI deverá contribuir com o levantamento de demandas e sistemas pré-existentes buscando integrar e adaptar ferramentas informatizadas que já estejam em funcionamento e automatizando outras rotinas que por ventura ainda sejam realizadas

manualmente. É possível que ainda se leve todo o primeiro semestre de 2012 nestes levantamentos, somente após esta etapa será possível informar o tempo de desenvolvimento das adaptações e de novos sistemas.

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação(TI)

QUADROA.12.1–GESTÃO DETIDA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1.Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz				X	
2.Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3.Há comitê que decide sobre a priorização das ações e investimentos de		X			
Recursos Humanos de TI					
4.Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5.Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do	X				
Segurança da Informação					
6.Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7.Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8.É efetuada a avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis		X			
9.O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia				X	
10.É efetuada a gestão de acordos de nível de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11.Nos contratos celebrados pela UJ é exigido o acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bases de Serviços de TI					
12.Nível de participação e de terceirização de bases de serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
12.Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13.O Órgão/Entidade adota o processo de trabalho formalizado ou possui		X			
14.Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não se aplica

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SNEED

Não se aplica

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Em relação às demandas oriundas de Órgãos de Controle, predominantemente do TCU, da CGU, de Câmaras Municipais e Federal e de Procuradorias da República nos municípios onde o Programa Segundo Tempo está implantado, no início de 2011 foi mantida a responsabilidade da **Assessoria do DEEIC – ASSED** pelo respectivo atendimento.

Conforme já informado nos exercícios anteriores, tal decisão foi adotada objetivando possibilitar um controle mais efetivo sobre o conteúdo das respostas e o cumprimento de prazos assinalados, já que para o atendimento se faz necessário consolidar informações, inclusive de vários setores do Departamento, da Secretaria ou do Ministério, e emitir posicionamento da gestão acerca do assunto tratado.

Nos exercícios anteriores, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União vinham auditando o Programa Segundo Tempo com foco na sua gestão, o que permitiu avançar em muitos aspectos a partir das orientações/recomendações recebidas, especialmente em relação ao acompanhamento dos convênios.

Considerando a mudança na estrutura da Secretaria o trabalho realizado junto aos órgãos de controle será apresentado dividido em duas etapas, sendo a primeira relativa à extinta SNEED e a segunda relativa à Secretaria.

Primeiro Semestre de 2011 - SNEED

O início do exercício foi marcado pela Auditoria da Controladoria Geral da União, relativa à avaliação das contas do exercício de 2010. A ASSED desenvolveu e alimentou uma Planilha em conjunto com outras Coordenações da SNEED, com todos os convênios em execução e integrando os procedimentos realizados conforme a nova sistemática de acompanhamento e controle (Planilha “Acompanhamento dos Convênios e Termos de Cooperação do PST. Vigentes 2010 – Anexo 62).

Como o resultado desse trabalho foi bem avaliado pela CGU, uma vez que permitiu visualizar/demonstrar todos os procedimentos do acompanhamento pedagógico na linha do tempo da execução do convênio, tal planilha foi implementada pela gestão como mais uma ferramenta de controle, especialmente dos prazos, para dar agilidade ao processo e garantir a sua efetividade, conforme já tratado no item “Avaliação dos Relatórios de Visita e Vistoria”. (Planilha “Acompanhamento dos Convênios e Termos de Cooperação do PST. Vigentes 2011 – Anexo 58).

Contudo, em virtude das mídias negativas publicadas no início de 2011, envolvendo a execução de convênios do Programa Segundo Tempo, assunto inclusive já tratado no item “Avaliação de Questionamentos/Denúncias” onde são registradas as providências da gestão junto aos convênios denunciados, o volume de demandas oriundas dos órgãos de controle aumentou sobremaneira no 1º Semestre/2011.

Em função da repercussão das mídias veiculadas, identificou-se uma mudança de foco nas auditorias da CGU e do TCU, visto que as solicitações voltaram a ser direcionadas para a execução dos convênios, especialmente os citados nas matérias.

Além disso, o Programa passou a ser alvo de investigações/avaliação de outros órgãos de controle, tais como Câmaras Legislativas e Ministério Público, em todas as esferas do governo.

Convém destacar que em 24/03/2011 foi recebida da Controladoria Geral da União a Solicitação de Auditoria nº 201109380/02, complementada em 25/03/2011 pela Solicitação de

Auditoria nº 201109380/03, e em 31/03/2011 pela Solicitação de Auditoria nº 201109380/04, requerendo a disponibilização dos 05 convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, citados nas mídias.

Ainda no mês de Março/2011 esta unidade recebeu e respondeu 04 Requerimentos de Informação dos Deputados Federais Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Antônio Carlos Mendes Thame e Antônio Carlos Magalhães Neto, pedindo informações a respeito de convênios celebrados no âmbito do Programa Segundo Tempo, com entidades privadas sem fins lucrativos.

Cabe destacar que tais requerimentos se referiam a uma extensão de convênios vigentes e expirados, que demandaram uma grande mobilização conjunta da ASSED e Coordenações da SNEED.

Por meio do Ofício nº 806/2011-TCU/SECEX-6, a unidade foi notificada pelo Tribunal de Contas da União, sobre o início dos trabalhos de Auditoria a partir de 15/06/2011, com o objetivo de analisar os procedimentos de celebração, fiscalização e aprovação de contas de convênios do PST (Acórdão nº 1097/2011).

Além do mais, em Junho e Julho/2011 também foram recebidos e respondidos 02 Requerimentos de Informação do Deputado Federal Izalci Lucas, também de grande extensão, uma vez que requisitou informações e documentos de diversos convênios vigentes e expirados, celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos do Distrito Federal, no âmbito do Programa Segundo Tempo.

Conforme se pode verificar, as auditorias e o imenso volume de demandas dos órgãos de controle impactaram diretamente no potencial da unidade para dar continuidade às medidas de aprimoramento, uma vez que toda a força de trabalho foi direcionada para o atendimento das solicitações pontuais, a maioria relativa ao passivo do Programa e não mais sobre as perspectivas de mudanças.

Contudo, para atendimento de todas as demandas dos órgãos de controle acima citados, a ASSED disponibilizou todos os processos e documentos solicitados, bem como apresentou as respostas nos prazos determinados e com os devidos fundamentos.

Ressalte-se que em 08/07/2011 a CGU apresentou o Relatório Preliminar de Auditoria nº 201108586, contendo os registros decorrentes dos levantamentos realizados pela Equipe de Auditoria ao longo dos trabalhos de campo conduzidos junto à SNEED. A resposta desta unidade sobre o Relatório Preliminar citado foi apresentada em 14/07/2011, por meio do Ofício nº 1880/GABIN/SNEED/ME.

Com relação às demais demandas do TCU, CGU e Câmaras, até a extinção da SNEED os órgãos requisitantes não apresentaram os resultados relativos às auditorias realizadas.

Descrição dos Procedimentos Internos:

Quando a demanda era recebida pela SNEED (oriunda diretamente do órgão de controle ou por intermédio da Consultoria Jurídica), a Diretoria a despachava para a ASSED, com vistas à avaliação do teor e adoção das medidas cabíveis.

Em geral, o procedimento interno consistia no levantamento de informações processuais (deflagrando diligências internas ou externas se necessário) e na elaboração de ofício ou memorando de resposta, prestando esclarecimentos e encaminhando cópias de documentos solicitados.

Desta forma, cada expediente de resposta produzido pela ASSED era submetido à Diretoria, para fins de validação e posterior assinatura do Secretário Nacional de Esporte Educacional.

Convém destacar que antes do encaminhamento ao órgão solicitante, todas as respostas foram previamente submetidas à Consultoria Jurídica, para apreciação e validação, em atendimento ao Memorando-Circular nº 06/11-GM/ME, de 25/01/2011.

Ademais, a ASSED consolidava as demandas dos órgãos de controle sobre a execução de convênios juntamente com as informações sobre denúncias, de forma a identificar contextos problemáticos de relevância, para subsidiar a gestão na tomada de decisões.

Cabia também à ASSED lançar as informações relativas em Formulário específico do SIC, de forma a disponibilizar a informação para todas as coordenações da SNEED e demais unidades do Ministério, e assim possibilitar a integração no acompanhamento do convênio.

Registre-se que todos os documentos foram arquivados na CADOC/CGFIS, de forma sistematizada.

Resultados Alcançados

- Centralização das demandas de diversos órgãos, tendo uma visão integrada das fiscalizações realizadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo;
- Cumprimento de todas as demandas em tempo hábil, apesar da limitação quantitativa de técnicos e da exigüidade dos prazos, demandando grande esforço da ASSED e demais áreas envolvidas.

Balanço

Em decorrência do trabalho realizado pela CADOC/CGFIS, no atendimento das demandas recebidas dos Órgãos de Controle, tem-se o seguinte balanço a partir de 22/Julho/2011:

- CGU: 10 demandas respondidas/atendidas (Planilha “CGU – Demandas Recebidas e Respondidas SNELIS” – Anexo 82);
- TCU: 02 demandas respondidas/atendidas (Planilha “TCU – Demandas Recebidas e Respondidas SNELIS” – Anexo 83);
- PROCURADORIAS: 06 demandas respondidas (Planilha “Procuradorias – Demandas Recebidas e Respondidas SNELIS” – Anexo 84);
- CONJUR/ME: 14 demandas respondidas (Planilha “CONJUR/ME – Demandas Recebidas e Respondidas SNELIS” – Anexo 85);
- CÂMARA MUNICIPAL: 02 demandas respondidas (Planilha “Câmaras Municipais – Demandas Recebidas e Respondidas SNELIS” – Anexo 86);
- CÂMARA FEDERAL: 06 demandas respondidas (Planilha “Câmara Federal – Demandas Recebidas e Respondidas SNELIS” – Anexo 87);

- STF: 01 demanda respondida (Planilha “STF – Demandas Recebidas e Respondidas SNELIS – Anexo 88).

A partir da estruturação da nova Secretaria (Agosto/2011) e com a desconstituição da Assessoria do DEEIC, todas as demandas oriundas de Órgãos de Controle passaram para a nova **Coordenação de Análise de Demandas de Órgãos de Controle – CADOC**, vinculada à **Coordenação Geral de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Programas e Projetos – CGFIS**.

Logo no início do 2º Semestre/2011, por meio do Ofício nº 21.135/2011/DRTES/DR/SFC/CGU-PR, de 29/07/2011, a CGU apresentou o Relatório de Auditoria nº 201108586, como resultado do processo anual de contas de 2010 da SNEED, reconhecendo os avanços na gestão do Programa Segundo Tempo e consignando apenas 01 recomendação para fins de aprimoramento, especificamente no item “4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias” para disponibilizar à Coordenação-Geral de Controle e Monitoramento de Convênios os recursos necessários para aprimorar o fluxo de informações produzidas pelas Visitas Pedagógicas e Administrativas. Destaque-se que tal recomendação foi prontamente atendida, conforme indicado no item “Avaliação dos Relatórios de Visita e Vistoria” do presente.

Coube à CADOC/CGFIS elaborar a resposta ao referido Relatório, a qual foi composta de um Plano de Providências também estruturado e revisado pela área, preenchido pelas Coordenações da Secretaria responsáveis pelas ações.

Não obstante ter sido proferida apenas 01 Recomendação, a Secretaria optou por constituir um Plano de Providências com medidas para aprimoramento da gestão, a partir das constatações da CGU, registradas no referido Relatório de Auditoria.

Importa salientar que a unidade deu continuidade à implementação do Plano de Providências, ainda que com muitas dificuldades em função da transição prolongada pela mudança da gestão e pela reestruturação do Ministério do Esporte, e sua atualização encontra-se no Anexo 89 - Plano de Providências atualizado.

Além do mais, durante o 2º Semestre de 2011 a área continuou sofrendo grandes impactos decorrentes de denúncias da mídia, posto que os órgãos de controle apresentaram outras demandas, motivadas pelas novas denúncias publicadas no início do exercício e a partir de Outubro/2011.

Em Agosto/2011, o TCU apresentou novas solicitações para examinar os convênios objeto das denúncias veiculadas nas mídias em Fevereiro/2011.

Nos meses de Setembro, Outubro e Dezembro/2011 foram recebidos e respondidos mais 03 Requerimentos de Informação do Deputado Federal Izalci Lucas, solicitando novas informações de convênios dos Programas PST e PELC, firmados com entidades privadas sem fins lucrativos.

No final de Outubro/2011, em atendimento à solicitação do Supremo Tribunal Federal e com vistas a instruir o Inquérito nº 3.333 aberto para apurar o envolvimento do então titular da pasta nas denúncias da mídia, também foram encaminhadas à Secretaria Executiva informações e cópia digitalizada de muitos convênios, inclusive os citados nas mídias publicadas no mesmo mês.

Em virtude da repercussão das denúncias de envolvimento de Ministros, Diretores e Servidores em casos de corrupção nas mídias veiculadas sobre convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, a Casa Civil determinou, não apenas ao Ministério do Esporte, mas também a

outros Ministérios e Órgãos Federais, que fosse construída uma planilha resgatando os dados de todos os convênios celebrados pelo órgão (expirados e vigentes), especificando as peculiaridades de sua execução (condições verificadas nas fiscalizações, decisões administrativas) e as irregularidades identificadas pelos órgãos de controle (recomendações e atendimento pela unidade, inclusive quando da análise das Prestações de Contas para o caso de convênios expirados). (Planilha “Casa Civil – Dados Convênios Vigentes e Expirados – Anexo 90)

Na Secretaria, tal demanda foi assumida pela CGFIS, que coordenou o trabalho de outras áreas e na sequência subsidiou a avaliação da regularidade dos convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, em atendimento ao Decreto nº 7.592, de 28/10/2011, conforme tratado no item relativo à Força Tarefa.

De outra parte, em função de novas mídias negativas publicadas em Outubro de 2011, foram recebidas mais 02 Solicitações de Auditoria da CGU (nº 01 de 01/11/2011 e nº 201118359-01 de 10/11/2011) e mais 03 Requerimentos de Informação dos Deputados Federais, sendo 01 do Deputado Walney Rocha (solicitando informações de convênio de entidade privada sem fins lucrativos do RJ e da PM de Nova Iguaçu/RJ), Rubens Bueno (solicitando informações de convênio de entidade privada sem fins lucrativos do DF) e Antônia Lúcia (solicitando informações de diversos convênios firmados com entidades públicas nos âmbitos dos Programas PST, PELC e Pintando a Liberdade).

Conforme se pode verificar, o volume de demandas de Órgãos de Controle ao longo do exercício de 2011 foi atípico e motivado principalmente pelas mídias com foco político, que atingiram diretamente o Programa Segundo Tempo.

Repita-se que todas as demandas dos Órgãos de Controle foram atendidas nos prazos determinados e com os devidos fundamentos, significando uma carga de trabalho excessiva para a coordenação, que contava apenas com 02 técnicos.

Por oportuno, cumpre reiterar que esta unidade gestora ainda não recebeu os resultados das auditorias do TCU e CGU até a presente data.

Quanto aos Requerimentos de Informação dos Deputados Federais Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Antônio Carlos Mendes Thame e Antônio Carlos Magalhães Neto, foram remetidos para o TCU para fins de julgamento.

Somente no 1º Semestre/2012, precisamente na data de 15/03/2012, é que a unidade, a pedido, obteve os Relatórios da auditoria realizada pelo Deputado Federal Izalci Lucas, encontrando-se na área técnica para fins de avaliação e providências cabíveis.

A partir do 2º Semestre/2011 a CADOC/CGFIS também passou a responder as demandas de Órgãos de Controle relativas aos programas PELC e Pintando a Liberdade/Cidadania, que foram incorporados à gestão da Secretaria, impactando o aumento do volume de trabalho.

No início de 2012 a CADOC/CGFIS também apresentou informações junto à CONJUR, para fins de instrução do Inquérito Policial nº 0410/2011-4-DPF/JFA/MG, que apura possíveis desvios de recursos públicos federais, não aplicados nos convênios firmados pelo Ministério do Esporte e a entidade Instituto Cidade.

Descrição dos Procedimentos Internos

Também considerando os resultados até então alcançados pela Secretaria, foram mantidos todos os procedimentos e fluxos anteriormente estabelecidos para o recebimento das demandas de Órgãos de Controle e elaboração das respostas, assim possibilitando a continuidade dos mecanismos de controle já implementados.

Convém registrar que quando os expedientes tinham relação com convênios do Programa, cabia à ASSED, na sequência, encaminhar cópia do conjunto de documentos (recebidos e produzidos) para apensamento aos autos respectivos, de forma que fossem considerados quando das tomadas de decisões da gestão ou durante a análise da Prestação de Contas Final.

Convém registrar que esta unidade gestora sempre envidou esforços para cumprir todas as demandas oriundas dos Órgãos de Controle dentro dos prazos assinalados.

De um modo geral, para o atendimento da grande maioria das demandas, faz-se necessário deflagrar diligências internas, no sentido de buscar junto às Coordenações responsáveis os elementos/documentos solicitados, cabendo ainda a consolidação dos dados e elaboração da resposta.

Conforme se pode verificar, o fluxo para o cumprimento de cada demanda é variável, sendo exíguos os prazos estabelecidos de praxe. Por mais que os prazos sejam curtos, esta unidade não mede esforços para dar celeridade aos trâmites administrativos e atender todas as solicitações em tempo hábil.

Entretanto, para o atendimento do vultoso número de demandas recebidas ao longo do 2º Semestre/2011, dentro dos prazos estabelecidos pelos órgãos requisitantes, o procedimento se tornou mais complexo, haja vista que a área técnica teve que envidar esforços extraordinários, de forma a levantar o volume de informações/documentações solicitadas em curto espaço de tempo, necessitando ainda envolver ou receber dados de diversas áreas da unidade.

Registre-se que restou remanescente para o próximo exercício apenas 03 demandas, sendo 01 de Procuradoria, 01 de Câmara Municipal e 01 da Consultoria Jurídica, as quais foram recebidas no final de 2011 e respondidas no início de 2012.

Cumprir ressaltar, ainda, que no final do exercício de 2011 a AECI encaminhou a esta unidade 02 Relatórios de Demandas Especiais, oriundos da CGU, os quais foram encaminhados à Unidade Técnica para adoção das providências cabíveis.

Resultados Alcançados

- Estratificação dos resultados de auditorias e orientações dos Órgãos de Controle Interno e Externo, para subsidiar a avaliação sobre a execução dos convênios e a tomada de decisões.
- Cumprimento de todas as demandas em tempo hábil, apesar da limitação quantitativa de técnicos e da exigüidade dos prazos, demandando grande esforço da ASSED e áreas envolvidas.

Fragilidades

- Demora no recebimento dos relatórios de fiscalização da CGU e TCU, muitas vezes após a finalização da execução do convênio, inviabilizando a adoção de medidas corretivas enquanto o projeto está em desenvolvimento. Contudo, convém ressaltar o importante o esforço dispensado pela CGU no início de 2012, ao agilizar os relatórios de auditoria para fins de avaliação da execução dos convênios em atendimento ao Decreto 7.592/11;
- Não recebimento de posição das Procuradorias da República, acerca de Inquéritos instaurados para apuração de irregularidades na execução de convênios.

Metas e Perspectivas para 2012

- Acompanhamento dos processos em trâmite no TCU, para ciência de todas as decisões envolvendo o Programa Segundo Tempo e seus gestores, com vistas ao controle e adoção de providências cabíveis;
- Promover interface com a CGU, para recebimento de todos os Relatórios de Auditorias realizadas no âmbito do Programa Segundo Tempo, de forma a subsidiar a avaliação do convênio na fase em que se encontra;
- Promover interface com demais órgãos de controle (relevando-se Procuradorias, Câmaras e Polícias), para recebimento de todos os resultados de inquéritos e auditorias envolvendo a execução de convênios do Programa Segundo Tempo, para fins de controle e decisões;
- Fortalecer a integração das informações dos diversos setores, por meio do uso adequado dos Sistemas Informatizados de Acompanhamento, de forma a permitir o cruzamento dos dados relativos à execução dos convênios e qualificar as decisões da gestão.

Descrição dos Procedimentos Internos:

Quando a demanda era recebida pela SNEED (oriunda diretamente do órgão de controle ou por intermédio da Consultoria Jurídica), a Diretoria a despachava para a ASSED, com vistas à avaliação do teor e adoção das medidas cabíveis.

Em geral, o procedimento interno consistia no levantamento de informações processuais (deflagrando diligências internas ou externas se necessário) e na elaboração de ofício ou memorando de resposta, prestando esclarecimentos e encaminhando cópias de documentos solicitados.

Desta forma, cada expediente de resposta produzido pela ASSED era submetido à Diretoria, para fins de validação e posterior assinatura do Secretário Nacional de Esporte Educacional.

Convém destacar que antes do encaminhamento ao órgão solicitante, todas as respostas foram previamente submetidas à Consultoria Jurídica, para apreciação e validação, em atendimento ao Memorando-Circular nº 06/11-GM/ME, de 25/01/2011.

Ademais, a ASSED consolidava as demandas dos órgãos de controle sobre a execução de convênios juntamente com as informações sobre denúncias, de forma a identificar contextos problemáticos de relevância, para subsidiar a gestão na tomada de decisões.

Cabia também à ASSED lançar as informações relativas em Formulário específico do SIC, de forma a disponibilizar a informação para todas as coordenações da SNEED e demais unidades do Ministério, e assim possibilitar a integração no acompanhamento do convênio.

Registre-se que todos os documentos foram arquivados na CADOC/CGFIS, de forma sistematizada.

15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED/ME					50559
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	019.135/2006-5	510/2011 - TCU - Plenário	9.6		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva do Ministério do Esporte					
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.6. determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Esporte para que:</p> <p>9.6.1. somente formalize convênios na medida em que disponha de condições técnico- operacionais de acompanhar e orientar a concretização dos objetivos previstos nas avenças, bem como de analisar, em prazo oportuno, todas as respectivas prestações de contas, de acordo com os normativos que disciplinam a matéria, em especial a IN/STN nº 1/97, a Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008 e o Decreto nº 6.170/ 2007, bem como em atenção ao subitem 9.6.1 do Acórdão nº 1.562/2009- Plenário.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED/ME					50559
Síntese da providência adotada:					
Encaminhado Memo Circular nº 18/2011/SE/ME, para esta SNEED, solicitando providências para que todas as áreas responsáveis pela formalização de convênios observem o disposto no item 9.6 do referido Acórdão.					

Síntese dos resultados obtidos
Expediente encaminhado às unidades da SNEED (DEEIC, DEUNI e ATG) responsáveis pela formalização de convênios, para ciência da recomendação contida no referido Acórdão e respectivo cumprimento.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
No exercício de 2011 a formalização de convênios foi realizada em conformidade com todos os requisitos exigidos pela norma, mediante Chamada Pública e via SICONV, assegurando o princípio da isonomia entre os interessados e a transparência da ação pública.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED/ME					50459
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
xxx					xxxx
Descrição da Deliberação:					
Não há deliberações pendentes					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
xxx					xxx
Justificativa para o seu não cumprimento:					
xxx					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
xxx					

15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED/ME			50459
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório Preliminar de Auditoria nº 201108586	4.3	Ofício 18.866/2011/DRTES/DR/SFC/ CGU-PR, de 08/07/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED/ME			50459
Descrição da Recomendação:			
<p><i>“Recomenda-se à Secretaria Nacional de Esporte Educacional que adote providências no sentido de disponibilizar a Coordenação-Geral de Controle e Monitoramento de Convênios os recursos necessários para aprimorar o fluxo de informações produzidas pelas Visitas Pedagógicas e Administrativas para acompanhamento das transferências voluntárias realizadas no âmbito do Programa Segundo Tempo.”</i></p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED/ME			50459
Síntese da providência adotada:			
Encaminhado o Ofício nº 1880/GABIN/SNEED/ME, em 14/07/2011, manifestando concordância com o inteiro teor do Relatório Preliminar em epígrafe.			
Síntese dos resultados obtidos			
Além da recomendação já revelada, as demais constatações registradas pela CGU no Relatório Preliminar serviram de indicativos para a adoção de medidas de aprimoramento pela gestão.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A interface com a CGU nos últimos anos tem sido de grande relevância para o aprimoramento do Programa Segundo Tempo, tendo sido reconhecido os avanços da gestão na adequação dos controles internos.			

15.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED/ME			50459
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
xxx	xxx	xxx	xxx
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
xxx			
Descrição da Recomendação:			
xxx			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Não há deliberações pendentes			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
xxx			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
xxx			

16 INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	xxx
Data do Relatório de Auditoria	xxx
Item do Relatório de Auditoria	xxx

Comunicação Expedida/Data	xxx
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	xxx
Descrição da Recomendação	Não remanesceram recomendações de anos anteriores, para atendimento no exercício de 2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
xxx	
Síntese das providências adotadas	
xxx	
Síntese dos resultados obtidos	
xxx	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
xxx	

QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	xxx
Item do Relatório de Auditoria	xxx
Comunicação Expedida	xxx
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	xxx
Descrição da Recomendação	Não remanesceram recomendações de anos anteriores, para atendimento no exercício de 2011.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
xxx	
Justificativas para o não atendimento	
xxx	

17 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17.1 – Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Secretaria Executiva	180002 e 180004	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Previsão da Receita e Execução da Despesa;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local Brasília	Data	29/3/2012
Contador Responsável Jane Cristina de Farias	CRC nº	010761/O-7


Jane Cristina de Farias
Técnico de Contabilidade
CRC/DF 010761/O-7
Ministério do Esporte

18. INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

O exercício de 2011 foi pautado pela execução e fechamento do Plano Plurianual – PPA 2007-2011. Concomitantemente, a Secretaria estava com uma nova titularidade e foi chamada a redimensionar seu planejamento à luz do novo Governo através do PPA 2012-2015. Cabe salientar que esse período de transição levou a um redimensionamento dos objetivos estratégicos da unidade e à readequação da estrutura organizacional, bem como dos processos gerenciais. Tais medidas tinham como foco a conclusão de um ciclo de desenvolvimento, aperfeiçoamento e qualificação do Programa Segundo Tempo. O desafio era qualificar e ao mesmo tempo buscar a ampliação e diversificação do Programa Segundo Tempo.

A gestão continuou concentrando esforços para colocar em prática as ações definidas pelo Planejamento Estratégico, aliada a uma forte decisão de governo de dar escala ao atendimento em todo país. Para alcançar esses objetivos a gestão tomou algumas medidas:

- Atualização e aperfeiçoamento do modelo do Programa Segundo Tempo (metodologia, modelo de conveniamento, forma de execução, parâmetros de RH e beneficiados);
- Realização de um edital público priorizando a celebração de convênios com as parcerias públicas como as universidades públicas, institutos federais, Ministério da Defesa, governos municipais e estaduais.
- Garantia do atendimento médio anual de 1.500.000 beneficiados do PST-Padrão;
- A ampliação do atendimento para mais 1.000.000 beneficiados em cerca de 5.000 escolas, por meio do fortalecimento das parcerias com o MEC, PST e o Mais Educação – mantendo a identidade do Programa e atendendo aos objetivos da formação integral do jovem estudante;
- Implementação dos projetos especiais, diversificando e agregando valor ao Programa pelo PST universitário, Pessoa com deficiência, PST-Indígena e a retomada do PST-Navegar.

A necessidade de qualificar e aprimorar a gestão da SNEED foi outro grande desafio. No primeiro momento, manteve-se a estrutura de funcionamento da Secretaria utilizada em 2010, paralelamente foi realizado um profundo diagnóstico organizacional objetivando melhorar o desempenho da gestão.

A implantação de uma nova estrutura organizacional, com novos processos gerenciais e o mapeamento do fluxo processual da SNEED, bem como o dimensionamento da força de trabalho com a descrição pontual das diversas funções e atribuições dos servidores em suas áreas, as coordenações e departamento foram fundamentais para identificação de incorreções e desalinhamentos internos.

A primeira iniciativa foi a de distribuir de maneira equilibrada as responsabilidades entre dois departamentos garantindo o envolvimento de todas as áreas da Secretaria. Posteriormente, o aprimoramento dos processos gerenciais da ação principal da SNEED que é a de funcionamento de núcleos, buscando o aprimoramento do Sistema de Acompanhamento Operacional e o Sistema de Acompanhamento pedagógico e administrativo do PST.

A revisão do potencial humano no que tange à sua capacidade produtiva com o objetivo principal de fazer frente à formalização e ao acompanhamento da crescente demanda de convênios do PST aliada à capacitação e qualificação buscando assegurar os recursos materiais e a infraestrutura física necessários ao pleno funcionamento da Secretaria foi fundamental para melhorar o desempenho dos nossos servidores.

O conjunto de iniciativas descritas fizeram com que a gestão estivesse a altura dos novos desafios colocados, principalmente o lançamento de edital público do Programa Segundo Tempo que contou com a adesão de mais de 2000 propostas, exigindo de imediato um grande esforço interno de formalização de novos convênios, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes. Contudo, com a publicação do Decreto que redefiniu a estrutura organizacional do Ministério do Esporte e a fusão da SNEED com SNEDEL constituindo a nova SNELIS, foi necessário repensar a estrutura com a incorporação de novos programas e novos processos internos de modo que a gestão não conseguisse colocar em prática das mudanças realizadas anteriormente. Esse fato foi decisivo para uma certa dispersão e desorganização das atividades e prioridades da gestão, sem contudo

atrapalhar a execução orçamentária das ações previstas na LOA 2011, garantindo os compromissos junto às parcerias publicas estabelecidas.